

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

Capítulos do antifascismo brasileiro

Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora (1933-1935)

Giovani Bertolazi Brazil

Pelotas, 2023

Giovani Bertolazi Brazil

Capítulos do antifascismo brasileiro

Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora (1933-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana María Sosa González

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B794c Brazil, Giovani Bertolazi

Capítulos do antifascismo brasileiro : frente única antifascista e aliança nacional libertadora (1933-1935) / Giovani Bertolazi Brazil ; Ana María Sosa González, orientadora. — Pelotas, 2023.

222 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Antifascismo. 2. Fascismo. 3. História conceitual. 4. Imprensa antifascista. 5. Governo Vargas. I. González, Ana María Sosa, orient. II. Título.

CDD : 321.94

Giovani Bertolazi Brazil

Capítulos do antifascismo brasileiro: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional
Libertadora (1933-1935)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 27 de março de 2023.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana María Sosa González (Orientadora).

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra.

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro.

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad.

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas.

Agradecimentos

Aos diversos amigos e amigas que acompanharam parte do processo de escrita, ajudando com ideias, sugestões de bibliografia, leitura de textos meus e, de modo geral, pelo acolhimento das minhas dúvidas, angústias e dores em relação à sempre difícil trajetória do mestrado. Em especial ao amigo Lucas, que foi quem me inspirou nos caminhos de pesquisa que escolhi, ainda na Graduação, pelas indicações de leituras e pelo constante companheirismo que nem a distância impediu. Também à Jéssica, por constantemente me lembrar de que não sou uma máquina (ninguém é) e preciso de tempo para descansar, relaxar e desfrutar a vida (todos precisamos).

À minha família, pelo suporte de sempre.

À minha orientadora Prof^a Ana Sosa, pelo seu maravilhoso trabalho de acolhimento e orientação, dos quais tirei ensinamentos que foram e continuarão sendo fundamentais para minha carreira e vida.

À Universidade Federal de Pelotas, em especial ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas, que, mesmo de longe, me permitiram ter essa importante experiência de fazer um Mestrado.

Aos professores da banca, Edgar Gandra, Ricardo Castro e Diorge Konrad, pelos críticas, sugestões e apontamentos que são fundamentais para um trabalho historiográfico sério e profissional.

Ao Roberto Lisboa, cuja sugestão, ainda em 2018, de pesquisar o jornal *O Homem Livre*, me inspirou na elaboração do tema desta pesquisa.

Ao Arquivo Histórico de Santa Maria, cuja ajuda contribuiu para enriquecer o meu trabalho. Agradeço pela prontidão em me atender e pelo seu importante papel de conservar e permitir o acesso a um tão importante patrimônio da cidade.

À Capes, pela bolsa que me permitiu exercer a função de pesquisador de maneira exclusiva. Pelo ensino superior público, gratuito, de qualidade e com responsabilidade social, sempre.

À todos e todas que lutaram contra o fascismo e continuam lutando. Como diz a lição de Benjamin, os historiadores e historiadoras sabem “que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer.” Que sejamos capazes de derrotar o fascismo.

en la lucha de clases
todas las armas son buenas
pedras
noches
poemas
(LEMINSKI, 2016)

Resumo

BRAZIL, Giovani Bertolazi. **Capítulos do antifascismo brasileiro**: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora (1933-1935). Orientadora: Ana María Sosa González. 2023. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os significados de fascismo e antifascismo construídos por duas organizações autodenominadas antifascistas que atuaram no Brasil entre os anos de 1933 e 1935: a Frente Única Antifascista e a Aliança Nacional Libertadora. Os primeiros anos da década de 1930 ficaram marcados pela expansão do fascismo a nível global, a partir da tomada do poder pelo nazismo na Alemanha. No Brasil, o integralismo, principal movimento de massas de caráter fascista da América Latina, também crescia e conquistava o espaço público nacional. Essa movimentação crescente do fascismo brasileiro, somada à agitada vida política do Brasil pós-1930, motivou uma reação de setores situados à esquerda do espectro político, que conformaram frentes de luta antifascista. Apesar das diferenças organizativas e acerca da especificidade do fenômeno fascista, esses agrupamentos buscaram aglutinar forças políticas diversas fazendo uso de múltiplas táticas de luta, como imprensa, discursos e contramanifestações. Através da análise dos jornais dessas organizações, bem como da memorialística que privilegiou dados momentos do antifascismo brasileiro, buscou-se compreender como os conceitos de fascismo e de antifascismo foram construídos ativamente pela militância antifascista e como esses capítulos da história do antifascismo no Brasil podem servir na reflexão sobre as lutas políticas do presente.

Palavras-chave: Antifascismo. Fascismo. História conceitual. Imprensa antifascista. Governo Vargas.

Abstract

BRAZIL, Giovani Bertolazi. **Chapters of Brazilian antifascism: Frente Única Antifascista and Aliança Nacional Libertadora (1933-1935)**. Advisor: Ana María Sosa González. 2023. 221 f. Dissertation (Masters in History) - Postgraduate Program in History, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This dissertation intends to investigate the meanings of fascism and antifascism developed by two self-proclaimed antifascist organizations which existed in Brazil between 1933 and 1935: the *Frente Única Antifascista* and the *Aliança Nacional Libertadora*. The first few years of the 1930's were marked by the worldwide spread of fascism which followed the nazi rise to power in Germany. In Brazil, Integralism, the biggest fascist mass movement in Latin America, also grew and began to conquer the nation's public spaces. This growth of Brazilian fascism, along with the frantic political life in post-1930 Brazil, led to a reaction from left-wing sectors, which formed several antifascist fronts. Although these groups had different forms of organization and different views on the specificity of the fascist phenomenon, both aimed for the coalescence of distinct political forces through the use of multiple tactics, such as printed press, speeches and counter-demonstrations. Through both the analysis of these organizations' newspapers and of the memoirists who privileged certain moments of Brazilian antifascism, we aimed to comprehend how the concepts of fascism and antifascism were actively built by the antifascist militants and how these chapters of the history of antifascism in Brazil may help reflect on the present-day political struggles.

Keywords: Antifascism. Fascism. Conceptual history. Antifascist press. Vargas' government.

Lista de figuras

Figura 1	Se isto continua.....	142
Figura 2	King Kong ou Hitler?.....	143
Figura 3	“Com o advento do nazismo, a cultura atingirá a graus até hoje desconhecidos”.....	149
Figura 4	A revolução nacional avança a passos de gigante.....	150
Figura 5	As três desgraças.....	151
Figura 6	As obras-primas da arte italiana fascista.....	156
Figura 7	No III Reich.....	161
Figura 8	Carlitos.....	162
Figura 9	A Alemanha desperta.....	163
Figura 10	Queimas de livros.....	164
Figura 11	Homenagem impensada.....	171

Lista de abreviaturas e siglas

AIB	Ação Integralista Brasileira
AM	A Manhã
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário e Camponês
CCM	Clube da Cultura
CDCP	Centro de Defesa da Cultura Popular
CEDEM	Centro de Documentação e Memória
CEMAP	Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa
CJPI	Comissão Jurídica e Popular de Inquérito
FUA	Frente Única Antifascista
FPL	Frente Popular pela Liberdade
GPNR	Governo Popular Nacional Revolucionário
HL	O Homem Livre
IC	Internacional Comunista
JC	Juventude Comunista
KPD	Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)
LC	Liga Comunista
LCI	Liga Comunista Internacionalista
LIDU	Lega Italiana dei Diritti dell'Uomo (Liga Italiana dos Direitos do Homem)
LSN	Lei de Segurança Nacional
MCI	Movimento Comunista Internacional
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OIE	Oposição Internacional de Esquerda
PCB	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSI	Partido Socialista Italiano
PSU	Partido Socialista Unitário
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SA	Sturmabteilung (Destacamento Tempestade)
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social Democrata da Alemanha)
UDN	União Democrática Nacional
UFB	União Feminina do Brasil

Sumário

1 Introdução	13
1.1 Antifascismo, problemas de pesquisa e fontes.....	16
1.2 A historiografia do antifascismo no Brasil.....	19
1.2.1 A Frente Única Antifascista na historiografia da classe operária brasileira.....	20
1.2.2 A historiografia sobre a Aliança Nacional Libertadora.....	22
1.3 Por que a história do antifascismo brasileiro? Compreensão do passado e lições ao presente.....	25
2 A história operária e suas fontes: reflexões teórico-metodológicas	29
2.1 A “crise da modernidade”, a história operária e o marxismo.....	29
2.2 A legitimidade do conhecimento histórico e o retorno da história militante.....	35
2.3 Passado, memória e militância: a disputa pelo legado do antifascismo no Brasil.....	39
2.3.1 A glória em disputa: o caso da contramanifestação antifascista de 1934.....	44
2.4 História e imprensa: reflexões sobre o estudo das organizações operárias.....	50
2.4.1 <i>O Homem Livre</i>	53
2.4.2 <i>A Manhã</i>	57
2.5 Os intelectuais, a história dos conceitos políticos e a linguagem.....	63
3 A história de uma luta por unidade: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora	70
3.1 Do pós-guerra à grande crise do capital: fascismo e antifascismo....	70
3.2 Os antecedentes da Frente Única Antifascista: o antifascismo na colônia italiana.....	74
3.3 As esquerdas brasileiras, a Internacional Comunista e a questão da frente única.....	77
3.4 Trotsky, a frente única e a Frente Única Antifascista.....	83
3.5 A trajetória da Frente Única Antifascista.....	86
3.6 A Aliança Nacional Libertadora.....	104

3.7 Unidade e antifascismo: elementos para uma síntese.....	120
4 Significados de fascismo e antifascismo nos jornais <i>O Homem Livre e A Manhã</i>.....	125
4.1 O obscurantismo fascista e a ruptura do processo histórico.....	127
4.1.1 Fascismo como retorno à temporalidades passadas.....	132
4.1.2 Fascismo e retrocesso econômico.....	137
4.1.3 O “Bárbaro Fascista” contra a civilização.....	140
4.2 Obscurantismo, anti-intelectualismo e censura.....	151
4.2.1 Os “autos-de-fé” do fascismo e a perseguição aos intelectuais.....	157
4.3 Censura, cerceamento da liberdade de pensamento e bestialização das massas.....	165
4.4 Fascismo como movimento de indigentes culturais.....	175
4.5 Fascismo, antifascismo e a luta pela História.....	182
5 Conclusão.....	193
Referências.....	201

1 Introdução

Esta pesquisa aborda os significados de antifascismo produzidos por duas organizações antifascistas que atuaram no Brasil entre 1933 e 1935. Embora tenham existido diversos grupos autodenominados antifascistas espalhados pelo país nessa temporalidade,¹ o olhar se centrará nas trajetórias da Frente Única Antifascista (FUA) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundadas em 1933 e 1935, respectivamente. Essas frentes, ainda que tivessem caráter e correlação de forças diferentes, constituíram os momentos de maior unidade entre correntes distintas que possuíam projetos políticos na época. Ambas expressaram, à sua maneira, uma preocupação com o avanço do fascismo a nível global, com sua expressão nacional, o integralismo e com os rumos do governo Getúlio Vargas no pós-1930.

O antifascismo surgiu ainda na Itália, durante a década de 1920, como reação ao avanço fascista e como resistência ao regime de Mussolini, mas foi somente após a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha em 1933 que – tal qual o fascismo – as lutas antifascistas vieram a ganhar projeção internacional (HOBSBAWM, 2015). Entre os comunistas, a orientação da Internacional Comunista (IC) para o caso alemão,² que levou ao seu isolamento político, foi duramente criticada por Trotsky,³ o qual defendia a frente única entre os partidos e organizações operárias. A derrota significada pelo ascenso nazista levou ao rompimento definitivo de Trotsky com a IC, após anos de luta fracionária pela direção de seus rumos.

A corrente de Trotsky teve grande influência nos rumos do antifascismo no Brasil, na medida em que grande parte dos fundadores da FUA pertenciam a ela e o modelo da organização foi inspirado na concepção de frente única do revolucionário

¹ Como o efêmero Comitê Antifascista, em São Paulo (CASTRO, 1999), a Ação Pernambucana contra o Fascismo, em Pernambuco e o Comitê Antiguerrero e Antifascista, no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, A., 2013).

² A Internacional Comunista, coloquialmente conhecida como Terceira Internacional, surgiu a partir do rompimento de um setor da Internacional Socialista, também conhecida como Segunda Internacional, em decorrência do apoio desta à Primeira Guerra Mundial. Com a vitória da Revolução de Outubro na Rússia, Lenin passou a defender a construção de uma organização internacional, com o papel de fomentar a luta revolucionária do proletariado em todo o mundo, numa perspectiva de que o socialismo somente sobreviveria na União Soviética caso se espalhasse para outros países (BROUÉ, 2007).

³ Lev Davidovich Bronstein, mais conhecido como Leon Trotsky, foi um líder revolucionário bolchevique que travou, após a morte de Lenin, em 1924, uma luta a respeito dos rumos do Movimento Comunista Internacional (MCI). Um aprofundamento dessa questão, assim como sobre a importância que ela teve para o antifascismo brasileiro, será realizado no capítulo 3.

russo-ucraniano (ABRAMO, 2014). No entanto, é preciso voltar à década de 1920, nas colônias de imigrantes italianos na cidade de São Paulo, para se encontrar as raízes do antifascismo no Brasil. Ali, segundo João Fábio Bertonha (1998a, p. 1), “italianos pró e contra Mussolini se digladiaram pela conquista dos italianos locais”, numa luta que decorreu entre 1922 e 1945. O governo fascista tinha uma política de estreitar os laços com os emigrados nos diversos países em que se encontravam, numa perspectiva de fazer uso das colônias “e usá-las como ponta-de-lança para a difusão da ideia fascista na opinião pública e [para] a obtenção do máximo possível de influência italiana” (BERTONHA, 2017, p. 41). Como contraponto ao apelo que tinha o governo fascista – que controlava jornais, escolas e associações italianas – foi organizada uma rede de opositores em torno de jornais, ligas e frentes. Essas organizações formadas principalmente por socialistas italianos exilados no Brasil, tentaram conter o avanço do fascismo no seio da colônia.

Se num primeiro momento o antifascismo ficou circunscrito à colônia italiana paulista, a partir dos anos 1930, com a inflexão histórica acima mencionada, somada à fundação de uma organização fascista no Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), diferentes grupos de esquerda passaram a encarar a ameaça fascista com outros olhos. Embora divergissem em relação à centralidade do antifascismo e sobre as formas de luta, socialistas, anarquistas, tenentistas, pecebistas⁴ e “trotskistas”⁵ todos empreenderam – separados, ou não – ações de combate ao fascismo, criando organizações, editando jornais e buscando disputar o espaço público urbano.

Em junho de 1933, em São Paulo, através da iniciativa de trotskistas organizados na Liga Comunista (LC) (ABRAMO, 2014; CASTRO, 1999),⁶ foi fundada a FUA, organização que reuniu também socialistas,⁷ tenentistas, antifascistas

⁴ Pecebistas, neste contexto, são os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB).

⁵ O termo “trotskistas” encontra-se aqui entre aspas pois, na cronologia em que se situa este estudo, era um epíteto de cunho derogativo utilizado pelos comunistas ligados à linha majoritária da Internacional Comunista para referir-se aos opositoristas de esquerda. Com o tempo, a alcunha foi ressignificada e apropriada pelos próprios militantes que se identificavam com as posições de Trotsky. Com objetivo de simplificar a escrita, daqui em diante as aspas não serão mais utilizadas.

⁶ A LC, fundada em 1931, foi o primeiro grupo filiado à Oposição Internacional de Esquerda (OIE), organização liderada por Trotsky e que reunia opositoristas de esquerda de diversos países, no Brasil. A atividade dos trotskistas tinha um caráter de fração interna dos partidos comunistas (e da IC), assumindo um papel de oposição de esquerda que visava alterar os rumos do movimento, a partir da percepção dos seus descaminhos a partir da liderança de Stalin e da teoria do “socialismo num só país” (LISBOA, 2014). Um estudo aprofundado sobre as origens da Oposição de Esquerda no Brasil pode ser encontrado na obra de José Castilho Marques Neto (1993).

⁷ Organizados, principalmente, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Fundado em 1933, esse partido orbitava em torno da figura de Waldomiro Lima, que o impulsionava no sentido de “formar uma base de apoio em São Paulo para voos políticos próprios” (CASTRO, 1999, p. 61-62). Em 1934, o PSB teria sido refundado, com uma orientação social-democrata e sob os termos de Francisco Frola,

italianos e sindicalistas preocupados com avanço fascista. Sua formação marcou um novo momento do antifascismo no Brasil, em que se rompeu o isolamento da colônia italiana, mas que ficou marcado pelas dificuldades organizativas (a FUA existiu, formalmente, até outubro de 1934⁸). No entanto, a FUA teve um papel essencial para momentos posteriores da luta antifascista no Brasil, visto que as redes de sociabilidade entre militantes antifascistas tecidas a partir dela, em São Paulo, foram essenciais para o processo de formação da ANL, em 1935 (CASTRO, 1999) e também para a viabilização da contramanifestação de 7 de outubro de 1934 na capital paulista, evento que se tornou um marco da luta antifascista pela ocupação dos espaços públicos no Brasil.

Numa data que marcava os dois anos da AIB, a marcha convocada pelo seu líder, Plínio Salgado, deu de encontro com uma contramanifestação composta por comunistas, trotskistas, socialistas e anarquistas. O sucesso da empreitada, num momento de unidade das esquerdas paulistas conquistada com muita dificuldade, levou o episódio a ser imortalizado na história do movimento operário no Brasil, recebendo epítetos como “Revoada dos Galinhas-Verdes” e “Batalha da Praça da Sé”.⁹ Esse evento é visto como o ponto mais alto desse momento do antifascismo brasileiro, perspectiva que gera, ao mesmo tempo, um apagamento da sua dimensão processual e renovadas disputas acerca do seu legado dentro do movimento operário.¹⁰ O 7 de outubro de 1934 foi capaz de eclipsar, inclusive, um enfrentamento entre antifascistas e integralistas que ocorreu 4 dias antes, na cidade de Bauru, interior de São Paulo (ARANTES, 2021). Ademais, outras ocasiões de enfrentamento entre integralistas e antifascistas ocorreram posteriormente, como nos episódios de Petrópolis e Cachoeiro do Itapemirim, em 1935 e da Avenida Paulista, em julho de 1937, este último já fora do recorte cronológico desta pesquisa.

Como um todo, a FUA foi parte de um processo mais amplo de construção de unidade entre setores progressistas da sociedade brasileira e que não se limitou à cidade de São Paulo, na medida em que se formou, no Rio de Janeiro, a Comissão

militante antifascista que cumpriu um importante papel nos processos que serão analisados nos capítulos 3 e 4.

⁸ Ainda que sua dissolução definitiva tenha se dado apenas em outubro de 1934, a organização estava, de fato, inativa desde fevereiro do mesmo ano (CASTRO, 1999).

⁹ Esses nomes dão título às duas obras que serão analisadas mais a fundo no capítulo 2 (ABRAMO, 2014; MAFFEI, 1984).

¹⁰ Segundo Castro (1999, p. 28), o peso simbólico do episódio da Praça da Sé levou a uma situação em que “a história da FUA se confunde, ou melhor, está subsumida à memória deste evento”. Ademais, as disputas posteriores sobre a iniciativa, os papéis individuais de cada militante e os significados do conflito serão abordadas no capítulo 2 desta pesquisa.

Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI).¹¹ Por sua vez, a CJPI reuniu um grande número de militantes antifascistas e foi o núcleo a partir do qual se organizou a ANL (CASTRO, 1999; PRESTES, 2008).

Assumindo um caráter de massas, a ANL, a despeito de sua vida curta (existiu entre março e novembro daquele ano), foi capaz de mobilizar grandes multidões em torno de um programa nacional-reformista e de figuras carismáticas como Luís Carlos Prestes. Segundo Vianna (1992) e Pinheiro (1991), o movimento aliancista foi a continuidade (e a conclusão) do movimento tenentista que teria iniciado na década de 1920, principalmente da sua ala mais radical. A ANL também contou com a adesão do PCB, que via no programa aliancista um meio de concretizar a sua estratégia revolucionária por etapas, além de nele encontrar uma forma organizativa de frente ampla que era condizente com as inflexões táticas que estavam em vias de ocorrer, no Movimento Comunista Internacional (VIANNA, 1992). No programa aliancista, o antifascismo apareceu como uma consequência dialética da luta contra o imperialismo e o latifúndio e a favor da democracia. Com o fechamento da ANL em julho e a tentativa de levante em novembro de 1935, a repressão generalizada ao movimento operário por parte do Estado brasileiro acabou por afogar o antifascismo como um todo, num processo que se intensificou ainda mais com o golpe do Estado Novo, em 1937.¹²

1.1 Antifascismo, problemas de pesquisa e fontes

Tendo sido delimitado o campo temático desta pesquisa, é preciso tecer algumas considerações sobre o problema que o norteia. Por mais que se considere que ambas travaram uma luta contra a expansão do fascismo em território brasileiro, a FUA e a ANL desenvolveram concepções diferentes acerca do que significava o fascismo e, por consequência, a sua oposição, o antifascismo. As organizações antifascistas brasileiras, através do uso de uma linguagem política que os permitiu apontar a existência de um problema e os meios para enfrentá-lo, foram sujeitos ativos da construção dos conceitos de fascismo e antifascismo naquela época.

¹¹ A CJPI foi instaurada com o intuito de investigar o assassinato do jovem comunista Tobias Warchavsky. Uma análise mais aprofundada desse processo de “transição” entre diferentes momentos do antifascismo no Brasil se encontra no capítulo 3.

¹² Uma explicação mais detalhada do processo histórico apresentado até aqui será feita no capítulo 3, reservando aqui uma perspectiva mais condensada, a fim de apenas introduzir a temática da pesquisa.

Assim, o interesse principal desta pesquisa é compreender como se deu esse processo de construção, que envolve intensas disputas a respeito da própria definição do objeto e da forma das lutas antifascistas, além de toda uma caracterização a respeito do fenômeno do fascismo. Portanto, é necessário compreender as diferenças que existiram entre FUA e ANL e como elas explicam o arco de alianças, o alcance, o tamanho e as trajetórias distintas que cada organização teve.

Existem dois eixos centrais a se investigar nessa questão: 1) o modelo organizativo, que delimitou o caráter de atuação e os pontos centrais de unidade que cada organização conformou; e 2) a própria definição e caracterização que era feita acerca do inimigo a se combater: o fascismo. Sendo assim, é possível fazer duas perguntas norteadoras: 1) como as diferenças de concepção de “frente” condicionaram as produções de significados sobre antifascismo e as trajetórias distintas que cada organização teve? e 2) como cada organização compreendia o fascismo? A partir desses dois questionamentos, é possível desdobrar uma série de outras indagações: Quais foram os alcances e os limites da luta antifascista no Brasil na década de 1930? Que conexões e diferenças se podem observar entre esses dois momentos da luta contra o fascismo no Brasil? Quais debates e disputas ocorriam no interior do movimento operário (onde estavam situados grande parte das organizações antifascistas)? Quais ferramentas de luta foram utilizadas no combate ao fascismo? Como era feita a relação entre fascismo, guerra, imperialismo e revolução? Com que características o fascismo era identificado? Que estratégias de argumentação foram utilizadas para demonstrar essas relações?

Partindo dos questionamentos mencionados, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os significados de fascismo e de antifascismo produzidos pela FUA e pela ANL, no sentido de uma história do conceito de antifascismo no período entre 1933 e 1935, no Brasil. Ademais, pode-se pontuar alguns objetivos específicos, como: 1) contribuir para o conjunto da historiografia das lutas antifascistas no Brasil, especialmente na década de 1930; 2) problematizar como as diferenças entre as formas organizativas adotadas por cada frente impactaram nas suas trajetórias; 3) pontuar os alcances e limites da luta antifascista no Brasil nos anos 1930 e; 4) compreender as pontes existentes entre os diferentes momentos do antifascismo.

Os principais conjuntos de fontes de pesquisa utilizados, os quais serão abordados com maior profundidade, juntamente aos cuidados teórico-metodológicos

necessários, no capítulo 2, são de cunho jornalístico e memorialístico. A imprensa se constitui como uma fonte privilegiada para o estudo do movimento operário, não sendo diferente para o caso das organizações antifascistas. Embora seja necessário relativizar o papel que o jornal impresso tem na mobilização de massas, a imprensa deve ser vista como espaço de sociabilidade e circulação de ideias e de busca por uma intervenção na realidade em que está inserida (CRUZ e PEIXOTO, 2007). Além disso, cumpre um papel fundamental no processo ativo de construção dos conceitos políticos, através do estabelecimento de uma relação entre jornal, projeto editorial e público leitor (MARTINS, 2018).

Um dos jornais abordados é *O Homem Livre (HL)*, que foi órgão da FUA. Publicado entre maio de 1933 e fevereiro de 1934, na cidade de São Paulo, *HL* teve como razão de ser congregar toda a intelectualidade antifascista num espaço para quaisquer correntes do movimento operário que objetivassem combater o fascismo e suas expressões no Brasil. O jornal foi fundado também com o objetivo de alavancar a formação de uma frente única antifascista entre as organizações do proletariado, que viria a se concretizar na FUA. Apesar de sua duração curta e periodicidade irregular, *HL* permite aprofundar a compreensão das motivações e dos métodos que se buscavam implementar na difícil tarefa de construir unidade antifascista num movimento operário já fragmentado e muito fragilizado. Todas as 22 edições do jornal estão digitalizadas e são de livre acesso *on-line*, o que facilitou a pesquisa, dentro de um contexto de distância geográfica em relação às fontes físicas (localizadas, em sua maioria, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro) e de pandemia de Covid-19.

A outra publicação utilizada é o jornal *A Manhã (AM)*, que atuou como órgão da ANL entre os meses de abril e novembro de 1935. A curta duração do jornal corresponde à também breve trajetória aliancionista, tendo sido fechado pela repressão estatal que sucedeu à derrota do levante da ANL. Editado por Pedro Mota Lima, *AM* circulou pela cidade do Rio de Janeiro com o propósito de propagar as ideias de alcance amplo que caracterizaram a ANL, mas que convergiam na importância dada às lutas anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista. Das 190 edições publicadas, 178 estão disponíveis digitalizadas e *on-line*.

O uso de fontes jornalísticas exige um tratamento metodológico que seja capaz de compreender a imprensa dentro da sua complexidade e não apenas como depositária de informações. Sendo assim, os dois jornais utilizados serão analisados

a partir do modelo proposto por Cruz e Peixoto (2007), o que permite que se observe a imprensa dentro da sua historicidade, como produtora de sentidos, como espaço de sociabilidade e intercâmbio de ideias e em constante diálogo com seu público leitor.

Já a produção memorialística de ex-militantes envolvidos com os acontecimentos permite um olhar mais aprofundado a respeito das disputas pelo legado das lutas, bem como pelo próprio significado que esses processos tiveram. Assim, serão analisadas as versões de Fúlvio Abramo (1984; 2014) e de Eduardo Maffei (1984) a respeito da contramanifestação da Praça da Sé, em outubro de 1934 e da própria trajetória das lutas antifascistas na época, no geral. Essa análise permite perceber como cada militante (e, em certa medida, sua tendência política) buscou se apropriar dos acontecimentos e que papel tiveram neles, articulando as disputas sobre o passado com as lutas do presente da produção dessas memórias.

1.2 A historiografia do antifascismo no Brasil

A seguir, será feita a passagem para um olhar sobre a historiografia mais específica da temática do antifascismo, principalmente da que tratou das duas organizações que são o foco do estudo. Não existe um campo específico de estudos sobre antifascismo,¹³ mas sim uma pequena quantidade de historiadores preocupados com temáticas que são atravessadas pela questão da luta contra o fascismo no campo das esquerdas brasileiras e um número ainda menor de autores que dedicaram trabalhos monográficos sobre o assunto. Sendo assim, é mais adequado situar esses trabalhos dentro do amplo guarda-chuva da historiografia da classe operária, dividindo-os de maneira semelhante à feita por Batalha (1998).

A caracterização de Batalha (1998) identifica 4 “fases” diferentes da historiografia da classe operária: 1) a da “produção militante” (BATALHA, 1998, p. 146), caracterizada por obras memorialísticas de militantes e com frequente função autolegitimadora; 2) a das “sínteses sociológicas” (BATALHA, 1998, p. 148), responsável por dividir a história da classe operária em pré e pós-1930; 3) a dos “brasilianistas” (BATALHA, 1998, p. 150), marcada pela ampliação do uso das fontes

¹³ Um raro exemplo de trabalho que visa abordar o antifascismo de maneira mais ampla é o de A. Oliveira (2013), que lança o olhar para a imprensa e os “intelectuais” antifascistas na década de 1930 e realiza um pioneiro estudo de história comparada entre as experiências no Brasil, Argentina e Uruguai.

e pelo estabelecimento de uma tradição propriamente historiográfica e 4) a dos anos 80, já bem estabelecida e de cunho acadêmico, que ampliou o enfoque para além das organizações e se caracterizou pela fragmentação. É pela identificação com esse último momento que o autor opta por utilizar a nomenclatura de historiografia “da classe” e não “do movimento operário” (BATALHA, 1998, p. 145), buscando uma leitura que vai além dos segmentos organizados do operariado e se amplia para outros aspectos da experiência da classe. Considerando que nesta pesquisa o olhar é lançado a duas organizações do movimento operário (e com a especificidade de serem do tipo frente), além do fato da historiografia do antifascismo ser bastante pequena, é preciso ter cautela ao enquadrar essa produção à caracterização de Batalha (1998).

1.2.1 A Frente Única Antifascista na historiografia da classe operária brasileira

Segundo Castro (1999), a história do antifascismo anterior a 1935 no Brasil foi muito pouco explorada pela historiografia acadêmica. Um exemplo pontual disso, mas sobre um recorte que não será aprofundado nesta pesquisa, é a produção de Bertonha (1993, 1998b) sobre fascismo e antifascismo na colônia italiana de São Paulo, que centra o olhar num processo que se inicia ainda no início da década de 1920.

A primeira obra a tratar da FUA foi a de Fúlvio Abramo (1984), num trabalho importante pelo seu pioneirismo, mas de cunho memorialístico e baseado essencialmente na experiência pessoal do autor. O enfoque central dado por Abramo é no episódio da Praça da Sé de 7 de outubro de 1934, porém, no processo de explicar como se chegou àquele momento e com o objetivo de “desmistificar uma suposta historiografia” (ABRAMO, 2014, p. 13) sobre o tema, o autor acaba fazendo um trabalho historiográfico sobre a FUA. Embora seja possível incluir a obra de Abramo no rol de obras memorialísticas, é necessário cuidado ao posicionar, automaticamente, o autor entre aqueles que visaram construir uma narrativa mítica e glorificadora dos eventos, principalmente na medida em que sua obra é marcada por um caráter de denúncia ao que seriam falsificações feitas por militantes ligados ao

PCB e à outras linhas de argumentação, como a que visava conectar a FUA à ANL.¹⁴

Outros autores, anteriores a Abramo, “se referiam à luta antifascista, aos desdobramentos da FUA e da ‘Batalha da Praça da Sé’ sem mencionarem explicitamente à FUA” (CASTRO, 1999, p. 32). Assim, Ricardo Figueiredo de Castro (1999) cita os trabalhos de José Roberto Campos (1986), Letícia Cañedo (1978), Edgard Carone (1982), John W. Foster Dulles (1977), e até mesmo M. Vianna (1992)¹⁵ como contribuições para o apagamento histórico de que sofreu a organização.¹⁶ A própria obra de Eduardo Maffei (1984), sobre o episódio de 7 de outubro de 1934, menciona a “frente única” (MAFFEI, 1984, p. 57) que organizou a contramanifestação de maneira genérica, sem se referir nominalmente a nenhuma das organizações que pudessem receber esse epíteto na época. Apenas a partir da década de 1990 é que a FUA passa a figurar na produção historiográfica que, apesar de reconhecer sua existência, não a tinha como enfoque de pesquisa, a exemplo de Carone (1991), André Couto (1995), Marcos Del Roio (1990) e Anita Prestes (2008).

Apenas com a tese de doutorado de Castro (1999) é que foi feita a publicação de um trabalho acadêmico e monográfico a respeito da FUA. Ampliando as fontes de pesquisa para imprensa, documentos internos dos grupos envolvidos e história oral, o autor traz um olhar crítico sobre a organização, reconstruindo sua trajetória, pontuando seus limites e fraquezas e ressaltando sua relação com os outros movimentos de luta antifascista anteriores e posteriores. Passadas duas décadas de sua defesa, a obra de Castro (1999) segue sendo a principal referência no estudo sobre a FUA e sobre o momento do antifascismo brasileiro que a organização marcou. O autor ressalta também a atuação dos militantes trotskistas na FUA, que, junto com os socialistas, formavam o “núcleo central” (CASTRO, 1999, p. 126) da organização.

A história do trotskismo no Brasil é um campo de estudos existente há cerca de 40 anos, mas que, apesar de diversos e importantes trabalhos, permanece

¹⁴ Uma breve reflexão sobre essa questão e sobre a memória do movimento operário será desenvolvida no capítulo 2.

¹⁵ Em sua obra, a autora reconhece a dimensão processual da fundação da ANL, mencionando as tentativas anteriores de unidade antifascista, mas não cita a FUA.

¹⁶ Acrescenta-se também o trabalho de Konrad (1994), que teve a importância de deslocar o olhar sobre a ANL de São Paulo e Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, mas deixou de fora qualquer menção às experiências antifascistas anteriores à aliancista.

pequeno em relação ao campo mais amplo da história da classe operária. De qualquer forma, essa historiografia, principalmente a que aborda os primeiros anos da Oposição de Esquerda no Brasil, acabou por dar grande destaque à FUA e ao que a sua constituição e atuação tinha de coerência com as principais bandeiras defendidas pelos trotskistas naquele momento, como a questão da unidade de esquerda na forma da frente única e o combate ao “socialismo num só país” e à estratégia revolucionária nacional-burguesa do PCB. Aqui, é importante destacar os trabalhos de Castro (1993), Marques Neto (1993), Miguel Tavares de Almeida (2003) e Roberto Lisboa (2014), que buscaram lançar o olhar para as primeiras organizações trotskistas no Brasil a partir de uma visão crítica e com amplo uso de fontes.

Em tempos mais recentes, é perceptível um avanço relativo à identificação da FUA na história do antifascismo no Brasil, como nos trabalhos de Carlos Prado (2019) e de Vinícius Arantes (2021). Embora permaneça como interesse secundário – a obra de Prado (2019) trata da relação entre partidos e sindicatos na década de 1930 e a de Arantes (2021) dos conflitos entre antifascistas e integralistas na imprensa da cidade de Bauru – a abordagem desses autores demonstra que não é mais possível falar sobre história operária na década de 1930 sem levar em consideração esse momento da luta antifascista.

1.2.2 A historiografia sobre a Aliança Nacional Libertadora

A investigação da historiografia da ANL também revela um corpo literário relativamente pequeno, apesar da grande atenção que a organização recebeu historicamente. Essa produção pode ser dividida entre obras de cunho memorialístico e de caráter acadêmico, embora essa delimitação deva ser considerada com cautela, perante a observação de pelo menos um caso em que esses dois momentos se justapõem.

A trajetória de ascensão e declínio da ANL e, especialmente, o episódio dos levantes de novembro de 1935, foi tema privilegiado da produção memorialística de ex-militantes envolvidos nos acontecimentos, que colocaram no papel suas experiências e leituras próprias sobre aquele processo. Essa produção, particularmente ativa durante a segunda metade da década de 1970, tem, por óbvio, as características de qualquer relato pessoal, mas são reveladoras de uma

preocupação com o estabelecimento dos fatos e de uma maior aceitação editorial e pública a esse tipo de narrativa.¹⁷ Referindo-se à historiografia do levante de novembro de 1935, Pinheiro (1982, p. 11), figura importante na organização e publicação dessas memórias, ressalta a importância de relatos como o de Heitor Ferreira Lima na produção de “uma análise mais complexa dessa insurreição militar que alguns historiadores menos avisados continuam a chamar de ‘revolução comunista”.

A partir dos anos 1990, percebe-se um maior interesse acadêmico na temática, que passa a indagar sobre como um movimento tão marcante da história contemporânea brasileira ainda era pouco estudado e por demais envolto na mística da dita “Intentona Comunista”. Assim, essa historiografia vem no sentido de desmistificar essa memória, a partir de um estudo que aborda uma ampla variedade de fontes e traz um refinamento teórico. Um exemplo importante, mas que diverge parcialmente dessa produção, é o trabalho de Edgard Carone (1991), cuja obra tem características tanto da memorialística, quanto da historiografia profissional. Apesar de apresentar uma riqueza de informações, baseando-se em autobiografias, depoimentos e relatos orais de ex-militantes, o autor acaba por fazer uma leitura apologética da ANL, construindo uma narrativa heróica dos acontecimentos e da atuação de suas lideranças. O caráter “híbrido” do trabalho é particularmente evidente na narrativa do levante de novembro de 1935, em que Carone (1991) ressalta o heroísmo e qualidades pessoais dos envolvidos, ao mesmo tempo em que critica as decisões que levaram à insurreição.

Ainda no início da década de 1990, novas referências sobre o tema surgiram com as obras de Pinheiro (1991) e de M. Vianna (1992). Fazendo uso de um amplo leque de fontes, esses dois autores irão oferecer uma interpretação crítica da história da ANL. Tanto Pinheiro (1991), quanto M. Vianna (1992) enfatizam a influência tenentista na ANL, mas apresentam pequenas divergências em relação ao papel conferido à Internacional Comunista, especialmente em relação ao levante de novembro. Embora nenhum dos autores dêem créditos à argumentação que atribuiu à IC a responsabilidade pela ANL e pela insurreição armada,¹⁸ Pinheiro (1991, p. 327) pontua o papel dos comunistas dentro da “complexa relação entre determinantes internacionais e nacionais na definição dos rumos para a revolução”.

¹⁷ Essa questão será aprofundada no capítulo 2 deste trabalho.

¹⁸ Como presente na obra de Stanley Hilton (1986).

M. Vianna (1992), por sua vez, busca relativizar essa agência, interpretando-a como uma aceitação condescendente da IC, em relação aos acontecimentos no Brasil e a seu potencial revolucionário. Uma terceira interpretação, de A. Prestes (2006), enfatiza o papel do dirigente pecebista Miranda e os demais delegados brasileiros presentes na III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe em superdimensionar as condições objetivas e subjetivas para uma revolução no Brasil, o que teria levado o partido a uma virada tática chancelada pela IC. No entanto, a autora chama atenção para o caráter dessa revolução a ser realizada, que não teria um caráter “comunista”, mas sim democrático-burguesa.

No decorrer dos anos 1990 e adentrando na década de 2000, uma série de trabalhos acadêmicos acompanharam o renovado interesse com a temática da ANL, que foi inaugurado pelas pesquisas de Pinheiro (1991) e M. Vianna (1992). São exemplos dessa produção as obras de André Couto (1996), Valter Freitas (1995), Diorge Konrad (1994), Paulo Machado (2005), Jacira Primo (2006) e Carla Silva (1998). Curiosamente, todos os trabalhos citados são dissertações de mestrado e uma característica marcante dessa historiografia é a ampliação da variedade de fontes utilizadas, trazendo para a análise documentos pessoais e cartas de sujeitos envolvidos, arquivos dos órgãos de repressão, textos memorialísticos e até mesmo a documentação ainda pouco pesquisada da IC. São notáveis também o grande investimento na pesquisa empírica¹⁹ e a busca por um deslocamento de olhar do eixo Rio de Janeiro-São Paulo para outros estados, como Rio Grande do Sul (KONRAD, 1994) e Bahia (PRIMO, 2006).²⁰ A já referida tese de Castro (1999), apesar de centrar o olhar na trajetória da FUA, também se insere na historiografia sobre a ANL, na medida em que compreende as duas organizações como partes de um mesmo processo. Por fim, é importante mencionar obra de Almeida (2005), em que o autor confronta a política aliancista com as críticas contemporâneas feitas à ela pelos trotskistas brasileiros que militavam na Liga Comunista Internacionalista (LCI), trazendo novas perspectivas a partir de uma leitura de dentro do próprio movimento operário, explicitando possibilidades distintas de ação política e diferentes leituras sobre a realidade.

¹⁹ A exemplo de Primo (2006) e Erick Oliveira (2017). O último traz uma pesquisa original nos arquivos da IC, em língua russa.

²⁰ A mudança de enfoque para estados antes desprivilegiados na historiografia do tema é marca de um processo mais amplo de descentralização da produção de conhecimento acadêmico com relação ao Sudeste do país.

Retornando à classificação de Batalha (1998) após realizar uma breve revisão bibliográfica do tema aqui abordado, é possível fazer algumas considerações no sentido de caracterizar os diferentes momentos dessa produção. A historiografia sobre o antifascismo popular no Brasil não passou pelas 4 etapas sugeridas por Batalha (1998) de maneira clara, parecendo pular (a produção sociológica deu pouca atenção ao tema), ou justapor etapas (como se observou na obra de Carone²¹), ou, pelo menos, apresentá-las de maneira condensada. Existe um vasto corpo de produção memorialística, mas que ocorre entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade dos anos 1980, período em que também foi lançada a obra de Dulles (1977) em língua portuguesa, que seria o representante “brasilianista” que abordou o tema.

1.3 Por que a história do antifascismo brasileiro? Compreensão do passado e lições ao presente

No trabalho de conclusão de graduação (BRAZIL, 2018), em que foi obtido o grau de Bacharel em História, foi realizado um estudo da formação e atuação do primeiro núcleo de Oposição de Esquerda no Brasil, os trotskistas. Foi observado naquele texto o constante esforço realizado por esses sujeitos no sentido de construir uma unidade entre as tendências de esquerda no período, partindo de uma leitura de que a defesa de liberdades democráticas e a luta contra o fascismo eram imprescindíveis para a própria existência das organizações do movimento operário como partidos de classe independentes. Numa conjuntura de ascensão internacional do fascismo e de um Estado brasileiro que buscava a cooptação do operariado,²² essa busca por unidade se manifestava na luta unitária antifascista e na luta pela unidade sindical perante à sindicalização “oficial” que o governo Vargas tentava implementar.

Como foi possível perceber na revisão bibliográfica, a temática abordada nesta pesquisa carece de uma ampla historiografia específica. Embora a ausência de um volume de produções sobre um tema não justifica por si só uma pesquisa nele situada, uma revisão dessa literatura permite perceber que ainda existem

²¹ CARONE, op. Cit.

²² Questão de profundos e essenciais debates historiográficos, algumas considerações sobre o tema serão feitas no capítulo 2.

muitas lacunas a serem preenchidas, além de – e principalmente – serem poucas as pontes entre autores diferentes e que trataram de assuntos próximos, como Castro (1999), Konrad (1994), A. Oliveira (2013), Pinheiro (1991), A. Prestes (2008) e M. Vianna (1992). Salvo o exemplo de A. Oliveira (2013), esses autores não centraram os seus esforços na análise de como os antifascistas compreendiam o fascismo e o próprio antifascismo. Tematizar a questão da construção ativa desses conceitos permite ressignificar as experiências que FUA e ANL representaram, deslocando o olhar dos problemas que seus limites políticos impuseram (muito maiores no caso da primeira, do que da última), para aquele do seu papel subjetivo na consolidação da luta antifascista no Brasil.

Tratar dessa temática significa também analisar as disputas em torno da memória do movimento operário, assim como em relação ao pioneirismo na luta antifascista. Segundo Castro (1999, p. 23), a fundação da ANL e o seu levante “são como que faróis [...] [que] tendem a ofuscar todo o processo que lhes dá sentido e ao qual eles se remetem”. Assim, até mesmo autores especializados na temática, como Carone (1991), Konrad (1994), Pinheiro (1991) e M. Vianna (1992), não deram atenção à FUA e ao papel que a organização teve no antifascismo dos anos 1930, assim como não problematizaram os esforços antifascistas na colônia italiana paulista.

A questão que se coloca não é a de “defender a honra” de sujeitos históricos apagados pela historiografia, mas sim reivindicar o seu papel na conjuntura e a necessidade de problematizá-los como parte indissociável da história do movimento operário. Castro (1999) foi o primeiro a demonstrar o papel importante que a FUA teve no seu curto período de existência, mesmo com severas limitações e falta de organização. O autor foge tanto do sumário apagamento praticado por alguns historiadores, quanto do problema de “atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles”, como alerta Hobsbawm (2000, p. 17). Segundo Castro (1999), a FUA foi a primeira grande tentativa de construção de unidade entre as esquerdas brasileiras e sua atuação levaria mais tarde à sua própria superação (tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos), na forma da ANL.

No tempo presente, em que grupos fascistas e neo-nazistas ocupam os espaços públicos com intensidade cada vez maior e movimentos que se reivindicam antifascistas também aparecem mundo afora, fica evidente que a temática do

antifascismo encontra novos (ou renovados) significados na conjuntura política atual. Concomitantemente, os apelos e tentativas de construção de unidade entre as organizações de esquerda também remetem à necessidade de estudar formas pioneiras de construção de luta unitária e antifascista. Assim, esta pesquisa não dispensa a perspectiva da história militante tal qual defendida por Georges Haupt (1985), em que o rigor e o olhar crítico do passado operário são as chaves para um trabalho igualmente sério e engajado. O compromisso com a compreensão da realidade se torna ainda mais importante, por se buscar avaliar os erros e acertos do passado com o fim de contribuir nas lutas do presente e pelo futuro (MONTEIRO, 2016).

É também muito importante, de maneira geral, a continuação da reconstrução da história das organizações do proletariado, como já vem sendo defendida e realizada em tempos mais recentes por autores como Konrad (2004), Lisboa (2014) e Márcio Monteiro (2016). A profusão e a grande importância de estudos, desde a década de 1960, sobre trabalhadores e trabalhadoras “vistos de baixo”,²³ frequentemente não-organizados, não diminui a importância de se investigar os partidos políticos, sindicatos e frentes que permearam a história da classe trabalhadora. Espaços privilegiados de atuação política do operariado, o estudo dessas organizações pode se apropriar das muitas contribuições do campo da história social para uma leitura que fuja às tradicionais “hagiografias”²⁴ militantes que foram corretamente criticadas pela historiografia do trabalho.

No capítulo 2, serão abordados os aspectos teórico-metodológicos que são necessários para se lidar com as fontes utilizadas, desenvolvendo uma reflexão sobre os desafios de escrever uma história operária que retome a tradição intelectual do marxismo crítico, rigoroso e livre de dogmatismos e determinismos, ao mesmo tempo em que incorpora outros conceitos e aportes que foram desenvolvidos ao longo dos séculos XX e XXI. Longe de pretender uma análise “neutra” e distanciada do objeto de pesquisa, será desenvolvida uma reflexão sobre as possibilidades e a própria necessidade de uma história militante. Parte do rigor exigido passa por dar maior atenção ao tratamento teórico-metodológico de dois dos principais tipos de fontes que serão utilizadas, a memorialística e a jornalística.

²³ A referência é explícita ao termo cunhado por E. P. Thompson na década de 1960 (SHARPE, 1992, p. 40).

²⁴ Biografias dos santos cristãos (BATALHA, 1998, p. 148).

No capítulo 3, será elaborada uma revisão bibliográfica sobre as trajetórias da FUA e da ANL. A leitura inicia pelo processo de formação da primeira e suas conexões com o antifascismo italiano dos anos 1920 e o trotskismo brasileiro, passando pelas formas de luta privilegiadas, como a imprensa e a tática de contracômícios e pontuando os alcances e limites da organização. A ANL também receberá o tratamento processual que lhe é devido, como organização herdeira da mobilização de setores da esquerda da época, que foi “facilitada” por processos como os da FUA e da CJPI. Diferente de ser “comunista”, é preciso olhar com cuidado para a participação do PCB e de militantes comunistas nessa organização. Será estudada a maneira como essas duas organizações compreenderam o fascismo, no sentido das leituras teóricas acerca do que é, de como surgiu e de como derrotar o inimigo. Sendo assim, serão demonstradas as diferenças a respeito da concepção de frente que cada uma carregava, o que também implicava em olhares diferentes a respeito da emergência do fascismo e do seu caráter, como fenômeno. Para tanto, a memorialística e a imprensa antifascista se apresentam como fontes privilegiadas de análise.

No capítulo 4, será feita a análise dos significados de fascismo e antifascismo para as duas organizações, com base nas elaborações contidas na sua imprensa. Assim, será feita a identificação de algumas características do fascismo que eram construídas nos jornais através de expedientes diversos, como textos teóricos, charges e mesmo notícias cotidianas que podiam ser instrumentalizadas para revelar os horrores do fascismo.

Espera-se, através desta pesquisa, contribuir para a reconstrução desses dois capítulos da história do antifascismo no Brasil, compreendendo como essas organizações entendiam o fascismo, como buscaram se organizar para combatê-lo e como os seus esforços podem servir de elementos para a reflexão acerca das lutas do tempo presente. A conjuntura atual de violência política, ascenso da extrema-direita e dos “neofascismos” demanda que os setores democráticos da sociedade pensem em novas formas de unidade de luta, para as quais as experiências do passado podem servir não só de inspiração, mas de material para as mais rigorosas críticas e autocríticas.

2 A história operária e suas fontes: reflexões teórico-metodológicas

As páginas a seguir irão tratar dos aportes teórico-metodológicos que são pertinentes a esta pesquisa, com o propósito de fornecer subsídios para os procedimentos que serão realizados nos capítulos seguintes. Uma discussão dessa natureza é também útil para fomentar o próprio debate sobre o fazer historiográfico, propondo reflexões, problematizando questões e apontando caminhos possíveis dentro do campo mais amplo da disciplina histórica.

É possível perceber, em alguns momentos da exposição feita neste capítulo, que foi sentida a falta de aportes teóricos que dessem conta de maneira mais específica dos objetos abordados. Essa dificuldade advém, em grande medida, do desinteresse acadêmico para com os recortes utilizados, especialmente se tratando de organizações políticas, dentro do movimento operário e do espectro das esquerdas e cronologicamente situado num período da história republicana brasileira em que muitas e importantes pesquisas já foram realizadas.²⁵ Sendo assim, espera-se que o apontamento dessas lacunas possam contribuir no sentido de fomentar discussões teórico-metodológicas que carreguem a preocupação em produzir novas sínteses sobre a temática.

Serão abordadas, num primeiro momento, a questão da “crise da modernidade”, seus efeitos na disciplina histórica e as possibilidades que o campo do marxismo tem de se reconstruir sob bases críticas. A seguir, será feita uma reflexão sobre a legitimidade do conhecimento histórico e a necessidade de se construir uma prática historiográfica militante. Na sequência, serão levantadas questões sobre o tratamento de fontes memorialísticas, assim como algumas conclusões sobre as obras de Abramo (1984; 2014) e Maffei (1984), que são centrais para esta pesquisa. Por fim, será feito um estudo sobre o uso de fontes jornalísticas, com a análise de dois jornais que pertenceram às organizações que são objeto desta pesquisa: *O Homem Livre (HL)*, da Frente Única Antifascista e *A Manhã (AM)*, da Aliança Nacional Libertadora.

2.1 A “crise da modernidade”, a história operária e o marxismo

²⁵ Uma síntese das discussões gerais dessa produção pode ser encontrada no trabalho de Gláucia Konrad e Diorge Konrad (2013).

A trajetória da história do trabalho no Brasil (e na Europa) já foi alvo de extensos debates acadêmicos, principalmente referentes à “crise da modernidade” e aos seus efeitos nesse campo, e, mais especificamente, na historiografia de recorte marxista. Desde meados dos anos 1960, uma série de transformações têm ocorrido na intelectualidade de maneira geral e, no que é mais interessante para esta reflexão, no campo da História, configurando o que seria uma grande crise paradigmática. Segundo Silvia Petersen e Bárbara Lovato (2013, p. 127), as expressões “crise do conhecimento histórico” e “crise da modernidade” se tornaram recorrentes nas discussões acadêmicas desde então e seriam parte de um mesmo movimento que buscou questionar (ou mesmo rejeitar) a razão iluminista e as explicações científicas dos fenômenos. Se antes o paradigma “moderno” podia carregar a esperança utópica de uma sociedade livre e baseada na racionalidade, agora ele podia ser visto como um símbolo de tirania, autoritarismo, opressão e instrumentalização do poder.

É necessário ressaltar que o debate sobre a “crise da modernidade” é extremamente complexo e se encontra ainda em aberto. Se por um lado a própria noção de crise pode ser questionada, por outro, entre os que rejeitam a modernidade, o panorama de formas de pensamento é diverso, sendo a pluralidade intelectual justamente uma das marcas dessa tendência. De qualquer maneira, é inquestionável o fato de que essas movimentações acabaram por abalar o edifício iluminista construído desde o século XVIII até a primeira metade do XX. Das suas rachaduras teria surgido a “pós-modernidade”, ou uma “condição pós-moderna”, trazendo o significado de uma superação da modernidade.²⁶

No campo da História, as tendências das últimas décadas do século XX englobam correntes tão distintas entre si quanto a micro-história, a história cultural e a terceira geração dos *Annales*. É interessante, entretanto, compreender como esse processo de crise e debates pôde trazer novas possibilidades de pesquisa e novos olhares que influenciaram a historiografia e, mais precisamente, a história do trabalho. Segundo Emília Viotti da Costa (1994), essas novas tendências permitiram aos historiadores não só uma ampliação dos objetos de estudo, mas dos próprios olhares sobre as fontes. Teria ocorrido um movimento “do porão ao sótão” - como

²⁶ Neste trabalho não será proposta uma conceituação precisa de “pós-modernidade”, nem se buscará uma crítica aprofundada aos seus pressupostos básicos. A própria tarefa de conceitualizá-la é desafiadora, levando-se em consideração as muitas correntes de pensamento que decorreram da crítica da modernidade, muitas vezes se entrecruzando, justapondo ou mesmo discordando.

afirma Peter Burke (1992, p. 79), ao referir-se à terceira geração dos *Annales* - da base (ou infraestrutura) para a superestrutura, do econômico e do social para o político, o cultural e o ideológico. Para Costa (1994, p. 10), o grande mérito desse movimento de contestar o determinismo estrutural e buscar ampliar os horizontes possíveis da pesquisa história é também a razão de sua principal fraqueza:

[...] no afã de originalidade, ao inverter simplesmente os postulados da historiografia dos anos 60 em vez de integrá-los numa síntese mais rica, corre não só o risco de recriar, sob aparência do novo, um tipo de história bastante tradicional, mas o que é mais sério, no afã de buscar novos temas pode deixar inteiramente de lado aspectos que são fundamentais para a compreensão da vida do indivíduo em sociedade, deixando-o desprovido dos referenciais necessários para que ele possa situar-se no presente e projetar a construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

Assim, ao “inverter simplesmente os postulados da historiografia dos anos 60” (COSTA, 1994, p. 10), teria ocorrido a troca de um determinismo por outro: do estrutural pelo superestrutural. Seria, portanto, uma “total inversão da dialética” (COSTA, 1994, p. 12), em que o aspecto político e emancipador do trabalho historiográfico também se encontrava ameaçado. Nesse processo, a história do trabalho teria sido uma das principais arenas da disputa travada entre os historiadores ainda muito ligados às concepções tradicionais e estrutural-marxistas e os novos historiadores, deslumbrados com as possibilidades do novo, mas sem encarar com criticidade suficiente a própria novidade.

Para a referida autora, ambos os lados estão equivocados, restando ao marxismo aprender com as importantes problematizações levantadas durante a crise da modernidade, sob pena de não superar os seus antigos pressupostos estruturalistas e de seguir deixando de cativar novas gerações de historiadores/as. Aí jaz a importância do retorno à dialética e a necessidade de se buscar uma nova síntese, sendo:

[...] de suma importância nos determos para refletir sobre essas tendências, não para retornar às abordagens e práticas que foram obviamente superadas pela própria história contemporânea, nem para simplesmente celebrar as novas abordagens, mas com o objetivo de abrir caminhos para uma nova síntese mais fecunda (COSTA, 1994, p. 10).

O historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior (2004, p. 43) realiza um diálogo direto com o trabalho de Costa (1994), no que concerne às críticas recebidas pelo marxismo nas últimas décadas, quando este passou a ser “a principal herança a ser abandonada, quando não o principal inimigo a ser abatido”. Antes de “ser

abandonada”, seria necessário identificar que tradição marxista é essa, dita economicista, mecanicista e teleológica (SENA JÚNIOR, 2004, p. 43). Assim, o autor propõe um retorno aos autores da tradição crítica do marxismo, em que não se encontraria esse pensamento escolástico e dogmático, buscando (SENA JÚNIOR, 2004, p. 43)

[...] identificar nas críticas dos “outros marxismos”, não apenas as de Sartre e Thompson, mas também as de Trotsky e Gramsci, os fundamentos de uma historiografia antideterminista e antidogmática que trafega sem problemas no campo das “liberdades” e “subjetividades”, sem abandonar “simplesmente” os postulados da historiografia tradicional.

Similarmente, Eric Hobsbawm (1998, p. 159), no ensaio *O que os historiadores devem a Karl Marx?*, levanta a questão da diferença entre o pensamento de Marx e suas contribuições para a historiografia e o que ele chama de “marxismo vulgar”:

[...] a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas ideias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chamaremos a esse tipo de influência de ‘marxista vulgar’, e o problema central da análise é separar o componente marxista vulgar do componente marxista na análise histórica.

Assim, concorda-se com Sena Júnior (2004) e Hobsbawm (1998) quando estes propõem a rejeição do “marxismo vulgar”, assim como um retorno a Trotsky, Antonio Gramsci (no caso de Sena Júnior) e ao próprio Karl Marx (no caso de Hobsbawm) e também um apoio na história social inglesa e sua crítica de dentro do próprio marxismo, sem abandonar a perspectiva utópica e de transformação da realidade.

Ao pensar-se mais especificamente na história das organizações de esquerda, novos problemas aparecem. Aqui, a questão da consciência de classe aparece como ponto-chave. Na história do trabalho, essa concepção acabou sendo pautada, majoritariamente, pela vulgarização de Marx e Lenin promovida pelo stalinismo (MATTOS, 2007), e que foi, em grande parte, disseminado a partir dos Partidos Comunistas e seus esforços em construir uma “história oficial” da classe operária que desse legitimidade às suas concepções e trajetórias (HAUPT, 1985). As antigas seções nacionais da extinta Internacional Comunista se postulavam como as únicas depositárias da memória e história do movimento operário, numa narrativa

que mitificou o operariado e suas experiências de classe. Embora não tenha sido esta a única corrente de pensamento acerca da questão da consciência de classe no século XX (MATTOS, 2007), ela certamente teve um impacto profundo na historiografia do trabalho, influenciando historiadores marxistas mais ou menos ligados aos partidos comunistas mundo afora.

No Brasil, o cenário carregou semelhanças ao europeu,²⁷ ainda que numa escala comparativamente muito menor. Segundo Virgínia Fontes (2017, p. 15, grifos no original):

Nos últimos tempos se dissemina uma nova fábula histórica, segundo a qual durante um certo período o 'marxismo' teria predominado na história mundial ou, em versão nacional, na história brasileira, e que teria sido destronado por novas teorias. Vale lembrar as condições da vida intelectual de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Jacob Gorender, Ciro Flammarion ou Carlos Nelson Coutinho, citando apenas alguns, para rapidamente se dar conta de que há algo de estranho nessa fábula. Terem feito obras portentosas, terem enfrentado as correntes dominantes, não resultou em predomínio no campo científico semi-autônomo das ciências sociais brasileiras. Seu enorme prestígio intelectual, integralmente devido às tarefas hercúleas com que se defrontam, e que seguem como balizas para seus pósteros, atravessa as gerações, *mas à contra-corrente*. Jamais se converteu em mesquinho domínio burocrático e em silenciamento do conhecimento.

De qualquer forma, é importante ressaltar que as armadilhas da “história oficial” e das disputas pela “verdadeira” história do operariado ainda são atuais e permanecem como uma preocupação necessária ao historiador que lida com essa temática, como alerta Alvaro Bianchi (2012). Substituir uma produção idealizada e legitimadora de determinado partido ou tendência política por outra, igualmente marcada por essa característica, não pode ser o objetivo da pesquisa comprometida com o rigor teórico-metodológico necessário.

A partir dos anos 1980 no Brasil, a chamada “nova história do trabalho” (VAN DER LINDEN, 2009, p. 12), ao problematizar a historiografia militante de cunho hagiográfico que lhe antecedeu e ampliar o escopo das pesquisas para além das organizações operárias, também rompeu com a noção até então predominante no movimento operário sobre a consciência de classe. Nesse sentido, a história social inglesa foi a principal influência, principalmente na figura de E. P. Thompson, que defendia uma concepção de consciência de classe como algo construído culturalmente, influenciada e condicionada - mas não determinada - pela experiência

²⁷ Segundo Batalha (1998, p. 147), alguns exemplos desta historiografia “hagiográfica” que podem ser citadas são os trabalhos de Linhares (1977), Pereira (1962), Rodrigues (1966) e Segatto (1981).

de classe, esta sim fruto de determinações externas (THOMPSON, 2004). O que seria, para Thompson, uma história social “vista de baixo” (SHARPE, 1992). Assim, fugia-se do esquematismo e ampliava-se as fontes de pesquisa e os espaços em que atuavam os trabalhadores não-organizados, para além da disputa estritamente política das organizações, instituições e Estado, com a emergência de temáticas ligadas à cultura e ao cotidiano.

A crítica ao monopólio dos partidos comunistas sobre a história operária levou à rejeição das organizações políticas do operariado como objeto de estudo justamente por não as enxergar mais como possíveis formas mais bem-acabadas do operariado como classe. A própria questão da validade do conceito de “classe” passou a ser contestada. Retornando à questão da “inversão dialética” (COSTA, 1994, p. 12),

[...] O cultural, o político, a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes [...] Assim também a[s] crítica[s] bastante válida[s] às noções essencialistas de classe e às relações mecânicas entre classe e consciência de classe, [...] desembocaram em posições que levam ao completo abandono do conceito de classe como categoria interpretativa.

Ao rejeitar-se tanto o conceito mecanicista de classe, quanto a sua completa negação, é possível adotar a perspectiva construída por E. P. Thompson, na qual a classe aparece como algo que “acontece” e não como um pressuposto (THOMPSON, 2004, p. 10). Assim, resgatada do “campo ‘essencialista’ da estrutura” e inserida “no campo das identidades e relações constituídas historicamente” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 58), a classe deixa de estar engessada e ganha um aspecto dinâmico.

No que pese a grande contribuição que a historiografia da classe operária de influência inglesa teve no Brasil, é necessária uma problematização a respeito dessa produção, especialmente a que tratou do período pós-1930 a partir da crítica à teoria do populismo. Essa historiografia, representada por historiadores como Jorge Ferreira (2001), Daniel Aarão Reis Filho (2001) e Ângela de Castro Gomes (1996), teve o importante papel de combater a visão que tendia a privilegiar a ação do Estado e dos partidos em detrimento da subjetividade da classe operária, que passou de alvo da política do governo Vargas, na concepção do que se convencionou chamar de “teoria do populismo” (DEMIER, 2012), a sujeito de sua própria história, conquistando espaços, negociando e demonstrando graus variados

de autonomia.²⁸ No entanto, segundo Demier (2012), a perspectiva sustentada por esses historiadores acabou por subestimar o poder do aparato de Estado no seu esforço de cooptar o operariado, o que leva à limitação da noção de consciência de classe aos estreitos parâmetros da política em um Estado burguês e em uma sociedade de classes. Torna-se necessário um estudo das organizações políticas do operariado a partir de uma perspectiva que evite o mecanicismo economicista, ao mesmo tempo em que questiona também os limites “das lutas travadas pelos trabalhadores por dentro da ordem social capitalista” (DEMIER, 2012, p. 349).

2.2 A legitimidade do conhecimento histórico e o retorno da história militante

Grande parte das inflexões teóricas que atingiram o campo da história (e outras ciências humanas) na segunda metade do século XX abriram caminho para o questionamento das pretensões de verdade, muitas vezes colocadas em termos absolutos, autoritários e etnocêntricos, e, como consequência, das possibilidades de um papel social do historiador na atualidade. Essas mudanças são reflexo também de uma transformação na maneira com que se lida com o tempo, na configuração de um regime de historicidade presentista, segundo François Hartog (2021). O próprio e já referido abandono do estudo das organizações do movimento operário – paralelo ao abandono de um certo conceito de classe – refletem essa mudança paradigmática e da perda da perspectiva de transformação da realidade e da noção de utopia. Sendo assim, na tentativa de sugerir caminhos no sentido de uma nova síntese, será realizada uma reflexão sobre a legitimidade do conhecimento histórico e as possibilidades de uma história militante.

Inicialmente, é preciso examinar como se configura esse novo padrão de temporalidade e suas implicações para a disciplina histórica. O historiador Rodrigo Turin (2018), ao lançar um olhar para a reforma do ensino médio no Brasil, observou uma mudança de linguagem no texto que seria sintomática da realidade do mundo a partir da década de 1980. A palavra “flexibilidade” passa a ocupar um papel central nesse novo ordenamento social, em que a inconstância é a marca (TURIN, 2018, p. 189-190):

²⁸ Uma discussão aprofundada sobre a teoria do populismo e as visões críticas a ela pode ser encontrada na obra de Demier (2012).

[A flexibilidade] diz respeito à capacidade de reação (mais do que de ação) a um estado de movimento contínuo e hiperacelerado, mas que não se dirige a nenhum lugar específico. [...] Tornando-se um vocábulo comum para expressar diferentes experiências em uma mesma forma temporal, o conceito de “flexibilidade” traz em si uma transformação sensível na concepção de história, esvaziando as diversas dimensões teleológicas, carregadas de futuro, que qualificaram a sua dimensão processual desde a modernidade clássica.

Essa flexibilidade remete à capacidade do indivíduo em adaptar-se a uma existência na qual o presente é absoluto, não existe um passado definido e nem um futuro possível e tudo está em constante movimento rumo ao nada (TURIN, 2018). Existe um elo muito forte entre essa realidade e as transformações ocorridas na dinâmica entre capital e trabalho a partir do mesmo período identificado por Turin (2018). O declínio do proletariado industrial, em favor do proletariado de serviços, criou uma nova morfologia do trabalho, marcada pela precarização e explosão do trabalho informal, terceirizado e flexível (ANTUNES, 2018). Daí que a classe trabalhadora, na sua configuração contemporânea, está inserida numa “sociedade do trabalho abstrato” (ANTUNES, 2018, p. 26), constituinte de um “presente onipresente” (HARTOG, 2021, p. 15) e aprisionador.

Segundo Hartog (2017, p. 25-26), a História perdeu seu estatuto de autoridade construído durante o século XIX e boa parte do XX:

Quem lhe lançou o golpe mais rude foi a progressiva transformação de nossas relações com o tempo, do futuro em direção ao presente: a oclusão do futuro e essa ascensão de um presente onipresente, que eu nomeei presentismo. Com esse paradoxo, apontado por Marcel Gauchet: o futuro desaparece do horizonte, ao passo que a nossa capacidade de produzi-lo ‘multiplicou-se’ como nunca. Mais ainda do que imprevisível, ele se tornou ‘infigurável’.

Nesse panorama presentista, a memória assume um papel cada vez maior, chegando a ocupar um espaço institucional dentro do Estado nas chamadas políticas de memória. Essa transformação ocorre na medida em que se desconstrói e se abala a ideia de uma história coletiva, capaz de conformar a todos os componentes da nação e configurar uma identidade nacional. Do contrário, as identidades se tornam multipolares, e portanto, baseadas numa multiplicidade de memórias. Assim, percebe-se como, segundo Hartog (2017, p. 26, grifos no original) “[à] Clio sucedeu sua mãe, *Mnemosine*: Memória, a mãe das musas”.

Estando impelida a competir com a memória, esta muito mais acessível, conectada às novas demandas e mais passível de ser transformada em artigo de

consumo, que papel a História (e o historiador) têm perante essas transformações? Para além da simples adaptação, no sentido de oferecer produtos de consumo, numa lógica de submissão ao mercado, ao historiador é muito mais imperativo (re)assumir um papel na transformação da realidade, não no sentido corporativista de autoproteção profissional, mas sim no de cumprir um papel no trabalho de devolver a esse mundo a noção de utopia.

O abandono da perspectiva militante na História, vista como um sinal de comprometimento com determinado partido político ou tendência e de descomprometimento com o saber científico isento, ocorre em paralelo ao questionamento dos paradigmas “modernos”, na chamada “crise da modernidade” (PETERSEN e LOVATO, 2013, p. 127). Não é coincidência a concomitância desse abandono, tanto com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, eventos que foram verdadeiros monumentos do “fim” da utopia socialista, quanto com o próprio fim da história proclamado por Francis Fukuyama.²⁹

No entanto, é possível afirmar que a história não chegou ao seu fim, pois, embora o capitalismo tenha passado por mutações, mantiveram-se os seus princípios básicos da divisão entre capital e trabalho que, somados às novas formas de socialização do último, confirmam que a luta de classes ainda ocorre (ANTUNES, 2018). A classe trabalhadora ainda existe, embora atravessada por outros marcadores identitários (gênero, raça, orientação sexual, etc.), que se relacionam dialeticamente com a questão econômica. Assim, ganha importância uma história militante que assuma os compromissos apontados por Georges Haupt (1985), para quem o rigor e o olhar crítico do passado operário são as chaves para um trabalho igualmente sério e engajado. Por se buscar compreender os erros e acertos do passado com o fim de contribuir com as lutas do futuro, o compromisso com a busca pela verdade adquire um caráter essencial.

Desde meados do século XX, quando a historiografia de inspiração positivista entrou em declínio, foi superada a questão da legitimação da História como ciência a partir de critérios como a heurística das fontes, o estabelecimento de causas e efeitos e outras marcas do aspecto cientificista da modernidade (HOBSBAWM,

²⁹ O artigo “*The End of History*” (FUKUYAMA, 1989) e o subsequente livro “O fim da História e o último homem” (FUKUYAMA, 1992), do cientista político estadunidense Francis Fukuyama, causaram uma forte e negativa reação entre historiadores do mundo inteiro, mas é questionável se as consequências do pensamento do autor (crença na democracia liberal como forma máxima de organização político-social e morte das utopias) não acabaram sendo “internalizadas” por uma parcela significativa da historiografia acadêmica desde então.

1998). Por outro lado, no afã da rejeição desse aspecto negativo e autoritário da modernidade, grande parte dos historiadores, quando não acabaram por abandonar qualquer pretensão de cientificidade, ao menos colocaram-na em dúvida. Tal movimento ocasionou questionamentos quando o profissional de História foi impelido a atuar na esfera pública como um “perito” de sua área. Surge então a seguinte dúvida: se a História não é capaz de produzir verdades científicas, que autoridade teria um historiador para atuar como juiz?

Um exemplo de atuação pública de um historiador como “perito” foi a de François Bédarida, consultado, ao final do século XX, como *expert* em história da França de Vichy, no contexto do julgamento de nazistas e colaboracionistas da época. Tal acontecimento, segundo Paulo Knauss (2008, p. 145), era expressão de uma realidade em que a História se afirmava “como um instrumento de julgamento de crimes contra a humanidade e capaz de definir a marca do genocídio”. A atuação de Bédarida advinha também de uma preocupação com o combate ao negacionismo então praticado em relação ao Holocausto, dando à sua atuação um contorno de defesa da objetividade dos fatos (BÉDARIDA, 1998, p. 149. Grifos no original):

Observemos que, paralelamente, o retorno inflexível do acontecimento na historiografia contemporânea obrigou a reabilitar o estatuto do factual, que desprezamos muito depressa, assimilando-os aos preceitos positivistas [...] Por outro lado, o fato, em vez de encontrar-se em estado bruto no interior de não sei qual dado inscrito na natureza, deve ser definido como uma *relação* entre fenômenos, eles próprios atestados por vestígios e sinais visíveis. A partir daí a operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto dos documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do objeto estudado – de acordo com um método adaptado a cada caso – e a construir um discurso atribuindo-lhe coerência e sentido.

Percebe-se que não se trata de uma objetividade cientificista, absoluta e essencialista, mas movida por um funcionamento interno que responde a regras. Assim, o conhecimento histórico encontra sua legitimidade através da ética e a objetividade é o que o define moralmente (KNAUSS, 2008, p. 146):

Interrogar o papel do conhecimento histórico implica, entre outras coisas, reconhecer a historiografia como um fato moral. Nesses termos, tratar a historiografia como fato moral significa caracterizar a história como valor coletivo que se traduz por meio da escrita da história e de seus autores.

Uma reflexão diferente, mas que vai ao encontro da apresentada acima, no sentido da legitimação do conhecimento histórico através da ética, foi feita por João Ohara (2019). Segundo o autor, essa ética constitutiva da verdade histórica se

baseia numa relação de expectativa e confiança firmada entre historiador e leitor. Recorrendo a um diálogo entre a problemática da tensão entre leitura e escrita desenvolvida por Michel de Certeau e a do contrato de leitura entre historiador e leitor produzida por Paul Ricoeur, Ohara concebe o historiador como um agente moral (OHARA, 2019, p. 17). Assim, “o problema da verdade no texto histórico não pode ignorar, como tem sido feito, o caráter eminentemente ético da maquinaria que produz a verdade em história” (OHARA, 2019, p. 20).

Afirmar que a ética do trabalho historiográfico se baseia numa relação de expectativa e confiança entre historiador e leitor significa dizer que o leitor espera que quem o informa fale de uma posição de especialista, tendo obtido esse reconhecimento como historiador por seus pares mediante sua passagem por um processo de formação na área. Portanto, o leitor espera que aquilo que lhe é dito é verdadeiro e não uma falsificação. Ao mesmo tempo, o leitor confia um sentido de autoridade ao historiador por presumir que este escreve a partir de uma posição de maior conhecimento que ele. Assim, a natureza da legitimação do conhecimento histórico se trata de uma questão ética (OHARA, 2019).

A pequena reflexão feita neste subcapítulo teve como intenção suscitar uma provocação sobre o senso de responsabilidade social do historiador e o auto-reconhecimento de sua posição como agente moral. Considerando-se a superação de teses fatalistas e o fato de que se adentra em novos ciclos de crise do capitalismo, nos quais capital e democracia liberal-burguesa estão em lados opostos de uma margem que se alonga cada vez mais (HARTOG, 2021), é preciso reconstruir a perspectiva de uma história militante, compromissada com a transformação da realidade. Realizar esse resgate não deve servir para reviver as narrativas autoproclamatórias e autolegitimadoras do passado, nem para resgatar o aspecto autoritário e cientificista da modernidade, mas sim para a construção de uma historiografia que encontre sua legitimação na ética e que reconheça a dimensão da História como fato moral.

2.3 Passado, memória e militância: a disputa pelo legado do antifascismo no Brasil

A seguir, será voltada a atenção para a questão das disputas pelo legado do movimento operário, um campo que envolve produção de memórias hegemônicas e

dissidentes (principalmente de militantes), esquecimentos e apagamentos. No que concerne à preocupação central desta pesquisa, o antifascismo no Brasil da década de 1930, existem algumas possibilidades de problematização em relação à temática da memória, que serão apresentadas através de uma breve exploração. Muito distante de pretender esgotar as possibilidades de investigação que esse caminho proporciona, o trabalho aqui realizado visa subsidiar as discussões feitas no capítulo seguinte e abrir espaço para possibilidades futuras de pesquisa. De qualquer forma, o estudo das disputas sobre a memória do antifascismo no Brasil é elucidativo a respeito das próprias concepções de fascismo e antifascismo que foram construídas pelos sujeitos envolvidos nessas lutas.

Num primeiro momento, será realizada uma breve reflexão teórica sobre o tema, através de uma revisão da bibliografia pertinente e do estabelecimento de aproximações e distanciamentos entre essa produção e a memorialística militante. A seguir, será realizada uma análise comparada de duas obras de militantes que estiveram (ou não) presentes na contramanifestação do dia 7 de outubro de 1934, quando antifascistas se chocaram com integralistas na Praça da Sé, em São Paulo. São os casos das obras *A Revoadada das Galinhas Verdes*, de Fúlvio Abramo (2014) e *A Batalha da Praça da Sé*, de Eduardo Maffei (1984). As diferenças de narrativas em relação ao evento e ao processo que conduziu a ele serão analisadas não sob uma ótica de estabelecer qual versão seria factualmente verdadeira, mas sim para compreender como cada sujeito se apropriou simbolicamente do ocorrido e do legado da luta antifascista no geral.

Segundo Elizabeth Jelin (2002, p. 2, tradução nossa), existem alguns pressupostos básicos que os historiadores precisam levar em conta ao pensarem memória:

Primeiro, entender as memórias como processos subjetivos, ancorados em experiências e em marcas simbólicas e materiais. Segundo, reconhecer as memórias como objeto de disputas, conflitos e lutas, o que indica a prestar atenção ao papel ativo e produtor de sentido dos participantes dessas lutas, enquadrados em relações de poder. Terceiro, “historicizar” as memórias, ou seja, reconhecer que existem mudanças históricas no sentido do passado, assim como no lugar designado às memórias em diferentes sociedades, climas culturais, espaços de lutas políticas e ideológicas.³⁰

No caso da história do movimento operário, a situação não é diferente. As disputas em relação à memória ocorrem em diferentes palcos, seja o da esfera pública, em que o Estado opera um esforço de estabelecer uma memória coletiva nacional que acaba por entrar em conflito com outras memórias construídas dentro da classe trabalhadora, seja o do interior do próprio movimento, em que partidos e tendências diferentes disputam a autoria de ações heróicas, a paternidade de organizações e, de maneira geral, a legitimidade perante a classe social que visam representar politicamente.

Assim, destaca-se dois pontos de disputa de memória que são importantes para as preocupações desta pesquisa: 1) a questão do legado do antifascismo no Brasil, marcado pelo apagamento que as experiências anteriores à ANL sofreram na memória dos ex-dirigentes e da maior parte da historiografia e 2) a disputa acerca da autoria da contramanifestação antifascista do dia 7 de outubro de 1934,³¹ em que se observam versões diferentes entre as obras de Fúlvio Abramo (1984) e de Eduardo Maffei (1984). Um terceiro ponto, de grande interesse, mas que não será abordado neste momento, é o do significado do levante aliancista de novembro de 1935, em que a memória coletiva da “Intentona Comunista” vai se confrontar com a memória do PCB e dos tenentes envolvidos, que ressaltam como o Estado brasileiro, apoiado por amplos setores sociais, instrumentalizou o ocorrido como pretexto para um avanço autoritário cada vez maior.

³⁰ No original: “Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder. Tercero, ‘historicizar’ las memorias, o sea, reconocer que existen cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas.”

³¹ Episódio referido por “Batalha da Praça da Sé” por Maffei (1984) e por “A revoada dos galinhas verdes” na edição de 2014 da obra de Fúlvio Abramo. Através dessas escolhas de nomes, já é possível perceber a importância imbuída no acontecimento pelos militantes envolvidos e pela esquerda como um todo, bem como o apelo a uma memória heróica e militaresca.

Outro aspecto sobre a memória que é importante investigar é aquele levantado por Márcia Motta (2012, p. 25), que procura situá-la como algo que parte do presente e constitui um elo permanente com o passado ou, ao menos, uma ideia de passado:

Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente.

Assim, é forçoso compreender os contextos em que as memórias sobre essas questões levantadas foram produzidas. Em caráter preliminar, pode-se realizar algumas observações. Diversas obras de memórias de ex-militantes do PCB foram publicadas na segunda metade da década de 1970,³² numa conjuntura de enfraquecimento da ditadura militar e de início de um processo de transição para um governo civil no Brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). As lutas operárias deflagradas naquele período tiveram grande influência nos movimentos de contestação à ditadura e num deslocamento no sentido de ampliação das liberdades acadêmica e de imprensa (BATALHA, 1998). Esse contexto pode vir a explicar uma maior aceitação do mercado editorial a esse tipo de obra, assim como um maior interesse público em memórias que, ainda que remetessem a um passado já distante, ecoavam no presente. No espaço acadêmico, a expansão dos programas de pós-graduação, que abriram espaço para novos estudos sobre o movimento operário brasileiro, também deve ser citada como parte desse processo que concedeu às memórias de militantes um renovado destaque.

No caso das obras de memória sobre a contramanifestação antifascista de 7 de outubro de 1934 (ABRAMO, 1984; MAFFEI, 1984), nota-se que datam da efeméride de 50 anos do acontecimento do episódio, assim como que estão inseridas num contexto de maior abertura política e últimos anos de ditadura civil-militar no Brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Já o trabalho de M. Vianna (1992) sobre a ANL, de caráter acadêmico, utilizou como fonte entrevistas realizadas no final dos anos 1980, contexto de grande efusão de lutas e debates políticos, decorrentes do final da ditadura (SCHWARCZ e STARLING, 2015). É notável, no entanto, que a produção acadêmica do final da década de 1980 já se encontrava no

³² Agildo Barata (1978), Leôncio Basbaum (1976), Gregório Bezerra (1979), Octávio Brandão (1978) e Elias Chaves Neto (1977) são alguns exemplos.

contexto referido por Batalha (1998, p. 154) como de “crise” e de “perda do interesse acadêmico na história operária”, num processo que teria acompanhado a chamada “crise da esquerda”, mais ampla e de proporções internacionais.

Por último, é importante confrontar essas memórias em disputa com a conceituação feita por Michael Pollak (1989, p. 4), ao ressaltar o papel que a história oral teve em fazer emergir as “memórias subterrâneas”:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.

É indispensável alertar para os cuidados especiais que é preciso ter ao apropriar-se de conceitos desenvolvidos a partir de casos específicos.³³ Assim, ainda que seja possível enquadrar a memorialística dos militantes como “subterrânea”, é importante denotar as diferenças entre os casos, a fim de ressaltar as nuances e matizes e evitar uma transposição mecânica de conceitos.

Uma observação preliminar permite se perceber que a memorialística militante, que publicou livros autobiográficos e/ou foi entrevistada por historiadores acadêmicos, esteve mais preocupada com a autojustificação e a construção de narrativas heróicas e legitimadoras para dentro do próprio movimento operário e de esquerda, do que com uma intervenção na memória coletiva nacional. Assim, é necessário problematizar a noção de Pollak (1989, p. 4) de uma memória subterrânea que opera uma “subversão no silêncio”, assim como não se pode dizer que tenha ressurgido “em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. É importante ressaltar a carência de um estudo mais profundo sobre o impacto dessas publicações, o que permitiria avaliar sua recepção fora dos círculos acadêmicos e de esquerda.

No entanto, é muito adequada a noção de oposição dessa memória militante à “memória oficial”, principalmente no que se refere ao episódio dos levantes aliancistas de 1935, bem como no seu papel (ainda que periférico) em acentuar “o

³³ No caso do autor supracitado, trata-se de uma análise da memória de dissidentes soviéticos, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores forçados da Alsácia.

caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). É também possível transferir essa dinâmica para a relação entre a memória pecebista e a memória trotskista de eventos como a contramanifestação antifascista e o próprio levante aliancista, configurando uma memória “dissidente da dissidente”, ou “subterrânea à subterrânea”. A memória do PCB não aparenta ter constituído uma memória “oficial” tão forte como a que os historiadores europeus denunciam nos seus contextos (HAUPT, 1985; HOBBSAWM, 2000), mas não é forçado argumentar que a memória de dissidências à esquerda do PCB tenha sido (ao menos, por muitos anos) apagada ou silenciada. Um olhar rápido para historiografia das organizações operárias no Brasil permite observar a predominância de trabalhos sobre o PCB, em detrimento das experiências trotskistas.³⁴

2.3.1 A glória em disputa: o caso da contramanifestação antifascista de 1934

Um exemplo bastante ilustrativo das disputas acerca do passado que são mobilizadas pela memória é todo aquele que remete a episódios emblemáticos, que tendem a ofuscar os processos que foram fundamentais para a sua ocorrência (CASTRO, 1999). No caso do antifascismo brasileiro pré-ANL, o evento singular que carrega a marca de subsumir a mobilização que lhe deu origem, além de ser objeto privilegiado de disputa entre tendências diferentes, é o da contramanifestação antifascista de 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé, centro de São Paulo. Marcada pelo peso simbólico de ter sido a mais significativa vitória popular sobre o fascismo nas ruas de uma das maiores cidades do país, a responsabilidade pela sua organização foi disputada por diferentes sujeitos, interessados nos possíveis ganhos políticos do episódio. Nesse sentido, são destacadas as obras de Abramo (1984; 2014) e Maffei (1984) por serem as versões mais sofisticadas dessa memorialística, dedicando livros inteiros ao acontecimento e ao processo que levou a ele.

Retornando à colocação de Motta (2012) sobre a questão da importância de se verificar o contexto de produção das memórias, um olhar atento para as obras escolhidas, nesse sentido, pode permitir extrair algumas informações importantes. Como já foi exposto, ambas as obras datam de 1984, ano que marcou os 50 anos da contramanifestação, além de estar inserido numa conjuntura de maior abertura

³⁴ Para um estudo mais aprofundado desta questão, ver Lisboa (2014).

política no Brasil. A obra de Maffei, intitulada *A Batalha da Praça da Sé*, foi publicada pela editora *Philobiblion*, como parte da coleção *Redescobrimiento do Brasil* e recebeu um prefácio do historiador Nelson Werneck Sodré.³⁵ Esses fatos já denotam um esforço, para além de marcar a efeméride do evento, de situar a obra entre narrativas que possam oferecer uma nova interpretação sobre a história do país. Já a obra de Abramo (1984) foi publicada inicialmente com o título de *7 de Outubro de 1934 – 50 anos* na primeira edição dos Cadernos CEMAP, periódico criado pelo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP),³⁶ do qual o autor foi um dos fundadores. Trinta anos depois, em 2014, marcando 80 anos da contramanifestação, a obra foi publicada pela editora *Veneta*, sob o título de *A Revoada dos Galinhas Verdes* (ABRAMO, 2014). A nova edição acrescenta ao texto de Abramo (que faleceu em 1993) uma série de fotos contidas no acervo do CEMAP, além de algumas notas e informações novas.

Outro ponto importante de se analisar são os objetivos que cada autor tem ao escrever o seu relato. No caso de Abramo, o sentido de sua escrita é explicitado nas primeiras páginas da obra e se dá a partir de três aspectos que se relacionam, mas que podem ser divididos da seguinte forma: 1) o de “retraçar as etapas principais” (ABRAMO, 2014, p. 13) que levaram à contramanifestação, remontando a trajetória da FUA e de seu esforço na construção da unidade; 2) o de apresentar esse processo como exemplo que, apesar de todos os seus percalços e de toda sua complexidade, possa servir de “matéria de reflexão para orientação das novas gerações de lutadores das classes oprimidas” (ABRAMO, 2014, p. 13) e 3) a defesa de uma perspectiva de escrita da história “da parte de quem está em condições de fazê-lo”, a fim de “desmistificar uma suposta historiografia praticada por gente de várias qualificações e origens” (ABRAMO, 2014, p. 13).

Na obra de Maffei, a intenção do autor não está expressa de maneira clara, tal qual a de Abramo. De qualquer forma, é possível perceber sua preocupação em ressaltar a questão da unidade, a partir de um viés que valoriza o sacrifício pessoal

³⁵ Segundo Maffei (1984), foi o próprio Sodré quem deu a ideia para o título do livro. O relato do autor também revela que a obra se encontrava na forma de “originais primitivos” (MAFFEI, 1984, p. 113) já no ano de 1979, o que sugere que a inspiração para sua escrita se deu pelo menos meia década antes da efeméride. 1979 é também o ano da publicação da reportagem de Paulo Sérgio Pinheiro e Ângela Ziroldo para a revista *Istoé*, em que os autores entrevistaram os militantes Fúlvio Abramo, Hermínio Sacchetta e Mário Pedrosa sobre o episódio da Praça da Sé (PINHEIRO e ZIROLDO, 1979). Esse artigo é citado diversas vezes por Maffei, que questiona os depoimentos do trio.

³⁶ Essa instituição, fundada em 1981, tem até hoje um papel fundamental na história do movimento operário e na edificação de uma historiografia que desafia o domínio das narrativas tradicionais na área.

de deixar de lado as diferenças políticas para lutar conjuntamente contra um inimigo em comum. Assim, o autor critica aqueles que insistiam em dificultar a construção da unidade com seus debates “extemporâneo[s], vazio[s] e derivante[s]” (MAFFEI, 1984, p. 78), como os travados entre os então trotskistas Fúlvio Abramo e Mário Pedrosa e o então “stalinista” Hermínio Sacchetta. Maffei também enfatiza a própria questão do passado e as disputas em torno dele que, mesmo com o passar dos anos, continuavam ocorrendo e tenta assumir uma posição neutra e alheia a esse debate, constantemente criticando os militantes que teriam tentado assumir autoria dos acontecimentos.³⁷ De narrativa bastante pessoal e literária (o autor era escritor, além de médico), a obra de Maffei expressa diversas vezes uma preocupação com exaltar o heroísmo dos sujeitos envolvidos na batalha (mesmo aqueles criticados) e com o aspecto moral das disputas, dando pouca atenção para o conteúdo político dos debates que ocorriam no interior do movimento operário.

Na medida em que enfatizam aspectos diferentes do processo, os autores já realizam uma disputa em torno da sua memória, mas também o fazem de maneira mais explícita quando favorecem a dimensão do testemunho pessoal dos fatos (e processos) e seu objetivo de estabelecê-los corretamente. Assim, a ênfase que Abramo dá aos entraves na construção da unidade difere bastante da maneira como Maffei trata a questão. Para Maffei, a unidade foi construída às pressas, perante a iniciativa do PCB, que teria “virado a chave”, percebido o perigo do integralismo e abandonado o seu sectarismo, e somente obtida após a superação de debates que eram vistos como desnecessários e apenas expressões dos egos dos militantes e das organizações que representavam.³⁸ Em suma, o que dificultava a unidade era uma questão mais moral do que conjuntural ou referente às diferenças táticas e estratégicas entre as correntes, expressada pelos embates entre “stalinistas” e trotskistas (MAFFEI, 1984, p. 79). No momento em que essas diferenças foram colocadas de lado, durante uma reunião em que tenentistas e anarquistas conseguiram moralizar as duas partes em litígio, a unidade foi construída, sob liderança do PCB (MAFFEI, 1984, p. 79):

³⁷ O autor é particularmente ácido com os militantes que contavam histórias sobre o seu heroísmo no dia, sem nem terem participado do embate. Curiosamente, Castro (1999) menciona que Miguel Costa Júnior, então militante da Juventude Comunista (JC) e amigo pessoal de Eduardo Maffei, teria lhe relatado que Maffei não estava presente no dia da contramanifestação.

³⁸ Nesse ponto, não surpreende que a crítica à postura do PCB centrada na pessoa de Hermínio Sacchetta, então dirigente do partido, mas que mais tarde saiu dele e se tornou trotskista.

Como por um passe de mágica, chegou-se a um acordo de trégua ideológica [...] Durante uma disputa irritante entre líderes comunistas e trotskistas, Carmelo Crispino, não tomando conhecimento da perlanga, pediu a expulsão dos camaradas de Stalin e Trotski para que se pudesse combater o fascismo... Ristori emendou [...] Só faltou nos chamar de imbecis, pois enquanto os integralistas preparavam a ocupação das ruas, nós, os antifascistas, estávamos nos perdendo em pendências nem sequer ideológicas. Frola, chorando [...] descreveu o ganho dos espaços urbanos e a tomada do poder por Mussolini, enquanto seus opositores se entredevoravam como se estivessem numa arena, sob os olhares complacentes das classes dominantes [...] Depois falou Edgard Leuenroth cordatamente [...] E foi claro: só o objetivo, o impedimento da parada fascista, nos interessava [...] E foi assim que surgiu a frente única.

No relato de Abramo, a dimensão que assume papel principal é a dos entraves que o PCB colocava à construção da frente única entre as organizações, boicotando a FUA e constantemente polemizando com os trotskistas. Para Abramo, a questão da unidade se coloca como uma obviedade: sem ela não teria ocorrido sucesso na contramanifestação. Citando Mário Pedrosa, o autor escreve (PEDROSA, apud ABRAMO, 2014, p. 56):

A data de 7 de outubro (de 1934) não pode ser sectarizada nem monopolizada por esta ou aquela tendência. Ela pertence a todos nós, ela se deve sobretudo ao heroísmo do proletariado de São Paulo; sua comemoração cabe a todos nós, anarquistas, antifascistas, democratas, revolucionários, stalinistas e trotskistas, comunistas e socialistas que participamos dela na medida de nossas forças e num espírito de frente única verdadeiramente proletário [...]

A grande questão que Abramo visa esclarecer através do seu testemunho é como se chegou à unidade e por que não se chegou antes a ela. Sua resposta está no sectarismo das outras organizações, especialmente anarquistas e pecebistas. Quanto aos primeiros, o autor apresenta uma visão um tanto superficial e estigmatizada (tal qual Maffei), compreendendo o sectarismo anarquista como uma questão de princípio. Quanto aos segundos, a análise é mais aprofundada, remetendo à tática do “terceiro período”, à perseguição pecebista aos trotskistas e sua recusa em dar legitimidade aos dissidentes, à leitura da importância da luta antifascista como secundária à luta contra a guerra,³⁹ à política de não compor frentes únicas com outras organizações, em favor das frentes “pela base” e, por fim, remete até mesmo à concepção estratégica do partido, de revolução por etapas. A figura de Hermínio Sacchetta aparece como a do dirigente pecebista que tentava

³⁹ Esse ponto é expresso pela constituição e mesmo relativo sucesso do Comitê Antiguerreiro que o partido criou em 1933 (CASTRO, 1999). A relação entre FUA, Comitê Antiguerreiro e PCB será explorada no capítulo 3 deste trabalho.

deslegitimar os trotskistas a todo instante, mas que finalmente cedeu e, contrariando o Comitê Central do PCB, aceitou construir unidade antifascista com outras organizações.

É necessário enfatizar como ambos os autores demonstram uma preocupação pelo processo histórico, e não apenas pelo evento em si, embora este seja o clímax de suas narrativas. Abramo busca explicar o episódio a partir da formação e atuação da FUA, numa narrativa que tem o papel de corrigir os erros de historiadores que a invisibilizaram e que destaca o papel fundamental que a organização teve na difícil tarefa de construir unidade entre as esquerdas. Já Maffei encara o processo como uma lenta tomada de consciência do PCB e das outras correntes do movimento operário acerca do perigo do fascismo e da necessidade de superar o sectarismo. O autor ressalta que a dificuldade em aprender com o passado foi fundamental para esse atraso das esquerdas e permaneceu sendo um problema posteriormente à contramanifestação, visto que o período que a sucedeu foi do “pior fascismo que o Brasil jamais conheceu” (MAFFEI, 1984, p. 110).⁴⁰

Embora seja necessário relativizar os relatos até aqui abordados, tanto na sua fidelidade aos fatos, quanto nas suas interpretações, é importante evitar de lançar um olhar condescendente em relação a esses autores e suas narrativas. Mesmo que se possa apontar o óbvio partidarismo dos dois,⁴¹ interessados em contar a história a partir de sua visão pessoal, as duas obras não estão isoladas das tendências historiográficas e dos processos políticos pelos quais o Brasil e o mundo passavam. Sendo assim, a maneira com que os autores constroem narrativas e se apropriam do passado não diferem, ao todo, do que faz qualquer outra obra historiográfica, na medida em que nenhum historiador, por mais profissional e rigoroso que seja, não se situa acima e distante do seu objeto de pesquisa.

Para concluir, é preciso retomar o ponto da publicação da obra de Abramo em 2014, sob o título de *A Revoada dos Galinhas Verdes*, para propor algumas reflexões. A comemoração dos 80 anos do episódio da Praça da Sé se faz num contexto bastante distinto, mas que carrega algumas semelhanças desconfortáveis com a realidade da década de 1930. No que pesem as diferenças de conjuntura, é

⁴⁰ Em referência à ditadura do Estado Novo.

⁴¹ No caso de Abramo, é questionável até mesmo chamar esse livro de “versão trotskista” dos fatos, visto que outros trotskistas que participaram, como Pedrosa e Sacchetta, trazem interpretações bastante distintas (PINHEIRO e ZIROLDO, 1979). Quanto a Maffei, resta a dúvida sobre chamar sua obra de “versão pecebista”. No entanto, a exemplo do que se observa com Abramo, a disputa de narrativas parece menos ligada às organizações, do que à memória pessoal de cada militante.

inegável que as eleições de governos de extrema-direita em diversos países (como o Brasil), a ascensão de grupos fascistas e o próprio recrudescimento da luta de classes levaram a uma reapropriação popular do conceito de antifascismo, principalmente em mobilizações de categorias sociais ausentes no contexto dos anos 1930, como as torcidas organizadas antifascistas e o precariado digital que protagonizou o “Breque dos Apps”.⁴² Tendo sido relançada no século XXI, com o objetivo de fornecer lições sobre a importância da unidade antifascista, numa edição que conta com um sofisticado trabalho gráfico e editorial, com um novo nome, que ressalta o triunfo antifascista e desmoraliza o fascismo, será possível afirmar que a versão memorialística de Abramo se tornou a mais visível? Teria sido a obra de Maffei, que não passou da sua primeira edição, em 1984, relegada à invisibilização e esquecimento? Sendo assim, que lições a versão de Abramo traz para a atualidade?

Em relação aos dois primeiros questionamentos, não há elementos suficientes para se fazer qualquer afirmação. Quanto ao terceiro, o mais importante para as preocupações desta pesquisa, é possível chegar a uma conclusão, embora não pretensamente definitiva. No que pesem eventuais erros factuais e a superestimativa do seu papel individual nos acontecimentos, a interpretação de Abramo é mais realista e bem-sucedida em mostrar a complexidade do processo que levou à conquista da unidade. Além de mostrar como essa unidade foi momentânea, fruto da reação dos partidos empurrados pela sua base social quando a situação se mostrava crítica, Abramo consegue demonstrar que essa construção não se deu por acaso, e que não se explica meramente pela superação da disputa entre egos dos militantes, mas sim como resultado de uma luta que remonta a, pelo menos, o ano de 1933 e que foi constantemente deslegitimada por um setor grande do movimento operário, o PCB e por um setor ainda muito influente, dos anarquistas. Embora faça uma leitura superficial e estigmatizada em relação ao sectarismo anarquista, a análise que Abramo faz dos motivos que levaram o PCB (por mais que o autor cometa alguns erros e confusões nesse sentido também) a não legitimar os esforços de trotskistas, socialistas e tenentistas até o momento em que a situação ficou insustentável, são condizentes com as conclusões que a historiografia traz a respeito da estratégia e da tática do partido naquele período.⁴³

⁴² Para um estudo aprofundado sobre essas mobilizações, ver Desgranges e Ribeiro (2021).

⁴³ Nesse sentido, remete-se principalmente aos trabalhos de Castro (1999; 2002), nos quais o autor examina a formação do Comitê Antiguerrero, principal frente que o PCB fomentou no período anterior

A unidade obtida não subsumiu em nenhum momento as inúmeras diferenças políticas, em termos de projetos coletivos, estratégias e táticas, que dividiam as diversas tendências do movimento operário na época. Se o panorama da esquerda brasileira na década de 1930 já era algo muito diferente de um quadro monocromático, na terceira década do século XXI ele não é nada menos que um verdadeiro mosaico, expressivo dos muitos matizes possíveis dentro do pensamento progressista. Sendo assim, a velha fórmula da frente única, de “golpear juntos, marchar separados” (PARVUS, 1905, tradução nossa), é sugestiva acerca da melhor maneira de construir unidade contra o fascismo, o protofascismo e demais expressões da extrema-direita contrárias às liberdades democráticas, sem pretender um programa que “passe a régua” na importante e rica diversidade existente no espectro político de esquerda.

2.4 História e imprensa: reflexões sobre o estudo das organizações operárias

Nas próximas páginas, serão discutidas questões relativas ao uso de fontes jornalísticas no trabalho historiográfico. Tal recorte é realizado em função da imprensa ser de fundamental importância nesta pesquisa, carecendo então de maior atenção no seu tratamento teórico-metodológico. Sendo assim, serão analisados os periódicos *O Homem Livre* (1933-1934), publicado em São Paulo, e *A Manhã* (1935), publicado no Rio de Janeiro. A escolha por esses dois jornais, respectivamente, da FUA e da ANL, se dá em função de representarem as publicações mais expressivas que manifestaram apoio às duas organizações. Outros jornais também deram espaço para FUA e ANL, mas de maneira esporádica e não tendo as bandeiras levantadas pelas duas frentes como parte fundamental do seu projeto editorial.⁴⁴

Pensar a imprensa como fonte remete necessariamente à reflexão sobre as fontes históricas como um todo. Pode-se tomar o ensinamento de Marc Bloch (2001) de que todo vestígio de atividade humana é passível de ser transformado em fonte para o conhecimento histórico, expandindo assim o conceito de fonte para além do

à ANL e ao livro de Marques Neto (1993), em que estão sintetizados os principais pontos da estratégia e da tática do partido durante o mesmo período.

⁴⁴ São os casos da imprensa ligada aos partidos e sindicatos que compunham essas frentes. Especificamente sobre o jornal aliancista, acrescenta-se o caso de outras publicações que surgiram ou emprestaram espaço à ANL após a fundação de *A Manhã*.

praticado pela historiografia do século XIX e início do XX, quando o documento escrito e oficial figurava como o principal meio de acesso ao passado. No entanto, as fontes não falam por si só ou se constituem como tais por conta própria, sendo o ato de transformar os fragmentos do passado em fontes responsabilidade dos historiadores. Não poderia ser diferente para as fontes de imprensa. Os diversos suportes da imprensa, como jornais, revistas, almanaques e panfletos não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. O apontamento dessa obviedade é necessário para se refletir acerca de como o ato de transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico-metodológico (CRUZ e PEIXOTO, 2007).

Segundo as historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), no processo de ampliação do conceito de fonte histórica, o uso da imprensa se expandiu de forma crescente entre os historiadores. No entanto, esse crescimento não teria sido acompanhado de reflexões teórico-metodológicas sobre o uso dessa fonte. Assim, é importante realizar-se algumas problematizações, para melhor qualificar o uso que será feito de fontes da imprensa nesta pesquisa.

Ao compreender-se a fonte jornalística - tal qual qualquer fonte histórica - como portadora de subjetividade, torna-se essencial localizá-la dentro de seu contexto histórico. O sociólogo Raymond Williams (2007, p. 15), ao abordar a imprensa popular inglesa do século XIX, alertou para os problemas decorridos da prática de enxergar a imprensa deslocada de sua historicidade:

Ainda assim, se a história da imprensa for isolada, não apenas de outras formas cognatas de escrita, edição e leitura, mas como usualmente acontece, de outros tipos de formação e organização política e cultural - decorrentes de movimentos políticos, novas organizações industriais, desenvolvimentos educacionais, mudanças no teatro - ela poderá ser vista meramente como uma fase na história da imprensa, do século dezanove ao vinte, determinada retrospectivamente por si mesma, pelas definições daquilo que a imprensa se tornou.

Assim, historicizar a imprensa significa entendê-la como “uma força ativa da história do capitalismo” e não meramente como espectadora passiva e um “depositário de acontecimentos” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258). Além disso (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258),

[...] trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Essas considerações se aplicam mais diretamente à “chamada grande imprensa” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 268), caracterização que não se pode fazer ao caso dos jornais *HL* e *AM*. Sendo porta-vozes manifestos de organizações políticas do tipo frente, tampouco seus propósitos são dissimulados dos seus públicos leitores, como muitas vezes ocorre na grande imprensa.⁴⁵ No entanto, é importante compreender os limites que a noção de porta-voz possui na dinâmica em que se insere a imprensa:

[...] não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258).

Portanto, existe uma constante negociação entre imprensa e o público leitor, num movimento contínuo e recíproco de pressões exercidas por ambos. Ao mesmo tempo em que a imprensa visa impor um projeto político, ela precisa ouvir os seus leitores. Esses, por sua vez, exercem pressão sobre a imprensa e seu projeto editorial. Aqui se faz necessária uma problematização desse ponto, novamente perante aos dois periódicos que servem de fonte para esta pesquisa. Além de tanto *HL*, quanto *AM* deixarem seus posicionamentos ou mesmo projetos políticos muito evidentes, por outro lado, as pressões sofridas por ambos foram advindas da instabilidade organizativa ou proporcionadas pela própria conjuntura política em que intervinham. É importante lembrar que os dois jornais tiveram uma duração muito curta: *HL* existiu por 10 meses, mas numa periodicidade muito espaçada e irregular, enquanto que *AM*, apesar da regularidade, durou apenas 7 meses, até ser fechado pela repressão política do governo Vargas.

⁴⁵ Nas palavras das autoras (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258): “Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele.”

Apesar do adendo acima apresentado, é interessante observar os procedimentos teórico-metodológicos propostos por Cruz e Peixoto (2007) para se pensar fontes de imprensa, dos quais se buscará fazer uso para uma caracterização mais aprofundada das fontes selecionadas nesta pesquisa. Convém a ressalva de que tal conjunto de procedimentos não deve ser encarado como uma “receita”, mas sim como instrumento que permite o acesso a “dimensões simultâneas e articuladas” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 265) do conteúdo do periódico que se pretende analisar.⁴⁶

Por fim, é necessário pontuar que o uso desse roteiro, com seu aspecto esquematizado, visa apenas sistematizar as informações de maneira organizada, dando um tratamento metodológico igual para os dois periódicos e fornecendo uma ferramenta útil para um olhar comparativo entre eles.

2.4.1 O Homem Livre

a) *identificação:*

- *título:* *O Homem Livre;*

- *datas-limite da publicação:* 27 de maio de 1933 – 24 de fevereiro de 1934;

- *periodicidade:* inicialmente, sua periodicidade é semanal, mas passa por períodos de irregularidade por toda a sua curta existência, podendo ser bissetimanal, ou até mesmo mensal;

- *classificação na instituição:* as 22 edições de *HL* foram inicialmente organizadas no CEMAP, cujo acervo está sob custódia do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), na cidade de São Paulo (CASTRO, 2005). Atualmente, encontram-se digitalizadas e disponíveis para acesso livre on-line, na sua totalidade, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

b) *projeto gráfico:* Primeiramente, é interessante reproduzir as considerações de Castro (2005, p. 69):

⁴⁶ Será feito uso de uma versão adaptada do roteiro de análise proposto por Cruz e Peixoto (2007, p. 265-267).

Mesmo com todos os problemas financeiros o jornal da FUA tinha qualidades técnicas e editoriais. Sua diagramação era profissional, publicava charges oriundas de jornais estrangeiros, era ilustrado com gravuras do artista plástico Lívio Abramo, utilizava-se dos serviços de agências de notícias internacionais, tinha seções fixas sobre artes plásticas, cinema, economia, cultura, ciências, etc. Essa qualidade do jornal deve-se ao fato dele ser produzido por jornalistas e gráficos profissionais, muitos dos quais ligados ao jornal Diário da Noite.

A partir disso, pode-se observar que o *HL* seguia os padrões do que se esperava de um jornal da época, embora tivesse um número de páginas reduzido. Suas primeiras edições tinham 4, em formato *standard*, passando então para 8 páginas em formato tablóide e, posteriormente, reduzindo para 6 e, por fim, 4 páginas. Essa movimentação em relação ao seu tamanho se deve à própria inconstância da FUA, refletindo seus momentos de maior ou menor capacidade organizativa. É possível observar também uma clara prioridade no arranjo do projeto gráfico através de elementos iconográficos como gravuras e charges. Se tratando de elementos textuais, o editorial aparece sempre na primeira página, seguido por notícias e artigos sobre o fascismo no mundo e no Brasil. Seções como “Artes”, “Cinema” e “Economia” aparecem nas páginas interiores do jornal, mas são pouco extensas e geralmente trazem apenas uma matéria por edição. Notícias locais e de esporte, características do jornalismo diário, não aparecem.

Em relação à publicidade, segundo A. Oliveira (2013), era muito comum que fosse feita por militantes ou simpatizantes da organização, a exemplo dos anúncios do advogado Bruno Barbosa e do arquiteto Flávio de Carvalho. Outra anunciante recorrente era a editora *Unitas*, que publicava livros de autores marxistas e era ligada a militantes trotskistas, como Mário Pedrosa e Lívio Xavier (CASTRO, 2016). Apesar desse aspecto militante mesmo nas intervenções publicitárias, percebe-se também a presença de anúncios de pequenos negócios locais diversos, constituindo uma prática tímida, porém constante, durante toda a curta existência do jornal. Outro ponto que chama atenção é a grande quantidade de erros de grafia, provavelmente em virtude da falta de tempo e de profissionais para fazer a revisão dos textos. *HL* também fazia uso dos serviços de agências internacionais que vendiam notícias “no atacado”, como a *Havas*. Utilizando-se, tipicamente, de notícias curtas sobre acontecimentos internacionais, o jornal buscava demarcar sua posição sobre o fato usando um título original e fazendo um breve comentário ao final do texto. Todos esses aspectos são demonstrativos das dificuldades financeiras e organizativas que

acompanharam toda a trajetória de *HL* e da FUA, bem como do grande esforço de autogestão que era despendido pelos seus militantes.

c) *produção e distribuição*:

- *grupos produtores*: o jornal era dirigido por Geraldo Ferraz e tinha como gerente José Pérez, ambos jornalistas e militantes antifascistas, escolhidos para os cargos por não terem filiação com nenhum partido político (ABRAMO, 2014). Somava-se aos dois um pequeno número de colaboradores, como Fúlvio e Lívio Abramo, Miguel Macedo, Mário Pedrosa, Goffredo Rosini e Lívio Xavier (ABRAMO, 2014). Fúlvio Abramo (2014, p. 31) relata que, apesar de não responder oficialmente por *HL*, era ele o responsável pela maior quantidade de tarefas que o jornal exigia,⁴⁷ como

[...] reunir os artigos dos colaboradores, comprar o papel de impressão, encontrar tipografia disposta a arcar com o risco de estampar uma publicação que tinha todos os elementos para ser perseguida e mesmo suprimida, controlar a distribuição dos exemplares nas bancas de jornais e outras tarefas menores, sem contar também com a necessidade de preencher, com notas e outras matérias, os espaços em branco que poderiam sobrar aqui e ali. Além de sair à procura das contribuições para o pagamento das contas.

No mês de agosto, José Pérez deixou *HL*, o que levou à mudança do seu local de redação (CASTRO, 2005). De qualquer forma, os dois endereços do jornal tiveram localização privilegiada, no centro da capital paulista.

- *circulação e distribuição*: não existem dados relativos à sua tiragem, mas o jornal circulava principalmente na cidade de São Paulo. Seu preço era de 200\$, o mesmo de jornais de grande circulação na época, como *A Gazeta*, de Cásper Líbero, e o *Diário Nacional*, o que denota uma preocupação com o alcance de um público amplo. Apesar da comparação ser útil para se especular sobre a perspectiva de circulação do órgão da FUA, é preciso pontuar que os dois exemplos citados se tratam de jornais diários, de grande tiragem e de realidade muito distinta da de irregularidade que marcou a trajetória de *O Homem Livre*.

d) *projeto editorial*: O jornal se propõe, desde o seu editorial de fundação, a “lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo” (CONTRA..., 1933a, p. 1). Assim, seu principal meio de cumprir com esse programa básico e amplo é através da constante desqualificação do fascismo nas suas páginas. Para tanto, o jornal se valia de 3 tipos de recursos discursivos: 1) a desmistificação do discurso fascista,

⁴⁷ Castro (2005) afirma que Mário Pedrosa dividia a função de secretário com Abramo.

expondo suas contradições e a hipocrisia de seus dirigentes; 2) o humor, que subvertia a imagem de seriedade e pureza moral que os fascistas tentavam impor; e 3) a caracterização do fascismo como um movimento de retrocesso à Idade Média, de promoção da barbárie e do obscurantismo (CASTRO, 2005).

Cabe destaque também aos chamados que o periódico fazia, fossem para comícios e atos públicos promovidos pela FUA, fossem as convocações para a construção da unidade na luta contra o fascismo, numa preocupação constante em evitar o seu próprio isolamento.

Outro aspecto importante do projeto editorial de *HL* são as elaborações teóricas a respeito do fascismo e suas múltiplas facetas. Através de um levantamento realizado em todas as edições do jornal, foram localizados 45 artigos que podem ser classificados como “teóricos”,⁴⁸ sendo a maioria relativos à temática do fascismo. Considerando as 22 edições do periódico, a média é superior a dois textos desse caráter por edição, número suficiente para afirmar que a preocupação com alguma medida de rigor teórico era considerável. Sendo assim, encontra-se um número significativo de reflexões mais aprofundadas e escritas, principalmente, por intelectuais trotskistas e socialistas, como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, José Pérez e Francisco Frola.⁴⁹

Ao roteiro de análise seguido acima é importante acrescentar outras observações sobre *HL*. Sua origem se deu por sugestão do militante trotskista italiano Goffredo Rosini, com o propósito original de aglutinar forças para a luta antifascista que se desenhava aos poucos. A preocupação de Rosini era a de abrir um espaço para textos de intelectuais e militantes que compartilhassem do entendimento da necessidade de defender valores democráticos e de combater o fascismo e sua expressão nacional, o integralismo (ABRAMO, 2014). Assim, no mês de maio de 1933, o periódico foi criado por jornalistas do *Diário da Noite*, órgão pertencente a Assis Chateaubriand.⁵⁰

A sustentação material do jornal se dava através do pequeno grupo que o editava e gerenciava, não possuindo um proprietário no sentido convencional. Segundo Castro (1999), existe uma sugestão de que a seção paulista do Partido

⁴⁸ A definição do que seriam textos “teóricos” será elaborada no próximo subcapítulo.

⁴⁹ Muitos desses autores assinavam através de pseudônimos (CASTRO, 2005).

⁵⁰ Fúlvio Abramo, em entrevista a Eugênio Bucci (1987), afirma que o “ultrarreacionário” Chateaubriand tinha o costume de empregar muitos jornalistas de esquerda (a exemplo de Geraldo Ferraz, Miguel Macedo e Lívio Xavier, que chegaram a trabalhar juntos num dos jornais do magnata), por considerá-los mais inteligentes que os de direita.

Socialista Brasileiro (PSB) também cumpria um papel nesse sentido, em função de o jornal ter permanecido em suspenso durante a crise que ocorreu no partido.⁵¹ De qualquer maneira, a fragilidade financeira ficava patente em algumas publicações do jornal, como neste apelo por maiores colaborações (AOS NOSSOS..., 1933, p. 2):

Nestes últimos tempos 'O Homem Livre' tem sido publicado irregularmente. Nossos leitores devem tê-lo constatado. Não queremos esconder a razão desse fato. O nosso jornal está lutando com falta de recursos. 'O Homem Livre' não é financiado por ninguém a não ser por um grupo de antifascistas cuja boa vontade tem sido apreciada e secundada por outros poucos amigos da nossa batalha. [...] Pedimos, por isso, aos nossos amigos não deixar apagar este archote levantado na defesa dos mais nobres ideais da humanidade. [...] Os antifascistas de verdade devem demonstrá-lo fazendo algo mais do que deitar falação.

Por fim, apesar das suas dificuldades materiais, é importante ressaltar o papel positivo e o pioneirismo que *HL* teve como “espaço de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista e carioca do triênio 1933-1935” (CASTRO, 1999, p. 138). Como o primeiro periódico surgido nesse momento do antifascismo brasileiro, foi capaz de constituir um quadro dinâmico de encadeamento de relações e divulgação de ideias em que intelectuais de tendências políticas diferentes (como trotskistas e socialistas) puderam dialogar. Sendo assim, é uma fonte privilegiada para estudar os significados do fascismo e do antifascismo que eram produzidos pela FUA e pelos antifascistas brasileiros como um todo, durante a década de 1930.

Os mesmos procedimentos teórico-metodológicos feitos com o periódico da FUA podem ser utilizados para pensar o jornal *AM*, porta-voz da ANL.

2.4.2 A Manhã

a) *identificação*:

- *título*: *A Manhã*;

- *datas-limite da publicação*: 26 de abril de 1935 – 27 de novembro de 1935 (GASPARIAN, 2010);

- *periodicidade*: do início ao fim de sua publicação, sua periodicidade foi diária, chegando a possuir mais de uma edição por dia a partir de 14 de outubro,

⁵¹ O PSB de da capital paulista teria entrado em crise com a perspectiva do fim da interventoria no governo de São Paulo do general Waldomiro Lima (CASTRO, 1999).

quando do início da Segunda Guerra Ítalo-Etíope.⁵² Se, por si só, a regularidade que *AM* tinha já era significativa da ampla capacidade organizativa que o jornal possuía, quando comparada à irregularidade de *HL*, se percebe facilmente as diferenças de investimento, ambição e alcance que cada jornal tinha,⁵³ refletindo, em grande medida, as diferenças entre as próprias organizações que representavam;

- *classificação na instituição*: existem 178 edições digitalizadas e disponíveis para acesso livre on-line, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional,⁵⁴ não havendo informações sobre o processo de tratamento arquivístico desses jornais.

b) *projeto gráfico*: O jornal era impresso no formato *standard*, tendo 8 páginas durante toda a sua duração. Com o início do conflito na Etiópia, o jornal passa a publicar edições vespertinas, de 4 páginas, trazendo notícias da guerra e outros assuntos.

No sentido da diagramação, o jornal se aproxima muito do que se vê na imprensa da época, apresentando um trabalho de aspecto profissional e com uma boa presença de fotografias (especialmente na capa e contra-capas), ilustrações, gravuras e algumas charges. A presença de anúncios é pequena, mas constante e não sugestiva de “articulação [...] com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 262), considerando a convivência entre pequenos negócios (como consultórios médicos e lojas de roupas) e grandes marcas (como fabricantes de refrigerantes e cigarros). Se tratando de um jornal de razoável circulação, mas com uma orientação de esquerda, não é difícil de compreender porque haveria um interesse apenas modesto dessas empresas em investir em espaços publicitários nas suas páginas.

A capa, a segunda página e a contracapa traziam uma maior quantidade de noticiário político, o que já sugere o enfoque que o jornal buscava dar, com manchetes e notícias que oscilam entre o panfletário e o sensacionalista.⁵⁵ A

⁵² Esse conflito, que culminou com a colonização do último país africano independente, teve ampla repercussão no Brasil e serviu para alavancar o jornal, que chegou a noticiar sobre o sucesso de vendas que a edição extra estava tendo (EDIÇÃO..., 1935, p. 8).

⁵³ É importante pontuar que essa distância se dá mais num sentido quantitativo, do que qualitativo. Esse aspecto das duas publicações será abordado no capítulo 4 deste trabalho. Ademais, a fim de complementar a relativização acerca do tamanho de *AM*, cabe lembrar que o jornal *O Globo*, de grande circulação no Rio de Janeiro na mesma época, chegava a possuir 4 edições por dia (LEAL e MONTALVÃO, 2010).

⁵⁴ As datas-limite apontadas por Gasparian (2010) sugerem que existem 192 edições. No entanto, o acervo da Biblioteca Nacional possui cópias dos números 5 ao 190, com lacunas entre os números 6 e 15 e 110 e 112.

⁵⁵ A título de exemplo, como parte da luta que o jornal travava contra o imperialismo, uma série de reportagens foram veiculadas durante o mês de maio acusando os colonos japoneses no Brasil de

contracapa tinha por costume combinar esses elementos com notícias de acidentes, assassinatos e suicídios (incluindo fotos grotescas dos acontecimentos). Duas páginas eram dedicadas a esportes e uma às atividades culturais locais. A terceira página do jornal sempre trazia o seu editorial, escrito pelo diretor Pedro Mota Lima,⁵⁶ além de um espaço para duas colunas, em que se revezavam diversas figuras que tiveram proximidade com a ANL, como Jorge Amado, Brasil Gerson, Rubem Braga, Álvaro Moreira, Miguel Costa Júnior, Sá Pedreira (pseudônimo de Astrojildo Pereira⁵⁷), Nilo Silveira Werneck, Hermes Lima, Beatriz Bandeira e outros. A partir do número 93, o periódico passa a trazer um suplemento de 4 páginas aos domingos, voltado para textos mais longos e reflexivos a respeito de diversas temáticas recorrentes no jornal, além de poemas, crônicas, ilustrações, gravuras e até histórias para crianças.

AM também fazia amplo uso da reprodução de pequenas notícias de agências internacionais (como a *Havas* e a *United Press*), especialmente no caso de acontecimentos no estrangeiro. Um fato curioso é que essas notícias traziam títulos originais que estabeleciam, desde já, o tom da crítica que o jornal pretendia fazer (tal qual fazia *HL*), mas que gerava, muitas vezes, uma discrepância em relação ao corpo da notícia. Enquanto o título se remetia aos valores aliancistas que o jornal sustentava, a notícia geralmente tinha um tom conservador na linguagem e no apelo, com frequente uso do léxico policialesco ao tratar do tema da repressão, por exemplo.

c) *produção e distribuição:*

- *grupos produtores:* o jornal era editado por Pedro Mota Lima e contava com o trabalho de Osvaldo Costa, Paulo Mota Lima e Sadi Garibaldi (GASPARIAN, 2010). A Manhã contou também com a colaboração de diversos intelectuais ligados à ANL, como os que já foram mencionados acima. Sua sede se localizava no centro da cidade do Rio de Janeiro, na rua Buenos Aires.

- *circulação e distribuição:* não há informações sobre a tiragem, mas o jornal trazia uma diferença de preços entre Rio de Janeiro e Niterói (100\$) e cidades do

serem agentes do governo infiltrados. Esses textos eram acompanhados de charges com representações estereotipadas de japoneses e manchetes como “Brasil, nova Manchúria!”, em referência à então recente invasão japonesa da região da China (BRASIL..., 1935, p. 1; UM ESCÁRNIO..., 1935, p. 1).

⁵⁶ Pedro Mota Lima foi militante do PCB na época e, após o levante de novembro de 1935, se exilou na Argentina, onde continuou envolvido com a militância antifascista (OLIVEIRA, A., 2013).

⁵⁷ A informação é De Luca (2011).

interior do estado (200\$), o que sugere que o foco de sua circulação estava nas duas cidades vizinhas, mas que se espalhava para o restante do estado do Rio de Janeiro. O seu preço era significativamente mais baixo do que o de jornais da grande imprensa da época no Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Comércio*, que custavam 300\$.⁵⁸ Embora seja necessário observar que os dois periódicos mencionados tinham um número consideravelmente maior de páginas do que *AM*, o baixo preço do jornal aliancista traz algumas sugestões a respeito do seu caráter popular.

d) *projeto editorial*: a falta de acesso às primeiras edições e ao editorial de fundação do jornal torna a tarefa de caracterizar de maneira explícita o seu projeto editorial mais complicada. No entanto, a conhecida associação de *AM* com a ANL,⁵⁹ somada às notícias sobre a movimentação aliancista e à presença permanente de temáticas alinhadas ao programa da organização, faz com que seja fácil caracterizar a intervenção pública que o jornal buscava realizar.

As páginas de *AM* trazem um reflexo do diagnóstico feito pela ANL a respeito da condição do Brasil: um país que não havia superado por completo a sua condição de colônia, tendo suas riquezas constantemente exploradas em nome de países imperialistas; incapaz de se libertar de suas amarras “feudais” e assolado pela fome, miséria e precariedade. Nesse panorama, o integralismo aparece como a face mais violenta da reação às lutas do povo brasileiro e da defesa da manutenção da ordem social, simbolizada pela aliança nefasta entre imperialismo e latifúndio. Sendo assim, o jornal se coloca como uma ferramenta de mobilização em torno do programa da ANL e de sua luta anti-imperialista, antilatifundiária e, por consequência, antifascista.⁶⁰

Assim, a propaganda dos pontos principais do programa da ANL se soma à divulgação da sua movimentação (como reuniões de núcleo, comícios, etc.) e à utilização de um expediente de desqualificação do fascismo (e do integralismo) muito semelhante ao utilizado por *HL*. No entanto, os pontos do programa aliancista transparecem em praticamente todas as seções do jornal, salvo o noticiário

⁵⁸ Informação colhida através da pesquisa de um número de cada jornal, no ano de 1935.

⁵⁹ Um número significativo de autoras, como M. Vianna (1992), Primo (2006), A. Prestes (2008) e A. Oliveira (2013) trazem o periódico como órgão da ANL.

⁶⁰ A discussão introduzida nesse parágrafo é fundamental para a análise que será elaborada, nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa.

esportivo⁶¹ e policial. Assim, a luta anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista, da maneira em que esta foi articulada pela militância aliancista, está presente em todos os aspectos do cotidiano, na medida em que são publicadas notícias sobre a situação de miséria de trabalhadores rurais e urbanos, repressão policial, agressões de países imperialistas a povos colonizados, violências praticadas por integralistas, etc.

Por fim, destaca-se como *AM* se colocava como um lugar aberto às reivindicações de trabalhadores de inúmeras categorias, afirmando um compromisso com as lutas operárias no sentido de oferecer um espaço simpático às suas demandas. São muitas as notícias de trabalhadores, comissões, ou representações sindicais que vão diretamente à redação do jornal para denunciar situações de descumprimento das leis trabalhistas, abusos dos patrões e casos de repressão policial. Além disso, o jornal assume posição em favor de diversas campanhas que ocorreram na época, como a do salário mínimo e da libertação de Genny Gleizer.

Para além das informações contempladas pelo roteiro seguido acima, outras reflexões são necessárias. O processo que levou à fundação de *AM* permanece envolto em obscuridade, não tendo sido abordado na historiografia da ANL e do antifascismo no Brasil. A data de fundação do jornal, em 26 de abril de 1935, indica que ele foi criado após o lançamento da ANL, cujo estatuto e diretório nacional foram aprovados no dia 12 de março do mesmo ano (VIANNA, M., 1992). Embora *AM* tenha sido o primeiro, outros periódicos também cumpriram a função de serem órgãos de imprensa da ANL, como *A Platéia*, em São Paulo (jornal existente desde 1888, mas que foi refundado por Brasil Gérson no início de julho de 1935), a revista *Marcha*, no Rio de Janeiro (cuja primeira edição data de 16 de outubro de 1935, já no período clandestino da organização) e, em alguma medida, o jornal *O Homem Livre*, editado por Hamilton Barata e que existia desde 1933,⁶² também na capital federal (OLIVEIRA, A., 2013).

Para A. Oliveira (2013, p. 42), *AM* teria sido “fruto da ação direta do Partido Comunista”. No entanto, se a iniciativa em fundar o jornal se deu pela mão consciente do PCB, o conteúdo nele expresso, e mesmo nos editoriais de Pedro

⁶¹ Cabe pontuar que haviam algumas exceções, como nos casos das lutas do boxeador negro e estadunidense Joe Louis com pugilistas alemães e da tentativa de boicote às Olimpíadas de Berlim, em que a luta antifascista se batia com os ideais e políticas raciais do nazismo (JOE..., 1935, p. 7; A ODIOSA..., 1935, p. 2).

⁶² Não confundir com o órgão da FUA, de mesmo nome e fundado no mesmo ano, mas ativo na cidade de São Paulo.

Mota Lima, é muito mais reflexo da amplitude das pautas levantadas pela ANL e dos limites do seu programa revolucionário nacionalista-burguês. Em muitos pontos, os posicionamentos assumidos pelo jornal e pelo seu diretor se chocam com as posições do próprio PCB na época, como na questão da apropriação das “revoluções” de 1930 e 1932, por exemplo.⁶³ De qualquer forma, o processo de constituição do jornal carece de mais informações, com a maioria dos autores se referindo a ele apenas a partir da sua caracterização como órgão da ANL (M. VIANNA, 1992; PRIMO, 2006; PRESTES, A., 2008).

A própria questão da “oficialidade” de *AM* como órgão da Aliança Nacional Libertadora carece de reflexão, visto que o jornal não se autoproclama órgão aliancista em nenhum momento de sua publicação. Ademais, após o fechamento da ANL, enquadrada pela Lei de Segurança Nacional (LSN) em julho, o jornal chega a declarar veementemente que não é seu órgão oficial, negando qualquer filiação partidária e se colocando em apoio a “todos os movimentos em defesa da liberdade” (A MENTIRA..., 1935, p. 1). Nesse sentido, é possível especular que essa negativa do jornal tenha ocorrido por censura (ou autocensura motivada pelo medo da repressão) ou como estratégia para manter o jornal funcionando e divulgando as bandeiras da ANL de maneira indireta, diminuindo as menções a ela e deixando de noticiar sua movimentação.

Se esse “recuo” pelo qual passou *AM* realmente foi uma estratégia pensada por Pedro Mota Lima, a empreitada obteve um sucesso parcial, visto que o jornal continuou existindo, mas sofreu uma mudança no seu enfoque. A partir de julho, percebe-se que o periódico passou a privilegiar os embates da oposição parlamentar e a buscar alianças ainda mais amplas que o já abrangente programa aliancista. Assim, *AM* passa a atacar o governo Vargas de maneira mais veemente, a publicar notícias sobre outras frentes e movimentos que apareceram na época, além de divulgar a movimentação de organizações que orbitavam a ANL, como o Centro de Defesa da Cultura Popular (CDCP), o Clube da Cultura Moderna (CCM) e a União Feminina do Brasil (UFB).⁶⁴ Sua existência foi abruptamente interrompida em 27 de

⁶³ Tanto a questão do papel do PCB em *AM*, quanto da apropriação das datas mencionadas, serão abordadas nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa.

⁶⁴ Segundo A. Oliveira (2013, p. 55), o CCM tinha um papel semelhante ao do CDCP, que seria “de atuar como um centro de formação, de acesso livre e gratuito, que tinha por objetivo difundir conhecimento às classes populares”. Já a UFB foi uma organização de mulheres, filiada à ANL e que contou com a participação de Maria Werneck de Castro, Armanda Álvaro Alberto e Eugênia Álvaro Moreira, entre outras (CENTRO, s./d.).

novembro (a última edição que se tem acesso é do dia 25), na esteira da repressão que sucedeu aos levantes da ANL.

À guisa de introduzir uma reflexão final e comparativa acerca da imprensa das duas organizações, que será feita, de maneira aprofundada, no capítulo 4, são destacados dois pontos fundamentais: 1) a importância dos jornais antifascistas como espaço de circulação de ideias, mas que não tinham como público-alvo principal apenas a vanguarda dos movimentos sociais e políticos e as camadas da população que exerciam função intelectual,⁶⁵ buscando atingir e educar públicos mais amplos (especialmente no caso de *AM*, com sua periodicidade diária e preço popular); e 2) a dificuldade em enquadrar essa imprensa em categorias como “imprensa operária”, “imprensa popular” ou “grande imprensa”. *AM*, além de trazer posições que podem ser consideradas “burguesas”, pois condizentes com o ideal revolucionário nacional-libertador, também carrega elementos que caracterizam a “grande imprensa”, como a sua periodicidade. Já *HL*, embora congregasse apenas organizações operárias, buscava dar conta dos parâmetros básicos a respeito do combate ao fascismo que uma frente única antifascista exigia, tornando difícil enquadrá-lo como imprensa operária tal qual um jornal de um partido. Além disso, não apresenta nenhuma aproximação aparente com a “grande imprensa”, como foi demonstrado, ao evidenciar a sua irregularidade e precariedade organizativa.

2.5 Os intelectuais, a história dos conceitos políticos e a linguagem

Como foi sugerido no decorrer do subcapítulo anterior, é preciso fazer uma reflexão a respeito da questão da intelectualidade, além de introduzir a problemática da história dos conceitos políticos, do papel da imprensa na construção dinâmica dos conceitos e da importância da linguagem nesse mesmo processo, a fim de compreender melhor os procedimentos teórico-metodológicos realizados nos próximos capítulos (especialmente o 4). Essas discussões ganham importância na medida em que se questiona o uso dos jornais das organizações antifascistas brasileiras como parte fundamental da construção dos conceitos de fascismo e antifascismo que FUA e ANL realizaram.

⁶⁵ Uma reflexão sobre a questão dos “intelectuais” na militância será elaborada no próximo subcapítulo.

Anteriormente, foi feita a referência à presença de textos “teóricos” nos dois jornais que são estudados. Evidentemente, mesmo os artigos mais sucintos e superficiais carregam, ainda que implicitamente, uma bagagem teórica que delinea a sua abordagem a respeito dos problemas que são colocados nos textos. A própria observação de que o discurso antifascista (e anti-imperialista, no caso de *AM*) permeia todo o projeto editorial dos dois jornais já é indicativa a respeito da não-separação entre textos “teóricos” e textos “não-teóricos”. No entanto, diversos dos artigos de *HL* e de *AM* possuem a intenção de refletir acerca de conceitos que são importantes para as bandeiras de luta das organizações que representavam, buscando desenvolver um raciocínio a respeito dos problemas apresentados a partir da explicitação das referências teóricas de fora e convencer os leitores das posições defendidas, naquela conjuntura. Portanto, opta-se por denominar como “teóricos” os textos que carregam essas características, numa separação que se dá apenas para o fim de melhor compreender como questões como o surgimento do fascismo foram compreendidas pelos antifascistas brasileiros.

O problema da separação entre textos “teóricos” e “não-teóricos” reflete e é refletido pela questão mais ampla a respeito da “intelectualidade” e do papel dos sujeitos tidos como “intelectuais” no contexto social em que se inserem. Segundo Gramsci (1982), nenhum “intelectual” pode ser compreendido de maneira isolada do contexto histórico e social em que atua, principalmente na questão das relações sociais que engendram um modo de produção. Questionando os limites da categoria de “intelectual”, Gramsci (1982, p. 6-7) observa:

É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais.

Na perspectiva gramsciana, é questionável a separação entre os trabalhadores “manuais” e “intelectuais”, visto que mesmo o mais braçal dos trabalhos “manuais” exige algum grau de esforço intelectual (GRAMSCI, 1982). Sendo assim, a verdadeira separação se dá não a partir do exercício ou não de uma função intelectual, mas sim da orientação de classe de cada sujeito. Não existem

trabalhadores não-intelectuais, mas existem profissões em que “graus diversos de atividade específica intelectual” (GRAMSCI, 1982, p. 7) podem determinar um papel diferente em relação ao conjunto das relações sociais no qual o trabalhador que exerce função intelectual se insere. Todo trabalhador e militante é um intelectual de classe, o que desloca a problemática do papel do indivíduo em relação à produção para a da luta de classes.

Fazer uso de uma categoria como “intelectualidade antifascista”⁶⁶ para designar aqueles sujeitos envolvidos com a produção de um conceito de fascismo na imprensa antifascista decorreria em dois problemas. O primeiro é a implicação de uma separação entre trabalhadores “intelectuais” e “manuais”, como foi desenvolvido acima. O segundo é específico às fontes utilizadas, visto que, na maioria dos textos de *HL* e *AM* que serão abordados nos capítulos seguintes não são assinados. O caso do jornal da FUA torna a tarefa de localizar os autores muito difícil, pois a grande maioria dos seus textos, mesmo seus editoriais, não são assinados. Mesmo no caso de *AM*, que trazia colunas assinadas e um editorial escrito por Pedro Mota Lima em todas as suas edições, ainda se verifica a ausência de autoria em muitos textos importantes, do ponto de vista de sua capacidade reflexiva a respeito de temáticas recorrentes no jornal. Focalizar a produção intelectual antifascista nos autores individuais significaria abrir mão de uma série de textos não-assinados, mas que contribuem para complexificar a questão da construção dos conceitos. Sendo assim, os termos “intelectual” e “intelectualidade” são utilizados, nos marcos deste trabalho, como sinônimos de trabalhadores que exercem função especificamente intelectual, como escritores, filósofos, acadêmicos, artistas, jornalistas, advogados e médicos.

Como foi introduzido anteriormente, FUA e ANL buscaram construir uma conceituação do fascismo que viria a definir sua concepção do próprio antifascismo. Essa caracterização do adversário político foi amplamente explorada através da imprensa dessas organizações, que com frequência mobilizou um léxico que apontava para o perigo que o fascismo significava para a própria marcha do processo histórico, compreendida nos marcos da “modernidade”. A própria ideia de “modernidade” carrega um significado que foi construído historicamente, na Europa dos séculos XVIII e XIX, e que ainda se fazia perceber no contexto da década de 1930. Ao abordar o processo de transformação na concepção de tempo histórico, da

⁶⁶ A exemplo de A. Oliveira (2013).

Historie à Geschichte, apontado por Koselleck (2006), Jasmin (2006, p. 10-11) indica o papel que a linguagem assume:

Ao mesmo tempo em que a base de referência dos conceitos se dilata e designa um número mais amplo de atores [...] os atores se apropriam dos conceitos ampliados para imprimir sentido à experiência contemporânea e reivindicar determinadas perspectivas de futuro (a igualdade, a democracia). A linguagem, que é um índice a expressar as mutações em curso no mundo social, é também arma imprescindível nos combates que gestam essas mesmas mudanças.

Decorre desse raciocínio a importância do recurso à linguagem para compreender como se constituiu a luta antifascista no Brasil na década de 1930 e o porquê de se falar em uma “história do conceito de antifascismo no Brasil” no período entre 1933 e 1935. Interessa, portanto, analisar a maneira pela qual os sujeitos envolvidos naquele momento histórico se apropriaram de um manancial intelectual e de uma série de estratégias retóricas⁶⁷ para caracterizar o inimigo que se visava enfrentar. Se o antifascismo se define pela oposição ao fascismo (e, portanto, mais que por um projeto político bem definido), é preciso primeiro compreender como se formou o conceito de fascismo naquele período, para aqueles sujeitos históricos envolvidos nas frentes antifascistas e através dos seus canais de comunicação com um público mais amplo.

Um conceito é uma palavra que expressa um determinado grau de teorização e de reflexão a respeito da realidade a que se refere (KOSELLECK, 1992). Os conceitos são, simultaneamente, sincrônicos e diacrônicos: ao mesmo tempo articulados em determinados e específicos contextos históricos e se constituindo apenas a partir de uma relação com uma semântica pré-existente, que permite que se dê sentido aos conceitos em si e que envolve o uso de outros conceitos na sua elaboração (KOSELLECK, 1992). No caso do objetivo desta pesquisa, a construção dos conceitos de fascismo e de antifascismo envolveu uma articulação com conceitos previamente conhecidos e que foram apropriados pela militância envolvida nas lutas antifascistas e, sobretudo, na imprensa antifascista.

⁶⁷ Uma possível chave de leitura a se somar no trabalho de compreensão da intelectualidade antifascista brasileira na década de 1930 é aquela proposta por José Murilo de Carvalho (2000), que ressalta a importância da retórica nos textos do final do século XIX e início do XX. Com o devido cuidado que a distância cronológica entre o período abordado pelo autor e os sujeitos que são a ênfase deste artigo exige, ainda é possível perceber o peso da escrita moldada pelo convencimento e pelo recurso à autoridade de quem escreve, duas das características que Carvalho aponta como marcantes na tradição retórica luso-brasileira (CARVALHO, 2000).

O uso dos jornais antifascistas como fonte para o estudo de conceitos políticos pressupõe uma série de considerações teórico-metodológicas, algumas das quais foram abordadas no subcapítulo anterior. É preciso também compreender como a imprensa pode se constituir como construtora de significados nas lutas políticas. Segundo Luís Carlos dos Passos Martins (2018), o estatuto da imprensa como fonte do trabalho historiográfico no Brasil teve um longo trajeto, que foi marcado por uma inicial desconfiança, face às dificuldades em submetê-la aos testes de veracidade que a influência da escola Metódica exigia até meados dos anos 1970. Posteriormente, ocorreu uma inflexão no olhar historiográfico sobre a imprensa, que, sob inspiração estruturalista, passou a se apresentar como um reflexo superestrutural da infraestrutura econômica e social (MARTINS, 2018). Decorre desse raciocínio que os jornais (especialmente da chamada “grande imprensa”) representassem os interesses das classes dominantes, num modelo de análise que deixava pouco espaço para a compreensão do “papel ativo” que a imprensa tinha “na formação/difusão das ‘ideologias’” (MARTINS, 2018, p. 60). Um avanço nesse sentido teria decorrido apenas a partir dos anos 1990, com a influência da terceira geração dos *Annales* e da história cultural de Roger Chartier, que permitiram que se enxergasse os órgãos de imprensa “como documentos vivos e dinâmicos, refletindo e refratando diversos aspectos do viver urbano que dificilmente poderiam ser recuperados com outra fonte documental” (MARTINS, 2018, p. 61). Partindo do olhar que foca no cultural para uma ênfase no político e nas formas como os conceitos políticos se constroem, se transformam e são apropriados pelos sujeitos históricos, Martins (2018, p. 74) aponta que:

[...] para esta forma de investigação, a imprensa não é apenas uma alternativa suplementar, mas sim uma fonte imprescindível, tanto pela diversidade de informações e concepções que podem ser encontradas nas páginas dos jornais, quanto pelas características próprias do discurso jornalístico sobre a política em sua pretensão de ocupar um lugar institucional no debate público.

O autor também alerta para os limites que esse trabalho investigativo possui, particularmente no que concerne aos perigos de se considerar os jornais ora como expressão da “opinião pública”, ora como “mero instrumento manipulatório em favor de interesses externos” (MARTINS, 2018, p. 74). Além disso, é preciso levar em consideração uma série de critérios de razoabilidade a respeito de como os historiadores lêem o que os jornais expressam, o que aproxima esta reflexão das

considerações de Quentin Skinner sobre a historicidade das ideias políticas. Ao inferir sobre o processo de identificar as intenções dos autores na leitura de textos, Skinner (2017, p. 384-385) afirma:

[...] se um enunciado ou qualquer ação foi realizada por um agente de maneira intencional, e possui um significado para o mesmo, qualquer explicação plausível sobre o que o agente pretendeu deve, necessariamente, recair sobre, e utilizar-se da, gama de descrições que esse agente poderia, em princípio, ter utilizado para descrever e classificar o que ele ou ela estavam dizendo ou fazendo.

É importante pontuar que a reflexão do autor diz respeito, especialmente, às ideias filosóficas e seus autores, numa crítica à História das Ideias “tradicional”. No entanto, sua problematização também é válida para o tratamento das fontes de imprensa, no caso dos jornais antifascistas brasileiros da década de 1930. Outra passagem de Skinner (2017, p. 397) é esclarecedora desse ponto:

Qualquer afirmação é inevitavelmente a materialização de uma intenção específica em uma ocasião específica, proferida para a solução de um problema particular e, portanto, é específica para seu contexto ao ponto que seria simplista tentar transcendê-lo. A conclusão não é somente que os textos clássicos dizem respeito a suas próprias perguntas e não às nossas; é também que – para reviver o argumento de R. G. Collingwood – não existem problemas perenes em filosofia.

Embora remeta à história do pensamento filosófico e aos chamados “textos clássicos”, a negação da existência dos “problemas perenes” na filosofia dá margem para se pensar também nos conceitos políticos (SKINNER, 2017, p. 397). No caso do antifascismo, essa afirmação é ainda mais evidente, visto que, como já foi colocado anteriormente, seu próprio conceito se define através da oposição ao fascismo (a partir da enumeração do seu perigo para uma ideia de civilização que era pertinente aos sujeitos envolvidos naquele embate) e não como algo que se sustenta sozinho. Portanto, só faz sentido falar em antifascismo quando se identifica a ameaça fascista.

A construção linguística em torno daquilo que era compreendido como as principais características do fascismo é parte fundamental no esforço de reconstruir o processo de formação de frentes políticas que tomavam para si o epíteto de antifascistas.⁶⁸ Ao mesmo tempo, esse trabalho de análise não prescinde de um

⁶⁸ Cabe ressaltar a diferenciação que Martins (2018) faz entre a vertente alemã da história dos conceitos e a “escola” anglo-saxônica da história das ideias, representadas nesta pesquisa, respectivamente, por Koselleck e Skinner. No entanto, ambas convergem “na compreensão do político como algo integrado ao social e apreensível de forma dinâmica e interativa, seja através da

estudo sobre a trajetória das organizações, suas redes de relações, correlações de forças internas, etc. Afinal, segundo o próprio Skinner, “[...] o contexto social aparece [...] como o melhor marco para ajudar a decidir quais significados reconhecíveis de maneira convencional poderiam, em princípio, estar à disposição de alguém” (SKINNER, 2017, p. 396). Por esse motivo, os dois capítulos seguintes abordam o processo de fundação e a atuação da FUA e da ANL (capítulo 3) e como o conceito de fascismo foi elaborado por estas, a partir da sua imprensa (capítulo 4).

sua relação com as mobilizações sociais, seja pelos diversos ‘contextos linguísticos’ que podem tornar esse ‘político’ inteligível” (MARTINS, 2018, p. 58).

3 A história de uma luta por unidade: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora

Como foi indicado anteriormente, a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram marcas de dois momentos distintos do antifascismo no Brasil. Espera-se, no decorrer deste capítulo, compreender as suas trajetórias, os elos existentes entre elas e as suas diferenças a respeito da construção dos conceitos de fascismo e de antifascismo. Um único parêntese é dedicado à experiência antifascista italiana no Brasil no decorrer dos anos 1920 e início dos anos 1930, cujo desenvolvimento é fundamental para a compreensão do processo histórico do antifascismo brasileiro. A intenção é de fazer uma introdução desse outro momento, enfatizando os aspectos de continuidade entre ele e os desenvolvimentos posteriores da luta antifascista. Inicialmente, é necessário compreender como os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial contribuíram para o surgimento e a ascensão do fascismo na Europa.

3.1 Do pós-guerra à grande crise do capital: fascismo e antifascismo

O período histórico posterior à Primeira e anterior à Segunda Guerra Mundial (conhecido como “entreguerras”) ficou marcado por uma conjuntura internacional de tensões, crises e ascensão de movimentos de massa. Com o fim da guerra, na Europa, o Tratado de Versalhes⁶⁹ impôs punições severas aos países derrotados (especialmente à Alemanha) e revelou uma incapacidade dos vencedores de resolver as disputas imperialistas que causaram o conflito (HOBBSAWM, 2015). Ademais, a maioria dos países beligerantes passaram a enfrentar graves crises econômicas e sociais causadas pela guerra. É nesse “caldo de cultura” (MAFFEI, 1984, p. 21) que o fascismo surge,⁷⁰ primeiro na Itália, como uma resposta de

⁶⁹ Comete-se aqui, reconhecidamente, a imprecisão apontada por Eric Hobsbawm (2015, p. 38) sobre o Tratado de Versalhes. A simplificação foi feita a fim de resumir a explicação.

⁷⁰ Um olhar mais aprofundado para a compreensão teórica do fascismo será realizado no capítulo 4, na medida em que se buscará analisar a caracterização feita pelas organizações antifascistas. Num primeiro momento, cabe citar as características básicas pelas quais se identificam o fascismo, conforme Edda Sacomani (1998, p. 466): “pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu

massas (pela via da extrema-direita) à crise do pós-guerra (TRENTO, 1993). No entanto, para além das consequências da guerra, outro elemento foi fundamental para esse movimento: a ascensão das lutas da classe operária em diversos países (incluindo a Itália).

Em meio à Primeira Guerra Mundial, no seio do império russo, a primeira revolução proletária vitoriosa do mundo tomou forma, ecoando as suas conquistas através de todo o globo. As experiências organizativas prévias (na revolução de 1905), o horror à guerra, o estado de calamidade no campo e nas cidades e a liderança bolchevique levaram as classes trabalhadoras russas a tomarem o poder. Embora fosse uma “revolução contra O Capital” (GRAMSCI, 2020, p. 65), ao ocorrer num país de desenvolvimento capitalista periférico, a Revolução Russa de 1917 constituiu tanto uma esperança para o proletariado, quanto um sinal de alerta para as classes dominantes (MURPHY, 2017). Esse alerta veio a soar com as tentativas revolucionárias na Alemanha, em 1918 e na Hungria, em 1919, numa conjuntura de crise dos antigos impérios derrotados na Primeira Guerra (HOBBSAWM, 2015).

Para a Itália, embora o país tenha sido parte do bloco vencedor, a guerra teve um saldo negativo, resultando numa grave crise econômica (TRENTO, 1993). O país tampouco teve todas as suas pretensões territoriais atendidas, permanecendo numa situação subalterna em relação às demais potências imperialistas vencedoras (HOBBSAWM, 2015), o que gerou um sentimento de “vitória mutilada” (TRENTO, 1993, p. 7). Ademais, nas fábricas e no campo, os operários e camponeses italianos reivindicavam maior poder de decisão e uma reforma agrária que fora prometida durante a guerra, mas logo abandonada pelas classes dominantes (TRENTO, 1993). Entre as camadas médias, o descontentamento crescia perante a inflação que corroía seus salários. Todo esse panorama, desfavorável à ainda jovem democracia liberal burguesa italiana, gerou um terreno fértil para o surgimento e a ascensão do fascismo, que se apresentou como uma resposta ultranacionalista e autoritária tanto ao *status quo* imposto pelo Tratado de Versalhes, quanto ao ascenso das lutas do proletariado (HOBBSAWM, 2015). Em relação ao último, tanto a sua força organizativa (demonstrada no *Biennio Rosso* de 1919-1920), quanto o fantasma da

enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.”

revolução vitoriosa na Rússia e das revoluções abortadas na Alemanha e na Hungria, assustavam as classes dominantes e fomentavam o anticomunismo nas camadas médias.

Por mais que outras expressões nacionalistas e autoritárias já existissem em outros países europeus (HOBSBAWM, 2015), foi a conjuntura do final da década de 1920 que abriu um maior espaço para a expansão internacional do fascismo. A grande crise do capital, marcada pelo *crack* de 1929, expôs todas as fragilidades da democracia liberal burguesa, e surtiu efeitos negativos em praticamente todos os países do mundo (a Rússia bolchevique é uma notável exceção). Assim, o fascismo se apresentou como uma “terceira opção” (HOBSBAWM, 2015, p. 112) à economia socialista e às tentativas social-democratas de reforma, prometendo, ao mesmo tempo, a saída para a crise econômica e o total desmantelamento do movimento operário organizado. Durante a década de 1930, movimentos de inspiração fascista (explícita, ou não), cada qual com suas características específicas, surgiram em diversos países, da Falange Espanhola ao integralismo no Brasil. O fascismo se tornou então uma ameaça, ou realidade, para o proletariado no mundo todo, particularmente após a vitória nazista na Alemanha, em 1933 (HOBSBAWM, 2015). O violento ascenso nacional-socialista num dos maiores centros do capitalismo mundial acabou por acionar o alerta definitivo para todas as tendências políticas que colocassem a questão das liberdades democráticas em primeiro plano.

Na medida em que o fascismo avançava, também amadurecia o enfrentamento a ele. O antifascismo surgiu ainda na Itália, durante a década de 1920, como reação ao avanço fascista e como resistência ao regime de Mussolini, mas foi somente após a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha em 1933 que, tal qual o fascismo, as lutas antifascistas vieram a ganhar projeção internacional (HOBSBAWM, 2015). No marco deste trabalho, compreende-se “lutas antifascistas” como as práticas políticas levadas a cabo por organizações e indivíduos (principalmente, mas não apenas, da classe operária) com o intuito de combater os grupos fascistas ou simpatizantes com as características que eram entendidas como típicas do fascismo: autoritarismo, obscurantismo e repressão.

Entre os comunistas, como será abordado de maneira aprofundada no decorrer deste capítulo, o caso alemão serviu de grande exemplo negativo acerca da luta antifascista, na medida em que o Partido Comunista da Alemanha (*KPD*, na sigla em alemão), em concordância com as diretivas da Internacional Comunista

(IC), havia adotado uma política “suicida” e de “isolamento sectário” (HOBBSBAWM, 2015, p. 108) perante a social-democracia. Assim, ao adotar a tática de caracterizar potenciais aliados contra o fascismo como “social-fascistas” e ao confiar na derrota imediata do capitalismo naquele que seria o “terceiro período” revolucionário, os comunistas alemães tiveram sua parcela de responsabilidade na derrota do proletariado organizado. Foi somente a partir de 1934 que esse processo levou a uma reavaliação da tática para o período seguinte, com a política das “frentes populares”. No entanto, não foi por surpresa que ocorreu a vitória nazista na Alemanha. A orientação do *KPD* e da IC já vinha sendo alvo de duras críticas por Trotsky, que defendia a frente única entre os partidos e organizações operárias como fundamental para garantir a própria existência desses organismos. A derrota na Alemanha foi a gota d’água para o rompimento definitivo de Trotsky com a IC, após anos de luta fracionária (e clandestina) pela direção de seus rumos.

No Brasil, a conjuntura pós-1930 foi de redefinição das estruturas do poder da burguesia no país, num período inaugurado pelo movimento da Aliança Liberal, que depôs o então presidente Washington Luís e alçou Getúlio Vargas ao poder (CASTRO, 1999). Período de intensa atividade política, por parte de variados grupos, a Segunda República foi marcada pela ascensão de um projeto de modernização capitalista que colocou em primeiro plano a questão da “unidade nacional” e conferiu ao Estado um papel fundamental nesse processo (CASTRO, 1999). 1934, ano em que ocorreu o enfrentamento entre integralistas e antifascistas no centro de São Paulo, foi também o ano do início do governo “constitucional” de Vargas, eleito ao fim dos trabalhos da Assembleia Constituinte, no mês de julho. Caracterizado pelo desconforto do presidente em relação à nova Constituição e por um avanço do aparato repressivo do Estado sobre o movimento operário, o período 1934-1937 foi de grande crescimento das hostes integralistas (CASTRO, 1999). Parte dessa ascensão se deve ao fato de que, segundo Felipe Demier (2012, p. 406), “o varguismo concedia uma certa liberdade ao desenvolvimento das forças políticas fascistas, as quais poderiam, em último caso – e só em último caso –, mostrarem-se úteis à preservação do capitalismo brasileiro”, que aparentava estar ameaçado pela luta de classes, na mentalidade dos setores dominantes. Portanto, ao movimento autônomo do integralismo e à expansão do fascismo a nível mundial, somava-se a leniência do Estado brasileiro em relação aos integralistas ao rol de preocupações dos antifascistas.

A já referida disputa pelas ruas, entre integralistas e antifascistas, refletia uma preocupação em evitar a todo custo uma “Marcha sobre Roma”⁷¹ no Brasil, na qual o papel principal certamente cairia para o integralismo, o “fascismo indígena” (BERTONHA, 1998b, p. 355). A AIB, fundada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, foi fortemente inspirada no fascismo italiano,⁷² o que não significa dizer que o integralismo se explica por fatores externos e que não tivesse suas peculiaridades (BERTONHA, 1998b). Unindo nacionalismo e conservadorismo cristão a “um discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático [e] anticomunista” (GONÇALVES e NETO, 2020, p. 12), o integralismo se tornou o maior movimento fascista da América Latina (GONÇALVES e NETO, 2020), angariando simpatizantes entre setores das classes dominantes e arrastando multidões em suas marchas. As demonstrações públicas eram um elemento essencial da práxis fascista e foram identificadas pelos antifascistas como um ponto importante a se combater. De qualquer forma, o fascismo já possuía uma presença no Brasil, desde a década de 1920, no contexto das colônias de imigrantes italianos, especialmente na cidade de São Paulo.

3.2 Os antecedentes da Frente Única Antifascista: o antifascismo na colônia italiana

Como já foi indicado anteriormente, as origens do antifascismo no Brasil datam do surgimento do próprio fascismo na Itália e das ramificações que esse processo estendeu no seio da colônia de imigrantes italianos, especialmente a situada na cidade de São Paulo. Segundo Bertonha (1998a, p. 1), esse foi o palco em que “italianos pró e contra Mussolini se digladiaram pela conquista dos italianos locais”, numa luta que durou mais de duas décadas, entre 1922 e 1945. Personagens como Francisco Frola, que teve intensa atividade no interior do antifascismo italiano, tiveram importância também em momentos posteriores da luta antifascista, como na fundação da FUA. Frola assinou alguns textos publicados em *HL*, que serão analisados no capítulo seguinte.

⁷¹ Evento que ficou como a grande marca do processo de tomada do poder pelos fascistas na Itália (TRENTO, 1993).

⁷² A maioria dos autores concorda quanto à caracterização do integralismo como parte do “conjunto dos movimentos fascistas” (BERTONHA, 1998b, p. 373), por mais que se ressalte alguns aspectos que o diferenciavam do fascismo italiano. Ver Trindade (1979), Neto e Gonçalves (2020) e, especialmente, o capítulo 8 da obra de Bertonha (1998b, p. 352-373). Quanto à opinião dos antifascistas da década de 1930, há pouca dúvida a respeito do caráter fascista do integralismo, como será desenvolvido no capítulo 4 desta pesquisa.

Primeiramente, é preciso compreender a força de atração que o fascismo buscou exercer em cidadãos que se encontravam fora do próprio país. Se desde antes da sua ascensão ao poder na Itália, o Partido Fascista Italiano buscou estabelecer uma relação com a diáspora italiana espalhada pelo mundo, foi a partir do governo fascista que se delineou uma política sistemática de estreitamento dos laços com os emigrados nos diversos países em que se encontravam, numa perspectiva de “manter uma influência sobre estes e obter possíveis ganhos políticos” (BERTONHA, 1993, p. 8). Para tanto, os fascistas se valeram de uma série de mecanismos de propaganda, desde os consulados, até órgãos como os *Fasci all'estero* e os *Dopolavoro*. Bertonha (1998a) destaca também o esforço, a partir da estrutura estatal italiana, de alinhar as organizações da sociedade civil da colônia italiana em São Paulo ao fascismo, através do controle de escolas, associações, jornais, etc.

Como contraponto ao pesado apelo que tinha o governo fascista, foi organizada uma rede de opositores em torno de jornais, ligas e frentes. Formada principalmente por socialistas e anarquistas italianos exilados no Brasil, esses organismos tentaram conter o avanço do fascismo no seio da colônia.⁷³ Segundo Bertonha (1998a), a presença de um discurso contrário ao fascismo nesse espaço existe desde o final da década de 1910, sendo levado a cabo por jornais anarquistas italianos. No entanto, foi apenas a partir da fundação do jornal *La Difesa*, em 1923, que o antifascismo italiano no Brasil passou a tomar contornos mais sistemáticos e a agrupar diferentes tendências políticas em torno da pauta. Nesse sentido, é fundamental a figura de Francisco Frola, ex-parlamentar do Partido Socialista Italiano (PSI) que chegou ao Brasil em 1926, após sofrer perseguição política na Itália. Foi através da atuação de Frola que o antifascismo italiano no Brasil se abriu para militantes comunistas e anarquistas (até então “barrados” pelo antifascista anticomunista Antonio Piccarolo), entre outras tendências (BERTONHA, 1998a).⁷⁴

Segundo Bertonha (1998a), a experiência do antifascismo italiano no Brasil foi, em larga medida, um fracasso. Apesar do fato de que a colônia italiana, em nenhum momento, tenha demonstrado uma adesão maciça ao fascismo, ela teria sido muito mais simpática a este, do que ao antifascismo. Um elemento que permite

⁷³ Um estudo aprofundado sobre esse primeiro momento do antifascismo no Brasil pode ser encontrado na obra de Bertonha (1993).

⁷⁴ É importante ressaltar que o jornal *La Difesa* seguiu sendo editado até 1934, período em que a própria FUA já se encontrava em estado de desorganização (BERTONHA, 1993).

compreender essa questão é a própria política ativa do governo de, ao mesmo tempo, reconhecer a cidadania e a identidade italianas de pessoas que não se encontravam no país e o apoio que os órgãos fascistas voltados ao exterior ofereciam à essa comunidade. Essa estrutura é uma das facetas da disparidade de recursos que havia entre o Estado italiano e a militância antifascista, que Bertonha (1998a) destaca. Por outro lado, o esforço fascista em se igualar à “italianidade” teve um peso muito grande, o que pode ser apontado como um elemento que gerava antipatia para com os antifascistas.⁷⁵ Bertonha (1998a, p. 3) aponta também a ausência de um movimento antifascista “forte e sedimentado” na colônia italiana do Brasil, como preponderante para compreender o fracasso dessa luta. Essa debilidade pode ser verificada, em parte, pelas lutas internas que nele existiam, mas, principalmente, pela falta de laços com grupos políticos nacionais e pela repressão estatal, que dificultava a continuidade das já enfraquecidas conexões. Essa falta de organicidade antifascista nacional se dava tanto pelo sectarismo e anticomunismo de lideranças como Piccarolo, quanto pelo desinteresse das outras forças das esquerdas nacionais pelo antifascismo e mesmo pela simpatia expressa pelo governo Vargas ao fascismo italiano.⁷⁶

No entanto, a “derrota” do antifascismo italiano não significou o fim do movimento no país. Como um todo, o antifascismo ganhou uma sobrevida, ou mesmo um fôlego sem antecedentes, a partir de 1933, visto que saiu do interior da colônia italiana e tornou-se preocupação de um público mais amplo. O problema da falta de laços foi, embora com limitações, superado a partir daquele ano, com a formação da FUA. O seu evento de fundação, ocorrido em 25 de junho de 1933, contou com papel fundamental de Frola, com a presença de outros militantes envolvidos no antifascismo italiano no Brasil, como Goffredo Rosini e também de alguns grupos daquela comunidade, como o Grupo Socialista Giacomo Matteotti e o *Italia Libera*.⁷⁷ Apesar do relativo isolamento da colônia italiana de São Paulo e dos limites que o seu antifascismo teve, é difícil conceber a fundação da FUA sem essa experiência de unidade, que já ocorria desde meados da década de 1920. No

⁷⁵ Essa questão, que já preocupava os antifascistas italianos nos anos 1920, foi central também para os dois jornais que abordaremos no próximo capítulo, com ambos buscando separar o antifascismo do sentimento “anti-italiano” e fazendo apelos diretos à colônia.

⁷⁶ Bertonha (1998a, p. 8) aponta para a presença de uma “cultura política” desfavorável ao antifascismo e para a aparente correlação entre apoio ou neutralidade dos governos em relação ao fascismo e o fracasso do antifascismo.

⁷⁷ Castro (1999) aponta que essas organizações, somadas ao jornal *La Difesa*, estiveram presentes também em comícios organizados pela FUA.

entanto, antes de reconstruir a trajetória dessa organização, é preciso compreender a problemática da frente única para os comunistas brasileiros naquele período, o que permite esclarecer o seu concurso tardio à luta antifascista.

3.3 As esquerdas brasileiras, a Internacional Comunista e a questão da frente única

Como foi mencionado anteriormente, Bertonha (1998a, p. 6) afirma que o desinteresse das esquerdas brasileiras pela luta antifascista, considerada, até os anos 1930, como própria dos italianos, foi uma das razões para o “fracasso” do antifascismo na colônia italiana. Castro (1999), embora reafirme a noção de que foi apenas após a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, que a questão do fascismo no Brasil passou a ficar mais clara para as esquerdas nacionais, busca situar a criação da FUA também como um reflexo da política de frente única proposta por Trotsky, numa questão que vinha sendo debatida desde antes da ascensão nazista na Alemanha, no início de 1933.

Desde o início da década de 1920, a percepção de um refluxo nas lutas revolucionárias mundo afora, simbolizado pelas derrotas das revoluções na Alemanha e na Hungria, levou a Internacional Comunista (IC) a reavaliar sua estratégia (CASTRO, 2002). A partir de então, passou a ser discutida pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) a tática de frente única, concebida como um meio de unir as diferentes tendências do movimento operário e buscar o seu reagrupamento. O IV Congresso da IC, ocorrido em 1922, aprovou as teses propostas por Lenin e Trotsky, que defendiam a unidade entre os comunistas e os chamados “centristas” e “reformistas” (TROTSKY, 2016, p. 413), por compreenderem que, nos países em que grande parte do operariado ainda seguia as lideranças dessas tendências, uma política de enfrentamento ao restante da esquerda levaria ao isolamento político do comunismo. Portanto, caberia aos comunistas a iniciativa na construção da unidade, a fim de reforçar o seu compromisso perante o movimento operário (TROTSKY, 2016).

Trotsky ainda destaca que o enfoque dessa luta deveriam ser os pontos defensivos em que havia concordância entre as direções “reformistas”, “centristas” e comunistas, sem que os últimos abrissem mão da sua independência programática (TROTSKY, 2016, p. 413). No entanto, a partir do VI Congresso da IC, em 1928, a

então situação de crise do capitalismo provocou uma nova mudança na tática dos comunistas. Numa conjuntura em que Trotsky e a Oposição Internacional de Esquerda já estavam excluídos dos debates,⁷⁸ foram aprovadas as teses do chamado “terceiro período” e do “social-fascismo”. Com efeito, considerava-se que as lutas operárias teriam superado um período anterior de descenso e estariam adentrando numa nova ofensiva, em que a fraqueza sistêmica do capitalismo abriria espaço para uma nova onda revolucionária (ABRAMO e KAREPOVS, 2014).⁷⁹ Dessa forma, a postura dos comunistas deveria ser a de fomentar a tomada do poder pelo proletariado, rejeitando a aliança com outras tendências do movimento operário, como os social-democratas. O fascismo foi identificado como a face mais reacionária da burguesia e como um movimento que se espalhava pela própria social-democracia. Segundo Broué (2007, p. 619), foi durante o X *Plenum* do Executivo Ampliado da IC, em julho de 1929, que essa acepção ganhou um contorno dramático: a social-democracia estaria completamente “fascistizada” e os partidos comunistas deveriam combatê-la em primeiro lugar. A Alemanha, país em que o movimento operário era grande, enraizado e muito influenciado pelas lideranças ligadas ao *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD, na sigla em alemão), foi o local em que mais se acentuou essa tática.

Segundo Broué (2007), a noção que se consolidou sobre o “social-fascismo” se baseou grandemente em citações de Stalin, que chamava a social-democracia de “objetivamente, a ala moderada do fascismo” (STALIN, 1953, p. 294, tradução nossa).⁸⁰ Decorre desse raciocínio, conjuntamente com a noção do “terceiro período”, que nenhuma unidade fosse possível com a social-democracia alemã, sendo a frente única admitida apenas com os seus militantes, individualmente, e

⁷⁸ Oposição Internacional de Esquerda é como ficou conhecida a fração interna da IC, liderada por Trotsky, que era crítica da condução política feita pelo “centro” da organização, liderada por Stalin. A disputa entre Trotsky e Stalin pode ser sintetizada pela oposição entre as teses, respectivamente, da “revolução permanente” e do “socialismo num só país”. Sobre esse processo a nível internacional, ver Broué (1996; 2007), enquanto que os seus desdobramentos no Brasil foram estudados por Marques Neto (1993).

⁷⁹ Conforme a leitura hegemônica na IC, a revolução russa de 1917 teria inaugurado aquele que seria posteriormente conhecido como o “primeiro período”, em que as lutas operárias ao redor do mundo teriam tido um grande avanço. A partir de 1925, teria ocorrido um padrão de refluxo na luta revolucionária, num período em que o capitalismo teria passado por um processo de estabilização. Esse “segundo período” se teria encerrado com a forte crise sistêmica que atravessou o capitalismo e a democracia liberal burguesa a partir de 1928, dando lugar ao “terceiro período” (KAREPOVS e ABRAMO, 2014).

⁸⁰ No original: “Social-Democracy is objectively the moderate wing of fascism.”

com o intuito de fazer com que a base operária reformista rompesse com sua direção.

A IC, que acompanhava de perto a situação alemã, avalizou toda a sua tática, num processo que foi chave para o rompimento definitivo de Trotsky e seus correligionários com a organização. Embora excluídos formalmente da IC desde o final de 1927, com Trotsky expulso da União Soviética desde 1929 e atuando de maneira clandestina e externa no MCI (sua existência como fração não era reconhecida pelos partidos comunistas e pela IC), os trotskistas visavam mudar os rumos da IC, perspectiva que foi abandonada a partir de setembro de 1933 (LISBOA, 2014). Sua avaliação era de que a política dos comunistas alemães, apoiada pela IC, teria sido fundamental para a ascensão nazista. As eleições parlamentares de março de 1933, que consolidaram uma maioria nazista no *Reichstag*, foram interpretados pela Internacional como “uma enorme vitória política do *KPD*” (BROUÉ, 2007, p. 685). Essa postura indicava que, ao contrário de fazer uma autocrítica sobre o período anterior, não havia qualquer intenção do MCI em corrigir os “desvios de rota” que os trotskistas apontavam desde a década de 1920. Desesperançados a respeito da possibilidade de convencer os demais comunistas acerca dos rumos da revolução internacional, os partidários de Trotsky passaram a impulsionar a criação de uma nova organização internacional, que viria a culminar na fundação da IV Internacional, em 1938.

No Brasil, esse processo levou à reorganização da sua seção da Oposição Internacional de Esquerda (OIE), a Liga Comunista (LC), que, durante a sua II Conferência Nacional, passou a ser a seção brasileira da Liga Comunista Internacionalista (LCI), nome que recebeu a nova organização internacional trotskista. No entanto, essa inflexão não alterou a política dos trotskistas brasileiros a respeito da frente única. Os estatutos de 1933 da LC, anteriores ao abandono da luta fracionária dentro do PCB, colocam como um dos seus princípios fundamentais a luta pela unidade entre as “organizações de massa, tanto sindicais como políticas, inclusive a social-democracia como partido” (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 149). O documento também considerava que a noção de unidade apenas “pela base” seria uma verdadeira recusa da tática de frente única (tal qual a avaliação, já apontada, de Broué).

Além do acúmulo da OIE, o princípio de unidade das esquerdas contido nos estatutos da LC decorria da sua própria leitura a respeito da realidade concreta do

Brasil. Segundo Castro (1999), o texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, esforço de compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro escrito por Mário Pedrosa e Lívio Xavier em 1931, trazia as bases da perspectiva revolucionária trotskista de então (PEDROSA e XAVIER, 2014). A partir do *Esboço...*, a LC desenvolveu outro documento, o *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*.⁸¹ Escrito em maio de 1932, na iminência da convocação de uma Assembleia Constituinte (uma das bandeiras do derrotado levante de 1932), esse texto delineia qual deveria ser a posição dos comunistas perante o pleito e depositava um grande peso na unidade entre as esquerdas (ABRAMO e KAREPOVS, 2014). A questão da tomada imediata do poder não estaria colocada ao operariado brasileiro, cuja situação de fragilidade, causada pela incapacidade da sua vanguarda e pelo relativo atraso do desenvolvimento capitalista do país, exigia que o movimento operário se unisse contra ameaças como a da sindicalização oficial (CASTRO, 1999).⁸² Em função dessa debilidade, a LC passou a defender a unidade sindical, a participação em unidade na Assembleia Constituinte e, a partir de 1933, a unidade antifascista.

A tática dos trotskistas esbarrava, no entanto, na principal força política que disputava os rumos do movimento operário no Brasil, o PCB. A perspectiva de unidade que o partido defendia sofreu inflexões a partir de 1928, momento em que, segundo Zaidan (1985), a relativa autonomia que os pecebistas possuíam em relação à IC, na sua concepção a respeito do caráter da revolução brasileira e da tática a ser empregada para ela, passou a diminuir. Embora a situação nos países latinoamericanos jamais tenha sido uma prioridade na IC, o seu VI Congresso (1928) foi o primeiro em que se desenvolveu uma análise aprofundada das realidades na América Latina e se passou a adotar classificações como “coloniais” ou “semicoloniais” para nortear as táticas que os partidos comunistas deveriam aplicar (ANTUNES, 1995). No caso do “semicolonial” Brasil, o caráter da sua revolução deveria ser “democrático-burguesa” e a pequena-burguesia despontava como um potencial aliado do operariado, principalmente em virtude das lutas do movimento

⁸¹ Ambos os textos foram publicados por Abramo e Karepovs (2014) e uma análise mais aprofundada sobre eles pode ser encontrada em Castro (1999).

⁸² A política varguista a respeito do trabalho teria partido da noção da emergência do operariado nacional como classe possuidora de peso político e que carecia de uma atenção específica por parte do Estado, no sentido do reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais e do esforço em manter o movimento operário sob o seu controle (CASTRO, 1999). No meio sindical, isso significou o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), passando a serem legitimados e a legitimar o Estado burguês.

tenentista (PRESTES, A., 2008). No entanto, em 1929, segundo A. Prestes (2008, p. 51),

[...] as teses aprovadas no III Pleno do C.C. do PCB [...] deixavam de considerar a pequena burguesia um fator revolucionário, declarando que as 'principais forças motrizes' da revolução no Brasil são 'o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres'. Era feita também a crítica dos chamados 'perigos de direita', o que viria a significar na prática o abandono [...] da política de Frente Única até então desenvolvida pelo Partido.

Essa brusca mudança de rota mostra que, mesmo que as táticas de “classe contra classe” e do “social-fascismo” fossem voltadas aos países de capitalismo desenvolvido (e tampouco o Brasil possuía uma social-democracia enraizada e com grande influência no movimento operário), a aproximação entre IC e PCB fez com que o partido passasse a rejeitar qualquer proposta de frente única que não “pela base”. Essa virada foi acompanhada de um processo que definiu a destituição do grupo dirigente do PCB até então, composto por figuras como as de Astrojildo Pereira e de Octávio Brandão (DEL ROIO, 2007). O X *Plenum* do Executivo Ampliado da IC definiu, na esteira da tática do “terceiro período”, o afastamento de militantes considerados de “direita” e de condição de classe pequeno-burguesa dos cargos de direção dos partidos comunistas (DEL ROIO, 2007, p. 41), num processo que ficou conhecido como “proletarização” ou “obreirismo” (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 50). Com efeito, isso significou a saída de Pereira e Brandão do PCB e o apontamento de um grupo diretor mais alinhado à IC, principalmente através do seu Birô Sul-Americano (DEL ROIO, 2007).

A constatação desses giros táticos, somados à política do “obreirismo”, tornam possível afirmar que a orientação do PCB, no período entre 1928 e 1935, era pouco clara e vacilante a respeito das alianças que o partido podia manter, em quaisquer que fossem os âmbitos considerados. Duas consequências claras dessa postura, dentro do que interessa à temática deste trabalho, foram a recusa aos chamados à frente única que organizações da esquerda faziam, como foi com o caso da FUA, e a formação de frentes hegemônicas pelo PCB “pela base”, como o Comitê Antiguerrero.

Além de uma diferença fundamental a respeito do que se entendia como “frente única”, PCB e trotskistas divergiam também sobre a urgência da luta unitária,

se seria contra a guerra, ou contra o fascismo.⁸³ A disputa, até mesmo semântica, a respeito do objeto das lutas naquele período, se dava a partir de concepções diferentes a respeito do caráter do fascismo e do que ele significava para a perspectiva revolucionária. Segundo Castro (2002, p. 114), o PCB partia de uma leitura em que

[...] o fascismo fazia parte da escalada das forças reacionárias e imperialistas rumo a uma radicalização internacional dos fatores que haviam configurado a crise econômica capitalista e que acirravam as condições cada vez mais presentes para a eclosão de uma nova guerra mundial. O PC não considerava a especificidade histórica do fenômeno fascista, ou seja, este se equiparava às outras formas de fenômenos autoritários e não merecia, portanto, uma política específica. Antes de lutar contra o fascismo, o PC propunha a luta “contra a guerra”. A luta contra a guerra não significava uma política defensiva, pelo contrário, considerava-a inexorável e uma antevéspera da revolução. Urgia, pois, esperar pela guerra e transformá-la em guerra civil, que poderia criar as condições para o estabelecimento de um governo revolucionário.

Chama atenção o fato de que duas fontes utilizadas pelo autor na síntese vista acima são um texto, que se trata de uma resposta crítica ao chamamento realizado pela FUA e publicado em 1934 no jornal *Vanguarda Estudantil*, órgão da JC, e as resoluções do V *Plenum* do partido, ocorrido em 1932 e que abordou a revolta constitucionalista daquele ano a partir da tática de luta contra a guerra (CASTRO, 1999). O próprio fato da temática do fascismo ter sido pouco abordada pelos pecebistas já é indicativa sobre a prioridade que a luta antifascista recebia.

Com base na perspectiva de frente única “pela base” e na política sobre o fascismo delineada acima, o PCB buscou impulsionar, a partir de fevereiro de 1933, a criação de uma organização que se postulava como uma seção brasileira do Comitê Mundial Contra a Guerra e o Fascismo, o Comitê Antiguerreiro (CASTRO, 1999).⁸⁴ O comitê internacional foi liderado por figuras como Romain Rolland, Henri Barbusse e o dirigente do *KPD* Willi Münzenberg⁸⁵ e contou com a adesão de intelectuais como Máximo Gorki, Heinrich Mann e Bertrand Russell (MAFFEI, 1984). A realização do seu primeiro congresso, em agosto de 1932 em Amsterdã, contou com 2 mil delegados de 27 países e teve a participação até mesmo de trotskistas

⁸³ *Contra a guerra, ou contra o fascismo?* é o título do editorial do dia 5 de novembro de 1933 de *HL* (CONTRA..., 1933, p. 1) e da tese de Castro (1999) sobre a FUA.

⁸⁴ Castro (1999) aponta que existiram diversas organizações “antiguerreiras” no período de 1933-1934 com nomes diferentes, mas que mantiveram, entre si, as bases da luta contra a guerra e a hegemonia do PCB.

⁸⁵ Os dois primeiros foram grandes interlocutores do jornal *AM*, que regularmente publicava seus textos, além de cobrir intensamente a sua viagem para o Paraguai, durante a Guerra do Chaco.

(CASTRO, 1999). No Brasil, o Comitê Antiguerreiro, apesar de ter organizado, em agosto de 1934, um congresso que demonstrou a sua “força e visibilidade” (CASTRO, 1999, p. 112), não conseguiu superar os entraves que a política de frente única na qual se baseou impunha. Sendo assim, a proposta do Comitê Antiguerreiro acabou se esgotando frente às mudanças de conjuntura e das orientações da IC, que, no final do ano de 1934, indicavam que as perspectivas de alianças entre comunistas e outros setores da sociedade deveriam se ampliar (CASTRO, 2002).

3.4 Trotsky, a frente única e a Frente Única Antifascista

Segundo Castro (1999, p. 111), o Comitê Antiguerreiro e a FUA “disputavam o mesmo espaço político”. Essa constatação é importante para se compreender a trajetória da última, pois, se o Comitê Antiguerreiro teve dificuldades em ganhar amplitude e acabou sendo superado pela conjuntura do final de 1934, a realidade da FUA é ainda mais precária. A debilidade e a transitoriedade das organizações são ilustrativas a respeito do conjunto da luta antifascista no Brasil daquela época e são uma possível resposta para o apagamento que ambas as experiências sofreram na historiografia e memorialística, posteriormente. As ininterruptas disputas pelos rumos das lutas fizeram com que as organizações fundadas por pecebistas, trotskistas e anarquistas se canibalizassem entre si. Esse processo fica evidente na forma com que Castro (1999) o narra, mostrando em paralelo os esforços feitos pelos diferentes grupos de esquerda para reforçar a simultaneidade e o conseqüente enfraquecimento de cada uma dessas organizações.

Apesar desse caráter aparentemente autofágico, é importante reforçar a já indicada política que os trotskistas tinham em relação à frente única, o que os levou a participar (individualmente) da fundação e de eventos do Comitê Antiguerreiro, simultaneamente às atividades da FUA, e a incentivar a unidade em outras frentes, como a sindical e a eleitoral (CASTRO, 1999). Ainda nesse sentido, os socialistas, embora contribuindo com um número muito reduzido de militantes, também buscaram ativamente a construção de unidade entre as esquerdas brasileiras (CASTRO, 1999). Outro matiz importante é a das diferenças regionais que existiam dentro do PCB: ainda que individualmente, seus militantes de São Paulo chegaram a participar de reuniões e eventos da FUA em 1933, tendo sido sendo centralizados a partir da direção do Rio de Janeiro apenas no início de 1934, passando então a

atacar a organização (CASTRO, 1999).⁸⁶ Já os anarquistas buscaram construir, autonomamente, o Comitê Antifascista em São Paulo, se recusando a compor com outras organizações, mesmo na frente “pela base” do PCB (CASTRO, 1999).⁸⁷

A iniciativa para a fundação da FUA, que foi lançada em 25 de junho de 1933, teria sido dos trotskistas brasileiros organizados na LC (CASTRO, 2002; ABRAMO, 2014), que, naquele ano, já se encontravam em situação de oposição interna (e clandestina) do PCB há aproximadamente 3 anos. Essa dissidência foi resultado de um processo que reuniu tanto os acontecimentos internacionais do movimento comunista, quanto os problemas internos pelos quais o partido passava (dos quais alguns foram reflexo de orientações da IC).⁸⁸ Os trotskistas brasileiros acompanhavam regularmente o que ocorria no debate internacional, tendo acesso à imprensa oposicionista e a diversos textos de Trotsky, dos quais alguns foram traduzidos para o português por Mário Pedrosa, importante dirigente de então. A constatação desse estado das coisas ajuda a compreender porque, no relato de Fúlvio Abramo (2014) a respeito da formação da FUA, o autor começa a história com a avaliação dos erros da IC e do PCB naquele período, inclusive não mencionando o antifascismo italiano para além de figuras individuais como Francisco Frola e Goffredo Rosini.⁸⁹

Outro “ponto de partida” importante para a FUA que Abramo (2014) aponta foi a publicação do livro *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* pela Editora *Unitas*, em 1933, uma compilação de diversos textos de Trotsky, traduzidos por Mário Pedrosa, sobre a ascensão do nazismo na Alemanha e o papel da IC nesse processo e que teria servido de base para a proposta de frente única que a LC

⁸⁶ Segundo Alzira Campos (1998, p. 219), a questão da frente única era polêmica para o PCB paulista, com militantes seus sendo acusados de “trotskistas” por participarem de frentes “por cima” com tenentistas e anarquistas.

⁸⁷ É nesse sentido que a “Batalha da Praça da Sé” ganha importância: apesar de todas as diferenças entre as tendências e de todo o trabalho paralelo e autofágico, a contramanifestação ocorreu e foi vitoriosa, resultado da unidade entre as esquerdas. Esse ponto, importante para esta pesquisa, será mais desenvolvido na sua conclusão.

⁸⁸ Para um estudo aprofundado a respeito de como se constituiu o primeiro núcleo de Oposição de Esquerda no Brasil, ver Marques Neto (1993).

⁸⁹ Cabe lembrar que Abramo era neto de um imigrante italiano, o anarquista Bortolo Scarmagnan, que participou da greve geral de 1917 (BUCCI, 1987). Mesmo Maffei (1984), que não menciona nominalmente a existência da FUA, apresenta o surgimento desse debate na esquerda a partir dos erros cometidos pelos comunistas internacionalmente. O autor aponta os “equivocos de Lenin, Trotsky e Stalin” (MAFFEI, 1984, p. 35), que teriam ignorado os apelos pela unidade feitos por comunistas italianos como Umberto Terracini. Sobre Terracini, Broué (2007) menciona uma carta que o militante teria escrito em 1930, condenando a política do “social-fascismo”, mas aponta que o texto só teria sido tornado público em 1975. Por fim, mesmo Maffei (1984) preferiu apresentar o VII Congresso da IC como o momento em que os comunistas finalmente acertaram na sua tática contra o fascismo, tendo o Comitê Antiguerrreiro uma citação tímida na sua narrativa.

construiu e que viria a se concretizar na FUA. Como já foi indicado previamente, Trotsky propunha um retorno à tática de frente única que havia sido delineada e aprovada no IV Congresso da IC, em novembro de 1922 e, já na conjuntura dos anos 1930, essa tática seria uma oposição frontal à política do “terceiro período”.

Os textos de Trotsky, contidos no livro *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, que tratam da conjuntura alemã e de outros países, além de trazer diversas notas a respeito da sua compreensão do fascismo e do nazismo, certamente fizeram parte do manancial teórico do qual os antifascistas da FUA (especialmente os militantes da LC) fizeram uso para basear sua política de frente única contra o fascismo. Da mesma forma, essa questão foi debatida intensamente na IC, ainda que para tirar uma conclusão bastante distinta a respeito da emergência do antifascismo, aquela que foi sintetizada na tese do “terceiro período” e na perspectiva de luta de “classe contra classe”.

Portanto, embora se constate o fato de que o fascismo se tornou preocupação para o restante das esquerdas brasileiras apenas após a fundação da AIB, em 1932 (BERTONHA, 1998a; CASTRO, 1999), pode-se dizer que o tema do fascismo e do antifascismo, pelo menos entre os comunistas (trotskistas, ou não), já estava presente na linguagem política e nas preocupações dos militantes daquela época. Esses debates eram decorrentes tanto dos contatos que existiam através das redes internacionais de comunistas, quanto das notícias sobre os países fascistas que circulavam mesmo na grande imprensa (inclusive aquela que propagava os “mitos” da Itália de Mussolini). No caso brasileiro, de conjuntura diferente da alemã, o surgimento relativamente tardio de um movimento cujas características o ligavam ao fascismo internacional (o integralismo em 1932) também explica essa inflexão nos interesses de setores diversos da esquerda.

De qualquer forma, ainda que não se aprofunde nas considerações de Trotsky sobre a frente única e o fascismo, é possível tirar algumas conclusões acerca da apropriação da sua obra pelos seus correligionários brasileiros e dos reflexos que essa leitura teve na fundação da FUA. Embora Trotsky tenha se detido, principalmente, ao caso alemão, alguns princípios do seu pensamento não deixavam de fazer algum sentido para o caso do Brasil. Um exemplo é a questão da leitura de uma conjuntura desfavorável ao proletariado e de ascensão do fascismo como ameaça, e não como uma oportunidade de desencadear a revolução proletária. No Brasil, o operariado era muito menos numeroso que na Alemanha, embora se

encontrasse bem concentrado em São Paulo. Essa concentração, no entanto, ocorria em parte pelo fato de que muitos desses trabalhadores eram imigrantes e não estavam propriamente “assimilados” ao país e ao operariado nacional (o que ajuda a compreender também a busca por alianças com o pioneiro antifascismo da colônia italiana). Da mesma forma, os trotskistas buscaram a adesão de pecebistas e anarquistas (ainda considerando os primeiros como “camaradas”), tendências que detinham uma influência relativamente maior no movimento operário. Embora não tivessem o tamanho que a social-democracia tinha na Alemanha, esses grupos ainda eram de grande importância.

Simultaneamente, avaliava-se que o movimento operário estava ameaçado no Brasil, em função da ascensão do integralismo e da conivência para com este que a burguesia demonstrava, indicando que estaria disposta a fazer uso do fascismo contra o proletariado, se fosse “necessário” (CASTRO, 1999). Portanto, era essencial buscar a maior unidade possível entre o movimento operário, que já se encontrava sob influência de diversas tendências, mas que poderia encontrar uma causa comum na luta pela sua existência autônoma, contra o fascismo. A partir dessa avaliação dos perigos que afrontavam a classe operária por diversos lados, os trotskistas brasileiros buscaram construir unidade em várias frentes, como a sindical, a eleitoral e a antifascista.

Além disso, os trotskistas brasileiros, ao voltarem-se às táticas dos 4 primeiros congressos da IC, podem ter visto na frente única uma forma de superar algo que certamente era real, no seu caso (principalmente após sua “independência” do PCB) (TROTSKY, 2019, p. 242):

O problema da frente única surgiu da necessidade de assegurar à classe operária a possibilidade de uma frente única na luta contra o capital, apesar da divisão inevitável, na época presente, das organizações políticas que têm o apoio da classe operária. Para os que não o compreendem, o partido não é mais do que uma associação de propaganda, e não uma organização de ação de massa.

Assim, a luta unitária poderia servir de alavanca para transformar o latente, precário e pouco numeroso partido trotskista em uma organização de massas.

3.5 A trajetória da Frente Única Antifascista

Como foi dito anteriormente, Abramo (2014) e Maffei (1984) situam a emergência das lutas antifascistas no biênio 1933-1934 a partir dos debates que ocupavam parte das preocupações do MCI desde a década de 1920. Além de evidenciar o quanto os comunistas brasileiros tinham contato com discussões feitas internacionalmente, por mais que estas não dissessem respeito tão direta e concretamente ao caso do Brasil, essa escolha por iniciar as narrativas por ali esconde um apagamento do momento anterior do antifascismo no Brasil. Apesar disso, Abramo (2014, p. 26) menciona os nomes de militantes que atuavam nas colônias estrangeiras no país, reiterando a sua importância na fundação da FUA e na “intensa propaganda de esclarecimento sobre o fascismo imperante em seus respectivos países de origem”. O caso de Maffei (1984, p. 51) é diferente, pois o autor não faz menção ao antifascismo italiano, ainda que reconheça tanto a presença do fascismo na colônia italiana, quanto a sua própria realidade pessoal de “filho de italianos”.

De qualquer forma, entre os antifascistas italianos mencionados por Abramo (2014, p. 95) se encontram os nomes de Antonio Piccarolo, Francisco Frola, Goffredo Rosini, as organizações Grupo Giacomo Matteotti e *Lega Lombarda* e o jornal *La Difesa*, o que torna evidente um elo entre os dois momentos do antifascismo brasileiro em questão. Entre os sujeitos citados, Frola teria sido a principal continuidade entre o antifascismo italiano e a FUA, especialmente num momento em que o primeiro entrava num período de declínio, parte da sua já mencionada “derrota” (BERTONHA, 1998a; CASTRO, 1999). O ex-parlamentar italiano foi quem dirigiu a primeira reunião da FUA e o evento em que foi lançada publicamente a proposta da sua formação (pelo trotskista Aristides Lobo) era uma homenagem a Giacomo Matteotti.⁹⁰ Sobre a escolha da data, Castro (2002, p. 359-360) afirma:

Certamente foi uma forma de homenagear os antifascistas italianos que, como vimos acima, travaram o primeiro combate contra o fascismo em terras brasileiras, e de conferir uma certa legitimidade histórica e política à nova organização.

Ainda assim, é necessário destacar o papel ativo da militância da LC na conformação da FUA. Embora não seja possível classificar a organização como

⁹⁰ Giacomo Matteotti foi um parlamentar italiano, eleito pelo Partido Socialista Unitário (PSU) e que foi assassinado por fascistas em 1924. Sua morte violenta gerou uma enorme comoção antifascista, mas que acabou não sendo suficiente para conter o ascenso de Mussolini (TRENTO, 1993).

“trotskista”, o seu núcleo impulsionador foi formado por trotskistas e socialistas, com predominância dos primeiros (CASTRO, 1999). Desde janeiro de 1933, a LC havia deliberado por trabalhar em prol de uma frente única antifascista em São Paulo, cidade em que tinha maior inserção naquele momento (CASTRO, 1999).⁹¹ Os trotskistas brasileiros teriam lutado constantemente pela unidade, tanto através dos contatos com os socialistas italianos (e tentativas com pecebistas e anarquistas) que viabilizaram a FUA, quanto pela sua participação no Comitê Antiguerrreiro que o PCB organizou. Como foi mencionado, os trotskistas participaram desse comitê, com ressalvas e críticas, ao mesmo tempo em que buscavam impulsionar e ampliar o número de organizações presentes na FUA (CASTRO, 1999).

Não será feita uma reconstrução pormenorizada da trajetória da FUA, esforço já realizado pelo muitas vezes referido Castro (1999). O que interessa a este trabalho são as conclusões que a historiografia, representada basicamente por Castro (1999, 2002, 2005, 2016), tirou a respeito dessa organização e que podem ser sintetizadas através da avaliação de que a ela teve profundos e crônicos problemas organizativos, mas não deixou de ser significativa na luta por unidade entre as esquerdas brasileiras no biênio 1933-1934. A partir dessa síntese, é possível se indagar sobre as causas dessas dificuldades que a FUA teve em desenvolver uma atuação orgânica. Um desses motivos é o fato de que apenas um pequeno número de militantes atuaram na sua construção. LC e Partido Socialista Brasileiro (PSB) paulista, as principais organizações que compuseram a FUA, representavam um grupo pouco significativo, com limitada inserção no movimento operário de então. O PCB, embora distante de ter um enraizamento profundo entre o proletariado na época, tinha um peso muito maior que as organizações que impulsionavam a FUA e seu boicote a esta também é um dos principais motivos para sua inviabilização. Outro acontecimento, que incidiu diretamente na produção do jornal *HL* (que passou por um período de inatividade), foi o processo de reorganização do PSB, que acabou reduzindo a militância da FUA aos trotskistas da LC. Os últimos, por sua vez, passaram a priorizar a construção de uma frente única sindical e eleitoral a partir de 1934, o que levou a FUA a ficar inativa por diversos meses. O episódio da Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, foi o seu “canto do

⁹¹ Karepovs e Marques Neto (2007, p. 132) afirmam que os trotskistas tiveram “real influência” entre os trabalhadores gráficos de São Paulo. Mesmo militantes que atuavam no Rio de Janeiro, como Mário Pedrosa, se deslocaram para a capital paulista na década de 1930 (AMARAL, 2001).

cisne”: como a lenda da ave que faz o seu canto mais belo apenas logo antes de morrer, a FUA viveu seu apogeu e fim quase simultaneamente. Segundo Castro (1999, p. 170-171): “A ‘Batalha da Praça da Sé’ foi como que um breve renascimento para resolver uma contenda inadiável e realizar o confronto há muito previsto e esperado. Tão logo ele acabou a FUA perdeu a razão de ser.”

A “Batalha da Praça da Sé” levanta uma nova questão, que é a da importância da FUA e da forma organizativa da frente única para sua realização. Embora seja inegável que nenhuma organização em particular possa assumir a autoria da contramanifestação, as narrativas de Abramo (2014) e de Castro (1999) mostram que foram as sociabilidades criadas pela FUA e o próprio tensionamento que esta causava no interior da militância do PCB que viabilizaram o evento. Tanto pecebistas, quanto anarquistas, que rejeitavam a tática de frente única proposta pelos trotskistas através da FUA acabaram por aceitá-la, embora tacitamente, naquele momento. Como já foi elaborado no capítulo anterior, todo o processo de lutas naquele período, que os autores acima citados mostram, indica que não foi “um passe de mágica”, como defende Maffei (1984, p. 79), que levou à unidade antifascista.

Ainda sobre a questão da contramanifestação de 7 de outubro de 1934, por mais que seja fundamental olhar com criticidade para os significados conferidos a um evento que ganha ares de heroísmo nos relatos dos militantes envolvidos nele, identificando esse expediente com a necessidade de autoafirmação, legitimação política e de contar vitórias contra o seu maior adversário, a questão da ocupação das ruas não era secundária para o fascismo (e para o integralismo, no caso brasileiro). Sendo assim, se a “Batalha da Praça da Sé” não chegou a ser o impedimento de uma “marcha sobre São Paulo” (CASTRO, 2002, p. 374), certamente contribuiu para o encurtamento do espaço público que os integralistas tinham, pelo menos até 1935 (CASTRO, 2002). Da mesma forma, são apontadas continuidades entre o 7 de outubro de 1934 e outros enfrentamentos entre integralistas e antifascistas, como os ocorridos em Petrópolis (RJ) e Cachoeiro do Itapemirim (ES) em 1935 e na mesma Praça da Sé em 1937, por Maffei (1984). Sendo assim, a “Revoada dos galinhas-verdes” acaba simbolizando a primeira vez em que os fascistas foram desmoralizados no Brasil e representando um modelo de unidade a ser seguido.

Outro ponto que a reflexão sobre a relevância da FUA remete é sobre o legado do antifascismo italiano dos anos 1920. Embora se tenha concordância com Bertonha (1998a), quando este avalia que a experiência na colônia italiana de São Paulo foi um fracasso, essa questão precisa ser matizada pelo fato, já expresso anteriormente, de que houve uma continuidade entre o antifascismo italiano no Brasil e a FUA. Mais do que um pequeno elo, o que ocorreu foi uma relativa expansão do antifascismo no Brasil, com a superação dos limites da coletividade imigrante. Tudo isso impossibilita uma gênese do antifascismo brasileiro situada apenas a partir da ANL, ou das diretivas da IC no sentido da construção das frentes amplas. Não se trata de comparar as dimensões que cada momento da luta antifascista teve, mas sim de ressaltar os elos existentes entre eles e a importância de um espaço de sociabilidade entre as esquerdas e o campo progressista do país, que são possíveis de se observar apenas quando se trata do antifascismo como um processo histórico.

Por fim, destaca-se a importância que a FUA teve na construção dos conceitos de fascismo e de antifascismo. Primeiramente, já ao tematizar a questão, o que, como foi visto anteriormente, envolve disputas profundas a respeito da luta revolucionária, os antifascistas brasileiros já caminhavam no sentido de delinear as tarefas que eram colocadas ao proletariado naquela conjuntura. Esse processo de identificar, compreender e combater o inimigo não estava dado *a priori*, mas sim em disputa. Portanto, a FUA sintetiza uma luta pioneira contra o fascismo, definindo-se não contra a guerra ou contra a reação, apontando um caminho para uma questão sobre a qual o PCB ainda buscava compreender e se situar perante. Em segundo lugar, o jornal *HL* cumpriu um papel fundamental na construção ativa desses conceitos, num processo indissociável das concepções de fundo que fundamentaram a FUA. Assim, é possível compreender como os conceitos de fascismo e de antifascismo se formaram através do exame desses dois eixos, trajetória e imprensa. A caracterização feita pela FUA através do seu jornal será o tema do próximo capítulo, restando agora compreender como que o fascismo era identificado, na sua feição teórica. Optou-se por fazer isso neste capítulo em função da já mencionada indissociabilidade entre imprensa e organização. Enquanto que, no próximo capítulo, serão abordados os jornais na sua totalidade e de forma simultânea, enfatizando os aspectos que aproximam as duas organizações, neste

capítulo, os jornais de FUA e ANL serão separados e o enfoque se dará nos textos que melhor sintetizam as diferentes visões acerca do caráter do fascismo.

Antes de abordar os textos que visam compreender teoricamente o fascismo nas páginas de *HL*, é necessário notar que as críticas de Trotsky e dos trotskistas à IC, que são fundamentais para compreender a linha política da LC e da FUA, praticamente não aparecem no jornal da organização. Isso se dá, evidentemente, pelo esforço em construir unidade, e não criticar o PCB, mas é também revelador da dinâmica em que o conceito de fascismo foi construído no jornal, que adquire características próprias e que não necessariamente correspondem diretamente à linha política adotada pelos trotskistas que o impulsionaram hegemonicamente. A unidade poderia comportar alguma medida de contradição no seu interior, o que é particularmente notável no caso de *A Manhã* e da ANL, como será abordado posteriormente.

Logo no primeiro editorial de *HL*, em 27 de maio de 1933, que postula a luta contra o fascismo como a principal tarefa de “toda a humanidade”, é procurado situar a emergência do inimigo dentro de uma conjuntura política internacional de ascenso das lutas operárias (CONTRA..., 1933a, p. 1): “Por isso é que, justamente na época em que todas as premissas para o advento de uma forma mais alta de democracia se apresenta, a reação fascista faz a sua aparição sobre o mundo”. No entanto, o fascismo surgiria “isoladamente”, a partir de figuras messiânicas que, através da sua “demagogia”, conquistariam as camadas médias da população, para então atacar a classe trabalhadora (CONTRA..., 1933a, p. 1),

[...] primeiro fazendo uso dos processos demagógicos, para depois, alcançado o poder, destruir violentamente as organizações sindicais, as agremiações populares, os clubes que refletem a moderna atividade humana nas artes e nas ciências, as associações de defesa econômica, sejam elas socialistas, comunistas, republicanas ou democratas, ou mesmo sem nenhuma cor política [...]

O fascismo seria, portanto, um “trabalho de encomenda” de uma “minoría cujos interesses colidem violentamente com os da imensa maioria” (CONTRA..., 1933a, p. 1). No Brasil, o fascismo (ainda não sendo identificado com o integralismo) estaria se mostrando de maneira tímida, “sem que os seus serviços aparentemente sejam reclamados” (CONTRA..., 1933a, p. 1), numa leitura que ressalta o seu caráter de instrumento da burguesia. Já no editorial da segunda edição de *HL*, em 3 de junho de 1933, são questionadas as probabilidades de sucesso do fascismo no

Brasil, o que motiva a caracterização deste como uma ditadura a serviço dos interesses da burguesia, mas diferente de uma “ditadura do tipo comum” (REALIDADES..., 1933, p. 1, grifos nossos):

A ditadura fascista (que apareceu por enquanto, de maneira típica, na Itália e na Alemanha) caracteriza-se nitidamente - mesmo quando sob a pele de 'Partido Operário Nacional-Socialista' - pela ação que desenvolve contra as classes trabalhadoras [...] A situação do Brasil nada tem de semelhante com a da Itália há 13 anos ou com a da Alemanha de hoje. As lutas que presentemente se desenrolam no movimentado cenário político nacional têm as suas causas mais imediatas nas diversidades dos interesses dos numerosos conglomerados econômicos em que se divide o país. Elas se desenvolvem entre as classes dirigentes das diferentes regiões, não tendo as mais largas camadas da população nenhuma consciência de seus interesses. Considerando-se ainda que para o triunfo do fascismo a minoria privilegiada tem de abrir mão, durante um certo tempo, de algumas de suas prerrogativas, vê-se ainda mais claramente que o regime do '*manganello*' não tem probabilidade, por enquanto, de triunfar entre nós. Aqui pode ser objeto de conjecturas uma ditadura do tipo comum, militar ou não, usando dos métodos fascistas de demagogia e de opressão. Tal ditadura, contudo, não duraria muito tempo: ela aceleraria ao extremo o processo de desintegração nacional.

Apesar da descrença na possibilidade de uma ditadura fascista no Brasil, perante o estado de desenvolvimento das forças produtivas no país e à relutância das classes dominantes nacionais em entregar o poder de governo ao fascismo, ainda seria necessário um alerta a respeito do uso de “métodos fascistas”, tanto no sentido da repressão ao movimento operário, quanto da mistificação a respeito dos seus interesses (REALIDADES..., 1933, p. 1). No entanto, nos países centrais do capitalismo, em função justamente do avanço relativo à consciência das massas, o fascismo encontrava um espaço favorável para se desenvolver e se postular como uma alternativa viável para a burguesia. O reacionarismo fascista seria uma resposta ao processo de tomada de consciência e organização da classe trabalhadora, que levava à vontade de superação da democracia liberal e se tornava um perigo aos privilégios da burguesia. Essa classe, hipócrita, descartava a democracia que ela mesmo criara, por não suportar as consequências máximas do sistema democrático (REALIDADES..., 1933, p. 1, grifos no original):

Quando as mais largas camadas das populações começam a adquirir consciência política de seus interesses [...] para os farsantes, a democracia começa a falir. Enquanto o povo permanecia no obscurantismo religioso, mergulhado no analfabetismo e, por isso mesmo, na inconsciência absoluta de sua força [...] a democracia era a forma de governo ideal. Bastou que uma minoria se visse ameaçada nos seus privilégios, para que a democracia fosse hipocritamente apontada (ao lado dos judeus...) como a maior causa dos males da nossa época [...] A missão histórica do fascismo é, pois, garantir a inviolabilidade dos privilégios da minoria opressora, tendo para isso de aniquilar, primeiro servindo-se de uma baixa demagogia, e depois da violência, todas as organizações das classes trabalhadoras e todas as agremiações que refletem as atividades da vida moderna.

A leitura de conjuntura presente no editorial em questão carrega elementos da teoria do bonapartismo, principalmente na medida em que Trotsky faz uso dela para estabelecer uma relação entre ditaduras bonapartistas e fascismo. Essa noção tem origem na forma em que Marx caracterizou o processo histórico da tomada do poder na França por Napoleão III e foi apropriada por Trotsky em alguns dos seus textos.⁹² Maffei (1984, p. 37), ao pontuar os erros dos grandes líderes soviéticos a respeito do fascismo, diz que Trotsky considerava que este seria apenas uma nova forma de bonapartismo, afirmando que “quem estaria com o poder social seria Mussolini, suas milícias e seus generais e não a burguesia”.⁹³ Como será abordado adiante, percebe-se que a crítica não prossegue. Segundo Demier (2012, p. 101), embora Trotsky não tenha dedicado nenhum trabalho em particular ao bonapartismo, ele teria sido “dentre todos os autores marxistas do movimento operário, aquele que mais próximo chegou da elaboração de uma teoria do bonapartismo propriamente dita”. Não é interessante discutir, de maneira aprofundada, como essa teoria foi elaborada por Trotsky, mas sim de forma resumida e que permita compreender como ela foi apropriada pelos trotskistas brasileiros no início da década de 1930, principalmente a partir dos textos que compõem a obra *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*.⁹⁴

⁹² Engels também fez uso desse conceito para compreender o processo da “revolução burguesa” na Alemanha, em obra já referida (ENGELS, 1982). Para um estudo aprofundado de como esse conceito aparece na produção marxista, ver Demier (2012).

⁹³ A crítica de Maffei (1984) parece se calcar na noção, sim desenvolvida por Trotsky (1934), de que o fascismo, após ascender ao poder e dismantelar o movimento operário, faria um recuo na sua política de massas e se estabilizaria, se aproximando do bonapartismo. No entanto, Trotsky só desenvolveu essa ideia em texto de julho de 1934, posterior à chamada “Noite das Facas Longas”, episódio em que Hitler se livrou, ao mesmo tempo, da ala radical e do braço armado do partido nazista e do restante da direita alemã com quem governava em coalizão (EVANS, 2005). Entre os textos do livro que está sendo analisado (TROTSKY, 2019), a única menção aos recuos do fascismo fala brevemente sobre a burocratização do partido fascista italiano, mas não classifica esse processo como uma “bonapartezação”.

⁹⁴ Além disso, uma definição mais clara do que seria “bonapartismo”, no entendimento de Trotsky, apareceria somente em 1935 (TROTSKY, 1935).

Para Trotsky (2019, p. 407), diferenciar o bonapartismo do fascismo não era uma questão puramente semântica:

Quando exigimos, insistentemente, que se diferencie o bonapartismo do fascismo, não o fazemos, em absoluto, por pedantismo teórico. Os termos servem para definir conceitos; os conceitos, por sua vez, para distinguir as forças reais na política.

A política do “social-fascismo” do *KPD* e da *IC*, ao identificar formas de fascismo já nos governos reacionários que precederam os nazistas, seria um equívoco (TROTSKY, 2019, p. 359). Para Trotsky, esses governos teriam sido bonapartistas, ainda que em graus diferentes,⁹⁵ e seu poder seria baseado num frágil equilíbrio entre forças antagônicas: de um lado, o proletariado e, de outro, o fascismo. Portanto, a situação alemã se encaminhava para uma solução apenas através de “uma guerra civil demorada e impiedosa” (TROTSKY, 2019, p. 362) contra o proletariado, sobre a qual ainda restava a dúvida se Hitler seria capaz de conduzir. O que estava em aberto até então (o texto é de setembro de 1932) era a possibilidade que a classe trabalhadora alemã ainda tinha de barrar o fascismo e avançar rumo ao socialismo (TROTSKY, 2019, p. 362): “Poderá Hitler desempenhar essa tarefa? Isso depende não só da vontade feroz do fascismo, mas também da vontade revolucionária do proletariado.”

Trotsky (2019) concorda com o recorrente argumento comunista de que o fascismo seria uma expressão radical e violenta do capital financeiro contra a ameaça da revolução proletária, mas acrescenta que o domínio dessa fração da burguesia era uma realidade em qualquer país daquele momento, em função da dinâmica do capitalismo em sua fase imperialista. No entanto, a tomada imediata do poder pela classe operária não estava colocada na conjuntura de então, nem mesmo em um país com um proletariado numeroso e forte, como a Alemanha. A paralisia imposta pela social-democracia ao operariado alemão o impedia de cumprir com suas tarefas revolucionárias, ao mesmo tempo em que o fascismo crescia, com base na pequena-burguesia. Em função desse precário equilíbrio entre forças políticas antagônicas, as classes dominantes do país recorriam à forma do bonapartismo, com seus métodos policiais de repressão ao movimento operário. Alçando-se acima das classes sociais, a ditadura bonapartista se colocava como uma “árbitra” que impedia a guerra civil que se desenhava entre o proletariado e o

⁹⁵ Para uma elaboração mais aprofundada dessa questão, ver Trotsky (2019, p. 357-362, p. 432-439)

fascismo. No entanto, a base dessa forma de dominação, além de débil, era “combinada” (TROTSKY, 2019, p. 435-436):

O atual bonapartismo alemão é de um caráter extremamente complicado e, por assim dizer, combinado. O governo Papen seria impossível sem o fascismo. Por outro lado, o fascismo não está ainda no poder. E o governo Papen não é o fascismo. Mas o governo Papen, pelo menos na sua forma atual, seria impossível também sem Hindenburg [...] Em Hindenburg votaram vários milhões de operários, de pequenos burgueses e de camponeses (social-democracia e partido do centro). Estavam longe de ver nele qualquer programa político. Queriam, antes de tudo, evitar a guerra civil, e levantaram Hindenburg sobre os seus ombros, como árbitro supremo da nação. É justamente este o papel mais importante do bonapartismo: elevando-se por cima dos dois campos beligerantes para proteger a ordem e a propriedade, reprime a guerra civil, por meio do aparelho militar-policia, impede-a ou não permite que se reacenda [...] O caráter combinado do bonapartismo alemão encontrou expressão no fato de que dois grandes partidos independentes desempenharam, em seu lugar e a seu favor, a tarefa demagógica da conquista das massas: a social-democracia e o nacional-socialismo.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que não se tratavam da mesma coisa, bonapartismo e fascismo não eram diretamente opostos. A diferença chave, na leitura de Trotsky (2019, p. 209), seria que o fascismo, ao contrário da ditadura bonapartista, teria como missão fundamental a destruição de todas as organizações do proletariado:

A fascistização do Estado significa não apenas “mussolinizar” as formas e os processos de direção [...] mas, antes de tudo e sobretudo, destruir as organizações operárias, reduzir o proletariado a um estado amorfo, criar um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas e esteja destinado a impedir a cristalização independente do proletariado. É precisamente nisto que consiste a essência do regime fascista.

É importante mencionar que os textos de *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (TROTSKY, 2019) são anteriores à nomeação de Hitler como chanceler, em janeiro de 1933, e às eleições federais de março do mesmo ano, em que o partido nazista obteve maioria parlamentar. Embora Trotsky (2019, p. 408) concebesse que “[e]ntre a subida de Hitler ao poder e a implantação do regime fascista existe ainda uma grande distância”, a vitória eleitoral dos nazistas foi a gota d’água a respeito das suas esperanças em relação ao operariado alemão. A própria postura do *KPD* e da *IC*, que minimizaram as dimensões dessa derrota, convenceram Trotsky de que a vitória fascista estava consolidada na Alemanha: a ditadura propriamente fascista era só uma questão de tempo (BROUÉ, 2007).

A partir desse breve panorama sobre o pensamento de Trotsky, é possível compreender como, na leitura de conjuntura da FUA, os conceitos de bonapartismo

e fascismo se relacionavam no caso brasileiro. O país aparece muito mais próximo de uma ditadura bonapartista, com a aplicação de “métodos fascistas de demagogia e de opressão” (REALIDADES..., 1933, p. 1), do que de uma ditadura propriamente fascista. O governo Vargas, que durante o biênio 1933-1934 demonstrou um desprazer para com as amarras constitucionais que impediam a sua ação discricionária, constantemente demonstrava simpatias para com o fascismo, mas não era oriundo do movimento de massas radicalizado e pequeno-burguês, como o fascismo. Ademais, ao apontar para os perigos dos “métodos fascistas” (REALIDADES..., 1933, p. 1) e não para uma existência concreta de uma ameaça fascista no país, o texto não deixa claro onde se encontrava o fascismo no Brasil. Isso se deve a dois motivos principais: 1) a percepção do caráter ainda latente do integralismo, como se percebe no primeiro editorial de *HL*, que não o identifica pelo nome e deixa implícito que este aparecia “sombriamente em horas matinais, sem seu serviços aparentemente sejam reclamados” (REALIDADES..., 1933, p. 1) e 2) a percepção de que ainda havia tempo de organizar o operariado brasileiro para enfrentar o fascismo quando este assumisse formas mais definidas. Mesmo com a referida descrença nas chances da ditadura fascista no Brasil, os antifascistas da FUA não deixavam de atuar em prol da unidade. Outra dimensão fundamental para se compreender a tática do antifascismo era a própria incerteza em relação ao futuro. Mesmo que se tenha plena confiança nos pressupostos teóricos que determinam as ações no presente e servem de guia para prever as possibilidades de futuro, existe sempre um grau de imprevisibilidade em relação ao que ainda vai acontecer, principalmente naqueles aspectos que escapam à ação consciente dos militantes. Sendo assim, a teoria do bonapartismo e do fascismo de Trotsky serve menos para compreender a realidade nacional propriamente dita, do que para imaginar futuros plausíveis e delinear estratégias para preparar a classe trabalhadora brasileira para essas possibilidades. Além disso, implicitamente, o caso alemão serve de exemplo negativo a respeito da subestimação do fascismo.

Retornando ao primeiro editorial de *HL*, percebe-se a avaliação de que, após o processo de tomada do poder pelo fascismo, um dos seus primeiros expedientes seria o de substituir o movimento operário independente e organizado pela sua própria estrutura de organização das relações entre capital e trabalho, que seria baseada em concepções extraídas do passado (CONTRA..., 1933a, p. 1): “Recorre-se de novo ao ópio das religiões, procura-se ressuscitar defuntas e

hipotéticas ‘aristocracias’, as corporações, etc., etc.” A referência às corporações não é leviana, pois seria justamente a teoria do corporativismo fascista que fundamentaria a sua lógica de repressão à classe trabalhadora. Essa “filosofia” do fascismo buscaria justificar a implementação de um Estado pretensamente “integral” e “totalitário”, conforme a leitura feita em artigo da primeira edição de *HL* (QUANDO..., 1933, p. 4):

O Estado fascista - no dizer dos seus ‘teóricos’ - é o Estado que se confunde com os súditos, que, com estes, realiza a tarefa histórica de associar, num só corpo, governo e governados [...] Neste sentido, é natural deduzir-se que entre o Estado e seus súditos, no regime fascista, não há divergências, pois aquele administra e organiza a ação destes e, vice-versa, as necessidades e anseios destes - que seriam uma prolongação do Estado - são rigorosamente atendidos e realizados por aquele.

No entanto, essa elaboração do fascismo seria uma mera mistificação, já evidente no fato do autor do artigo ter escrito “teóricos” e, em trecho posterior, “teorias” entre aspas, que visava encobrir o real caráter dialético da história e seu movimento a partir da luta de classes (QUANDO..., 1933, p. 4):

Essa ‘teoria’ encerra o princípio da cooperação entre governo e governados e é construída com a finalidade exclusiva de não reconhecer a luta de classe e de justificar, doutrinariamente, a liquidação física dos outros partidos e a destruição sistemática das organizações proletárias (sindicatos, clubes operários, partidos) que constituem, historicamente, os inimigos principais da demagogia fascista. Mas, ah! A dialética da história se incumbe, dia a dia, de demonstrar o reacionarismo criminoso dessas ‘teorias’. Dia a dia, entre as linhas dos telegramas que a censura de Starace não consegue ocultar, vêm as provas mais evidentes do vácuo e da falsidade dessas teorias que revestem o único fim de defender por todos os meios a minoria dos opressores: o fascismo, apesar de não reconhecer a existência das classes, apesar de blasonar-se de uma política de cooperação das classes, faz uma política de luta de classes que não encontra paralelo em nenhuma época histórica.

A negação da luta de classes pelo fascismo, a partir da sua teoria da cooperação de classes, se mostrava equivocada perante a própria dialética histórica, ao mesmo tempo errada na abstração e contradita na realidade concreta. O fato de haver resistência antifascista mesmo dentro dos bastiões fascistas era a prova de que os pressupostos teóricos do Estado “totalitário” não se encontravam na concretude.

A questão do antissemitismo também foi chave para a compreensão da gênese do nazismo em *HL*. Ainda na primeira edição do jornal, o seu diretor, José

Perez, aborda o infame livro conspiracionista *Os Protocolos dos Sábios de Sião*,⁹⁶ numa perspectiva de desmenti-lo e de situar o antissemitismo nele contido como um sintoma de uma sociedade em decomposição, como seria o caso da europeia da época (PEREZ, 1933). O nazismo alemão teria encontrado uma maneira eficiente de mobilizar as massas que sofriam com a pobreza, ao eleger os judeus como bode expiatório. O editorial da edição de número 3, de 10 de junho de 1933, numa polêmica com o jornal *O Estado de São Paulo*, cita o texto de Perez e elabora ainda mais as suas ideias (O “ESTADO”...., 1933, p. 1):

O ‘problema judaico’ perdeu-se na imensidade do problema da sociedade contemporânea, confundindo-se com ele. A acuidade do conflito entre as diferentes classes sociais, colocadas frente a frente no sistema de produção do mundo moderno, leva de roldão os preconceitos raciais e religiosos que se revelam cada dia mais frágeis e inconsequentes.

Seria a luta de classes, e não o sentimento de ódio étnico-racial que explicaria a perseguição aos judeus na Alemanha, estando diretamente ligada às contradições do capitalismo. Os *pogroms*, episódios espontâneos de violência antissemita que seriam típicos das sociedades medievais, estariam sendo substituídos por uma forma sistemática de opressão, própria do desenvolvimento capitalista (O “ESTADO”...., 1933, p. 1, grifos nossos):

A campanha contra os ‘judeus sem dinheiro’ essa sim continua e nem era preciso dizer. É a tarefa do fascismo. E continua, não porque sejam judeus mas porque não têm dinheiro. Os israelitas pobres são uma parte pequena da massa gigantesca constituída pelas classes trabalhadoras alemãs, oprimidas, privadas de todos os direitos, massacradas pelos fascismo retrogrado, sangrento e bestial. Os ‘*pogroms*’, em que as populações judias eram indistintamente massacradas, tornam-se cada vez mais raros em nosso tempo. A sua frequência na Rússia czarista, por exemplo, tem a sua explicação nas relações feudais de produção que então predominavam naquele país. A reação de um regime em decomposição (o feudalismo) contra as forças em ascensão do capitalismo era, na Rússia, um fator muito mais ativo dos ‘*pogroms*’ que os preconceitos religiosos ou raciais.

O editorial conclui apontando a hipocrisia de Hitler, que atacava o judeu pobre, mas se sentava para negociar com banqueiros judeus, como a maior prova da mistificação do antissemitismo nazista. Antes que preconceito de raça, ele escondia o caráter classista da política fascista, que servia à grande burguesia e atacava as classes trabalhadoras (O “ESTADO”...., 1933).

⁹⁶ Esse livro, uma falsificação publicada originalmente no início do século XX, ganhou tradução em português pelas mãos do integralista Gustavo Barroso em 1936 (GONÇALVES e NETO, 2020).

Outro ponto reflexivo e que sugere uma intersecção com a produção de Trotsky é o artigo assinado por “RM”, que apresenta, a partir da noção da “internacionalização” do fascismo, uma leitura a respeito do que seria um recuo do fascismo perante as ameaças das outras potências imperialistas (RM, 1933). Por um lado, o nazismo alemão estaria recuando das políticas demagógicas e do discurso belicoso que dirigia à pequena-burguesia, na medida em que necessitava estabilizar o seu domínio e se legitimar perante os outros países europeus. Por outro lado, as consequências da internacionalização do fascismo o levariam à guerra contra a União Soviética, servindo de instrumento das potências imperialistas na luta de classes internacional. Essa instrumentalização do fascismo seria não um sinal de sua força, mas sim de sua fraqueza, fazendo com que suas contradições e seu caráter burguês ficassem ainda mais expostos. O fascismo aparece, na sua forma mais extrema, como a última tentativa de salvar o nacionalismo, numa época em que o desenvolvimento das forças produtivas excedia aos mercados internos e forçava os Estados imperialistas a disputarem mercados externos entre si. No entanto, com a internacionalização do capital, as demais potências imperialistas passaram a impor rédeas aos fascismos, que recuaram, logo que assumem o poder, nas suas propostas nacionalistas.

A falta de reais pretensões de grandeza do nazismo, que abandonava projetos de grandes impérios coloniais e expansão territorial (para além da Áustria), leva o autor a referenciar Trotsky, quando este teria se referido aos recuos fascistas como uma “psicologia de cão batido” (RM, 1933, p. 2).⁹⁷ No entanto, a verdadeira potencialidade internacional do fascismo estaria na sua transformação em grande agente de “defesa internacional dos interesses ameaçados do capitalismo cosmopolita”, sendo ponta-de-lança da guerra da burguesia internacional contra a União Soviética. Essa noção ecoa a elaboração de Trotsky (2019, p. 256-257) sobre o processo de burocratização do fascismo italiano, decorrente do seu distanciamento da base pequeno-burguesa e da sua aproximação com “outras formas de ditadura militar-policial” em favor dos interesses da burguesia.⁹⁸ Portanto,

⁹⁷ Na verdade, Trotsky não se referia aos recuos fascistas, pois essa noção é posterior a 1933 na sua obra (1934). O autor se refere mais ao discurso contraditório dos nazistas, que ainda não estavam no poder, que propunham um processo simultâneo de expansão territorial e de internalização econômica. A citação completa de Trotsky (2019, p. 352), na tradução de 1933, é a seguinte: “Assim, o rugido do leão dissimula a psicologia do cão espancado”.

⁹⁸ Novamente, é necessário reforçar que, na obra de Trotsky, a ascensão nazista ainda não era um fato consumado, portanto o caso da Itália é tomado como modelo.

quando RM (1933, p. 2) identifica os recuos de Hitler perante as demais potências imperialistas, também identifica o momento em que o nazismo revela a sua face burguesa, abandonando o discurso que apelava à sua base.

As páginas de *HL* também receberam esforços de compreensão do processo histórico global da humanidade e do papel do fascismo nele, tendo como base o materialismo histórico e a luta revolucionária do proletariado pelo comunismo, como no caso de um artigo não-assinado e publicado na edição de 21 de outubro de 1933 (UM RECUO... 1933). O texto inicia criticando aqueles que consideravam o fascismo como uma inevitabilidade, uma etapa histórica até mesmo “necessária”, numa “cínica demonstração de impotência política [...] uma atitude de vulgar fatalismo, incompatível com a posição dos que julgam ter consciência do processo histórico” (UM RECUO... 1933, p. 2). As notícias vindas da Europa e os dados divulgados sobre a situação econômica dos países fascistas eram provas de que o fascismo não trazia “nenhuma modificação orgânica do regime econômico dominante” (UM RECUO... 1933, p. 2) e nenhuma novidade para além da completa desorganização e repressão do movimento operário:

Na história só podem ser considerados “necessários” regimes econômicos e políticos hoje bem caracterizados. E reconhecendo isso a classe operária deu um exemplo eloquente lutando ao lado da burguesia contra o feudalismo para a implantação do regime capitalista, agindo assim revolucionariamente. Nos nossos dias, para os países atrasados, constatamos mesmo que somente as classes trabalhadoras realizam em sua plenitude as palavras de ordem democrático-burguesas [...] Na Rússia vimos o governo democrático-burguês de Kerensky cair para que as palavras de ordem democrático-burguesas se realizassem imediatamente após a insurreição de Outubro.

Nessa visão, a classe trabalhadora agiu conscientemente ao apoiar a burguesia na luta contra o antigo regime, no confronto histórico que foi simbolizado pela Revolução Francesa. Um fragmento de texto de André Gide, publicado na edição de 10 de junho de 1933 de *HL*, aponta a última consequência desse raciocínio, que é também o único meio de realmente evitar a guerra e derrotar o fascismo (GIDE, 1933, p. 2): “Os que pretendem querer evitá-la, no fim terão de admitir que somente a luta de classe, isto é, a luta de cada país contra o próprio imperialismo, pode abafar o novo conflito, que se está preparando e que desta vez seria mortal.”

Decorre dessa noção uma intersecção entre as posições dos trotskistas e da direção majoritária da IC, que é da avaliação de que somente a revolução socialista

seria capaz de derrotar definitivamente o fascismo. O último, como expressão da reação burguesa ao acirramento da luta de classes, tenderia a aparecer em todas as situações de crise profunda do capitalismo e, portanto, só poderia ser derrotado a partir da superação do próprio modo de produção capitalista. A diferença chave entre as duas posições se dá, principalmente, pela análise da conjuntura daquele momento, favorável à luta de “classe contra classe” para a IC e desfavorável para os opositoristas. Para os últimos, essa situação poderia mudar, de acordo com as reconfigurações das correlações de força e das condições objetivas e subjetivas de cada país. Caberia então, aos comunistas, a luta em frente única com a social-democracia e quaisquer outros setores com influência no operariado, além do alerta permanente em relação às mudanças conjunturais que poderiam desprender desse processo.

Por fim, o editorial de 5 de novembro de 1933 de *HL* aborda a questão do pacifismo, cujas palavras-de-ordem contra a guerra não resolveriam o problema do fascismo. O texto cita um certo “manifesto publicado recentemente contra a guerra”, como um exemplo de “pacifismo vulgar” que falhava em identificar o caráter da guerra imperialista, que seria definida como “uma consequência da luta pelo mercado, oriunda da contradição entre o modo de produção e a capacidade restrita do consumo” (CONTRA..., 1933b, p. 1). Não se sabe exatamente que manifesto seria esse e a falta de fontes sobre o Comitê Antiguerrero do PCB não permite que se verifique e afirme que o editorial em questão se refere a uma publicação sua. De qualquer forma, o discurso de enfrentamento à guerra que era comum entre os comunistas daquela época não era pacifista. Stalin (1953), embora defendesse a teoria do “social-fascismo”, também condenava as palavras-de-ordem pacifistas, além de que a própria tática do “terceiro período” vislumbrava a transformação da guerra imperialista em guerra civil, devendo estar o proletariado pronto para vencê-la e tomar o poder. Afinal, como afirma Castro (1999, p 117), “[d]esde a Revolução de Outubro a guerra civil era considerada a parteira da revolução”.

Apesar da questão apontada acima, a problematização apresentada no editorial de *HL* era coerente com a visão trotskista a respeito da superação política do fascismo. Assim, o discurso pacifista seria uma espécie de mistificação em relação ao verdadeiro problema que se colocava. A política dos trotskistas encontrava coerência na tática de frente única por eles proposta, pois esta permitia um certo nível de flexibilidade nas lutas e se colocava como uma unidade

emergencial e de autodefesa e não como uma luta propositiva e programática. A posição trotskista a respeito das perspectivas de derrota do fascismo foi alvo de maior atenção neste trabalho, pois é a que se encontra com maior frequência nas páginas de *HL*. Existe uma carência de fontes que possam permitir afirmar algo a respeito da visão de mundo dos socialistas brasileiros que também compuseram a FUA e organizaram o seu jornal e que podem ter influenciado o projeto editorial de *HL* e as ideias nele expressas.

Embora seja necessário reiterar as grandes limitações que a FUA teve, é necessário situar o seu papel dentro de um processo mais amplo de experiência de unidade, ainda que limitada,⁹⁹ entre as esquerdas brasileiras entre os anos de 1933 e 1935. O exemplo mais emblemático dessa unidade é o já mencionado 7 de outubro de 1934, mas, como também já foi indicado, frentes que agregaram diferentes partidos e organizações foram construídas em outros âmbitos, como o sindical e o eleitoral. Mais do que elaborar sobre cada uma dessas experiências, o que interessa é compreender como esses processos se configuraram em meio a uma atmosfera mais favorável à união entre diferentes setores da esquerda brasileira, o que permitiu, posteriormente, o desenvolvimento de formas muito mais amplas de unidade, incluindo setores “progressistas” em geral, como no caso da ANL (CASTRO, 1999).

Segundo Castro (2002), não foi por acaso que, no mês seguinte ao confronto da Praça da Sé, na sequência de uma repercussão positiva ao evento, o caso da morte do jovem pecebista Tobias Warchavski na cidade do Rio de Janeiro levou a uma intensa mobilização em torno de descobrir as causas do seu assassinato. A morte de Warchavski, que era cartunista e militante da Juventude Comunista (JC), foi atribuída pela polícia ao próprio PCB, que o teria “condenado” à morte por suspeita de ter entregado Adelino Deícola dos Santos, dirigente do Comitê Antiguerrero, à repressão (CASTRO, 1999). A repercussão da acusação, que causou indignação entre os meios progressistas da capital federal, levou à

⁹⁹ Fala-se em experiência “limitada” em função de que não existe um padrão bem estabelecido para essa unidade. Organizações como o PCB participaram de algumas frentes, mas não de outras e, quando o fizeram, foi de acordo com circunstâncias regionais e de maneira restrita. É o exemplo da sua seção paulista, que participou de eventos da FUA até ser centralizada pelo Rio de Janeiro e passar a condenar a frente única. Da mesma forma, os trotskistas, que impulsionaram diversas frentes nesse período, recusaram-se a participar da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI), mesmo que individualmente (CASTRO, 1999).

instauração da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI), com o objetivo de investigar a verdadeira autoria do homicídio.¹⁰⁰

Segundo Castro (1999), o caso se tornou a principal bandeira de luta do PCB contra “a reação” e mobilizou uma rede extensa de militantes antifascistas em torno da Comissão. O levantamento feito por Castro (1999), a respeito dos aderentes à CJPI, demonstra que grande parte dessas pessoas viriam a fazer parte da ANL em 1935. Sendo assim, a CJPI teria servido de base para a fundação da ANL, unindo os sentimentos antifascistas e antigetulistas a um programa anti-imperialista hegemônico pelo tenentismo “de esquerda”. Os trotskistas não participaram nem da CJPI, nem da ANL, mas mantiveram com a última uma complicada relação de disputa.¹⁰¹ Segundo Castro (1999), a mudança conjuntural posterior ao 7 de outubro de 1934 fez com que os trotskistas e sua proposta de frente única antifascista fossem escanteadas pela mobilização em torno da CJPI e da ANL. A CJPI rapidamente superou os limites geográficos do Rio de Janeiro, cidade em que o crime que ela se propunha a investigar tinha ocorrido. Assim, a adesão de pessoas de “São Paulo, Santos e outras grandes cidades brasileiras” (CASTRO, 1999, p. 164) é sugestiva a respeito do caráter “progressista” que a Comissão tomou, passando a se situar como um ponto de atração de diversas pessoas interessadas na luta contra a “reação”, ou seja, contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo e para quem o assassinato de Warchavski havia se tornado um símbolo do autoritarismo e da repressão política.

Como foi elaborado anteriormente, a FUA teve grandes dificuldades em superar as suas limitações organizativas e falta de organicidade. No entanto, a forma organizativa que ela propunha, de uma frente única antifascista, contribuiu politicamente para o tensionamento com as outras formas de unidade que se encontravam em disputa. Portanto, mesmo que os militantes do PCB de São Paulo, seguindo uma prática recorrente no partido em qualquer outro estado, tenham buscado deslegitimar as ações dos trotskistas, a sua participação, ainda que vacilante, em reuniões da FUA são indicativas de que a proposta da frente única

¹⁰⁰ Enquanto a polícia acusava o PCB de ter “justiciado” Warchavski, o partido acusava a polícia política de Vargas pelo assassinato (CASTRO, 1999). Não parecem existir evidências concretas a respeito da autoria do crime, apenas conjecturas, como aquelas levantadas pelo jornalista William Waack (1993), que atribui, indutivamente, a responsabilidade a militantes do PCB.

¹⁰¹ Segundo Almeida (2003) e Prado (2015), os trotskistas defendiam uma frente única antifascista com a ANL, propondo que esta se tornasse aquilo que a FUA não conseguiu ser, mas divergiam profundamente a respeito da perspectiva revolucionária democrático-burguesa que o programa aliancista tinha, principalmente a partir da adesão de Luís Carlos Prestes..

entre as organizações da vanguarda do movimento operário dialogava de alguma maneira com as pretensões e expectativas da militância pecebista. A existência da FUA, ainda que jamais tenha se constituído como a ferramenta que seus proponentes gostariam, já foi suficiente para assinalar um dos meios para a conquista da unidade entre as esquerdas naquela época e causar uma tensão com a forma de frente única “pela base” que o PCB pretendia. Por fim, se a tática da FUA foi derrotada politicamente pelas mudanças de conjuntura do final de 1934, a proposta do Comitê Antiguerrreiro também foi.

De qualquer forma, mesmo que a FUA não receba os créditos, na maior parte da produção memorialística e historiográfica, pela contramanifestação de 7 de outubro de 1934, foi a frente única que permitiu que o embate fosse travado nas ruas de São Paulo. Como já foi apontado, o evento teve grande e positiva repercussão entre os meios “progressistas” da época, tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro e em outras regiões do país.¹⁰² O evento se tornou um símbolo, tanto da capacidade popular de enfrentar o integralismo nas ruas, quanto da importância da unidade mais ampla possível, inclusive entre organizações políticas.

3.6 A Aliança Nacional Libertadora

A cerimônia de fundação da ANL ocorreu no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1935. Segundo Pinheiro (1991), a escolha da antiga sede do Clube 3 de Outubro como sede da ANL já é bastante sugestiva da tentativa de se apropriar do legado tenentista, especialmente daquele identificado como “de esquerda”. A organização teve rápido e grande crescimento, superando facilmente os limites geográficos do Rio de Janeiro e de São Paulo, constituindo seções em diversas cidades (PINHEIRO, 1991). Suas atividades se davam em frentes muito variadas e são um bom indicativo da capilaridade que a ANL, pois se organizou no meio sindical, com núcleos em diversas categorias profissionais, entre os estudantes, militares, profissionais liberais e mesmo no movimento de mulheres, através da União Feminina do Brasil (PINHEIRO, 1991). Através do jornal *A Manhã*, fez campanhas voltadas aos pequenos comerciantes, de denúncia às condições

¹⁰² Para se ter uma ideia, a primeira edição do jornal *A Razão*, publicado em Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul, traz em sua capa uma notícia sobre a “Batalha da Praça da Sé” (UM GRANDE..., 1934, p. 1).

precárias dos trabalhadores rurais e de empresas urbanas (especialmente as de capital estrangeiro), contra o aumento do custo de vida e a falta de qualidade nos serviços públicos (particularmente aqueles realizados por empresas multinacionais).

A trajetória meteórica da ANL foi alvo de muitos debates historiográficos, especialmente em torno dos levantes de novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Pinheiro (1991), M. Vianna (1992) e A. Prestes (2008), as três principais referências sobre essa discussão, divergem a respeito do papel conferido aos comunistas e à IC nas insurreições, mas concordam em relação ao caráter marcadamente “tenentista” que a ANL teve e que se refletiu na tentativa de tomada do poder que a organização empreendeu. O fechamento oficial da ANL, em julho de 1935, feito com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), é apontado como o início de um período de radicalização no seu interior, que atingiu o seu ápice durante os levantes de novembro. No entanto, o desvio do enfoque que é proposto neste trabalho, saindo das polêmicas em relação à infame “Intentona Comunista”¹⁰³ e tematizando a conceituação do fascismo e do antifascismo que a organização construiu, permite com que se observe as continuidades entre esses dois “períodos” da ANL. No caso de *AM*, o fechamento da ANL causou uma inflexão no sentido da propaganda das ações da organização, agora muito limitadas, mas não na continuidade do trabalho de conceituação do fascismo, do imperialismo e do latifúndio. Ou seja, a ilegalidade limitou as ações da ANL, mas não impediu por completo a sua luta antifascista.

Na historiografia, apenas Castro (1999) e A. Prestes (2008) apontaram as origens da ANL na CJPI. M. Vianna (1992) reconhece a existência de um movimento antifascista no país anterior a 1935 (incluindo a CJPI), mas o foco da sua atenção é na influência do tenentismo no movimento aliancista e em como esse elemento encontrou uma correspondência com a política revolucionária do PCB. Pinheiro (1991) enfatiza a participação comunista na ANL desde a sua fundação, aspecto que é reforçado pela pesquisa documental apresentada por Castro (1999),¹⁰⁴ e em como a perspectiva da revolução democrática-popular os aproximou dos tenentes. O trabalho de Pinheiro (1991), ao abordar um longo processo de amadurecimento do

¹⁰³ Esse nome, de caráter policialesco e conspiratório, foi atribuído aos levantes de novembro de 1935 pelo governo Vargas e firmou raízes na memória coletiva nacional, inclusive no léxico de historiadores profissionais e críticos da repressão política no Brasil do entre-guerras (VIANNA, M., 1992).

¹⁰⁴ O autor aponta que o PCB agiu ativamente na fundação da CJPI e foi hegemônico no seu interior, além de apresentar indícios da existência da ANL desde 1934 (CASTRO, 1999).

ideal revolucionário no Brasil, cuja consequência máxima teria sido nos iludidos levantes de novembro de 1935, já indica onde estariam as raízes do movimento aliancista.

A historiografia da ANL, principalmente ao se considerar os três principais autores que a abordaram (PINHEIRO, 1991; VIANNA, M., 1992; PRESTES, A., 2008), teve uma maior preocupação em analisar o papel da Internacional Comunista nos levantes de novembro de 1935, do que outros aspectos da experiência organizativa daquela que foi um dos maiores movimentos de massas da história do Brasil. Esse interesse pode ser compreendido pelo fato de que houve a cristalização de uma memória sobre a “Intentona Comunista”, narrativa promovida por setores anticomunistas da sociedade e que culpa a IC pelo levante. As obras dos três autores acima mencionados vão no sentido de questionar sobre o quanto essa concepção pode ser corroborada pela crítica às fontes existentes. Esses trabalhos buscam refutar os mitos sobre o “ouro de Moscou”, evidenciando a agência de militantes brasileiros e ampliando a responsabilidade do levante para além dos comunistas. Sendo assim, os três autores são unânimes na crítica à historiografia que se refere ao evento como a “Intentona Comunista” ou o “levante comunista” e outras denominações que ocultam a participação de setores que não o PCB e a IC.

Não é objetivo deste trabalho elaborar algo novo a respeito dessa questão, mas é necessário pontuar que a elaboração de Pinheiro (1991) é a que melhor explica a complexidade da relação entre PCB, IC e tenentismo. Para o autor, os levantes de novembro de 1935 teriam sido o resultado da conjunção entre a perspectiva revolucionária dos tenentes e aquela do PCB, advindas de um longo processo de lutas e de uma tradição de golpes militares. No entanto, é inadequado comparar, como faz Pinheiro (1991), a cultura política golpista do tenentismo (passível de se estender às Forças Armadas brasileiras, como um todo) com a concepção revolucionária bolchevique. Essa noção desconsidera a dialética entre a insurreição armada e os movimentos dos trabalhadores no campo e nas cidades, o que leva a uma comparação pouco realista entre a Revolução de Outubro na Rússia e os levantes de novembro de 1935, em que a diferença estaria apenas no “*timing*” (PINHEIRO, 1991, p. 296, grifos nossos).

De qualquer forma, Pinheiro (1991) aponta que, em nenhum momento, os levantes tenham se tratado de uma “revolta comunista” ou da tentativa de se estabelecer um regime socialista no Brasil, a partir da tomada de quartéis. A

revolução em questão era democrática, camponesa e nacional, sintetizada no programa da ANL e que consistia num ponto de toque entre os tenentes “de esquerda” e o PCB, para quem a tomada do poder pelo proletariado não estava na ordem do dia. Houve um envolvimento intenso e direto da IC nos preparativos para um assalto ao poder, mas os acontecimentos de novembro não se deram conforme as expectativas dos comunistas. Nesse sentido, a elaboração de M. Vianna (1992) é bastante convincente, pois demonstra que a tentativa de tomada de quartéis no Rio de Janeiro ocorreu como uma reação ao movimento que se desencadeou a partir de Natal e Recife. Na capital potiguar, a insurreição foi “caracteristicamente popular” (VIANNA, M., 1992, p. 304) e melhor explicada pela conjuntura do estado do Rio Grande do Norte e pelo ambiente conspiratório nos seus meios militares, do que pela agitação nacional-libertadora.

No entanto, o envolvimento da IC em todo o processo que culminou nos levantes de novembro foi mais do que de “expectativa conivente”, como defende M. Vianna (1992). Nesse sentido, a leitura de Pinheiro (1991) demonstra como a relação tripartite entre IC, PCB e ANL esteve ligada às especificidades da conjuntura nacional, às diferenças na tática revolucionária entre o caso do Brasil e o dos países desenvolvidos, ao então recente interesse da IC na América Latina e à transição entre a tática do “terceiro período” e a das frentes populares, num processo que estava em andamento entre 1934 e 1935. A inflexão nos rumos da revolução proletária para o seu partido mundial, sinalizada pela adoção da tática das frentes populares, implicava num giro que não era fácil de se realizar, sem que esse período de transição implicasse em formas combinadas de aplicação das táticas (LÖWY, 2021).

A questão do debate em torno do caráter dos levantes de novembro de 1935 traz algumas implicações a respeito daquela que é a preocupação central deste trabalho, que é o antifascismo da ANL. Essa organização parece ocupar um lugar singular em meio à virada tática da IC, nem totalmente correspondente à linha de frentes populares fixada no VII Congresso, em 1935 (até porque este ocorreu após a fundação da ANL), nem alheia aos debates ocorridos no MCI. Ao mesmo tempo, o seu levante foi uma espécie de híbrido entre a política do “terceiro período” e a das frentes populares, adotando a perspectiva de aliança policlassista da última, mas seguindo a orientação da primeira a respeito do assalto ao poder. Portanto, a história da ANL pode ser compreendida apenas através das especificidades do Brasil, das

suas estruturas de poder, e de como os pontos em comum a respeito da leitura desta uniram os tenentes ao PCB. A formação sócio-econômica do país, conforme a leitura dos aliancistas, indicava que o poder político se concentrava nas mãos de uma pequena elite latifundiária que era ligada intrinsecamente ao capital financeiro internacional. A perspectiva de rompimento com essa ordem, através do Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), foi o que firmou o acordo entre o “reformismo revolucionário” dos tenentes e a revolução democrático-nacional (burguesa) do PCB.

Por outro lado, o GPNR, consigna lançada por Luís Carlos Prestes no seu manifesto de adesão à ANL (PRESTES, L., 1935), não entrava em contradição com a perspectiva revolucionária do PCB, que não era a de uma revolução “socialista”. A concepção da revolução por etapas, que o partido defendia, enxergava a necessidade de uma revolução burguesa, que pudesse vir a desenvolver plenamente as forças produtivas do país, para somente então abrir o caminho para a tomada do poder e dos meios de produção pelo proletariado (PRADO, 2019). O fato de o PCB não pretender uma revolução “socialista” era explorada pelo próprio jornal da ANL, que chegou a afirmar que “[o]s próprios comunistas sabem que não é possível, nas condições atuais, implantar no Brasil o ‘regime comunista’” (EXPLICANDO..., 1935k, p. 3). A coluna também reforça o fato de que todas as classes sociais se beneficiariam do GPNR, cujo programa não tinha nada de socialista e que trazia apenas reivindicações que poderiam ser conquistadas “sem ser preciso recorrer a medidas radicais e drásticas” (EXPLICANDO..., 1935k, p. 3). Evidentemente, essa postura de AM é uma dissimulação a respeito das reais perspectivas de tomada do poder que os aliancistas expressavam, o que é ainda mais evidente ao se considerar que a coluna data de 13 de novembro de 1935, momento em que os preparativos para os levantes que ocorreram no final daquele mês já estavam em andamento (PINHEIRO, 1991; VIANNA, M., 1992).

A questão do antifascismo da ANL esteve conectada diretamente à luta anti-imperialista e antilatifundiária, sendo possível afirmar que de maneira subordinada a essas pautas. Seu jornal na capital do país, AM, através do qual a ANL fazia uma intensa mobilização, enfatizava constantemente o elemento da luta contra o imperialismo, não apenas em textos editoriais ou “teóricos”, mas através de todo o seu projeto editorial. A luta contrária ao integralismo, a principal expressão do fascismo no Brasil, só fazia sentido na medida em que se evidenciava a conexão

entre fascismo, imperialismo e latifúndio. Mais do que classificar o integralismo como um movimento pequeno-burguês,¹⁰⁵ a preocupação aliancista era de demonstrar os pontos em que ele se ligava ao imperialismo num sentido prático, como nas simpatias nutridas em relação às ditaduras italiana e alemã e no recebimento de recursos e treinamento militar, por parte destas. Diversos textos de *AM* demonstram que ANL e integralismo disputavam parcelas das mesmas classes sociais, pequena-burguesia e proletariado urbano (A DEBANDADA..., 1935; EXPLICANDO..., 1935b; EXPLICANDO..., 1935j). A própria luta contra o imperialismo, que era simbolizado principalmente pelos bancos estrangeiros, estava em disputa entre aliancistas e integralistas, o que explica em parte o esforço dos primeiros em constantemente desqualificar e mostrar a hipocrisia do discurso anti-imperialista do integralismo. *AM* traz diversos manifestos de deserção, supostamente endereçados à direção da AIB, que trazem, em sua maioria, o elemento da desilusão quanto à questão anti-imperialista, que seus signatários elegiam como ponto que os fizera se juntar ao integralismo em primeiro lugar. As constantes ligações dos integralistas com banqueiros seriam uma das provas de que o seu discurso era vazio. Da mesma forma, o jornal buscava mostrar que o integralismo era compromissado com o latifúndio, na medida em que trazia até mesmo nas suas fileiras grandes proprietários de terra, que exploravam as massas camponesas do Brasil.

A combinação e justaposição das pautas anti-imperialistas, antilatifundiárias e antifascistas culminaram num programa amplo e pluriclassista, em torno do qual se conformou uma frente cujo trabalho de definição exige alguns questionamentos. Ao contrário do caso da FUA, em que os sujeitos nela envolvidos sugerem onde procurar a fundamentação sobre o tipo de frente que ela significou (ABRAMO, 2014), o caso da ANL é menos claro e mais complicado. Não existe um exame dessa questão na literatura sobre a ANL e isso se reflete pelo uso indistinto de categorias como “frente única” e “frente popular” pelos autores que se debruçaram sobre ela. De fato, não é possível classificar a ANL como uma coisa ou outra: como já foi pontuado, sua formação precedeu ao delineamento da tática das frentes populares do VII Congresso da IC, assim como as especificidades brasileiras em relação à França tornam forçadas a sua comparação com a Frente Popular

¹⁰⁵ Um dos raros exemplos de elaboração teórica presentes em *AM* chega a rejeitar essa noção, em artigo que será abordado mais adiante, neste capítulo.

francesa. A ANL tampouco foi uma frente única “pela base”, pois contava com a adesão de sujeitos individuais e coletivos, nem foi uma frente única proletária, nos moldes sugeridos Trotsky e Lenin em 1922, pois, apesar dos acordos entre organizações diferentes, sua luta não era apenas defensiva.¹⁰⁶

Essa problematização, longe de querer buscar uma definição sociológica de um “tipo ideal” de frente política, visa antes apontar duas coisas: 1) a ANL não foi simplesmente uma expressão da tática do VII Congresso da IC e 2) a ANL não foi propriamente uma continuidade da FUA,¹⁰⁷ ou um desdobramento natural desta, mas sim algo típico do hibridismo que Löwy (2021) aponta, com o importante matiz da tradição golpista militar brasileira, que naquele momento encontrava grande expressão popular através do tenentismo.

O recurso a alguns textos de *AM* pode ser útil para compreender a centralidade do anti-imperialismo e a sua relação com o caráter de frente que a ANL representava e com o fascismo. A coluna *Explicando ao povo*, de 8 de outubro de 1935, faz uma comparação entre as conjunturas francesa e brasileira, a partir do exame da frente popular que vinha se conformando e que venceu as eleições na França posteriormente, em 1936, elegendo o social-democrata León Blum como presidente (EXPLICANDO..., 1935f, p. 3):

É claro que no Brasil o problema se apresenta de um modo diverso. Na França, a luta é dirigida contra a alta finança nacional, isto é, contra a burguesia francesa em seu conjunto, pelo proletariado aliado às classes médias, vítimas da dominação política daquela classe. No Brasil, país dependente, escravizado ao imperialismo, a luta é dirigida contra a alta finança internacional e seus agentes ‘nacionais’, os senhores de terras e representantes de banqueiros, pelo proletariado aliado às classes médias, inclusive as camadas da burguesia que também sentem as consequências da dominação imperialista.

Os franceses já tinham feito a sua revolução burguesa em 1789, estando portanto em uma “etapa muito mais avançada que nós” brasileiros e avançando no sentido de uma frente contra a “reação” e o capital financeiro (EXPLICANDO..., 1935f, p. 3). Fica pouco implícita a ideia de que a revolução brasileira deveria ser uma legítima revolução burguesa, com a inflexão de que, se no caso francês a burguesia derrotou a aristocracia feudal, no Brasil a luta seria contra o imperialismo.

¹⁰⁶ A postura dos trotskistas em relação à ANL ajuda a compreender esse ponto, visto que eles queriam transformá-la numa frente única, nos moldes que vinham defendendo desde 1933 (ALMEIDA, 2003).

¹⁰⁷ Tampouco foi a sua “malfadada coveira”, como afirma Abramo (2014, p. 18), que incorre no erro apontado no ponto 1.

O delineamento do imperialismo como inimigo número um é bastante explícito: “É o imperialismo - com seus aliados, os latifundistas e os representantes dos magnatas da finança internacional - o grande inimigo a combater” (EXPLICANDO..., 1935f, p. 3). Chama a atenção o fato deste texto, que sintetiza bem o discurso mais recorrente nas páginas de *AM*, não mencionar sequer uma vez a luta contra o fascismo.

A coluna também revela o uso de várias categorias marxistas para dar um caráter “científico” à análise, mas que são usadas para justificar teoricamente a ANL e a perspectiva da revolução democrático-nacional. Diferente do “abecê do comunismo” de Lenin e Trotsky (2019, p. 244), a frente única defendida na coluna da *AM* é uma frente policlassista, que faz apelos até mesmo à “burguesia nacional” (EXPLICANDO..., 1935f, p. 3). Além da identificação de uma “burguesia nacional”, cujos interesses seriam distintos daqueles da burguesia financeira imperialista, a leitura aliancista achava possível convencer os setores burgueses “progressistas” a se juntarem ao movimento de massas anti-imperialista. Não existe sequer a perspectiva leninista do protagonismo da classe trabalhadora na conquista das reivindicações democráticas, não aparecendo em nenhum momento a ideia de que o proletariado deveria arrastar à luta a pequena e a grande burguesia. Aqui parece transparecer o elemento tenentista da análise de conjuntura, pois a conquista das massas proletárias e da burguesia fica implicitamente nas mãos da pequena-burguesia, que o fará através da sua condução do processo revolucionário, numa noção vaga que é muito característica do tenentismo (VIANNA, M., 1992) e que manifesta um voluntarismo heróico e condescendente para com as massas.

Um aliancista que menciona o fascismo, mas ainda o liga umbilicalmente ao imperialismo foi Astrojildo Pereira, escrevendo sob o pseudônimo de Sá Pedreira (PEDREIRA, 1935c). O autor reforça a indissociabilidade entre as características imperialistas e fascistas das guerras modernas, em citação cuja reprodução é extensa, por ser um bom exemplo também do peso que a retórica tinha nos textos antifascistas da época (PEDREIRA, 1935c, p. 3):

Com efeito, o que é o imperialismo? É a forma derradeira de desenvolvimento do capitalismo. A sua etapa suprema, conforme o demonstrou exaustivamente um certo sujeito chamado Vladimir Ilitch Ulianov. E o fascismo - que é o fascismo? É a suprema tentativa, o derradeiro recurso de que lança mão o Estado capitalista para sobreviver. Imperialismo e fascismo se fundem, se confundem e se transfundem no mesmo fenômeno histórico: a ditadura mais feroz do capital financeiro. A expressão política de ambos se encontra na organização do Estado forte, do Estado super-armado, do estado totalitário, do Estado agressivo, do Estado guerreiro, que realiza a mais extrema tensão de forças para dominar e alargar o seu domínio.

É importante ressaltar que a coluna de Pereira é uma crítica a um texto de Santiago Dantas, integralista que teria feito uma justificativa chauvinista e supremacista da Segunda Guerra Ítalo-Etíope (PEDREIRA, 1935c).¹⁰⁸ A mesma guerra aparece, em outra ocasião (EXPLICANDO..., 1935f) como a prova cabal da consanguinidade entre fascismo e imperialismo, o momento em que finalmente havia “caído a máscara” sobre os verdadeiros interesses do fascismo. A questão do conflito na Etiópia foi objeto de uma polêmica, que acabou redefinindo, ligeiramente, o foco das lutas que *AM* travava. A coluna *Explicando ao povo* de 30 de outubro de 1935 critica o que teria se tornado um pensamento comum entre “alguns intelectuais de ‘esquerda” (EXPLICANDO..., 1935h, p. 3) da época: a noção de que apoiar a Liga das Nações contra a Itália seria uma forma de capitular perante o imperialismo inglês. Com a vitória da Itália, afirmam os interlocutores do texto, o imperialismo da Inglaterra enfraqueceria, “facilitando” a tarefa dos anti-imperialistas brasileiros. Segundo a coluna, isso seria uma grande “ilusão”, obra de intelectuais “que se mostram [...] destituídos de qualquer perspectiva histórica, de qualquer compreensão do desenvolvimento dialético da história, pobres idealistas e metafísicos borrados de medo na floresta do materialismo consequente” (EXPLICANDO..., 1935h, p. 3).

A resposta a essa posição vem na edição seguinte, na mesma coluna (EXPLICANDO..., 1935i), que pontua que a guerra na Etiópia daquele presente poderia vir a ser a guerra no Brasil no futuro. Isso se daria porque uma vitória de Mussolini, sem sofrer sanções da Liga das Nações, abriria um espaço para a neutralidade internacional em relação a qualquer conflito entre uma potência

¹⁰⁸ O conflito foi causado por uma série de incidentes entre etíopes e italianos nas fronteiras das colônias dos últimos, na África Oriental. A repercussão dos eventos que levaram à guerra ao redor do mundo não deixa dúvida acerca da sua caracterização como provocações por parte do Estado fascista italiano, que via aquela região como uma peça fundamental do seu projeto nacionalista, expansionista e imperialista (TRENTO, 1993).

imperialista e um país colonial ou “semi-colonial”. Portanto, o mesmo argumento de que a guerra na Etiópia seria uma questão puramente entre Itália e Etiópia poderia ser usado pela Inglaterra para submeter o Brasil. Portanto, lutar contra a guerra na Etiópia, através de todos os meios possíveis, inclusive os limitados canais institucionais, como a Liga das Nações, era a tarefa principal dos antifascistas brasileiros. Além disso, uma vitória militar fascista “seria a vitória diplomática e política das teses fascistas ‘justificativas’ das guerras de pilhagem e banditismo, das guerras imperialistas em geral, rotuladas de ‘guerras civilizadoras’, etc.” (EXPLICANDO..., 1935i, p. 3). Em decorrência disso, o imperialismo tomaria o lugar do nacionalismo e as “posições nacional-libertadoras” (EXPLICANDO..., 1935i, p. 3) sofreriam um enfraquecimento. O texto também lembra, em letras garrafais, que “O FASCISMO É A DITADURA ABERTA, FRANCA, DECLARADA, CÍNICA E BRUTAL DOS ELEMENTOS MAIS CHAUVINISTAS, MAIS REACIONÁRIOS E MAIS IMPERIALISTAS DO CAPITAL FINANCEIRO” (EXPLICANDO..., 1935i, p. 3, grifos no original).

A luta contra o fascismo deveria ser travada, portanto, em todas as frentes possíveis, como parte do combate ao imperialismo. É interessante e coerente esse movimento, por parte do jornal, de, no decorrer de menos de um mês, deslocar o enfoque da luta anti-imperialista para a luta antifascista. Isso não se deu apenas em função do acirramento da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, pois o conflito já havia começado em 8 de outubro de 1935, mas pode ser explicado pela diferença nas perspectivas nacionais e internacionais. A luta contra o fascismo no exterior, por considerar que sua vitória militar fortaleceria as guerras imperialistas futuras e motivada por um sentimento de solidariedade para com os povos etíopes, não encerrava a luta contra o imperialismo aqui dentro. A posição, mais do que um alinhamento ao imperialismo que confrontava a Itália, busca ser independente, sem abrir mão dos canais criados pelo próprio imperialismo. Portanto, seria necessário lutar nas duas frentes simultaneamente e não cair nas ilusões de que aliar-se à Itália fascista poderia contribuir para a luta anti-imperialista no Brasil (EXPLICANDO..., 1935i).

Buscou-se demonstrar como a luta contra o imperialismo foi articulada, fundamentalmente, com a luta contra o fascismo e o latifúndio. Da mesma forma com que foi feito com a FUA, é necessário também lançar um olhar para a compreensão teórica do fascismo pela ANL, através do seu órgão oficial de

imprensa. Como já foi indicado, é importante a ressalva de que *AM* parecia ter um público-alvo diferente daquele de *HL*, o que alterava a dinâmica e o caráter dos seus textos. No entanto, ainda é possível extrair considerações mais teóricas. Por óbvio, a “compreensão teórica do fascismo” que se encontra em *AM* não é jamais desvencilhada do componente anti-imperialista e, portanto, da sua teoria sobre o imperialismo. O destaque que será feito nos parágrafos seguintes é a respeito das especificidades que o fascismo podia apresentar e que foram abordadas pelos autores que escreveram para o jornal da ANL.

O fascismo alemão aparece como uma ditadura do capital financeiro, que se prepara para mais uma guerra imperialista, a fim de recuperar posições perdidas durante a Primeira Guerra (CADA..., 1935). O caso alemão seria de um país que se lançou tardiamente à corrida imperialista e parte de sua estratégia de dominação seria instalar posições avançadas mundo afora, como no Brasil. O integralismo chega a ser retratado como um trabalho de encomenda do nazismo alemão, a fim de estabelecer uma “Alemanha Antártica” em Santa Catarina (PUNHAL..., 1935; DEPOIS..., 1935).

Em coluna de 14 de julho de 1935, Adão Lima coloca o fascismo como “produto da crise geral do capitalismo”, e como uma “tendência geral das classes dominantes” (LIMA, A., 1935, p. 3). No caso do Brasil, os grupos sociais que impulsionam ele seriam os “imperialistas e senhores feudais”, que lançariam mão do fascismo para conter o ascenso das massas (LIMA, A., 1935, p. 3):

Mas, forçosamente, temos de chegar à conclusão que todos os Duces, Fuhrers e Chefes fascistas estimam bastante a perspectiva de um domínio cada vez mais amplo, como método de conservação de seus privilégios de casta e de opressão sobre o povo. Temos que não esquecer, por estas e por outras, que as classes dominantes, na fase imperialista, empregam o fascismo como um meio universal de sua própria salvação, ante o abismo da crise geral e a tendência também geral do povo no sentido de tomar o poder e liquidar, de acordo com os interesses populares, a crise que não é do povo, mas do capitalismo.

Mais uma vez, destaca-se a noção de que os interesses das “massas”, no seu sentido vago, estariam em contradição àqueles das classes dominantes, num movimento teórico que desloca a centralidade da luta de classes na direção da luta da “nação” contra o imperialismo. Uma elaboração alternativa a respeito do fascismo é oferecida por Maria Lacerda de Moura, em coluna de 18 de junho de 1935 (MOURA, 1935b). A autora compreende o fascismo e o nazismo como decorrentes da superpopulação na Itália e na Alemanha, numa abordagem que se apoia na

“sabedoria de Malthus” (MOURA, 1935b, p. 3). A ideia hitlerista de *lebensraum* seria a mais óbvia expressão desse problema, ao colocar a expansão do império alemão como fundamental para resolver a questão da superpopulação no país. O ideal racial do nazismo seria apenas uma expressão disso, uma “criação de gabinete” para mistificar a população e justificar as guerras (MOURA, 1935b, p. 3). A guerra, na sua acepção moderna, também serviria de alívio a essa tensão, empurrando milhões de homens para a morte. Em coluna de 20 de junho de 1935, Sodré Vianna contesta a tese de Moura, argumentando que o fascismo e a guerra nada têm a ver com a questão da superpopulação, mas sim com o problema dos conflitos inter-imperialistas (VIANNA, S., 1935).

A questão do imperialismo é tão central nas análises dos aliancistas a respeito do fascismo, que motiva um combate à noção de que o nazismo seria um movimento pequeno-burguês. A coluna *Explicando ao povo* de 6 de agosto de 1935 apresenta uma breve avaliação acerca dos erros que o proletariado alemão cometeu quando permitiu a ascensão nazista no país, afirmando que o seu equívoco foi tomar “o hitlerismo como um movimento da pequena-burguesia e não como um instrumento do capital monopolista, que, de fato, era” (EXPLICANDO..., 1935a, p. 3). Esse argumento, além de ser coerente com a perspectiva do fascismo como ditadura do capital financeiro, visa dialogar com a pequena-burguesia e a burguesia “progressista” nacional que ANL buscava trazer para o seu lado, demonstrando, portanto, que o fascismo não seria do interesse dessas classes (EXPLICANDO..., 1935a, p. 3). É possível perceber, na acepção que a coluna traz, que há um desacordo em relação à posição que Trotsky (2019) defende sobre a pequena-burguesia e que foi abordada no subcapítulo sobre a concepção comunista de frente única. Se o que caracteriza essa classe, na modernidade, é justamente a ausência de uma política de classe, a polêmica a respeito do caráter de massas pequeno-burguesas do fascismo perde o seu sentido, pois é evidente que a política fascista corresponde aos interesses do capital financeiro: toda política que não é proletária, é burguesa (TROTSKY, 2019).

Ainda sobre a questão da relação entre classes sociais, fascismo e imperialismo, a coluna *Explicando ao povo* de 14 de setembro de 1935 busca colocar a luta anti-imperialista acima da luta de classes, apontando a debilidade da burguesia brasileira e postulando que todas as classes sofriam pela opressão do imperialismo, embora em graus diferentes (EXPLICANDO..., 1935d). O proletariado

deveria, nesse quadro, convencer a pequena-burguesia e a burguesia nacionais a se juntar à luta anti-imperialista, pois o imperialismo seria um entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Portanto, o ideal de “libertação nacional” presumia uma grande aliança de classes em torno da revolução democrático-burguesa, numa luta em que o papel da classe trabalhadora, antes de “arrastar” as demais classes, era o de conscientizá-las a respeito da luta aliancista. A questão da derrota definitiva do imperialismo e do fascismo é pouco explorada em *AM*, aparecendo basicamente na coluna *Explicando ao povo* de 15 de agosto de 1935 (EXPLICANDO..., 1935c). A condição para essa vitória seria a instauração de “um governo popular, que realmente encarne o sentimento público” e que, mesmo assim, ainda teria que enfrentar as forças que sustentam o integralismo (EXPLICANDO..., 1935c, p. 3). Centrando a crítica em Vargas, a coluna aponta que as “camarilhas dominantes” que o governo representa têm interesse em fazer uso do integralismo para conter as oposições que fervilham pelo país (EXPLICANDO..., 1935c, p. 3). Estando o governo tomado pelos interesses imperialistas, fica evidente como o imperialismo e o fascismo estão ligados umbilicalmente.

A maioria dos textos de *AM* têm um tom propagandístico, retórico e agitativo contra o fascismo e, especialmente, contra o integralismo. Ao mesmo tempo em que se busca identificar o integralismo como parte do fascismo internacional, o seu caráter nacional traz algumas especificidades e sua proximidade (e conflitos com os aliancistas) o coloca em primeiro plano, nas preocupações aliancistas. Assim, não aparecem tantas caracterizações teóricas do fenômeno do fascismo, que acabam dando lugar à crítica da mistificação o integralismo que buscava fazer entre as massas (que será abordado no próximo capítulo) Dos textos “teóricos” que foram abordados acima, foi destacado o fato de que o seu enfoque é, majoritariamente, em compreender o funcionamento do imperialismo, que passa a ser o conceito central do pensamento ligado à ANL. Evidentemente, fascismo e imperialismo estão relacionados dialeticamente, mas a própria ênfase que se percebe no segundo conceito é muito sugestiva do tipo de frente que a ANL foi, de caráter policlassista, de massas e ofensiva, pois é justamente na articulação entre antifascismo, anti-imperialismo e antilatifúndio que se delineia o seu caráter ofensivo. No entanto, é necessário ressaltar mais uma vez a importância da tematização dos conceitos que são utilizados para mobilizar lutas políticas. Nesse sentido, embora o discurso antifascista tenha se tornado um lugar-comum na ANL, não deixa de estar presente

nele um resquício da leitura que fundamentava as frentes antiguerreiras, que colocavam o fascismo em pé de igualdade com a ameaça da guerra, ou seja, do imperialismo. A única especificidade que o fascismo tem, perante a esses outros inimigos, é que ele busca cooptar a pequena-burguesia e parte do operariado através das suas mistificações. Portanto, seria uma ideologia essencialmente burguesa, do capital financeiro e associado ao imperialismo, mas que busca enganar as demais classes através do uso de um discurso radical e, por vezes, “socialista” e de uma propaganda demagógica.

Os textos “teóricos” de *AM* carecem de um estudo mais cuidadoso, que dê conta da sua posição em relação ao projeto editorial do jornal e da diversidade de pensamentos e, especialmente, de enfoques que eles expressam. As colunas *Explicando ao povo*, que não são assinadas e que passam a aparecer em meados de agosto de 1935, expressam uma leitura de conjuntura que possui uma coerência entre si e com as bandeiras da ANL, dirigindo muitos dos seus apelos à pequena-burguesia e mesmo à “burguesia nacional”, contra o imperialismo. Pelo manejo de conceitos marxistas, pela profundidade dos argumentos e pela originalidade dos textos, pode-se conceber que tenham sido escritas por algum militante com significativa bagagem de estudos, um “intelectual” que não aparenta ter a “ecleticidade” teórica que já foi apontada como uma marca do pensamento marxista no Brasil durante a primeira metade do século XX, mas que também não expressa a política do PCB para o período, por mais complexa que esta pode ter sido, naquele momento de transição pelo qual o partido passava. Além disso, são análises frias, lúcidas, pouco agitativas e retóricas e extremamente didáticas, o que completa o quadro de dificuldades em definir esse pensamento, ou mesmo apontar possíveis autores. Ademais, esse caráter marcadamente “aliancista” do pensamento político expresso em *AM* desafia a afirmação de A. Oliveira (2013) de que o jornal teria sido fundado pelo PCB tendo como base apenas o fato de que o pecebista Pedro Mota Lima era o seu editor.

Um último elemento fundamental para compreender as bases do pensamento aliancista está na sua visão a respeito do processo histórico brasileiro. A ANL reivindicava todo um processo de lutas revolucionárias identificadas com o tenentismo, ou que contaram com a participação de, ao menos, setores dele, que se iniciava em 1922, com a rebelião dos 18 do Forte de Copacabana, passando por 1924, com o movimento em São Paulo e com a Coluna Miguel Costa-Prestes, por

1930, com a “revolução” da Aliança Liberal e por 1932, com o levante constitucionalista. Em relação aos dois últimos “capítulos” da “luta pela libertação nacional”, elas seguem uma coerência, dentro da narrativa da ANL, na medida em que se enxerga o movimento de 1932 como uma reivindicação por um governo que, segundo Pinheiro (1991, p. 270), seria análogo ao que se conhece nos dias atuais como “estado de direito”. Assim, 1932 ganha o contorno de uma revolta contra a “traição” de compromissos democráticos que haviam sido prometidos por Vargas e pela Aliança Liberal em 1930, sendo ambos os momentos incorporados à linha do tempo das lutas revolucionárias que a ANL reivindicava. A própria carta de adesão de Luís Carlos Prestes indica esse caminho, ao convocar para a luta aliancista os lutadores de 1922 e 1924, bem como aqueles que se consideravam traídos por Vargas após 1930 (PRESTES, L., 1935).

A luta aliancista pela salvação nacional é compreendida como uma nova etapa (pretensamente definitiva) num longo processo de revoltas contra os problemas que a democracia liberal brasileira da Primeira República enfrentava, como a falta de unidade nacional, a corrupção sistêmica, o distanciamento entre representantes e o povo que representavam, a desmoralização da classe política e os entraves, simbolizados pelo latifúndio e pelo imperialismo, ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as revoltas tenentistas da década de 1920, e as “revoluções” de 1930 e 1932 são vistas como precedentes à luta da ANL, germes de uma revolução que ainda estava por ser realizada. 1930 tem um significado especial, na medida em que se constitui, nos discursos aliancistas, numa “revolução traída”, apoiada por camadas amplas e honestas da população (os próprios tenentistas) e que teve os seus ideais corrompidos pelas classes dominantes (em paralelo ao afastamento dos tenentes dos espaços de poder). Vargas, nesse quadro, não seria nem o artífice da traição, nem sujeito da luta pelos verdadeiros valores revolucionários de 1930, sintetizados e atualizados pela ANL.

No entanto, a apropriação de um passado revolucionário não se limita aos anos 1920 e 1930. Nas ocasiões das comemorações da Independência do Brasil (7 de setembro) e da Proclamação da República (15 de novembro), diversos textos de *AM* postulam esses eventos como parte de um legado de revoluções traídas, que teriam começado com premissas corretas, para então serem desvirtuadas (7 DE SETEMBRO..., 1935; A ANL..., 1935; UM MANIFESTO..., 1935). A independência do Brasil aparece então como um processo inacabado, que teve um importante

passo dado em 1822, mas que jamais foi verdadeiramente conquistado (A ANL..., 1935). Evidentemente, essa leitura se conecta ao forte discurso anti-imperialista, da ANL, na medida em que o controle colonial teria sido substituído por uma dependência e uma escravização perante as grandes potências imperialistas globais. Para Roberto Sisson (1935, p. 7), comandante da ANL, até mesmo a Revolta da Chibata, em 1910, fazia parte dessa narrativa, como um capítulo significativo do “longo processo de educação revolucionária que atravessa o povo brasileiro”. Sisson (1935, p. 7), marinheiro tal qual João Cândido, não deixa dúvidas em relação ao legado revolucionário do qual a ANL fazia parte: “... 1922... 1924... 1926... 1930... 1932... 1935... Quem não sente nesta marcha revolucionária a marcha da libertação nacional?”

Apesar da apropriação de um passado revolucionário, a marca mais forte do discurso nacional-libertador é a visão que coloca as Forças Armadas como uma reserva moral do país, reforçando seu caráter de árbitras da vida política brasileira e que interferem sempre contra as injustiças e de acordo com as ânsias do povo. Segundo M. Vianna (1992), a ANL é herdeira de uma tradição de golpes militares que, apesar de reivindicarem autonomia perante as classes sociais do país, sempre serviram aos interesses das classes dominantes. Num processo de formação social como foi o brasileiro durante a Primeira República, em que as camadas médias da população ainda eram latentes, os militares aparecem como um grupo coeso e detentor de qualidades morais, que tem deveres políticos perante a população, que são “neutros” perante os partidos e que intervêm no sentido de restabelecer a ordem. As “tradições intervencionistas-salvacionistas do Exército” (VIANNA, M., 1992, p. 27; p. 28) alimentavam uma concepção de democracia que, ao olhar dos “tenentes”, deveria ser “tutelada”. Sendo assim, o tenentismo rejeitava a democracia liberal e suas instituições, sem abrir mão de um papel de vanguarda condescendente em relação às massas, indicando a estas o caminho correto do país (VIANNA, M., 1992).

Ao se deter às conclusões de Pinheiro (1991) e M. Vianna (1992), é fácil concordar com a sua avaliação a respeito do quão ilusórias eram as perspectivas revolucionárias que os aliancistas tiveram, ainda que os autores ressaltem que essas ilusões eram baseadas em expectativas que, por mais fantasiosas que fossem, tinham algo de razoável. No entanto, na medida em que se retira o enfoque dos levantes aliancistas de novembro de 1935, objeto de grande interesse de

historiadores de outrora, e o desloca para a questão do seu antifascismo e em como a organização compreendeu o fascismo, a ANL ganha um novo significado. A partir dessa inflexão, a questão do caráter “comunista” da ANL fica ainda menos evidente, pois a sua compreensão sobre o fascismo até poderia partir de categorias marxistas, mas estava longe de representar a visão do PCB,¹⁰⁹ ou de qualquer outro grupo específico que compunha a sua correlação de forças internas.

3.7 Unidade e antifascismo: elementos para uma síntese

No decorrer deste capítulo, buscou-se apresentar um panorama a respeito das trajetórias da FUA e da ANL, explorando o processo histórico em que as suas fundações se inseriram, como enxergavam a questão da unidade e como elaboraram teoricamente uma definição do fascismo. Com fins de conclusão, será feito um procedimento, ao mesmo tempo comparativo e complementar, que busca ressaltar os vínculos existentes e as diferenças fundamentais entre as duas organizações, assim como refletir sobre os seus sucessos e fracassos.

Como já foi apontado por Castro (1999), a diferença mais básica que se verifica entre FUA e ANL é entre o caráter defensivo da primeira e caráter ofensivo da segunda. No entanto, tamanho contraste não deve ocultar o fato de que houve uma certa continuidade entre uma experiência e outra, o que se deve ao fato de que ambas estão inseridas num processo mais amplo de construção de unidade entre diferentes setores progressistas brasileiros que decorreu nos anos 1933-1934 e que envolve também o Comitê Antiguerreiro do PCB. Esse processo se deu através da disputa a respeito dos objetos e das formas das lutas políticas naquela conjuntura histórica, ou seja, através das problemáticas em torno de definir se o inimigo era a guerra ou o fascismo e se a tática a se adotar seria a da frente única “pela base”, ou “de cúpula”.

Com o surgimento da ANL, essa questão ao mesmo tempo se redefine e se encerra, num deslocamento que se dá na direção de uma frente policlassista, que “supera” a polêmica sobre a frente única e que enfrenta, simultaneamente, o

¹⁰⁹ Mesmo em casos como o de Pedro Mota Lima, editor de *AM* e militante do PCB, é notável a ausência de uma perspectiva revolucionária marxista-leninista e suas colunas se aproximavam mais dos militares aliancistas do que dos pecebistas. Mesmo considerando a ambiguidade que o partido apresentou, no decorrer dos anos 1920 e 1930, em relação ao movimento tenentista (PINHEIRO, 1991), os pontos políticos em comum entre as duas partes em questão não transformaram o PCB em mero apêndice da ANL.

fascismo, o imperialismo e o latifúndio.¹¹⁰ Embora seja contestável afirmar de que sua fundação foi obra do PCB, é evidente que a ANL aparece no limiar entre a tática do “terceiro período” e a das frentes populares da IC, atingindo um grau de hegemonia entre os setores progressistas que nenhuma outra organização havia conseguido até então. Sendo assim, a luta em unidade contra o fascismo não estava definida *a priori*, tendo sido, ao contrário, definida na concretude das lutas travadas no interior das organizações da classe trabalhadora brasileira.

Se uma parcela, grande, da historiografia e da memorialística apagou todo o processo, complicado e efêmero, de unidade anterior a 1935, colocando o surgimento da ANL como um “relâmpago em dia ensolarado” (CASTRO, 1999, p. 14), um olhar “de baixo” mostra que essa unidade somente foi conquistada com grandes percalços. Tampouco ela foi unânime, pois alguns grupos que poderiam ter participado dela ficaram pelo caminho, como foi o caso dos trotskistas e dos anarquistas. A unidade antifascista, na forma hegemônica que a ANL representou, tomou formas diferentes daquela do período anterior, inclusive subordinando o antifascismo às outras bandeiras aliancistas. Nesse sentido, concorda-se com a afirmação de Castro (1999) de que o antifascismo se diluiu nas pautas anti-imperialista e contra o latifúndio, tão caras ao programa da ANL.

Outro aspecto que pode ser melhor observado através da abordagem do processo de construção da unidade é o do papel do PCB. A virada tática, pela qual o partido passou entre 1933 e 1935 e que o permitiu aderir à ANL, não foi um resultado da política de frente ampla da IC, mas sim uma parte do processo que levou à essa tática. Da mesma forma, é impossível desconsiderar o peso das experiências de luta unitária e dos tensionamentos que a FUA provocou na militância pecebista. Novamente se ressalta o ponto de que a forma e o objeto da luta unitária não estava posta, mas sim sendo construída ativamente pela militância, com diversos caminhos e enfoques possíveis. Apenas a luta concreta veio a definir esses termos, que, mesmo assim, foram temporários e voltaram a se transformar, assim que se esgotaram. Nunca houve uma forma definitiva de luta antifascista no Brasil, ela sempre respondeu à conjuntura e à correlação de forças existente.

¹¹⁰ É importante ressaltar que, ao se afirmar que a questão da frente única se “supera” com a hegemonia da ANL, não se pretende conferir à aliança policlassista um caráter evolutivo em relação ao momento anterior da luta antifascista. No entanto, é inegável que a agitação em torno da ANL ofuscou todas as demais lutas das esquerdas brasileiras e concentrou a maior parte das suas energias.

Os termos da política de frente única das organizações operárias, vitoriosa, num primeiro momento, com a “Batalha da Praça da Sé”, foi superada pelos acontecimentos imediatamente posteriores a ela. Assim, destaca-se novamente que esse acontecimento, que agiu como um importante freio à ocupação de espaços públicos pelo fascismo no Brasil, foi o “canto do cisne” da FUA. De certa forma, aquilo que a FUA preconizava a respeito dos perigos fascistas no país, que era a aplicação de “métodos fascistas de opressão e mistificação” (CONTRA..., 1933a, p. 1) por parte do governo, foi exatamente o que motivou a ampliação da luta antifascista para setores progressistas e não mais apenas do movimento operário: a CJPI, instituída para investigar o que teria sido um bárbaro assassinato de um jovem militante comunista, pela polícia política de Vargas. Como já foi visto, foi a partir da CJPI que surgiu o núcleo fundador da ANL (CASTRO, 2002).

No sentido de apresentar uma reflexão sobre os sucessos e os fracassos de cada organização, é necessário, primeiramente, ressaltar a força que a política de frente única teve, apesar das profundas limitações da FUA, permitindo tensionar a questão do objeto e da forma de luta a ponto de construir uma unidade que, embora efêmera e emergencial, cumpriu com seu objetivo e contribuiu para o delineamento de uma atmosfera ainda mais favorável à união entre setores progressistas brasileiros. Já a ANL, com seu caráter híbrido, no limiar entre diferentes táticas de luta e resultado de uma aliança entre o tenentismo e o PCB, foi inegavelmente uma experiência pujante e empolgante para aqueles com ela envolvidos. Sua capilaridade permitiu com que as suas bandeiras de luta se espalhassem por todas as regiões do país, superando grandemente os limites geográficos de São Paulo, que foi o berço e o túmulo da FUA. Mesmo as inflexões que foram causadas pelo seu fechamento com base na LSN, que levaram a uma crescente radicalização e encurtamento do seu grupo dirigente, não impediram a ANL de continuar um trabalho ativo de construção do conceito de antifascismo, para o qual o seu principal jornal, *AM*, cumpriu um papel fundamental. O mesmo tipo de trabalho foi realizado pela FUA através do seu jornal e das limitadas ações de mobilização e propaganda que realizou, com a diferença de que os objetos e as formas das lutas ainda estavam em franca disputa e em processo de se definirem.

Por fim, são necessárias algumas considerações sobre a ANL, sua perspectiva revolucionária e seu caráter policlassista. Como apontam M. Vianna (1992) e Konrad (2004), os levantes de novembro de 1935 não foram a causa do

golpe do Estado Novo. Antes disso, o golpe de 1937 foi o resultado da indefinição a respeito da questão da unidade nacional nos marcos da democracia liberal e da incapacidade de alguma fração da burguesia nacional em governar hegemonicamente o país (DEMIER, 2012). No entanto, não é possível relativizar as intenções golpistas que a ANL possuía, resultadas do elo entre tenentistas e comunistas que foi forjado a partir da liderança de Luís Carlos Prestes (PINHEIRO, 1991). A orientação explícita para os levantes nunca foi dada, mas os discursos de Luís Carlos Prestes, principal porta-voz e regente dos rumos da ANL, indicavam a tomada do poder pelo GPNR como iminente.¹¹¹ De qualquer forma, a ausência de apoio popular (à exceção de Natal) e mesmo dos setores da burguesia supostamente interessada na revolução democrático-nacional aos levantes chama atenção, quando se leva em conta o empolgante crescimento da ANL. Os motivos para o isolamento das revoltas em relação à classe operária se explicam pelo equívoco na leitura da conjuntura, por parte de tenentes e comunistas, que superestimaram as próprias forças e a disposição das massas em lutar pelo GPNR. Quanto à burguesia “progressista”, seu comportamento segue aquilo apontado pelos trotskistas brasileiros, desde 1931 (PEDROSA e XAVIER, 2014): em países cujo desenvolvimento capitalista é relativamente atrasado, a burguesia nacional não rompe com o imperialismo nem a benefício próprio, pois sua debilidade a faz ter medo do proletariado e do fantasma da revolução socialista. No caso brasileiro, a burguesia foi unânime em relação à condenação dos levantes aliancistas e à cerrar fileiras “contra o comunismo” (PINHEIRO, 1991).

A desilusão em relação ao papel desempenhado pela burguesia nacional decorria do fato de que a ANL, com seu caráter pluriclassista, não depositava no operariado a única responsabilidade acerca do antifascismo. O apelo à burguesia “progressista” era acompanhado pela centralidade dos ataques aliancistas às parcelas da burguesia identificadas como as inimigas da nação, ou seja, a burguesia financeira, ligada ao capital imperialista dos grandes centros capitalistas (EUA, Inglaterra, Alemanha, etc.). Para a FUA, numa concepção expressa principalmente pelos trotskistas que a construíam, apenas o proletariado tinha real interesse em eliminar o fascismo, em função do caráter amedrontado da burguesia nacional. Partindo do fato de que diferentes tendências disputavam a hegemonia do

¹¹¹ Iminência que ganha contornos pseudocientíficos, como será visto no próximo capítulo.

movimento operário organizado, a FUA buscava focar nos pontos de unidade entre elas.

No próximo capítulo, serão abordadas as caracterizações que a imprensa antifascista, pertencente à FUA e à ANL, construíram sobre o fascismo. Esse aspecto da história do conceito de antifascismo, ao contrário da análise das suas trajetórias, aproxima as duas organizações e complexifica os significados que cada uma desenvolveu sobre as lutas que travaram.

4 Significados de fascismo e antifascismo nos jornais *O Homem Livre* e *A Manhã*

Os jornais *O Homem Livre* (HL) e *A Manhã* (AM), órgãos oficiais, respectivamente da Frente Única Antifascista (FUA) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), foram peça fundamental para o processo de formação dos conceitos de fascismo e de antifascismo que cada organização construiu. Como foi abordado anteriormente, a conceituação realizada a partir da imprensa antifascista não foi apenas um reflexo da linha política das organizações que a editavam, mas sim um processo ativo e relativamente autônomo de identificação de um adversário em comum e da conformação das formas de luta contra ele. No decorrer deste capítulo, serão analisados os principais eixos de discursos que foram utilizados para caracterizar o fascismo, que foram identificados em torno de duas palavras recorrentes no léxico antifascista e que revelam uma série coerente de concepções a respeito da própria História: obscurantismo e mistificação. Esses dois vocábulos, embora não tenham sido inventados pelos antifascistas, tornaram-se parte fundamental da linguagem política que foi e é mobilizada até a atualidade para o enfrentamento a movimentos autoritários, fascistas ou não.

O uso da palavra obscurantismo é recorrente até os dias atuais,¹¹² mas com escassa reflexão acerca do seu significado e dos usos que dela foram feitos no decorrer dos tempos. O conceito “moderno” de obscurantismo tem origem no pensamento iluminista, que, no seu papel de filosofia militante, coloca em oposição a razão e a tradição (BINETTI, 1998). Em outros termos, o iluminismo representa a luta das “luzes”, representadas pela racionalidade e pela ciência, contra as “trevas”, que sintetizam o pensamento aristocrático, religioso e obscurantista. Sendo assim, os obscurantistas são aqueles que negam a razão ou impedem o acesso de outros ao conhecimento obtido de maneira racional. Essa noção, somada à confiança no triunfo da humanidade perante as trevas, é expressa de maneira clara pelo Marquês de Condorcet (2013, p. 191), no final do século XVIII:

¹¹² Um bom exemplo, relativamente recente, encontra-se no discurso do então ex-presidente Lula na ocasião do *Sciences Po*, em Paris, na França. A fala de Lula denuncia o que teria sido o objetivo principal do golpe que levou ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, em 2016: “Foi para interromper aquele projeto de país soberano e retomar o ciclo neoliberal que mentiram ao país até levar um governo autoritário e *obscurantista* à ‘Presidência da República’ (LULA..., 2021, grifos nossos).

Se dermos uma olhada no estado atual do globo, veremos primeiramente que, na Europa, os princípios da Constituição francesa já são aqueles de todos os homens esclarecidos. Nós os veremos aqui muito difundidos, e muito altamente professados, para que os esforços dos tiranos e dos sacerdotes possam impedi-los de penetrar pouco a pouco até nas cabanas de seus escravos; e esses princípios logo despertarão ali um resto de bom senso e essa surda indignação que o hábito da humilhação e do terror não pode abafar na alma dos oprimidos.

Obra das classes sociais¹¹³ que procuravam manter seu *status quo* ameaçado pelo esclarecimento, o obscurantismo buscava conservar as bases tradicionais da sociedade europeia, que passam a simbolizar o atraso, a violência e a injustiça. Decorre dessa elaboração que o cerceamento do conhecimento e do acesso a ele se tornem crimes contra o progresso.

Outra forma de obscurantismo, mas que opera de maneira dissimulada, é descrita por Nietzsche (2017, p. 21-22, grifos do autor):

O essencial, na arte negra do obscurantismo, não é que queira escurecer as mentes, mas que queira denegrir nossa imagem do mundo, *obscurecer nossa concepção da existência*. Para isso recorre frequentemente, é verdade, ao meio que consiste em estorvar o esclarecimento dos espíritos; mas às vezes emprega justamente o meio oposto, buscando gerar um *fastio* com os frutos do intelecto mediante o supremo refinamento deste.

Para autores como Arthur Schopenhauer (2001), Marx e Engels (2007) e Bertrand Russell (1959), o obscurantismo seria um elemento presente nas obras de filósofos como Kant, Hegel e Heidegger, no sentido de que a linguagem empregada por eles era mistificadora e esotérica, deliberadamente confusa e conscientemente verborrágica. Nesse sentido, obscuro é o mesmo que “de difícil compreensão”, denotando uma filosofia que tem profundidade apenas na aparência e que faz uso da linguagem difícil como um subterfúgio para mascarar aquilo que está ausente, na essência. Essa concepção se aproxima, em significado, da noção de “mistificação” que os jornais antifascistas utilizavam.

No trabalho de construção discursiva acerca do fascismo, obscurantismo e mistificação são conceitos irmãos, pois esse trabalho deliberado de mascaramento da realidade não deixa de ser uma forma de manter os interlocutores na ignorância em relação ao pleno conhecimento da realidade. No entanto, e aqui se demarca a diferença entre o conceito erudito de obscurantismo visto acima e aquele empregado pelos antifascistas brasileiros da década de 1930, esse trabalho de ocultamento da

¹¹³ Na leitura de Condorcet (2013), se trata da aristocracia, antagonizada filosófica e politicamente pela burguesia.

realidade toma proporções muito maiores e se constitui num problema muito mais sério quando se fala de fascismo. Mais que uma questão de forma ou debate de ideias filosóficas distintas, o obscurantismo fascista era uma das facetas do seu projeto de destruição da civilização e de lançamento da humanidade às trevas. Sendo assim, esses vocábulos são expressão, dentro do contexto abordado, da construção discursiva em torno da “modernidade” e de sua crença no futuro, no racionalismo e no progresso material e imaterial humano.

Os dois conceitos destacados podem ser desdobrados em mais duas temáticas: 1) o fascismo como retorno a temporalidades do passado e 2) o fascismo como movimento anti-intelectual. A análise do obscurantismo como elemento constitutivo do fascismo permite lançar um olhar para as comparações que eram feitas pelos antifascistas entre o fascismo e temporalidades passadas distintas daquele presente, o que torna o conceito mais presente no primeiro subcapítulo. O obscurantismo também é útil para compreender a denúncia que era feita ao anti-intelectualismo que estaria presente nos países fascistas, com suas práticas de censura, queima de livros e perseguição a intelectuais e artistas. É no segundo subcapítulo que se torna mais óbvia a intersecção entre obscurantismo e mistificação, na medida em que o último é importante para compreender como os antifascistas caracterizavam o fascismo como mera propaganda que oculta suas reais intenções, com o intuito de enganar as massas e trazê-la para o seu lado.

4.1 O obscurantismo fascista e a ruptura do processo histórico

Tanto em *HL*, quanto em *AM*, o obscurantismo e a mistificação estão conectados ao que seria uma postura fascista de censura, anti-intelectualismo, conservadorismo e reacionarismo em relação às expressões artísticas e pesquisas acadêmicas. Toda essa reação fascista faria parte de um objetivo mais amplo de involução da civilização humana, fazendo-a regredir a outras temporalidades passadas, como a Idade Média, a Antiguidade e até a Pré-História. Em *HL*, a questão do retrocesso aparece já no primeiro parágrafo do editorial de fundação do jornal, na sua primeira edição e página (CONTRA..., 1933a, p. 1):

Em consequência de fatores mais ou menos complexos [...] a humanidade ameaça retrogradar. A história já fez mesmo um “alto”. Formas arcaicas de organização, anacronismos políticos, costumes há muito vencidos pela evolução são retirados do museu da história, e, cheirando a naftalina e já meio comidos pelas traças, são apresentados aos homens do século XX, quando não como autênticas novidades, ao menos como a panacéia, antiga mas boa, que há de curar todos os males da nossa época.

Além do alerta em relação à involução civilizatória e ao retorno às “formas arcaicas de organização”, o editorial chama atenção para a urgência da luta “contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes” e que ameaçava quaisquer indivíduos e organizações que não concordassem com “suas crenças medievais” e não suportassem “a sua intolerância inquisitorial nem o obscurantismo que lhe é condição de vida” (CONTRA..., 1933a, p. 1). Somada à associação direta entre fascismo e obscurantismo, o texto tece comparações com uma temporalidade distinta da contemporânea àquele tempo, a medieval.

As referências à Idade Média, como as vistas acima, são recorrentes em *HL* e presentes, em número comparativamente menor, em *AM*. O período medieval é aqui retratado como uma época de trevas, barbárie e obscurantismo à qual os fascistas buscavam lançar a humanidade de volta. A caracterização da Idade Média europeia como sendo uma “Idade das Trevas” tem sido questionada por historiadores desde, pelo menos, meados do século XX, numa crítica ao que seria uma visão idealizada do passado e a uma teleologia histórica centrada no contraste entre eras douradas e eras sombrias (MOMMSEN, 1959).¹¹⁴ A própria utilização da expressão “Idade das Trevas” teria sido mais um recurso retórico, do que um termo científico (MOMMSEN, 1959, p. 107, tradução nossa):

¹¹⁴ Para Theodor Ernst Mommsen (neto do famoso historiador alemão Theodor Mommsen), o humanista italiano Petrarca teria inaugurado a noção de que a Antiguidade (particularmente a romana) teria sido uma época dourada da civilização humana e que teria sido sucedida por um período de trevas, após a queda de Roma (MOMMSEN, 1959). À essa concepção dualista de tempo histórico, outros humanistas italianos, influenciados por Petrarca, teriam acrescentado a percepção de que se estava passando por uma nova Era de Ouro, durante o Renascimento. Surgia então a repartição entre Antiguidade (positiva), Idade Média (negativa e intermediária) e Modernidade (positiva e de resgate do glorioso passado greco-romano) (MOMMSEN, 1959).

A senhora Varga demonstrou muito claramente que a expressão 'Idade das Trevas' nunca foi, a princípio, um termo científico, mas sim um grito de guerra, 'uma denúncia da concepção medieval de mundo, da atitude medieval em relação à vida, e da cultura da Idade Média.'¹¹⁵

De qualquer maneira, principalmente no discurso público, até os dias atuais são recorrentes as representações midiáticas sobre o medieval que carregam os aspectos negativos acima expostos. Quando se volta a atenção para o Brasil da década de 1930, fica evidente o quanto essa visão era extremamente influente na própria intelectualidade antifascista, especialmente quanto se percebe, nos seus textos, a herança deixada pela filosofia iluminista. Segundo Mommsen (1959, p. 108, tradução nossa), foi com o Iluminismo que a noção de "Idade das Trevas" teria atingido o seu ápice e "o próprio nome dado àquele período era uma declaração de guerra à era da 'escuridão' e aos seus valores".¹¹⁶

O discurso antifascista foi inspirado, em grande medida, pelo pensamento dito "moderno", cujo sentido aqui utilizado corresponde à acepção de Koselleck (2006). O encurtamento do campo de experiência e o alargamento do horizonte de expectativas, que caracterizam a noção de tempo histórico moderna, colocavam um grande peso num futuro indefinido e permitiam o desenvolvimento da crença na noção de progresso incessante da humanidade. Nesse sentido, ao abordar o surgimento do conceito de História (*Geschichte*) no final do século XVIII, Koselleck (2019, p. 39-40) afirma que a construção do termo

'História' - como conceito-legitimador - vai muito além de sua aplicação científica. Ele conseguiu reunir as experiências e as esperanças da Era Moderna numa só palavra, a qual conseguiu se tornar desde então, termo de discórdia e palavra de ordem em nossa linguagem político-social.

O conceito "moderno" de História tem a capacidade de sintetizar toda a experiência histórica humana num único processo, relacionando incessantemente passado, presente e futuro numa narrativa totalizante e dotada de um sentido já definido, nos marcos da ideia de progresso inexorável da humanidade (JASMIN, 2006). Decorre desse raciocínio que os antifascistas se valessem da própria História contra o fascismo: se este promovia um retorno ao tempo da Idade Média, isto significava um grande retrocesso civilizacional e se constituía numa afronta às luzes

¹¹⁵ No original: "Miss Varga has shown very clearly that the expression 'Dark Ages' was never primarily a scientific term, but rather a battle-cry, 'a denunciation of the medieval conception of the world, of the medieval attitude toward life, and of the culture of the Middle Ages.'"

¹¹⁶ No original: "the very name of that period was a manifest declaration of war against the era of 'darkness' and its scale of values."

e à razão. Para além da crítica ao fascismo, o cientificismo¹¹⁷ se fazia evidente, como um todo, na maioria das análises presentes nos jornais antifascistas, com diversos autores demonstrando uma peculiar apropriação do marxismo e de suas categorias teóricas.

A questão acima colocada é complexa, pois, além do discurso cientificista ser muito comum na década de 1930, é preciso considerar a precariedade com que os debates intelectuais ocorridos na Europa chegavam ao Brasil (e a outros países latinoamericanos). É bastante reflexivo desse ponto o caso do marxismo, cujo léxico é bastante presente nas colunas de autores que escreveram para *HL* e *AM*, como Hermes Lima, Lívio Xavier, Astrojildo Pereira e outros.¹¹⁸ Segundo Evaristo de Moraes Filho (2007), a penetração de obras de Marx na intelectualidade brasileira foi quase inexistente até a década de 1930, quando um número ainda muito reduzido de textos começou a ser traduzido para o português ou a chegar ao país em outras línguas. Esse fato explica como a apropriação do marxismo, durante o século XIX e, pelo menos, nas 3 primeiras décadas do XX, era bastante restrita e muitas vezes contraditória, se aproximando de visões até mesmo positivistas (MORAES FILHO, 2007).¹¹⁹ No entanto, segundo Batalha (2007, p. 9), é preciso ter em mente uma ressalva quanto a descaracterizar essa intelectualidade como “marxista”, visto que “[...] podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.¹²⁰

¹¹⁷ De acordo com Todorov (2005, p. 31), “o cientismo [ou cientificismo] não elimina a vontade, mas decide que, já que os resultados da ciência são válidos para todos, essa vontade deve ser comum, e não individual [...] Tendo descoberto as leis objetivas do real, os partidários dessa doutrina decidem que podem colocá-las a seu serviço para conduzir o mundo para onde bem lhes parecer; e essa orientação, pretensamente imposta pelo próprio mundo, torna-se um motivo da marcha: age-se em benefício da natureza, da humanidade, da determinada sociedade, não dos indivíduos aos quais se dirige”.

¹¹⁸ É importante apontar que muitos dos textos mencionados não trazem nenhum indicativo de autoria. A título de exemplo, os nomes de Xavier e Pereira não aparecem assinando nenhuma coluna ou texto nos jornais, sendo necessário recorrer à bibliografia para afirmar que os dois foram, de fato, autores (CASTRO, 2005; DE LUCA, 2011).

¹¹⁹ Um exemplo de intelectual que buscava unir marxismo e positivismo era Leônidas Resende (que fez parte da ANL). Para Moraes Filho (2007, p. 43), mesmo o pioneiro esforço de análise marxista da formação econômica e social brasileira feita por Octávio Brandão, em 1926, intitulado *Agrarismo e Industrialismo* (2006), seria “[...] muito pavoroso, violento, verdadeiramente panfletário. Não alcança os objetivos a que se propôs de maneira alguma”. Já Del Roio (2007, p. 31) é menos duro na sua avaliação, classificando o texto como “rudimentar”. Não se pretende tomar as palavras dos autores citados, mas sim utilizá-las como ilustrativas das limitações do pensamento marxista daquele período.

¹²⁰ Entre a virada do século XIX para o XX, período de tempo a que se refere Batalha (2007), e os anos entre 1933 e 1935, a que se refere este artigo, existe uma diferença de cerca de 3 décadas. No entanto, dada a já referida tardia penetração de obras de Marx no Brasil, ou mesmo a sua leitura via resumos e através de outros autores, é seguro afirmar que a “heterodoxia” e o “ecletismo” (BATALHA, 2007, p. 12) ainda vigorava entre a intelectualidade marxista (especialmente a que não era militante do PCB) e que as influências positivistas e do cientificismo ainda se faziam duradouras.

A opção por singularizar o marxismo nesta exposição não é arbitrária ou aleatória, mas sim porque, apesar de FUA e ANL agregarem indivíduos de matizes políticos muito diversos (socialistas, trotskistas, tenentistas, etc.), foram os conceitos marxistas os mais predominantes nas análises que diferentes intelectuais, de diferentes orientações filosóficas e políticas, fizeram.¹²¹ Alguns dos nomes citados acima são bons exemplos dessa ecleticidade que se encontrava no marxismo. Hermes Lima, cuja trajetória política o levou a transitar por ANL, União Democrática Nacional (UDN), Partido Socialista Brasileiro (de 1947) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apresenta uma orientação socialista-reformista nos seus escritos de 1935 (LIMA, H., 1935a; 1935b; 1935c). Já Astrojildo Pereira, figura histórica do PCB, posicionou-se próximo às elaborações do partido e da IC, ou seja, defendia a aliança entre os comunistas e os demais setores sociais agrupados na ANL, que seria uma ferramenta para a realização da revolução democrático-burguesa (PEDREIRA, 1935a; 1935b). Por último, Mário Pedrosa, intelectual então trotskista e militante da Liga Comunista Internacionalista, trazia análises originais sobre a conjuntura e a formação brasileira dentro do marxismo, além de atuar como crítico de arte (CASTRO, 2000).

Embora não seja possível generalizar a seguinte afirmação para todos os intelectuais antifascistas que aparecem nas páginas de HL e de AM, é evidente que a visão evolucionista da história, que se vê “obrigada” a denunciar os retrocessos que o fascismo representava, é o principal elemento que dava coesão aos diferentes grupos, setores da sociedade e indivíduos que compunham as organizações antifascistas. Colocar os intelectuais marxistas nesse rol não é o mesmo que dizer que o marxismo (ou qualquer outra matriz teórica influente na época) era cientificista e determinista, expressão de uma fé cega no progresso humano, mas sim que estavam inseridos num caldo intelectual eclético, heterodoxo e diverso, em que o discurso típico da “modernidade” era recorrente (BATALHA, 2007). Tendo compreendido o porquê do medieval aparecer sob a faceta da Idade das Trevas, o que está intrinsecamente ligado à visão de progresso que era peculiar àquela época,

¹²¹ A questão da (má) apropriação da obra de Marx precisa ser matizada, no entanto. Apesar de todos esses autores demonstrarem uma predileção pela estrutura econômico-social (e mesmo algum grau de determinação da superestrutura pela infraestrutura), seu aprofundamento e maneira de manejar os conceitos marxistas eram diferentes. A “heresia” dos trotskistas, como Mário Pedrosa e Lívio Xavier, fazia com que os então dissidentes do PCB tivessem uma flexibilidade que as doutrinas de obreirismo e monolitismo partidário não permitiam aos militantes pecebistas (ABRAMO e KAREPOVS, 2015).

será feito um esforço de entender como esse discurso se articulou nas páginas dos jornais antifascistas.

4.1.1 Fascismo como retorno à temporalidades passadas

Algumas das facetas dos governos fascistas que mais suscitaram comparações ao medieval eram as da repressão e da imposição de um clima de terror entre a população. A ordem em si, na Itália, seria atingida apenas com “os mais tenebrosos métodos da Idade Média” (A ORDEM..., 1933, p. 2). Pelo menos duas notícias publicadas em *HL* mostram que um desses “tenebrosos métodos” era o das execuções públicas, que teriam passado a ocorrer na Alemanha após a ascensão nazista e que eram feitas através da decapitação do condenado com um machado e após este passar por um exíguo processo legal (ALTONA..., 1933, p. 2; O MACHADO..., 1933, p. 4).

Outra manifestação do obscurantismo medieval do fascismo se encontrava nas suas prisões. Na edição de 17 de junho de 1933 de *HL*, num momento em que Antonio Gramsci ainda se encontrava preso, é publicado um texto, assinado por “Um exilado italiano”, que aborda as más condições de cárcere a que haviam sido submetidos o intelectual sardo e outras figuras dissidentes do fascismo (“UM EXILADO ITALIANO”, 1933, p. 2). A própria prisão na cidade de Turi, em que se encontravam Gramsci e Umberto Terracini (também membro do Partido Comunista Italiano), foi caracterizada como um “cárcere-tuberculosário”, em função da multiplicação da tuberculose entre os encarcerados (“UM EXILADO ITALIANO”, 1933, p. 2). Outro exemplo de denúncia das precárias condições pelas quais os presos passavam se encontra no caso de uma carta-protesto assinada, em julho de 1935, por um grupo de intelectuais (dos quais muitos eram ligados à ANL) contra a prisão e os maus-tratos que o líder do *KPD*, Ernst Thälmann, vinha sofrendo. A carta “[...] é o protesto de homens de responsabilidade e consciência, contra o histerismo sanguinário de um bando de aventureiros que envergonham o século XX” (CONTRA..., 1935, p. 1). O texto também se manifesta contra “meia dúzia de fenômenos patológicos”, os nazistas, que mantinham uma liderança popular como Thälmann presa de maneira arbitrária e sem acesso a seus direitos, colocado em “prisões medievais e [...] sinistros campos de concentração” (CONTRA..., 1935, p. 1).

As duas notícias mostram exemplos de prisões de figuras identificadas como ilustres e que gozavam de grande respeito entre as massas. Através delas, o fascismo estaria mostrando o seu desprezo pelos apelos humanitários¹²² que eram feitos no sentido de um tratamento digno dessas pessoas, mantendo-as nas suas “masmorras” (“UM EXILADO ITALIANO” 1933, p. 2) e “prisões medievais” (CONTRA..., 1935, p. 1).

As prisões “medievais” do fascismo não eram, no entanto, uma exclusividade sua, sendo encontradas também no Brasil. A denúncia das violações de direitos dos presos e da desumanidade, em geral, da Delegacia de Ordem Social de São Paulo (DEOPS-SP), levam a esta ser comparada com a Inquisição (O PRESÍDIO..., 1934, p. 3). As condições das prisões brasileiras seriam, inclusive, um ponto que já aproximava o país do fascismo, como se vê no artigo, publicado na edição de 16 de junho de 1935 de *AM*, que noticia a visita de uma delegação da ANL e da União Feminina do Brasil (UFB) às mulheres da Casa de Detenção, no Rio de Janeiro. O texto traz a seguinte declaração da presidente da UFB, Maria Werneck de Castro (EXECUTANDO..., 1935, p. 2):

Diga que não há coisa mais desumana, mais humilhante, mais degradante do que o regime presidiário no Brasil. Lá se sente de maneira gritante o que será para nós um regime fascista. Sem ele já há tanta semelhança com as tenebrosas prisões da Itália e da Alemanha... Dificilmente, em outro país do mundo se poderá encontrar prisões como as do Brasil.

Portanto, além de abordar um problema nacional, o das condições carcerárias, uma visita a um presídio era importante para revelar à população uma “amostra” do que seria o fascismo, caso este triunfasse no Brasil. Ademais, em paralelo com a perplexidade quanto à ascensão do fascismo em países “ilustres” da Europa (sendo um deles, a Alemanha, um dos grandes centros do capitalismo mundial), a cruel repressão policial que se estabelecia no país despontava na sua região de maior desenvolvimento: “Por uma rude ironia das coisas, ou ainda por uma maldade calculada pelos opressores do povo, é São Paulo, centro da nossa civilização, exemplo do nosso progresso, o cenário onde se desenrola a tragédia do sofrimento popular.” (SÃO PAULO..., 1935b, p. 8).

Voltando à Alemanha, outro exemplo da barbárie punitivista do fascismo estava na instalação de um pelourinho na praça central de um vilarejo na região de

¹²² É importante mencionar que Gramsci saiu do cárcere ainda em 1933, mas se manteve sob prisão e jamais recebeu tratamento médico para os seus problemas de saúde. Faleceu em 1937, pouco antes de ser solto (GRAMSCI, 1999).

Brunswick, que serviria para castigar quem insultasse a Hitler. O caso, relatado em *HL*, na edição de 17 de julho de 1933, é particularmente interessante, pois também permite observar como o discurso contra o obscurantismo fascista podia se cruzar com o discurso anticlerical. Comentando a respeito do caso do pelourinho, é feita a seguinte observação: “Há oito séculos isto acontecia, sim e não, com os blasfemos e os insultadores do Papa” (*CIVILIZAÇÃO*, 1933, p. 2). O anticlericalismo foi um elemento recorrente e com nuances e peculiaridades complexas, no trabalho de caracterização do fascismo nos jornais antifascistas.

O tema do anticlericalismo podia aparecer tanto no sentido de comparar as ações do fascismo àquelas da Igreja Católica durante o período medieval, quanto numa postura abertamente contrária à Igreja na atualidade, chegando a reivindicar a violência física e gratuita contra padres católicos (*UM GRANDE...*, 1933),¹²³ ou ainda numa crítica às perseguições sofridas por religiosos em países como a Alemanha, que era palco de grandes confrontos entre católicos e nazistas (*A SENSIBILIDADE...*, 1934; *O NAZISMO...*, 1935; *OS CATÓLICOS...*, 1935). São, portanto, 3 pontos diferentes em que o tema do anticlericalismo aparece, não necessariamente em coerência entre si. Em *AM*, existem alguns exemplos de artigos em que são criticadas as atuações de religiosos entre comunidades indígenas no Brasil, com o argumento de estarem, sob a guisa de um trabalho humanitário e de caridade, “fascistizando” os povos indígenas do Brasil (*TEREMOS...*, 1935, p. 2; *TOMEMOS...*, 1935). O jornal também articula o discurso anticlerical ao discurso anti-imperialista, postulando as congregações religiosas como agentes do imperialismo (*TOMEMOS...*, 1935). Da mesma forma, existe um esforço considerável em denunciar as perseguições que padres católicos sofriam na Alemanha nazista, talvez numa tentativa de povoar o imaginário da audiência do jornal com a ideia de que eram os fascistas - e não os aliancistas - que perseguiram o catolicismo, apontando também a relação entre nazismo e integralismo, que dizia defender a fé cristã. Ainda que seja possível verificar pelo menos 3 características que o tema do anticlericalismo recebeu nas páginas dos jornais antifascistas, um enfoque será dado à dimensão que relaciona o obscurantismo da Igreja Católica durante a Idade Média com o obscurantismo fascista nas décadas de 1920 e 1930.

¹²³ É importante ressaltar a singularidade desse artigo, não sendo a violência física contra padres um elemento recorrente em quaisquer jornais analisados. A respeito do combate político-ideológico à Igreja, os exemplos são muitos, tanto em *HL*, quanto em *AM* (*A OBRA...*, 1933; *FROLA*, 1933; *LYRA*, 1935; *A CÂMARA...*, 1935).

Um exemplo da relação entre Igreja e fascismo se encontra na leitura feita pela Mocidade Antifascista de João Pessoa, em manifesto que foi parcialmente reproduzido na edição de 14 de dezembro de 1933 de *HL*: “O fascismo, em sua generalidade, é fruto da reação de burguesias nacionais, controladas pelo espírito imperialista e inquisitorial do jesuitismo católico-romano, sempre ansioso pela volta dos Autos de Fé e Tribunais do ‘Santo’ Ofício” (OS ANTIFASCISTAS..., 1933, p. 3). Na visão dos jovens antifascistas paraibanos, havia uma conexão direta entre fascismo, burguesia e Igreja, especialmente por influência da ética jesuíta.¹²⁴ Essa articulação serviria de base para a concepção de Estado no fascismo (OS ANTIFASCISTAS..., 1933, p. 3):

O Estado integral procura basear-se em princípios religiosos, no ressurgimento da velha e carcomida metafísica da Idade Média, que se acha em completo desacordo com o desenvolvimento material e intelectual dos tempos hodiernos. O Estado integral, que é o Estado fascista, elimina a personalidade humana. É o Estado com todos os direitos, mas sem nenhum dever claro. Estado absoluto, reprodução do centralismo monárquico dos séculos XVII e XVIII. É uma tentativa que se há inevitavelmente de resolver em fracasso formidável.

Ocorre até mesmo uma fusão entre temporalidades distintas, a medieval e a dos séculos XVII e XVIII, período de formação do Estado absolutista na Europa. É possível se observar também a noção de que o fascismo eliminava a própria “personalidade humana”, substituindo-a pelo Estado integral. Mais marcante ainda é a demarcação do descompasso que o fascismo tinha em relação à contemporaneidade, o que indicava a sua tendência ao fracasso.

O caso da peça de teatro *Deus*, de autoria de Renato Vianna e abordada por Brasil Gerson em *AM* em 13 de maio de 1935, é mais um exemplo da relação ideológica entre Igreja e fascismo. O espetáculo, então em cartaz no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, é classificado pelo autor como “integralista”, em função do seu caráter clericalista e anticientífico (GERSON, 1935, p. 3). Nela, o personagem do padre é retratado como triunfante, enquanto que o do cientista aparece como um incauto, incapaz de refutar as argumentações do homem religioso. O ponto central da crítica de Gerson é que “[o] sr. Renato Vianna faz

¹²⁴ A temática da “conspiração jesuíta” é algo recorrente desde a própria fundação da Companhia de Jesus. Não convém, para os fins desta pesquisa, abordar a fundo a história dessa teoria conspiratória, cabendo sugerir a obra de Cubitt (1993) para uma leitura mais aprofundada. Interessa aqui a caracterização do “espírito imperialista e inquisitorial do jesuitismo católico-romano” (OS ANTIFASCISTAS..., 1933, p. 3), que parecia se encaixar perfeitamente aos anseios obscurantistas da burguesia que aderiu ao fascismo.

repousar sua peça sobre um erro, histórico, quando nela confunde Deus e a Igreja Católica como uma única e mesma coisa” (GERSON, 1935, p. 3). Obra de confusão, que favorecia a propaganda integralista, o drama de Renato Vianna era “desonesto, perante as evidências históricas” (GERSON, 1935, p. 3) do regime de opressão pelo qual a Igreja Católica submetia os fiéis pobres, durante a Idade Média.¹²⁵

O obscurantismo fascista de inspiração católica e medieval estaria penetrando até mesmo o interior do governo brasileiro, como busca mostrar o artigo *As bases fascistas-clericais no Plano Nacional de Educação*, publicado em *AM* em junho de 1935 (AS BASES... 1935). Tal plano, proposto pelo então ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, seria um exemplo da relação umbilical entre clericalismo e fascismo e evidenciaria “a profissão de fé fascista clerical” do seu autor (AS BASES... 1935, p. 1). No que pesem as críticas ao conservadorismo católico contido no plano, chama muita atenção o que o ministro teve a dizer sobre a Idade Média, na medida em que defendia o seu plano e a proposta, em específico, da educação física: “Erram os que dizem que a Idade Média foi um período de trevas! Foi um dos mais brilhantes períodos! Podia citar dezenas e centenas de sábios que viveram na Idade Média (AS BASES... 1935, p. 1).” A citação do ministro é utilizada no jornal para deixar evidente como a sua defesa do período medieval se traduz em mais uma prova de sua adesão ao fascismo. O artigo conclui alertando que “os fascistas-clericais estão tramando [...] um plano sinistro, sectário, medieval para a educação brasileira”. Um último exemplo pertinente, na busca por aproximar a Igreja e o obscurantismo fascista, é de autoria de Francisco Mangabeira, membro do diretório nacional da ANL. Em artigo de 2 de outubro de 1935 (MANGABEIRA, 1935), o autor compara o avanço do integralismo com uma “guerra santa” contra as liberdades democráticas e a uma ameaça de “levantar, em solo brasileiro, o Santo Ofício da inquisição fascista” (MANGABEIRA, 1935, p. 2).

Como os exemplos citados permitem ver, a relação entre catolicismo, obscurantismo e fascismo era um elemento bastante presente nos jornais antifascistas, que exploravam essas correlações como um meio de convencer seus interlocutores de que o fascismo, longe de apresentar alguma novidade histórica, era antes um regime de retorno ao passado. Além do simples repúdio à ruptura da

¹²⁵ Alguns meses depois, *AM* noticiou que o mesmo Renato Vianna teria sido expulso da Casa dos Artistas, nome pelo qual era conhecido o sindicato dos trabalhadores do teatro, após ter enviado um ofício repleto de “injúrias [...] à classe e em especial à direção da ‘Casa dos Artistas’” (O FASCISTA..., 1935, p. 8).

marcha histórica que isso representava, esse retrocesso fascista significava um retorno a um passado particularmente marcado por valores que não mais correspondiam às expectativas do século XX: censura, perseguição religiosa e anti-intelectualismo. Daí que não houvesse nenhuma surpresa ao se constatar que as bases do obscurantismo fascista se inspiravam na própria experiência histórica do catolicismo medieval, que encarna a antítese dos valores iluministas que ainda inspiravam os antifascistas.

4.1.2 Fascismo e retrocesso econômico

O retorno ao medieval era iminente sob o fascismo também no aspecto da economia, na medida em que, na Itália, ela estaria encolhendo e se descomplexificando, passando a regredir para uma forma pré-capitalista. Uma publicação de junho de 1933 em *HL* busca desmistificar o mito da grande prosperidade econômica que o regime fascista propagandeava e era muito bem recebido na colônia italiana no Brasil.¹²⁶ Um dado recente, a respeito das indústrias italianas, indicava que as novas fábricas do país possuíam, em média, 9 operários por local de trabalho (A LEGENDA..., 1933, p. 4):

Uma "fábrica" com apenas 9 operários não é senão uma simples oficina, igual àquelas que no início do desenvolvimento do capitalismo não constituíam senão o artesanato em transição para a usina moderna com seus centenas e milhares de operários. Quer dizer que na Itália se está voltando para o artesanato, isto é para um estado anterior, atrasado, do desenvolvimento industrial.

Assim, a substituição de médias indústrias pelas pequenas significava um retorno ao artesanato, na contramão da tendência evolutiva do capitalismo, que é de concentração e formação de trustes, monopólios e oligopólios. Outro aspecto desse retrocesso econômico era a questão das corporações. Embora não haja, no artigo em questão, uma conexão entre o modelo histórico das corporações de ofício e o corporativismo fascista, o retorno à forma medieval de organização econômica aparece como uma realidade em curso na Itália, na medida em que, "[...] Após ter implantado um regime político feudal de força bruta, o fascismo está fazendo retroceder a economia italiana ao mesmo nível em que se encontravam as corporações da Idade Média" (A LEGENDA... 1933, p. 4). No editorial da edição de

¹²⁶ Sobre a relação entre o fascismo e os imigrantes italianos no Brasil, ver Bertonha (2017).

2 de julho de 1933 de *HL*, que marca a fundação da Frente Única Antifascista, também aparece o esforço em romper com o mito do desenvolvimento econômico do fascismo italiano, afirmando que “até mesmo os cretinos estão deixando de acreditar no ‘Estado integral’ e nos milagres que seriam realizados pelas corporações dos artesãos medievais” (FRENTE..., 1933, p. 1).

Embora os textos citados não estabeleçam uma ligação direta entre as corporações de ofício do período medieval e o corporativismo fascista, existe um fio que os conecta, historicamente. O corporativismo, como doutrina, remonta à reação tradicionalista católica aos processos de industrialização e de revoluções políticas democráticas que marcaram os séculos XVIII e XIX europeus (INCISA, 1998). Para Incisa (1998, p. 288-289), existe uma distinção entre esse corporativismo “contra-revolucionário ou tradicional” e o corporativismo “dirigista”, expresso pelo fascismo italiano. Apesar das diferenças,¹²⁷ não deixa de estar presente em ambos “[...] A nostalgia de uma sociedade tradicional estagnante e imóvel, mas orgânica e hierárquica, sem conflitos nem antagonismos, eticamente orientada a um fim” (INCISA, 1998, p. 288). O fascismo atualiza essa ideia, que remonta ao pensamento clássico e medieval, para a sociedade capitalista moderna do pós-Primeira Guerra, adicionando contornos nacionalistas à definição do “bem comum”. Segundo Trento (1993, p. 46-47):

Ele [o corporativismo] se propunha a superar a luta de classes e a harmonizar as relações entre patrões e mão-de-obra, que, reunidos em corporações distintas por setores de atividade, fossem capazes de gerir diretamente a economia sob o controle do Estado, conciliando as exigências das diferentes forças sociais à luz de interesses nacionais superiores.

Retornando às aproximações entre fascismo e Idade Média, é pertinente analisar um artigo escrito por Maria Lacerda de Moura e reproduzido na edição de 12 de junho de 1935 de *AM*. Ao abordar obras de dois teóricos nazistas, a autora trata dos malabarismos argumentativos utilizados para defender o que seria “uma nova ordem social na concepção da proteção que o chefe concede à fidelidade dos seus vassalos” (MOURA, 1935a, p. 3). Portanto, um retorno às relações de suserania e vassalagem da Idade Média europeia. Um dos aspectos dessa “nova

¹²⁷ Afirma Incisa (1998, p. 289): “Enquanto o Corporativismo tradicional é essencialmente pluralista e tende à difusão do poder, o Corporativismo fascista é monístico (não é por acaso que está filosoficamente ligado ao idealismo), tenta reduzir à unidade, àquela unidade dinâmica que é ambição do sistema, todo o complexo produtivo. No Corporativismo tradicional, as corporações se contrapõem ao Estado; no Corporativismo fascista, as corporações estão subordinadas ao Estado, são órgãos do Estado.”

ordem social” seria o retorno do chamado “direito de pernada”, em que um “senhor, ou padre” teria o direito de ter relações sexuais com uma mulher virgem antes de seu próprio marido (MOURA, 1935a, p. 3). Essa prática estaria justificada pela potencialidade de que o homem que goza desse direito venha a introduzir o seu código genético superior naquela relação e, assim, colaborar para o “melhoramento da raça” (MOURA, 1935a, p. 3). O fato desse tipo de mistificação e opressão não parecer incomodar a muitas mulheres italianas e alemãs faz com que a autora perca suas esperanças na “nossa civilização de domesticados, acovardados diante do Direito da Força” (MOURA, 1935a, p. 3).

Ao absurdo do retorno do “direito de pernada” é somada a teoria, pretensamente científica, de que, ao ter relações sexuais com um “semita”, uma mulher “nórdica” tornava-se “infectada para toda a vida” com a carga genética daquele homem, mesmo que tivesse filhos com outro sujeito, “ariano” (MOURA, 1935a, p. 3). O cientista responsável por essa teoria, o “Dr. Krumm”, num esforço de comprovar as especulações sobre a mistura de sangue, teria feito o seguinte “sofisma infantil” (MOURA, 1935a, p. 3): “Se, por exemplo, introduzimos no organismo de um cão, a pequena quantidade de 10 gramas de sangue de coelho, o cão morre imediatamente, por ser a albumina do coelho diferente da do cão”.

As comparações esdrúxulas do cientista nazista, que “confundia” espécie com raça, seriam evidências da instrumentalização nefasta e “superficial” que o fascismo buscava fazer da ciência, numa mistura de “religião e racismo, ocultismo e doutrinas nazistas, espalhando a confusão e a credulidade fácil entre os incautos” (MOURA, 1935a, p. 3). A ciência eugenista era um bom exemplo disso, e sua penetração na América do Sul, lugar de “povos amalgamados no cadinho de todas as raças” era um aspecto do perigo do qual era necessário se alertar (MOURA, 1935a, p. 3):

É a volta à barbaridade primitiva da escravidão social da mulher. Inominável absurdo à luz da ciência, absurdo justificado pelos bárbaros modernos, em nome da própria ciência, nos sofismas imperialistas do direito da força. Com tais doutrinas, os ditadores encontram credenciais para todas as suas tiranias. E, por toda parte, aparecem os “cientistas” a soldo do servilismo ou da covardia - para defenderem os processos medievais de domesticar e reduzir a zero a razão humana. O testemunho da ciência a citação de nomes arrevezados prestam-se à divulgação de todos os absurdos.

Entre a crítica ao anti-intelectualismo e à instrumentalização política da ciência, o alerta a respeito do retrocesso civilizatório aos tempos medievais e a indignação pela barbárie da submissão feminina, o texto de Maria de Lacerda Moura

é um exemplo eloquente de como o discurso antifascista articulava diferentes eixos na caracterização do fascismo, mas que apontavam na direção da necessidade de lutar contra um regime que seria um grande recuo nas conquistas da humanidade.

Igualmente, foi possível observar que, nos discursos acerca do perigo do fascismo, o elemento de retorno ao medieval não estava tão presente nas páginas de *AM*, quanto em *HL*.¹²⁸ Como já foi indicado previamente, esse fato pode se dar em função de cada publicação buscar apelar a públicos diferentes: enquanto *AM* era um jornal popular, *HL*, com sua orientação para a vanguarda dos movimentos políticos, atingia um público mais intelectualizado. Essa observação é, ao menos parcialmente, corroborada pelo fato de que o discurso que comparava o fascismo com a Idade Média aparentava ser também apropriado pelos leitores de *HL*, como na publicação de correspondência em que uma leitora diz que o fascismo “nos transporta ao obscurantismo da Idade Média” (CORRESPONDÊNCIA... 1935, p. 3).

4.1.3 O “Bárbaro Fascista” contra a civilização

A questão do obscurantismo fascista e das comparações com temporalidades passadas vai além do perigo do retorno à Idade Média, suscitando referências a outros tempos históricos. Um exemplo seria o retrato dos fascistas (especialmente os nazistas) como bárbaros, associando-os, principalmente, aos povos germânicos da Antiguidade, num deslocamento que mantém o olhar estereotipado e negativo sobre essas populações.

Primeiramente, é necessário estabelecer uma definição do que se entende por “bárbaro”, para então relacioná-la com o uso que foi feito desse conceito pela imprensa antifascista. Segundo Todorov (2010), a palavra “bárbaro” tem origem na Grécia Antiga, particularmente após as guerras contra os persas, e era utilizada pelos gregos para se diferenciar daqueles que não falavam o idioma grego. Em outras palavras, os gregos (entendidos como “nós”), em oposição aos bárbaros não-gregos (entendidos como “os outros”).

Num primeiro momento, essa definição tinha um caráter relativo, ao opor gregos a literalmente todos os demais povos do mundo e ao expressar uma condição potencialmente temporária (visto que um estrangeiro podia aprender o

¹²⁸ O mesmo vale para as comparações com o Império Romano e suas implicações, bem como com as tribos germânicas da Antiguidade, também pouco presentes em *AM*.

idioma grego). Com o passar do tempo, a definição de bárbaro passou a somar um outro significado: a oposição entre civilização e selvageria (TODOROV, 2010). Nessa visão, o bárbaro é o parricida, marricida, infanticida ou o incestuoso, é aquele que faz uma ruptura violenta entre si e os outros (buscando resolver os conflitos através da violência), é aquele que não possui pudor em relação ao sexo e, por fim, é aquele que prefere o convívio familiar ao da pólis ordenada e regida por leis comuns (TODOROV, 2010). Sendo assim (TODOROV, 2010, p. 26-27, grifos do autor):

[...] os bárbaros são aqueles que negam a plena humanidade dos outros: em vez de significar que eles ignoram ou esquecem, realmente, a natureza humana dos outros, eles comportam-se *como se* os outros não fossem - ou, de qualquer modo, não inteiramente - seres humanos.

Ainda segundo Todorov (2010), os dois sentidos distintos da palavra “bárbaro”, a princípio contraditórios, podiam encontrar uma continuidade quando se considera que o não-domínio da língua também podia ser interpretado como a qualidade de alguém “menos humano”. O uso, pelos gregos, da palavra *logos*, que significa ao mesmo tempo fala e razão, ajuda a compreender a importância que era conferida ao domínio da linguagem (TODOROV, 2010).

No mundo cristão romano, o antigo sentido de “bárbaro” perde a sua função, frente ao universalismo do cristianismo (TODOROV, 2010). No entanto, a palavra continua sendo utilizada para descrever (TODOROV, 2010, p. 30)

[...] os estrangeiros oriundos de regiões mais distantes, que parecem ser uma ameaça e se distinguem por sua crueldade e desumanidade - por exemplo, as tribos germânicas que descem do Norte para saquear o Império Romano ou, ainda, as hordas de hunos que vêm das estepes mongóis.

É justamente nessa acepção que se encontram a maioria dos retratos que comparam fascistas aos bárbaros, nas páginas dos jornais antifascistas. Entre charges, notícias e manifestos publicados, figuram alguns exemplos interessantes desse trabalho de aproximação entre fascismo e selvageria.

Uma charge (Figura 1) que vai no sentido da comparação entre fascistas e bárbaros é encontrada na primeira edição de *HL*, logo na sua primeira página (SE ISTO..., 1933). A ilustração, reproduzida do jornal francês *Le Canard enchaîné*,¹²⁹

¹²⁹ Curiosamente, o nome deste jornal significa, literalmente, “o pato acorrentado”. No entanto, trata-se de um trocadilho com a expressão *canard*, que pode também ser uma gíria para “jornal malicioso” na França. Ademais, o nome foi escolhido como uma sátira ao jornal *L’homme libre* (“O homem livre”, no francês), editado pelo radical Georges Clemenceau e que, em 1914, sofreu censura

retrata Hitler e seus correligionários como guerreiros de uma comunidade germânica, vivendo em tendas, trepando em árvores, tendo escasso domínio do fogo, usando roupas simples e portando armas primitivas. O título da charge (*Se isto continua...*) e a sua legenda (“Ainda um pequeno esforço e teremos levado a civilização ao seu ponto culminante...”) dão uma sugestão de qual seria o futuro para a civilização humana sob o fascismo (SE ISTO..., 1933, p. 1).



selvageria nazi-fascista e o clima de medo e autocensura da população alemã, expresso pela atitude da mãe que manda o filho falar baixo, ao se referir a um assunto que envolve a figura de Hitler.



Figura 2 - King Kong ou Hitler? S./t., 1933b, p. 1.

Outro exemplo bastante eloquente da conexão entre fascismo e barbarismo se encontra em artigo publicado na edição de 1 de agosto de 1933 de *HL*. Reprodução de um manifesto publicado pelo *Giustizia e Libertà*,¹³⁰ o texto tece uma comparação entre Mussolini e Hitler, em que a chave para compreender a diferença entre um e outro está na sua capacidade como bárbaro. Sendo assim, o líder italiano

¹³⁰ Provavelmente se refere à publicação editada pelo grupo italiano *Giustizia e Libertà*, que foi uma organização antifascista fundada em 1929 (TRENTO, 1993). A organização tinha uma orientação socialista-liberal (BLATT, 1996), o que pode ser uma chave interessante para compreender o texto que foi destacado.

era um “falso bárbaro” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1) e, por isso, seu trabalho teria sido insuficiente para chamar atenção para o perigo do fascismo na Europa (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1):

Para despertar a Europa precisava-se de um bárbaro autêntico, de um bárbaro sincero que não tendo lido Nietzsche, nem Sorel, nem Renan, nem Maquiavel, e não tendo jamais entrado em cambalachos com os próprios adversários, tivesse a capacidade de tomar a sério os princípios [do] fascismo para aplicá-los até às últimas consequências. Mussolini não é feito da massa adequada para esse objetivo. É um falso bárbaro, um comediante, e nunca acreditou na função revolucionária do fascismo. Antes de ser tirano, é um corruptor e, como todos os corruptores, corrompível. Todas as vezes que ele encontrou a Europa pela frente, desviou-se.

A esse Mussolini “acovardado” se opunha um Hitler sem amarras, que visava dar cabo ao programa fascista sem ceder espaço algum para a oposição (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1):

Hitler licenciou, em uma semana, centenas de professores e mandou o seu Goebbels-Gentile a presenciar os autos-de-fé. Isto é o que se chama ter fé nos próprios princípios! Quando se tem fé pode-se mesmo sendo bárbaros, transformar-se em... moralistas, ordenando, por exemplo, a prisão dos chefes sindicalistas, depois de uma capitulação ignominiosa. Enfim, com Hitler, o fascismo transforma-se em coisa séria. Não brinca às escondidas, não tem contemplação para com os estrangeiros, não presta falsas homenagens aos princípios adversários ou, se o faz, fá-lo com grotesco impagável, e só quando é encostado à parede e se trata de salvar as testas-de-ponte sobre o Reno.

A constatação de que, “com Hitler, o fascismo transforma-se em coisa séria” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1), além de corresponder à avaliação que as esquerdas no Brasil (e no restante do mundo) tiveram, também evidencia o quão mais perigoso o líder alemão era, em comparação com Mussolini, na sua capacidade de espalhar as trevas sobre o continente Europeu. Hitler era a própria representação da antítese dos valores que se condensam numa imagem de Europa (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1, grifos nossos):

Ele é, verdadeiramente, a anti-Europa. Pela negação da tolerância religiosa, da igualdade jurídica, ataca o próprio coração da Europa e vai até a guerra ideológica e, talvez, até a guerra *‘tout court’*, com a *ebriedade dionisíaca do bárbaro que tão só da força espera a vitória*. Hitler está salvando a Europa. Dele se falará, um dia, como de exóticos invasores que deram de novo a Roma ou ao mundo medieval, a consciência da função e a coragem de lutar.

Questionar os valores, tipicamente iluministas, de tolerância religiosa e igualdade jurídica significava atacar “o próprio coração da Europa” e a disposição em recorrer até mesmo à guerra fazia de Hitler um “verdadeiro” bárbaro (GIUSTIZIA

E LIBERTÀ, 1933, p. 1). Ademais, o bárbaro aparece como um selvagem que não conhece (ou abre mão de) o contrato social, em nome da satisfação dos seus desejos subconscientes, carnis e violentos. Um sujeito que, enfim, se embreda com a satisfação de suas pulsões violentas.

O uso da frase “ebriedade dionisíaca” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1) claramente se remete à dicotomia entre o apolônio e o dionisíaco, noção muito presente na filosofia de Nietzsche (que é citado no próprio texto).¹³¹ Na mitologia grega, Dionísio era o deus do vinho e também das festas, da intoxicação, da loucura e do êxtase. Dionísio, o Eleutério, se opunha à imagem de Apolo, deus da saúde, ordem e pensamento racional. Mesmo que se possa ter um olhar positivo para o dionisíaco e uma simpatia condescendente para com o bárbaro (vide as visões da antropologia racista do início do século XX), ou ainda que se pense que a existência humana pode ser compreendida como um embate eterno, e portanto, impossível de ser completamente superado, entre o apolônio e o dionisíaco (NIETZSCHE, 1992), a compreensão do processo histórico expressa pelo *Giustizia e Libertà* diz que o avanço civilizatório da humanidade tendia a favorecer a razão e, portanto, o ideal apolônio deveria ser alcançado. Sendo assim, o sujeito que se deixava tomar pela “ebriedade dionisíaca” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1) se tornava a antítese dos valores de racionalidade, igualdade, tolerância, etc.

No mês de setembro de 1935, no contexto do prenúncio e, posteriormente, da deflagração da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, a questão do barbarismo se renova, podendo até ganhar contornos diferentes. Na coluna *Explicando ao povo*, publicada na edição do dia 25 de setembro de 1935 de *AM*, já na iminência da guerra, o discurso civilizador que o governo fascista italiano mobilizou é questionado (EXPLICANDO..., 1935b, p. 3, grifos nossos):

¹³¹ Segundo Khan (2008), a concepção de *Eros* e *Tanatos* desenvolvida por Sigmund Freud (que teria sido um admirador de Nietzsche) se aproxima muito da dicotomia entre o apolônio e dionisíaco. No sentido de uma leitura psicanalítica do fascismo, é importante mencionar o trabalho de Wilhelm Reich (2001), publicada originalmente em 1933. Outro exemplo de obra que explora essa temática, no campo da ficção, é o romance *Morte em Veneza*, de Thomas Mann (2015), publicado originalmente em 1912.

A 'guerra civilizadora' de que fala Mussolini, para 'justificar' a sua 'despudorada rapina', é simplesmente uma farsa tão ignominiosa quanto trágica. Que civilização poderá o Duce impor aos abexins senão a do *manganello* e do óleo de rícino do seu fascismo sanguinário?

O texto segue, criticando a postura de muitos jornais brasileiros da época, que pareciam aceitar acriticamente a justificativa fascista e que se horrorizavam com os costumes "selvagens" do povo etíope, mas não com a barbárie fascista. A coluna apresenta então um verdadeiro inventário das obras do fascismo que iam na contramão de quaisquer ideais civilizadores, criticando a conivência da imprensa nacional (EXPLICANDO..., 1935b, p. 3, grifos nossos):

Nenhum entretanto, se lembra de exhibir os numerosos testemunhos existentes sobre a "civilização" fascista, que suprimiu os direitos mais sagrados do homem, como o de pensar e exprimir livremente as suas ideias, reduzindo-o a um autômato, diante do qual "*Mussolini ha sempre ragione*". Os fuzilamentos de operários e camponeses, perseguições a intelectuais independentes, a abolição da liberdade de imprensa, as ilhas e presídios de deportação, o célebre "Tribunal Especial", o assassinato de Mateotti, a escravidão econômica, a miséria a que o chefe "camisa preta" reduziu uma população de 50 milhões, amarrando-a de mãos e pés atados à ganância de meia dúzia de argentários, tudo o que de dramático e horroroso se vem passando na Itália, nestes últimos doze anos, nada disso impressiona a sensibilidade delicada dos nossos jornalistas. Impressiona-os, sim, a "ferocidade" dos abexins!

Assim, a crítica à cumplicidade da imprensa brasileira serve como um meio de ilustrar os horrores do fascismo e a farsa do seu discurso civilizatório. A obra do fascismo, longe de civilizatória, era destrutiva, e a Etiópia, embora reconhecidamente atrasada economicamente, lutava heroicamente contra a sua submissão (EXPLICANDO..., 1935b, p. 3):

Entre um déspota que destruiu a civilização milenar de um povo, fazendo-o retrogradar séculos e séculos, e um país materialmente atrasado, longínquo, sem recursos financeiros, mas que luta com admirável heroísmo pela sua independência nacional, esses jornalistas de aluguel optam cinicamente pelo primeiro e tudo fazem para "justificar-lhe" a criminosa aventura!

O texto conclui refletindo sobre o colonialismo e o imperialismo como um todo, citando os exemplos de colônias de outros países, como Inglaterra, França e os domínios italianos já existentes (como na Líbia e na Eritreia) e até mesmo o caso do próprio Brasil, ainda em situação "semicolonial", para demonstrar que todos ainda viviam em condições de miséria, apesar de estarem sendo, supostamente, civilizados pelas potências europeias (EXPLICANDO..., 1935b).

Outro texto relevante, na esteira do conflito ítalo-etíope, é atribuído ao historiador italiano Guglielmo Ferrero. O artigo, publicado na edição de 27 de outubro de 1935 de *AM*, não deixa dúvidas quanto à classificação da Etiópia, o último território africano a ser colonizado por um país europeu, como um país bárbaro: “Que os etíopes sejam bárbaros, é indiscutível. São os últimos bárbaros da história” (FERRERO, 1935, p. 3). No entanto, o autor relata casos anedóticos em que se observam valores “civilizados” nas práticas dos etíopes, como a moral cristã (eles respeitam a sacralidade do domingo e o jejum durante a Quaresma), a ordem e a organização (seus exércitos têm mais disciplina que os próprios europeus).

O ideal civilizador europeu é questionado e recebe contornos irônicos, perante a capacidade destrutiva observada na Primeira Guerra Mundial (FERRERO, 1935, p. 3):

Meteu-se, agora, na cabeça da desgraçada Europa de pós-guerra, civilizar a Abissínia. Ao que parece, ela ainda crê em sua missão civilizadora no mundo. E desembarca na África as únicas coisas que ainda possui em abundância e é capaz de exportar: gases asfixiantes, bombas incendiárias, máquinas volantes.

O desmascaramento da hipocrisia do discurso civilizatório, somado à situação de ditadura em que vivia a Itália, gera uma verdadeira confusão a respeito de quem é o civilizado e quem é o bárbaro (FERRERO, 1935, p. 3):

Vede o contraste: de um lado, uma civilização ultra-sábia, na qual já não há tratados nem constituição, nem direito público, nem direito privado - onde tudo é mentira, ficção, aparências, farrapos de papel, tanto a ciência como a literatura, a religião como a política. Em face dessa civilização, os últimos bárbaros: bárbaros ignorantes, grosseiros, rudes, estúpidos, mas capazes até de morrer à fome em meio de viveres, só para não desobedecer a um mandamento moral que lhes veda tocar em certos viveres antes de certo dia. Que vai surgir do encontro dessa civilização com essa barbárie?

A abordagem de Ferrero expressa a noção de que os etíopes seriam sim bárbaros, mas bárbaros “virtuosos”, cuja abnegação e disciplinas moral e religiosa os coloca numa posição distinta daquela do “civilizado” que, além de ser capaz de cometer atrocidades em nome de uma suposta missão histórica, vive sob a tirania de uma ditadura fascista, sem leis e direitos. Assim, Ferrero não renuncia à dicotomia entre civilização e barbárie, mas busca apontar exatamente onde ela se contradiz à luz dos fatos, revelando uma apropriação do sentido relativista do barbarismo.

A aura de mistificação em torno da figura de Hitler suscitou também comparações com os faraós e imperadores da Antiguidade, como em texto de Christopher Robin, publicado em *AM* em 6 de outubro de 1935. Após explicar a insólita situação do *Führer* saudar a si mesmo, em função de ser um sujeito “impessoal” e encarnação da nação alemã, Robin (1935a, p. 2) descreve a sensação de familiaridade que lhe acomete, ao caminhar pelas ruas de Berlim:

E seguindo pela tarde esfumaçada, eu recordei-me das pinturas murais do templo de Luxor, em Tebas, no Egito, que eu visitei há três anos, nas quais é comum ver-se um faraó, adorando-se a si mesmo: o rei adorando o filho de Ísis. Será que a Europa está mesmo marchando para o despotismo político dos orientais de há três e quatro mil anos?

A questão do regresso a temporalidades passadas também pode ser vista nas comparações entre a Itália fascista e o antigo Império Romano. O primeiro exemplo é o texto referido anteriormente (*A LEGENDA...*, 1933, p. 3, grifos nossos), que, fazendo uso da ironia em quanto à obra do fascismo, compara a situação dos trabalhadores italianos a dos escravos da Roma antiga:

Assim, de retrocesso em retrocesso o magnífico *Duce* — como o seu bestial sócia, o “*Führer*” germânico — atingirá o ápice da glória e da civilização fascista o dia em que, sob o signo do Sagrado Império Romano, quarenta milhões de italianos forem reduzidos às idênticas condições materiais, sociais e políticas dos escravos que três mil anos atrás lavraram os latifúndios dos trágicos imperadores romanos.

O prognóstico sombrio da passagem acima é uma raridade entre as publicações analisadas e sua visão negativa do Império Romano, referindo-se aos seus imperadores como “trágicos” e ressaltando o aspecto da escravidão naquela sociedade contrasta com o olhar iluminista e anti-obscurantista sobre a Antiguidade greco-romana, este marcado por uma visão idealizada do passado. Portanto, se o texto abordado acima potencializa um aspecto obscuro da vida sob os “trágicos imperadores romanos” (*A LEGENDA...*, 1933, p. 3), outro texto, publicado na edição de 2 de setembro de 1933 de *HL*, revela um ressentimento em relação às comparações que a pusilânime imprensa italiana fazia entre Mussolini e ilustres imperadores romanos: “César e Trajano hão de ter sorrido de desdém, ante a essa adulação de que eles mesmos, no período de seu maior esplendor não foram alvo nos tempos de decadência romana” (*MUSSOLINI...*, 1933, p. 6).

A questão da apropriação da apropriação romantizada da Roma Antiga também podia ser vista de maneira crítica, como no artigo assinado por “AE”, na

edição de 23 de setembro de 1933 de *HL*. O autor ironiza os fascistas que buscavam inspiração na Antiguidade e que, de maneira geral, possuíam visões anacrônicas a respeito do passado (AE, 1933, p. 1, grifos nossos):

(A propósito do cidadão Jesus de Nazaré, deve-se recordar o que escreveu o próprio Mussolini, isto é, que a propaganda do filho de Maria teria fracassado miseravelmente, se São Paulo não houvesse providenciado, em tempo, em dar ao cristianismo primitivo o carimbo da romanidade - porque, como declarou solenemente Giosué Carducci numa das suas '*Odi Barbare*': 'Tudo o que no mundo é civilizado, grande e augusto, é também 'romano'. É por essa simples razão que o 'dr.' Plínio Salgado, quando quis beber na fonte da inspiração e do entusiasmo, teve de arrumar malas para Roma, seguindo o exemplo do seu amigo e colega Simón Bolívar...).

Os exemplos citados acima mostram que a caracterização dos jornais antifascistas a respeito do fascismo o colocavam, de maneira geral, como um grande retrocesso civilizatório, não necessariamente comparado a uma temporalidade específica (evocava Antiguidade, Idade Média, etc.), mas inserido na ideia de uma marcha "para trás". Um exemplo de charge nesse sentido, que associa o obscurantismo nazista com a violência e o regresso cultural, o faz ironizando uma frase do intelectual nazista Alfred Rosenberg, ao mesmo tempo em que retrata um carrasco que sauda a Hitler enquanto ergue uma cabeça humana numa mão (Figura 3) ("COM O...", 1933).



Figura 3 - "Com o advento do nazismo, a cultura atingirá a graus até hoje desconhecidos".
"COM O...", 1935, p. 1.

Ainda a respeito da visão evolucionista da história, uma charge (Figura 4), publicada em 2 de julho de 1933 em *HL*, demonstra de maneira gráfica como a marcha da civilização germânica sob o fascismo se tratava de um verdadeiro regresso evolutivo (A REVOLUÇÃO..., 1933). A figura de Hitler é retratada em diferentes “etapas”, correspondentes ao processo de involução civilizatória (A REVOLUÇÃO..., 1933, p. 8). O que começa com um Hitler que pisa sobre a Constituição de Weimar, passa pelo chanceler retratado como um inquisidor que procede à queima de livros, entre outras “etapas”, culmina com um hominídeo semelhante a um macaco (e portando o característico bigode do “*Führer*”) se balançando numa palmeira.



Figura 4 - A revolução nacional avança a passos de gigante. A REVOLUÇÃO..., 1933, p. 8.

Por fim, a comparação a diferentes temporalidades e o alerta do perigo de retrocesso podia tomar dimensões dramáticas e evocar imagens apocalípticas. Em função da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, Mussolini passa a ser retratado como um grande aliado da morte e da fome, com contornos que remetem às imagens escatológicas dos Cavaleiros do Apocalipse. Um exemplo de charge (Figura 5), que traz o *Duce* entre “a guerra” e “a fome”, foi publicado no dia 25 de outubro de 1935, em *AM* (AS TRÊS..., 1935, p. 2). Por fim, ainda no contexto da invasão italiana da Etiópia, é notável que o fascismo aparece como sinônimo de “Fome, guerra e peste” (FOME..., 1935, p. 1) e como “ameaça à Humanidade” (A GUERRA..., 1935, p. 1).



Figura 5 - As três desgraças... AS TRÊS..., 1935, p. 2.

4.2 Obscurantismo, anti-intelectualismo e censura

Tendo observado como a relação entre o fascismo e o regresso a temporalidades passadas era articulada nos jornais antifascistas, será voltada a

atenção para a questão do anti-intelectualismo que ocorria nos países fascistas. Evidentemente, a feição anti-intelectual do fascismo não está isolada do sentido geral de obscurantismo e retrocesso civilizacional que este significava para os antifascistas. No entanto, a caracterização do anti-intelectualismo fascista apresenta algumas ênfases diferentes, como a denúncia das perseguições a intelectuais (principalmente alemães e italianos), da censura a obras artísticas e dos episódios de queimas de livros. Em diversos momentos, os antifascistas denunciaram o que seria o verdadeiro cerceamento do livre pensamento em voga nos países fascistas, sendo que tanto Itália, quanto Alemanha apareciam como locais de origem de grandes intelectuais e artistas, cujo legado passou a ser tripudiado com a ascensão do fascismo.¹³² A avaliação dramática contida no manifesto de 17 de julho da FUA, publicado em *HL*, dá o tom do que seria a mistificação fascista: “O fascismo significa [...] o espezinhamento das consciências [...] O homem do povo fica reduzido à situação de um animal acorrentado, que não fala, nem pensa, nem escreve, nem trabalha, senão sob o chicote dos seus verdugos” (FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA, 1933, p. 6).

São diversas as instâncias, em ambos os jornais, em que há um lamento a respeito do estado das expressões culturais na Alemanha e na Itália e da obra destrutiva do fascismo nesse sentido. A Itália, até a ascensão de Mussolini, “era uma nação onde estavam desenvolvidas ao máximo grau todas as liberdades políticas morais, intelectuais”, quadro que havia se transformado por completo no “ano XI do regime” (A OBRA..., 1933, p. 3). Em 1935, no decorrer da guerra imperialista contra a Etiópia, o fascismo e sua agressividade aparecem como um desvio das “generosas tradições de humanidade” italianas, feito para colocar “a máscara odiosa do agressor”, em reprodução de manifesto da Liga Italiana dos Direitos do Homem¹³³ (“O INIMIGO...”, 1935, p. 2).

No já mencionado artigo assinado por “AE” e publicado em *HL*, o fascismo italiano aparece mesmo como o grande inimigo da cultura: “[...] o governo fascista não está habilitado a falar em nome da cultura e do pensamento que, na Itália, foram

¹³² É notável a preocupação, de ambos os jornais, em diferenciar o discurso antifascista do anti-italianismo (ALBERTO JR, 1933; PEDRINI, 1935) e do antigermanismo (O RÓTULO, 1933). O elogio, tanto de figuras dissidentes do fascismo, quanto de “nobres patrícios” de passados distantes, se somou, no caso de *AM*, num apelo direto à colônia italiana. Um primeiro esforço veio na edição de 5 de outubro de 1935, com a publicação de um artigo em italiano contra a guerra na Etiópia (PATRONATI ITALIANI..., 1935) e, a partir da edição vespertina de 14 de outubro, o jornal passou a trazer diariamente uma coluna intitulada *Agli Italiani* (PEDRINI, 1935).

¹³³ No italiano, *Lega Italiana dei Diritti dell’Uomo* (*LIDU*) (O INIMIGO..., 1935, p. 2).

rebaixados à função de corrupção e dominação” (AE, 1933, p. 2). Tomando os casos de Gino Arias e Massimo Bontempelli, enviados ao Brasil para “fazer a propaganda em favor da política do governo mussoliniano”, o mesmo artigo fala dos “pensadores” (AE, 1933, p. 1) que ganharam proeminência na Itália, qualificando-os como fraudulentos e oportunistas. O fascismo teria rebaixado a intelectualidade italiana a tal nível, que “[...] ser acadêmico na Itália nada significa. Qualquer analfabeto, desde que seja fascista, pode ser membro da Academia da Itália” (AE, 1933, p. 2). Arias seria conhecido como “o falsificador da estatística”, além de ter sido o autor do “manual de polícia anti-operária que é a *Carta del Lavoro*”, enquanto Bontempelli se trataria de um ex-antifascista que, percebendo que o fascismo havia se consolidado no país, “não podia deixar de vestir a camisa preta” (AE, 1933, p. 2, grifos nossos). A partir dos exemplos dos dois sujeitos que logo chegariam ao Brasil, o autor generaliza: “A *intelligentsia* da Nova Itália é toda assim” (AE, 1933, p. 2, grifos nossos).

O autor então cita diversas instâncias em que o regime fascista italiano teria perseguido figuras intelectuais e artísticas e demonstrado o seu desprezo pela cultura (AE, 1933, p. 2):

Um regime que faz morrer no exílio Gobetti, que faz morrer Gramsci nas galés, que mandou esbofetear Toscanini, que expulsou da cátedra universitária Vito Volterra, que ordenou o incêndio da casa e da biblioteca de Benedetto Croce, que organizou o boicote contra as obras de Roberto Bracco e mandou incendiar dezenas de Universidades Populares e milhares de bibliotecas operárias, não tem o direito de falar em nome do pensamento e da cultura.

Por fim, “AE” encerra conclamando os antifascistas a denunciar a obra destrutiva do fascismo: “[...] é um dever dos homens livres denunciar a manobra jesuítica destes policiais-intelectuais do fascismo” (AE, 1933, p. 2). É interessante notar que, novamente, aparece o elemento da conspiração jesuíta, desta vez vinculada ao envio dos dois “pensadores” (AE, 1933, p. 1) fascistas, Bontempelli e Arias, ao Brasil.

Numa veia semelhante à do misterioso autor que escreveu para *HL* em 1933, Hermes Lima (1935b, p. 3), em coluna de 5 de outubro de 1935 em *AM*, comenta o estado geral das artes e ciências, na Itália fascista:

Depois do fascismo, o movimento literário, científico, na Itália, estancou. Depois do fascismo, a Itália não mais produziu obras de valor em qualquer domínio da atividade intelectual. As inteligências livres fugiram. As que não puderam fugir, foram reduzidas ao silêncio. As que ainda falam, como a de Marconi, é para causar nojo e piedade, tal o acento de servilismo que as desviriliza.

Chama a atenção que, para o autor, após o fascismo ter afastado todo o livre-pensamento do país, sua produção intelectual perdia a sua “virilidade”, citando o exemplo de Guglielmo Marconi, inventor, engenheiro elétrico e co-recipiente do Prêmio Nobel de Física em 1909. Marconi, um prestigiado cientista e conhecido pelo seu trabalho com o rádio, aderiu ao Partido Nacional Fascista ainda em 1923, exerceu a função de Presidente da Academia da Itália e foi membro do Grão-Conselho Fascista, tendo sido um grande apologista do regime e, particularmente, da invasão italiana na Etiópia. Que um intelectual dessa envergadura aderisse de maneira tão entusiasmada ao fascismo, apenas demonstrava o nível de cinismo (como sugere o título da coluna, “O cinismo fascista”) que seria necessário para se submeter às mistificações fascistas. Para H. Lima (1935b, p. 3), seria inconcebível que Marconi pudesse realmente ter convicção a respeito do fascismo, referindo-se à mística de Mussolini em torno da Segunda Guerra Ítalo-Etíope: “E dizer-se que Marconi finge acreditar nisso!”. Convém recordar que a menção a Marconi coincidiu com a sua visita ao Rio de Janeiro no final de setembro de 1935 (MARCONI... 1935a, p. 1), ocasião em que o inventor teria aproveitado para fazer propaganda favorável à Itália no conflito na Etiópia (LIMA, H., 1935b, p. 3). Na mesma página em que se encontra a coluna de H. Lima, há uma reivindicação, por parte de *AM*, pela aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN) contra o visitante italiano, visto que a Constituição brasileira proibiria a propaganda de guerra (MARCONI..., 1935b, p. 3). É interessante a tentativa de se apropriar da LSN, também conhecida como “Lei Monstro” pela esquerda brasileira da época (PRADO, 2019), com o intuito de combater o fascismo, especialmente quando se constatava que a lei não parecia atingir aos “extremismos da direita” da mesma forma com que reprimia a esquerda (MARCONI..., 1935b, p. 3). Sendo assim, esse que era um grande instrumento de repressão da classe trabalhadora brasileira podia entrar para o repertório de armas das quais os antifascistas buscavam se valer.

A retórica dos próprios fascistas acerca da questão da intelectualidade era utilizada como mais uma evidência do seu caráter mistificador, obscurantista e

cínico. Um artigo, traduzido do *New Statesman and Nation* na edição de 22 de agosto de 1933 de *HL*, cita o próprio ministro da propaganda alemão Joseph Goebbels como referência para caracterizar o nazismo como oposto à Revolução Francesa e seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade (A VERDADEIRA..., 1933). A rejeição dos ideais racionais da Revolução, que se opunham à “autoridade e superstição”, estaria na base do anti-intelectualismo nazista (A VERDADEIRA..., 1933, p. 6):

Daí decorre a recrudescência das superstições tais como a superioridade dos homens nórdicos sobre os judeus. Eis porque a Alemanha de hoje persegue o pensamento e a cultura e não reconhece como legítimas senão as virtudes militares.

No entanto, diferente de procurar na retórica dos chefes a explicação para a destruição cultural do fascismo, Christopher Robin, em texto outrora citado, a busca nas atitudes cotidianas da vida no Terceiro *Reich* (ROBIN, 1935a, p. 2, grifos nossos):

[...] as coisas pequenas e leves têm um significado psicológico maior do que a princípio se poderia supor. Através delas se revela muitas vezes o caráter de um povo e a própria psique de um regime. Sobre ela não há cuidado especial, não se exerce controle algum, de sorte que têm a vantagem da espontaneidade, coisa impossível nos atos teatrais, que são minuciosamente estudados e ensaiados, principalmente em um regime de ditadura, como aquele sob que vive a Alemanha de hoje. Nesta enquete, um dos assuntos alvos de minha curiosidade foi a saudação nazista [...] Dizem os antifascistas que é a mão do homem primitivo levantada, mandando parar a cultura. Um operário, com quem palestrei a respeito, disse-me que os que levantam agora um braço são os mesmos que, no “*front*”, durante a guerra, levantavam os dois.¹³⁴

O ato impensado e espontâneo da saudação nazista, que se tornou uma ação corriqueira na mistificação do dia-a-dia promovida pelo fascismo alemão, possuía um significado mais profundo, muito além da mística atribuída a ele pelos chefes. Para Robin (1935a), o gesto era um eco da barbárie contra a cultura e da covardia dos homens nazistas, como se percebe através das caracterizações dos sujeitos com quem o autor conversou. Para os antifascistas, a saudação é como um gesto do “homem primitivo” que quer fazer cessar a atividade cultural, enquanto que, para o operário, ela evoca a covardia daqueles que se renderam durante a Primeira

¹³⁴ Nesse sentido, convém lembrar que as críticas ao Tratado de Versalhes, que assinalou a derrota alemã e impôs pesado ônus econômico e militar ao país, eram partes fundamentais do discurso nazista (EVANS, 2003).

Guerra e que agora voltam a figurar na vida política da Alemanha (ROBIN, 1935a, p. 2).

As críticas ao anti-intelectualismo também podiam tomar uma feição irônica, como na charge publicada em 6 de outubro de 1935, em *AM* (Figura 6) (*AS OBRAS-PRIMAS...*, 1933). Apresentando diferentes modalidades de artes e ofícios, a charge busca exprimir a mentalidade fascista e a realidade social italiana: nas artes gráficas, um camisa-negra é retratado pintando um muro com os dizeres “Viva a guerra [sic]”; nas artes decorativas, estátuas de grandes figuras militares do passado e do presente (como Napoleão e Hitler), devidamente fardadas; no couro lavrado, um trabalhador, perante a uma despensa vazia, faz apertar ainda mais o cinto, para enganar a fome; na arquitetura, um prédio de uma prisão política; na ferraria, tanques de guerra e, na xilogravura, um homem grava um nome numa lápide. Em suma, a grande obra do fascismo italiano seria o culto à guerra e à violência, a morte, a repressão e a fome.

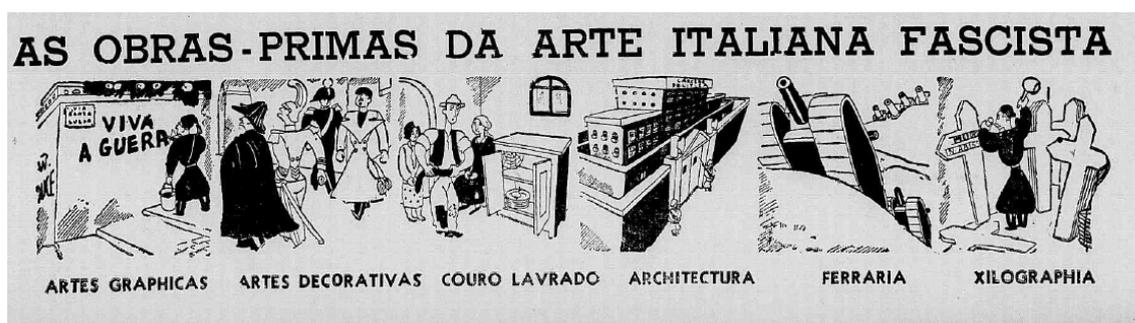


Figura 6 - As obras-primas da arte italiana fascista. *AS OBRAS-PRIMAS...*, 1935, p. 12.

Um manifesto do Clube de Cultura Moderna, publicado em 12 de julho de 1935 em *AM*, corrobora essa visão expressa acima acerca do que seria a obra destrutiva do fascismo na cultura. Com o crescimento do integralismo e o recrudescimento da repressão policial, essa ameaça passava a voltar-se para o Brasil (*CLUBE DE CULTURA MODERNA*, 1935, p. 2):

No momento atual surgem graves ameaças nos horizontes do nosso país. Prepara-se no nosso país, à maneira dos brutais e sanguinários regimes de Hitler e Mussolini, que extirparam e destruíram todas as liberdades e a própria cultura, queimando obras de valor inestimável, encarcerando, matando e expulsando os cientistas, escritores e artistas independentes, uma onda de terror e fascismo, que pretende liquidar, aniquilar completamente nossas rudimentares conquistas no terreno da cultura livre e popular. Também aqui preparam-se fogueiras para queimar as nossas melhores obras, que descrevem o sofrimento das massas populares e são um protesto vivo contra a opressão do nosso povo. Também aqui paira uma ameaça terrível sobre os intelectuais sinceros que fazem causa comum com o povo.

Assim, o anti-intelectualismo e obscurantismo do fascismo era tamanho, que chegava a significar a destruição “[d]a própria cultura” (CLUBE DE CULTURA MODERNA, 1935, p. 2). Com a cultura dizimada, restavam a mistificação e a propaganda fascistas, que buscavam inculcar na cabeça das massas as suas ideias e fomentar uma obediência servil aos poderosos. Decorre disso que se estariam preparando fogueiras para queimar as obras dos “intelectuais sinceros que fazem causa comum com o povo” (CLUBE DE CULTURA MODERNA, 1935, p. 2), num esforço fascista em encobrir a realidade de pobreza do país.

4.2.1 Os “autos-de-fé” do fascismo e a perseguição aos intelectuais

Outro aspecto do obscurantismo e do anti-intelectualismo fascista foi o das queimas de livros em praças públicas, ou autos-de-fé, juntamente com a perseguição à intelectualidade crítica ao fascismo que ocorreu paralelamente a esses eventos. Evidentemente, os relatos desses episódios remetem imediatamente a uma temporalidade passada, especificamente a do período medieval e da época moderna, nos séculos de auge do Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição. Embora esses atos, que remetem a um passado obscuro da humanidade, já fossem suficientes para gerar a perplexidade e a indignação dos antifascistas, a situação se agrava na medida em que as fogueiras eram acesas na digna “civilização” alemã, lar de tantos intelectuais e artistas admirados. Os episódios de queimas de livros foram noticiados e comentados apenas em *HL*, não aparecendo em *AM* senão como eventos já ocorridos num passado mais distante. Isso talvez se explique pelo fato do movimento de queimas de livros na Alemanha ter ocorrido durante o período de ápice da mobilização nazista, numa conjuntura de grande radicalidade política e de um certo nível de espontaneidade das massas fascistas.

As queimas de livros possuem uma história complexa, podendo tomar significados diversos, em diferentes temporalidades. Segundo Fishburn (2008, p. 8, tradução nossa), “a partir do Iluminismo, a queima de livros tornou-se fora de moda”¹³⁵ e grandes episódios desse tipo passaram a ser utilizados como parábolas a respeito dos perigos de se suprimir o conhecimento humano e de cultuar a estupidez, além de ressaltar a futilidade do ato, pois os livros podem ser queimados e os homens podem ser mortos, mas as ideias não o podem ser. Para o autor, essa “dialética intranquila” (FISHBURN, 2008, p. 9, tradução nossa)¹³⁶ entre frivolidade e barbarismo marcou um período em que as fogueiras passaram a ser consideradas ações “anacrônicas ou ‘medievais”.

No caso alemão, as queimas de livros estão conectadas a uma onda de “nazificação” que ocorreu no início do ano de 1933 nas universidades do país, que alterou significativamente a face das instituições de ensino e provocou um declínio do poder dos professores (EVANS, 2003, p. 427). Num raciocínio semelhante ao dos antifascistas que criticavam os critérios que o fascismo italiano tinha ao considerar alguém um “intelectual”, Evans (2003) afirma que reitores e professores foram destituídos e substituídos por figuras cujas credenciais se limitavam a serem membros do partido nazista e a terem o apoio de dirigentes nazistas. Grande parte desse movimento, no entanto, se deu pelas mãos de estudantes da União dos Estudantes Alemães, que atuavam na deposição, na perseguição e no assédio a professores indesejados, além de promover sujeitos que os interessavam. Assim, as ações foram nem verticalizadas, partindo unilateralmente do governo nazista, nem totalmente espontâneas, mas sim um esforço pensado por uma juventude organizada e ligada ao partido nazista.

O dia 10 de maio de 1933 foi o ápice do movimento de queimas de livros na Alemanha nazista, com ações ocorrendo, simultaneamente, em diversas cidades. Apesar do apoio de Goebbels, que discursou em Berlim durante o evento, o protagonismo foi dos estudantes, que queimaram pilhas de livros considerados “antigermânicos”, principalmente de autores de origem judaica e/ou orientação liberal, socialista ou pacifista como Emil Ludwig, Karl Marx, Heinrich Mann e Erich Maria Remarque. O ato tinha um sentido simbólico, com os nazistas pretendendo

¹³⁵ No original: “With the Enlightenment, book burning became unfashionable”.

¹³⁶ No original: “[...] uneasy dialectic” e “[...] anachronistic or ‘medieval”.

queimar o suposto passado liberal, “antigermânico” e “judaico-subversivo” encarnado pela República de Weimar (EVANS, 2003).

O episódio teve uma repercussão internacional negativa¹³⁷ e chamou muito a atenção de antifascistas brasileiros desde a primeira edição de *HL*. Sua primeira edição, que data de 27 de maio de 1933, ou seja, apenas 17 dias após o episódio na Alemanha, traz, no formato de um telegrama expedido no dia 20 de maio em Berlim, uma nota tímida sobre o acontecimento. No ato, “que lembra os autos-de-fé da Inquisição” teriam sido queimadas cerca de 20 mil obras, sob a expectância de mais de 15 mil estudantes (COMO..., 1933, p. 3). Já a edição de 6 de junho traz um relato mais detalhado, na forma da tradução de um artigo publicado pelo jornal *Le Temps*, da França, com o comentário de “BB”, que assina o texto. Ali são destacadas a grande organização por trás das queimas, o papel dos estudantes hitleristas, o regozijo das massas que assistiam e o apoio de Goebbels à ação, reproduzindo parte do seu discurso de “boçalidades autênticas” (BB, 1933, p. 2):

A hora do intelectualismo passou. O triunfo da revolução alemã libertou a rua. Esta revolução não veio de cima, mas de baixo. Não foi ditada, foi o povo que a quis. É, em toda a extensão da palavra, a realização da vontade popular. As revoluções, quando de verdade, não param em parte nenhuma; as revoluções são a manifestação de ideias novas; devem abranger todos os domínios da vida pública.

Exaltando a “revolução” nazista e decretando o fim da “hora do intelectualismo”, a fala de Goebbels confere às queimas de livros um sentido inaugural e um *status* de mito fundador da nova era que o nazismo inaugurava. Essa nova era, para o jornal francês, nascia de uma “monstruosidade, digna dos antepassados dos alemães que habitavam as florestas, antes de Cristo” (BB, 1933, p. 2). Essa breve passagem denota a presença da já abordada comparação entre o fascismo e os bárbaros de outrora e se soma à noção de que a Europa, ápice da civilização humana, teria se horrorizado com o que ocorria na Alemanha: “[...] é enorme, em toda a Europa civilizada, mormente entre os povos escandinavos, a indignação contra essa ressurreição do espírito dos vândalos, depois de tantos séculos de sofrimento em prol da cultura humana” (BB, 1933, p. 2).

Na edição de 8 de julho de 1933, é dada uma visão geral dos escritores, cientistas e artistas cujas obras foram jogadas às “fogueiras inquisitoriais” pelas mãos dos “torquemadas hitlerianos” e inseridas no “*index*” da Alemanha nazista (NA

¹³⁷ Segundo Fishburn (2008), a reação da imprensa internacional foi de indignação e condenação comedidas, pontuadas também por um olhar condescendente para com os atos.

ALEMANHA..., 1933, p. 8). Após breve análise sobre as trajetórias desses autores, o artigo traz uma conclusão a respeito do caráter obscurantista do fascismo alemão: “Sob o 3º Reich todos os espíritos livres estão no banco dos acusados. A exemplo da Idade Média, o fascismo não tolera senão uma opinião” (NA ALEMANHA..., 1933, p. 8). Ainda num sentido de denúncia do tratamento de intelectuais pelo nazismo, a edição de 2 de setembro de 1933 traz a tradução do texto do periódico alemão *Berliner Boersen Zeitung*, que fala sobre Thomas Mann, Heinrich Mann, Ludwig, Zweig e Remarque, cujos nomes e obras figuravam nas listas de livros proibidos e queimados (OS MAIORES..., 1933, p. 3). O artigo traz breves análises sobre a trajetória e as obras de cada autor, numa leitura que critica o seu pacifismo, liberalismo e suas origens judaicas. A reprodução do texto, contraditório às intenções do jornal, serve para ilustrar o absurdo dos argumentos fascistas acerca da questão da cultura, demonstrando uma perplexidade com o desprezo que o nazismo tinha para com figuras de grande prestígio internacional. A atitude persecutória em relação aos intelectuais (especialmente os de origem judaica) podia levar à denúncia também da hipocrisia fascista. Um texto, publicado na primeira edição de *HL* e assinado por “HH”, sugere ironicamente que, caso os nazistas levassem o seu discurso obscurantista e antissemita às suas últimas consequências, nem mesmo Goethe se salvaria, citando passagens de sua obra que revelariam um conteúdo que poderia ser interpretado como “judeu” e “comunista” (HH, 1933, p. 4). Outra charge (Figura 7) vai ainda mais além, retratando um membro do Partido Nazista em frente a vitrines e portas de lojas interditas, segurando um porrete e portando uma placa com os dizeres: “Empresas judaicas interditas: Moisés, Josué, Jesus, São Paulo, Spinoza, Marx, Lassalle, Einstein” (NO III..., 1933, p. 1, tradução nossa).¹³⁸ Ao colocar na mesma categoria profetas e figuras centrais do cristianismo, filósofos e cientistas, a charge é mais uma sugestão hiperbólica das consequências do raciocínio antissemita do nazismo.

¹³⁸ No original: “Entreprises Juives Interdites: Moise, Josué, Jesus, St. Paul, Spinoza, Marx, Lassalle, Einstein”.



Figura 7 - No III Reich. NO III..., 1933, p. 1.

HL também procurou mostrar que não apenas os professores e/ou pesquisadores sofriam perseguição nos meios universitários, noticiando episódios de prisões de estudantes e instâncias em que os alunos sofriam pressão para denunciar colegas. O caso da prisão de 60 estudantes por propaganda antifascista em Roma seria, inclusive, uma prova concreta da fragilidade teórica do fascismo, visto que seria uma evidência da presença da luta de classes na Itália num estágio “que não encontra paralelo em nenhuma época histórica” (QUANDO..., 1933, p. 4).¹³⁹ Já na Alemanha, cada estudante também sofria pressão, por parte do Estado, para entregar os seus colegas que fossem comunistas, assumindo o papel de um espião, “o ser mais baixo e desprezível entre todos os seres” (OS ESTUDANTES..., 1933, p. 4).

As denúncias do fascismo que *HL* fazia chegaram a chamar a atenção do jornal *Deutscher Morgen*, veículo do Partido Nazista no Brasil, que teria classificado a publicação antifascista como “obra de judeus e naturalmente do ‘bolchevismo’” (PROVOCAÇÃO..., 1933, p. 1). A autodefesa de *HL* buscou evidenciar mais uma vez o anti-intelectualismo fascista, argumentando que não era preciso ser judeu e/ou bolchevique (os dois alvos principais da propaganda nazista) para ser antifascista, a exemplo do que ocorria na própria Alemanha, em que intelectuais que criticavam o

¹³⁹ Essa questão será abordada mais a fundo posteriormente, quando a questão da mistificação da filosofia fascista for tratada.

regime sofriam perseguição, mesmo sem serem judeus ou comunistas (PROVOCAÇÃO..., 1933, p. 1).¹⁴⁰

Por fim, existe um último elemento acerca da questão das perseguições e das queimas de livros, que se expressa, principalmente, através de charges e que sintetiza o horror que os atos fascistas suscitaram nos antifascistas. Em diversas instâncias ([Sem título], 1933a; GROSZ, 1933; [Sem título], 1933c), os autos-de-fé do fascismo são retratados como grandes bacanais profanos, verdadeiras orgias do obscurantismo, nas quais os seguidores de Hitler satisfaziam seus desejos mais sórdidos de destruição. O primeiro exemplo (Figura 8) mostra Charles Chaplin (“Carlito”) imaginando Hitler que, vestido tal qual Napoleão assiste à uma fogueira em que se queimam livros (S./t., 1933a). É possível interpretar que o retrato de Hitler como Bonaparte seja uma referência à pretensão pessoal de grandeza e egocentrismo do líder nazista. Ademais, a presença de dois militares ao lado do *Führer*, um deles muito semelhante a Otto von Bismarck e ambos com trajes típicos do século XIX, somada à já mencionada feição napoleônica de Hitler, sugerem uma crítica ao expansionismo nazista, que evoca tanto o passado das Guerras Napoleônicas, quanto o militarismo prussiano que foi instrumental na unificação do Estado alemão.¹⁴¹



Figura 8 - Carlitos. [Sem título], 1933a, p. 1.

¹⁴⁰ A mesma edição noticia que o jornal teve que buscar outra tipografia para ser impresso, em virtude do medo que o proprietário da empresa passou a ter de um boicote de seu negócio, por parte de nazistas (FOI..., 1933, p. 1).

¹⁴¹ Fishburn (2008), que atribui a autoria da charge referida ao cartunista inglês Sidney Strube, apresenta sobre esta uma breve interpretação alternativa. Para o autor, a charge retrata o simbolismo das queimas de livros como um sinal de estupidez nazista, e não como a expressão de um grande ameaça (FISHBURN, 2008).

queimar o maior número de livros possíveis (S./t., 1933c). No fundo, um grande número de pessoas assiste ao espetáculo enquanto uma figura semelhante a Nero (provavelmente Hitler representado dessa forma) aponta para a grande fogueira. Do Hitler que toca fogo no próprio país, até o cidadão comum que é recompensado pela sua ignorância e cruzeza, a charge busca demonstrar como o fascismo procurava no passado aquilo que havia de mais retrógrado nele, a fim de criar uma sociedade de pessoas manipuladas e alienadas, em que o livre-pensamento e a razão cediam espaço para a barbárie.

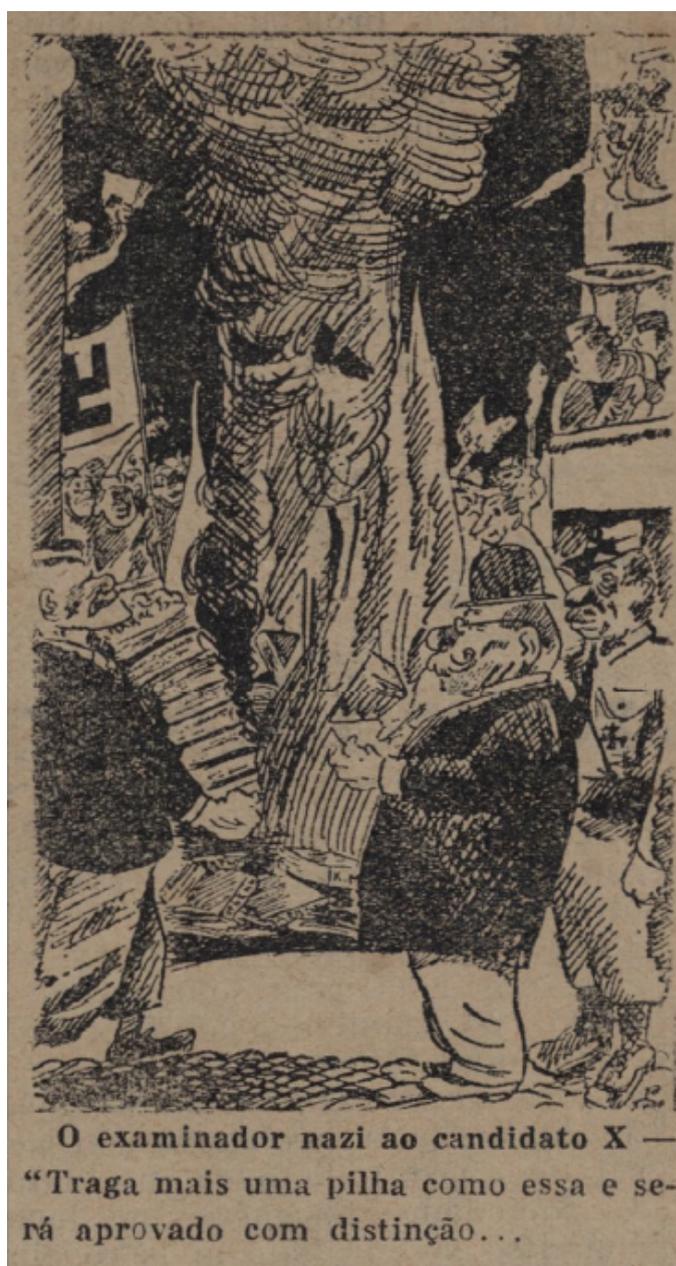


Figura 10 - Queimas de livros. [Sem título], 1933c, p. 1.

4.3 Censura, cerceamento da liberdade de pensamento e bestialização das massas

Outro elemento central das críticas antifascistas ao obscurantismo do fascismo era o da censura. Por óbvio, esse eixo tem fortes ligações com os já abordados episódios de queimas de livros, de perseguição a intelectuais e, de maneira geral, com a noção de que o ascenso do fascismo teria significado um retrocesso cultural na Itália e na Alemanha. No entanto, os jornais antifascistas identificaram na censura também a manifestação de um ponto fraco dos regimes fascistas, que dela se valiam para ocultar suas deficiências, na medida em que silenciavam as vozes que demonstravam o quão mistificadora era a sua propaganda. A censura aparece então como uma reação de quem teme o contraditório e as vozes da razão, a solução truculenta para os problemas que realmente existiam nos países fascistas e para os quais os regimes não tinham uma solução concreta.

Na construção conceitual do fascismo na imprensa antifascista, a censura cumpria um papel muito importante para a sua propaganda e mistificação, impedindo que as massas tivessem acesso “ao que realmente acontecia”. Lançando mão desse expediente, os regimes podiam construir com mais facilidade os seus mitos de grandeza e de vultosos crescimentos econômicos, que eram propagandeados no mundo todo. Segundo um artigo publicado em 24 de junho de 1933 em *HL*, um dos meios para controlar a circulação de informações seria minar a liberdade de imprensa, o que teria sido feito na Alemanha através da eleição para presidente da Federação de Imprensa Berlinense do capitão Wilhelm Weiss, diretor do *Völkischer Beobachter*, órgão do Partido Nazista (LIBERDADE..., 1933). A nova diretoria da organização estaria agora promovendo a expulsão “de todos os membros considerados inimigos da Alemanha Nacional” (LIBERDADE..., 1933, p. 1):

É o processo de fascistização da imprensa, copiado servilmente ao regime de Mussolini, prendendo aos cordéis da direção do partido que está no poder, todos os elementos dos órgãos de opinião, transformando a liberdade de imprensa no papel carbono das ordens emanadas do governo.

O artigo conclui provocando os jornalistas e proprietários de jornais brasileiros que diziam defender a liberdade de imprensa, mas que faziam elogios aos regimes

fascistas diuturnamente em suas páginas (LIBERDADE..., 1933, p. 1). A mesma edição de *HL* traz um breve artigo, traduzido do jornal suíço *Rundschau*, sobre o que seria um grande encobrimento da real situação econômica alemã (A ECONOMIA..., 1933, p. 2). Ao contrário do que noticiava a “imprensa unificada” (A ECONOMIA..., 1933, p. 2), referindo-se às práticas de cerceamento iniciadas na Itália fascista, haveria um grande burburinho na Alemanha a respeito da iminente crise econômica, que era ocultada pelos dados falsos que o regime permitia publicar. Um exemplo concreto desse problema foi explorado na edição de 22 de agosto de 1933 de *HL*, através de mais um artigo traduzido do *Rundschau*, que busca em dados alternativos, como os balanços dos grandes bancos alemães, as estatísticas que dão conta da real situação econômica do país. Nesse sentido, os números publicadas pelo regime nazista, que estariam sendo submetidos ao Ministério da Propaganda, seriam inutilizáveis “para o estudo da situação real”, que seriam de fraca atividade econômica e de amplo desemprego (A SITUAÇÃO..., 1933, p. 5). Outra medida fundamental para o ocultamento de notícias “inoportunas” ao fascismo seria a censura do que vem de fora, como relata *HL* em artigo de 2 de setembro de 1933, informando que 254 jornais estrangeiros teriam sido proibidos de entrar na Alemanha (254 JORNAIS..., 1933, p. 5).

A censura também se relacionava à questão mais geral de falta de liberdades que caracterizava o fascismo e a própria palavra “liberdade” era objeto de disputas, como se vê em coluna anônima de 25 de outubro de 1935, em *AM* (A “LIBERDADE”..., 1935, p. 3). O texto critica o uso do vocábulo, por parte dos fascistas italianos, para dar significado à sua vitória na guerra contra a Etiópia: “esta palavra liberdade vinda de Roma soa como um escárnio à face da civilização” (A “LIBERDADE”..., 1935, p. 3). Esse “escárnio” seria decorrente do clima de censura, repressão e perseguição vigente no país: “Na Itália fascista, não há vozes livres, não há opinião pública, não jornais independentes. As catedrais, as tribunas, todos os instrumentos da liberdade foram confiscados ao povo pelo terror fascista” (A “LIBERDADE”..., 1935, p. 3). A esse quadro se somava agora o fechamento da revista *Riforma Sociale*, órgão “rigorosamente objetivo e neutro, sem a mais leve sombra de propaganda ou cor política” (A “LIBERDADE”..., 1935, p. 3), em mais uma expressão da intolerância do fascismo com qualquer órgão que não se prestasse a reproduzir sua propaganda.

O conceito de “liberdade” também atraiu o interesse do aliancista H. Lima (1935c, p. 3), que dedicou uma coluna inteira à questão, em 18 de outubro de 1935. Para o autor, o fascismo opera com a supressão das liberdades em função de que precisa que o povo não seja capaz de pensar livremente, pois, do contrário, seu pensamento naturalmente iria pender para a imaginação de um mundo muito diferente da distopia fascista (LIMA, H., 1935c, p. 3). Afinal (LIMA, H., 1935c, p. 3),

[...] ao contrário do que dizem, as liberdades, em vez de atirar os homens à anarquia, os conduzem a essa mobilização universal de forças para as grandes ações sociais necessárias à superação do regime capitalista pela socialização dos meios de produção. Estamos numa época em que, por força das condições de existência, o caminho das liberdades leva-nos necessariamente à reconstrução da sociedade.

H. Lima (1935c) apresenta um raciocínio baseado no materialismo dialético, que diferencia um conceito abstrato de “liberdade” da concretude que a noção plural de “liberdades” como instrumentos de luta representa. Em essência, pode-se concluir que “as liberdades” levariam, necessariamente, ao socialismo, ou seja, “à reconstrução da sociedade” com base na “superação do regime capitalista pela socialização dos meios de produção” (LIMA, H., 1935c, p. 3). É importante ressaltar que a opinião de H. Lima não corresponde aos propósitos da ANL, por mais que uma argumentação dessas pudesse ser utilizada de maneira oportunista para implicar uma orientação comunista à organização. Da mesma forma, não entra em contradição com a estratégia revolucionária “por etapas” que o PCB defendia, ao colocar a tomada dos meios de produção como algo que está numa temporalidade futura e indefinida. No entanto, tampouco H. Lima foi ligado ao PCB, permanecendo um intelectual com trânsito entre tenentismo, social-democracia e, posteriormente, trabalhismo.

É importante pontuar que a coluna de H. Lima foi publicada num contexto posterior ao fechamento da ANL, ocorrido em julho de 1935, com base na LSN (VIANNA, M., 1992). Em setembro daquele ano, *AM* noticiou a formação da Frente Popular pela Liberdade (FPL), que trazia um forte caráter de denúncia à supressão dos direitos de reunião e associação e, num sentido geral, a um governo que ia “fascistizando-se a olhos vistos” (“ASSIM...”, 1935, p. 7). A organização visava agrupar “todos aqueles que querem a democracia na sua acepção de asseguradora das liberdades, na sua essência de regime exercido pela vontade do povo, liberal e efetivo” (“ASSIM...”, 1935, p. 7). Além disso, o manifesto da FPL, publicado em 10 de

novembro de 1935, é bastante elucidativo acerca do caráter internacional do fascismo e do seu regime de supressão das liberdades democráticas (A FRENTE..., 1935, p. 1):

Fascismo, quer seja italiano, quer seja alemão, quer seja 'Plinesco', é sempre isto: o aniquilamento das liberdades, a redução dos trabalhadores à mais afrontosa das misérias, para a satisfação de plutocratas financiadores dos movimentos fascistas.

O cerceamento das liberdades que o fascismo ameaçava impor no Brasil já era uma realidade em Portugal, sendo a ditadura de Salazar uma das “três ditaduras” irmãs, para P. Ferreira da Silva (1935, p. 3): “Itália de Mussolini, Alemanha de Hitler e Portugal de Salazar, eis três ditaduras distintas e um só inimigo comum: o fascismo”. O salazarismo teria sido responsável por um regime de terror, censura, supressão das liberdades democráticas e de repressão à classe trabalhadora, o que o aproximava do fascismo. E afirma (SILVA, P., 1935, p. 3):

O fascismo, sendo um fenômeno geral de reação anti-liberal e anti-popular, uma tática violenta e desesperada do regime capitalista em face da crescente onda das massas esclarecidas, tomou em cada país a forma adequada ao ambiente. Aqui mais descoberto, ali mais disfarçado, é sempre o mesmo inimigo do povo e da liberdade, é sempre o monstro ameaçador, absorvente, odioso, desafiando todas as forças da inteligência e da civilização.

Portanto, para o autor, o fascismo surgiu como uma solução radical para o “problema” da tomada de consciência das massas e assim, por óbvio, precisava lançar mão da censura e do obscurantismo. O caráter reacionário do fascismo era o que o fazia ter feições internacionais, não sendo um fenômeno circunscrito à Itália ou Alemanha, mas sim um movimento próprio ao estágio de desenvolvimento da consciência popular. Apesar da sua internacionalização, P. Silva admite que o fascismo pudesse assumir formas ligeiramente diferentes (ou mesmo encobertas) em países diferentes, o que não o impede de ser sempre um inimigo feroz dos valores progressistas. Por fim, chama atenção o apelo que o autor faz para que não se deixe de chamar a ditadura portuguesa de fascista (SILVA, P., 1935, p. 3):

Ninguém tenha o receio de apontar o mal, em qualquer parte que ele se encontre. Não se poupe, à sombra de razões incompreensíveis, um reduto do fascismo internacional. Em Portugal há uma ditadura odiosa, que não fica a dever nada às suas irmãs europeias. Ela tem de desaparecer diante da ofensiva mundial contra o fascismo, em nome da Revolução e da Humanidade.¹⁴²

Para além do cerceamento das liberdades, a censura fascista e o silenciamento de vozes dissonantes afetaria o próprio dia-a-dia da população, que se encontraria em estado taciturno, fosse por não ter “coisa alguma a dizer”, ou para “não sofrer amolações” (SILÊNCIO..., 1933, p. 3). Esse último grupo seria formado por pessoas “que não possuem” ou “não mais possuem um temperamento fascista” (SILÊNCIO..., 1933, p. 3), referindo-se aos ex-camisas-pretas que se mantinham calados por intimidação. O relato de um viajante à Itália, publicado em 14 de dezembro de 1933 em *HL*, corrobora essa noção do silêncio baixo o fascismo, retratando a população local como quieta, receosa e praticante da autocensura (LÚCIFER, 1933, p. 2):

[...] senti a atmosfera da inquisição fascista. Não se discute sobre coisa alguma que se relacione de qualquer maneira com a política e com os problemas sociais. Silêncio sepulcral sobre qualquer questão de caráter geral, como se elas a ninguém interessassem. É um pouco da atmosfera das prisões que a pátria manda girar pelo mundo! Ninguém ignora que nos pacotes de italianos o serviço de espionagem é ativo e por isso todos se portam como é devido.

Ironicamente, a censura podia voltar-se também à própria militância fascista, como no caso de um membro do partido nazista que teria sido preso e acusado de “rebelião contra a autoridade do Estado” por criticar Hitler publicamente (PRESO..., 1935, p. 3). Na notícia, reproduzida da agência *Havas* por *AM* em 1º de junho de 1935, é revelada a identidade do “rebelde”: o jornalista Frederich Herzog, redator-chefe de um jornal de Berlim e membro do Partido Nazista, o que demonstra que mesmo figuras proeminentes do fascismo estavam sujeitas à censura. As práticas da Alemanha nazista estariam fazendo escola mesmo no Brasil, na medida em que os integralistas que contestassem seus chefes estariam sendo agredidos durante as reuniões. Um caso desse tipo foi registrado por *AM* em 7 de junho de 1935, em artigo que conta a história de um integralista idoso que teria sido agredido após um tumulto causado por questionamentos de milicianos a um chefe (O

¹⁴² Antes mesmo de 1935, já é possível encontrar em *HL* o relato de um viajante que passou por Portugal e que teria observado o caráter repressivo da ditadura salazarista, embora não o fizesse classificando-a como “fascista” (FERRAZ, 1933).

MILICIANO..., 1935, p. 2). Segundo o artigo, durante as reuniões integralistas “[o] soldado do sigma perde ali o direito de pensar e é obrigado a obedecer cegamente aos seus superiores hierárquicos” (O MILICIANO..., 1935, p. 2).

O retrato da militância nazista (e, em certa medida, da população alemã) é a de seres robotizados, que sofreram lavagem cerebral para apenas seguir as ordens do seu grande mestre. Nessa representação, violências, arbitrariedades e todo tipo de absurdo pitoresco são normais para as pessoas envolvidas, tamanho o nível de embrutecimento por que passaram. Um bom exemplo da cotidianidade dos absurdos arbitrários e obscurantistas no nazismo está numa pequena nota, de autoria de Christopher Robin, publicada no dia 27 de setembro de 1935 em *AM* (ROBIN, 1935b). O autor relata o caso de um membro da *Sturmabteilung* (SA) que foi condenado a seis semanas de prisão por referir-se a Hitler como “Adolf”. Num sentido semelhante ao que Robin já havia observado anteriormente a respeito das “coisas pequenas e leves” (ROBIN, 1935a, p. 2), mas reveladoras de significados profundos, o autor comenta (ROBIN, 1935b, p. 2, grifos nossos):

A vida nazista é cheia de pequenos episódios, que já estão transformando este país, outrora chamado dos “poetas e pensadores”, em uma pequena Bizâncio, dominada, em certos círculos de intelectualidade fraca, pelo mais hierático dos misticismos, em torno da figura intangível do “chefe”, ou seja, do “*Führer*”.

Esse pequeno trecho carrega diversos elementos discursivos da caracterização do obscurantismo fascista que tem sido vista até agora: o lamento acerca da perda do *status* intelectual da Alemanha, sob o fascismo, a comparação a uma temporalidade distinta e supostamente superada (neste caso, a Bizâncio), ligada também à crítica à mistificação religiosa e ao anti-intelectualismo. O dogmatismo em torno da figura - e do nome - de Hitler por si só já rende comparações a temporalidades diferentes: “Não é só entre os selvagens que os nomes sagrados são tabu” (ROBIN, 1935b, p. 2).¹⁴³

¹⁴³ Aparece haver uma contradição no discurso encontrado em *AM*, que criticava o culto à personalidade dos líderes no fascismo, mas praticava algo muito semelhante em torno de Luís Carlos Prestes. São diversos os exemplos em que as figuras do “Cavaleiro da Esperança” e da “Coluna Invicta” eram evocadas, com contornos heróicos e míticos, em nome das mobilizações aliancistas (A ALIANÇA..., 1935; LUIZ..., 1935; DESAGRAVANDO..., 1935). No entanto, é importante pontuar que isso não significa um ponto de aproximação entre ANL e fascismo, especialmente ao se considerar a impossibilidade de comparar o que os fascismos faziam, em termos de promoção de um culto à personalidade de suas lideranças a partir do próprio Estado, com a confiança e a esperança na capacidade revolucionária de Luís Carlos Prestes.

Outro exemplo de situações cotidianas e mundanas que encobrem questões profundas foi explorado através de uma charge (Figura 11), publicada em *HL* em 8 de julho de 1933 (*HOMENAGEM...*, 1933). Hitler é retratado ao lado de um miliciano, enquanto faz uma homenagem (através de uma coroa de flores em formato de suástica) no “túmulo do Soldado Alemão desconhecido” (*HOMENAGEM...*, 1933, p. 4). O súdito levanta um questionamento: e se o soldado em questão for judeu? A pergunta é, ao mesmo tempo, estúpida, pois manifesta o obscurantismo fascista, e extremamente astuta: aborda diretamente um ponto fundamental para o discurso nazista, que é o antissemitismo e a classificação do judeu como o grande inimigo da nação alemã. O fato de não haver uma resposta de Hitler, nesse exercício imaginativo de uma situação insólita, já evidencia uma lacuna na retórica que o próprio *Führer* devia conhecer.



Figura 11 - Homenagem impensada. *HOMENAGEM...*, 1933, p. 4.

O processo de embrutecimento dos homens sob o fascismo também estava presente no integralismo, sendo os camisas-verdes caracterizados como “autômatos e não homens”, na visão dos seus chefes, e proibidos de ler notícias sobre o movimento sem a anuência prévia de uma liderança (O “CHEFE...”, 1935, p. 3). Além do inerente anti-intelectualismo fascista, essa atitude para com os milicianos era também evidência do medo que Plínio Salgado estaria sentindo com a onda de deserções e questionamentos que fervilhavam na base integralista, perante à desmoralização que o *sigma* vinha sofrendo publicamente. Assim, o clima de extrema censura seria um meio dos chefes integralistas de manter o controle sobre sua base, “desmentindo” as falsas notícias que circulavam (O “CHEFE...”, 1935, p. 3).¹⁴⁴

Diversos exemplos, que contemplam as dimensões que a censura podia ter sob o fascismo, foram abordados até então. No entanto, existe um episódio em particular que permite sintetizar a compreensão antifascista desse tema, tamanha a eloquência com que os jornais articulam o discurso em torno dele. É o caso da prisão de 40 escritores da revista liberal italiana *La Cultura*, noticiado por *AM* em 5 de junho de 1935 através de uma notícia da agência *Havas* (JÁ INSEGURO..., 1935, p. 2). O artigo recebeu o título de *Já inseguro, Mussolini desencadeia nova onda de terror!*, numa ação de ressignificação do texto original, através de uma titulação alternativa (JÁ INSEGURO..., 1935). Também chama atenção o motivo que levou à prisão dos liberais de Turim, que ocorreu após *La Cultura* ter publicado um artigo que criticava as comparações entre Mussolini e Júlio César, o que remete à já abordada apropriação de um passado idealizado e revela um assunto obviamente sensível para o fascismo italiano. Em sua coluna na edição seguinte de *AM*, Álvaro Moreyra escreveu sobre esse mesmo episódio das prisões, iniciando sua reflexão falando de Maquiavel, num caso ocorrido há mais de 400 anos (MOREYRA, 1935, p. 3):

¹⁴⁴ O jornal *AM* faz diversos apelos à base integralista, visando dialogar com aqueles combatentes honestos e sinceros, mas que ainda não haviam percebido a hipocrisia do discurso anti-imperialista das suas lideranças e, no geral, da tapeação que o integralismo significava (NUM VERGONHOSO..., 1935; EXPLICANDO..., 1935a; EXPLICANDO..., 1935c).

No dia 10 de junho de 1527, enquanto os conselheiros de Florença discutiam a nomeação de Maquiavel para secretário da República, houve uma gritaria danada: - Não devemos confiar em Maquiavel! É um intelectual. - Abaixo os intelectuais! - Onde se achava quando combatíamos? Que venha mostrar as cicatrizes! Nós nos arriscamos! Ele ficou no lugar seguro! - Na taverna! - Pior, na biblioteca, lendo manuscritos antigos! - Abaixo os filósofos! Maquiavel não foi nomeado. Teve 12 votos a favor, e 555 contra. Há mais de quatrocentos anos...

Uma interpretação possível desse trecho é da aproximação entre a mentalidade fascista, que persegue intelectuais e não lhes confere um papel relevante na sua organização social, à mentalidade dos conselheiros da república florentina de 400 anos atrás, que desprezaram uma figura tão ilustre como teria sido Maquiavel. Mais de quatro séculos depois, a História se repete. Retornando à questão da apropriação do passado, Moreyra continua (1935, p. 3):

Repetirão os positivistas que o Mestre não se enganou: “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos”. Pois o Mestre dos positivistas se enganou. Pôs no princípio o que precisava pôr no fim. A verdade é que os mortos são sempre, e cada vez mais, governados pelos vivos. O resto, é coincidência.

Buscando inverter a frase de Auguste Comte, que carrega em si a noção de que o passado influencia sempre o presente, Moreyra aponta que a História é constantemente (e cada vez mais) reescrita de acordo com os interesses do presente. Daí que o fascismo tenha se incomodado tanto com a crítica às comparações indevidas entre Mussolini e Júlio César, este último o morto cuja feição simbólica é moldada agora à expressão do líder fascista. Moreyra, após abordar o argumento do artigo polêmico de *La Cultura*, reflete sobre as declarações que levaram seus autores para a prisão (1935, p. 3):

E levaram, diante das provas de que Júlio César e Mussolini são iguais. O vivo é a reencarnação do morto. O passado ressurgido no presente. Por ordem do Duce. Ordem sem controvérsia, que os jornais, os livros, os discursos meteram, pelos olhos e pelos ouvidos, na cabeça da população proibida de raciocinar. E Júlio César não protestou. O tirano da velha Roma não fala na Roma nova. Morto é governado pelo vivo! É, o que o vivo declara que é. Faz, o que o vivo declara que faz. À sua imagem e semelhança.

Assim, o fascismo buscava construir um mito em torno de si, para o qual a comparação com uma figura forte e ilustre do passado, como Júlio César, era fundamental. A construção dessa mitologia envolvia a constante propaganda “na cabeça da população proibida de raciocinar” (MOREYRA, 1935, p. 3). Ademais, como é próprio de quem está morto há muitos séculos, Júlio César não pode fazer

nada para se defender das comparações com o *Duce* fascista ou tecer quaisquer considerações sobre o estado da “Roma nova” da década de 1930 (MOREYRA 1935, p. 3). Voltando a Maquiavel, Moreyra conclui (1935, p. 3):

Uma tarde, andando e cismando por entre os ciprestes toscanos, Maquiavel chegou à esplanada mais alta, e viu, longo tempo, lá de cima, a terra que tanto amava [...] Então, como se botasse um epitáfio no ar, murmurou: “Querida e suja Itália...”

Essa coluna é um exemplo emblemático de como se podia caracterizar o fascismo, a partir de sua face obscurantista e anti-intelectual. A fim de dar cabo à construção de um mito em torno de Mussolini, o fascismo precisava erradicar o livre-pensamento no seu país, substituindo-o com a propaganda estatal. A fim de se apropriar de uma figura como a de Júlio César, que representava força, genialidade e grandeza, seria necessário antes censurar e mesmo extirpar do convívio social (num sentido propriamente físico, dado o encarceramento dos intelectuais de *La Cultura*) aqueles capazes e dispostos a fazer o que essa figura tão simbólica do antigo Império Romano, morta há quase dois milênios, era incapaz de fazer: defender-se das comparações consideradas impróprias.

Um episódio como o da prisão dos intelectuais de Turim foi mobilizado por *AM* como um exemplo, entre outros, de rachaduras que se observavam nos prédios pretensamente monolíticos do fascismo, demonstrando que havia sim resistência no seu interior. A despeito do que a propaganda fascista buscava mostrar, retratando países unificados, em que todos tinham uma só opinião, os conflitos não só continuavam ocorrendo, como se intensificaram.¹⁴⁵ Por fim, uma anedota, publicada em 2 de junho de 1933 em *HL*, relata o que seria o caso de um socialista austríaco que enviou uma carta à sua família na Alemanha, pedindo-lhes notícias (O ESPÍRITO..., 1933). A resposta recebida sintetiza o que seria o espírito da censura sob o fascismo, que recebe ares tragicômicos (O ESPÍRITO..., 1933, p. 5): “Tudo vai na melhor maneira possível. A situação econômica é satisfatória. As histórias relativas a atrocidades não passam de lendas. O tio Fritz, que era de opinião contrária, acaba de falecer. Afetuosamente, Hans.”

¹⁴⁵ São muitos os exemplos em que os jornais “refutaram” a propaganda fascista a respeito da suposta prosperidade dos países. A construção discursiva em torno desses casos será analisada posteriormente, quando será falado sobre a desmistificação do fascismo.

4.4 Fascismo como movimento de indigentes culturais

Anteriormente, já foi abordada a questão da mistificação como peça-chave, ao lado do obscurantismo, para compreender como os antifascistas da FUA e da ANL construíram uma conceitualização do fascismo. Agora esse ponto será abordado mais detidamente, separando a mistificação do obscurantismo apenas no sentido de que expressa uma preocupação diferente, que é a do exame da teoria que baseia o fascismo, a busca por compreender, num sentido quase-científico, o inimigo que se combate. Tanto em decorrência dessas explorações, como por fins estratégicos de desmoralização do adversário, é bastante pontuada nos jornais antifascistas a pobreza intelectual do pensamento fascista e a indigência moral e intelectual de seus porta-vozes.

Um bom exemplo da caracterização do fascismo como uma doutrina de “misticismo” está no texto publicado sob o pseudônimo de “Spectator”, na edição de 5 de novembro de 1933 de *HL* (SPECTATOR, 1933, p. 2). Analisando um texto de Pierre Gêrome, o autor conclui que “os fascistas praticam crimes contra a mesma que é razão, que é tolerância, que é relativismo. Eles, em lugar da razão, invocam o misticismo” (SPECTATOR, 1933, p. 2). As figuras de Mussolini e Hitler são ironizadas pela sua pouca aptidão ao pensamento racional, com destaque para a análise de uma passagem da obra do *Duce* italiano (SPECTATOR, 1933, p. 2):

Procurando uma definição para o fascismo, definição que deve contentar muitos fascistas, escreveu esta coisa incompreensível a todos que usam da razão. “O fascismo é a síntese e unidade de todos os valores” [...] Todo o dogmático acredita que no seu modo de entender as coisas, se encontre a “síntese e unidade de todos os valores” e todas as virtudes. Quando os homens deixam de apreciar a razão, para se contentarem com a mística, é preciso ter cuidado...

A ironia e a desmoralização das grandes figuras do fascismo, ao mesmo tempo em que divertia e empoderava a militância antifascista, servia de alerta acerca dos perigos para a humanidade do abandono da racionalidade. A incompatibilidade entre fascismo e brilhantismo intelectual se observava também no comportamento de artistas e escritores autodeclarados fascistas. Já foi abordada anteriormente como as figuras intelectuais que aderiram ao fascismo eram classificadas entre fraudes, oportunistas ou cínicos. Numa veia semelhante, o artigo assinado por “L” na mesma edição abordada por último, faz uma breve análise da obra do escultor fascista Elio de Giusto, cujo trabalho traria nada de novo e seria

uma mera cópia do que faziam outros artistas melhores (L, 1933). Para o autor, a exemplo da situação gerada pelas queimas de livros na Alemanha, os fascistas seriam indignos dos artistas geniais (e agora desprezados) de seus países e, assim (L, 1933, p. 4),

não poderão ser senão os representantes de uma arte e de uma ideologia que prostituem as verdadeiras finalidades da vida e estão ao soldo de uma minoria interessada tão somente na perpetuação de seus odiosos privilégios sobre a maioria do gênero humano e na volta às trevas da Idade Média.

Essa passagem torna perceptível como a denúncia da convivência burguesa com o fascismo se soma, mais uma vez, ao alerta sobre o retrocesso civilizatório. Os perigos das mistificações fascistas alcançaram mesmo o Brasil, através dos seus representantes nacionais reunidos no integralismo. Em coluna de 11 de agosto de 1935, Sá Pedreira trata da obsessão dos integralistas com a publicação de livros, o que não se traduziria em densidade intelectual e teórica (PEDREIRA, 1935a). Plínio Salgado teria até mesmo comparado a produção bibliográfica do integralismo, contando “dezenas de volumes”, com a dos comunistas, que “se limitam a traduzir livros estrangeiros” (PEDREIRA, 1935a, p. 3). A resposta do colunista é que, embora a avaliação de Salgado sobre os comunistas não fosse falsa, ao menos estes não se apropriavam de textos de outros autores ao colocar seus nomes por cima, prática que teria sido feita pelos integralistas com obras de Hitler, Mussolini e até São Tomás de Aquino (PEDREIRA, 1935a). Sá Pedreira também busca comparar a situação editorial na União Soviética à da Alemanha, levantando “demonstrações estatísticas” para mostrar que a Revolução Russa de 1917 abriu caminho para um grande *boom* editorial, enquanto que, no nazismo, destruía-se centenas de milhares de toneladas de livros e de bibliotecas particulares, além das famigeradas fogueiras públicas (PEDREIRA, 1935a, p. 3). Estaria aí a grande hipocrisia do discurso integralista, que se pretendia intelectual apenas através de um grande volume de publicações, ao mesmo tempo em que abominava o comprovadamente bibliófilo socialismo soviético e admirava a Alemanha das fogueiras e da histeria anti-intelectual (PEDREIRA, 1935a). Essa incongruência, no entanto, possuía explicação (PEDREIRA, 1935a, p. 3, grifos nossos):

Mas não há nada que não tenha a sua explicação. É só questão de método no apreciar o assunto dado. O que parece contraditório à primeira vista revela-se perfeitamente natural e aquilo que aparenta lógico vem a ser um poço de incongruências. A “teoria” pliniana da superioridade bibliográfica do integralismo não podia escapar a este contraste entre a aparência e a realidade. Certo dia, o sr. Plínio Salgado, “*en mal de copie*”, pôs - no mais lídimo sentido galináceo - a peregrina ideia. Ideia de primeiríssima num país de 90% de analfabetos. E ficou encantado com ela. Desandou então a repeti-la, a reprisá-la, a reitera-la, e tanto e tanto que ela rapidamente se transformou em ideia fixa. A bibliografia se transmudou em bibliomania furiosa, em alarmante grafomania, que alastrou como gôgo entre os sub-chefes. Consequência: os prelos integralistas mais se assemelham a chocadeiras - desovando brochuras verdes umas sobre outras e ameaçando os livreiros com a perspectiva de uma inaudita superprodução de encalhes. Ora, da bibliomania ou grafomania atual para uma futura bibliofobia à moda nazista, com vastos autos-da-fé ardendo em praça pública, a passagem não seria muito difícil...

O então ex-dirigente pecebista, que habilmente relaciona o infame apelido integralista de “galinhas-verdes” à sua política editorial produtivista, aponta a hipocrisia do discurso “bibliomaniaco” do integralismo, mas alerta que ele faz parte de um processo mais amplo de fascistização e que poderia culminar com as mesmas fogueiras e queimas de livros que ocorriam na Alemanha nazista (PEDREIRA, 1935a, p. 3). Dado o vazio intelectual do integralismo e sua grande aproximação com o nazismo, esse era um perigo real que se enfrentava.

Outro aspecto da pobreza intelectual do integralismo seria a sua prática de buscar se apropriar de autores com quem não tinha nenhuma relação. Segundo Carlos Lacerda, em artigo publicado no suplemento de 10 de novembro de 1935 de *AM*, teria sido isso o ocorrido com a obra de Euclides da Cunha, a quem os integralistas teriam tentado transformar “em precursor da sua vaga doutrina do Estado totalitário, e de negação da luta de classes, com as classes na melhor das harmonias, sem que se acabe com a exploração de umas sobre as outras” (LACERDA, 1935, p. 9). O autor busca então demonstrar como o autor de *Os Sertões* teria manifestado “de forma [...] clara a sua identidade com o marxismo”, citando trechos em que a obra de Karl Marx é elogiada (LACERDA, 1935, p. 9). De maneira semelhante ao caso da apropriação fascista da figura de Júlio César, Lacerda assume o papel de defender um intelectual já falecido, na disputa pelo “governo” dos vivos.

O problema do anti-intelectualismo fascista chegou a suscitar o posicionamento de famosos intelectuais públicos, como Gilberto Freyre. Na edição de 30 de outubro de 1935, *AM* reproduziu parte da entrevista que o autor de *Casa*

Grande e Senzala deu ao jornal *A Plateia* (QUAL..., 1935). Quando perguntado sobre a posição dos intelectuais acerca do fascismo, Freyre teria respondido (QUAL..., 1935, p. 3):

Deve ser de absoluta repulsa. O intelectual que se submete ao fascismo é um suicida: o que nós vemos na Itália e na Alemanha, é a pior escravidão mental que até hoje foi imposta à cultura e à criação literária, pois esta opressão se exerce em benefício de um grupo de interesses. O espírito científico de investigação e pesquisas e as manifestações de arte com o fascismo se mutilam e mesmo, se anulam. O fascismo, em suma, é uma espécie de degradação do espírito. O intelectual fascista, ou age de má fé, ou por inconsciência.

Percebe-se, no discurso de Freyre, a percepção de que o fascismo é incompatível com a livre atividade intelectual e artística, podendo significar o verdadeiro suicídio do intelectual que a ele adere (QUAL..., 1935). A noção de “degradação do espírito”, que para o autor sintetiza o fascismo, conecta o seu pensamento à temática, já abordada, da luta antifascista como o choque entre civilização e barbárie. Em comentário à referida entrevista de Freyre (da qual também participou José Lins do Rego) ao jornal *A Plateia*, H. Lima (1935) destaca também a importância de intelectuais e de artistas se posicionarem e não permanecerem isolados dos outros campos de saber e da dimensão do social. Essa conduta consciente viria de encontro com o que o capitalismo fazia, em relação às ciências e às artes (LIMA, H., 1935e, p. 3):

A especialização das atividades no campo do pensamento e da pesquisa, produziu, sob o regime capitalista, o mal enorme de isolar os intelectuais como se eles só tivessem deveres para com a Arte ou a Ciência, entendidas como domínios de pura especulação, a que não deveriam chegar sequer os ruídos do mundo exterior e os anseios morais e políticos dos homens.

O fascismo seria uma forma de reação violenta ao papel militante e transformador do intelectual público e agiria como o “Lampião do capitalismo”, fazendo uso do banditismo para completar a tarefa deixada para trás por outras correntes políticas conservadoras (LIMA, H., 1935e, p. 3). Dessa forma, os fascistas necessitariam investir pesado no cerceamento do livre-pensamento (LIMA, H., 1935e, p. 3):

Deseja-se proibir ao sábio, ao artista, ao escritor, o contato com as relações sociais que possam iluminar a sua consciência e dirigi-la na conformidade das aspirações jovens de sua época. Por isso mesmo, cerceiam-lhes as liberdades, reduzem-nos ao silêncio ou os obrigam a uma solidariedade mentirosa com a forma violenta e brutal de manter o velho estado de coisas, a organização social envelhecida, inadequada, insuficiente. Essa forma violenta e brutal é o fascismo.

O somatório de vozes como as de H. Lima, Freyre e Rego era no sentido de um grande alerta, direcionado, principalmente, aos intelectuais e demais sujeitos que valorizassem a liberdade de pensamento. Seu recado era claro: sob o fascismo, seria preciso escolher entre aderir, calar, ou lutar pela cultura. Entre aderir e calar, o prejuízo moral e intelectual era o mesmo; restava então juntar-se às massas e lutar (LIMA, H., 1935e).

Apesar dos exemplos mencionados acima pertencerem a *AM*, a questão do papel do intelectual na luta contra o fascismo já aparecia em *HL*, como no caso do artigo que cita Ignotus, pseudônimo do escritor húngaro Hugó Veigelsberg (IGNOTUS, 1933). No pequeno trecho reproduzido, o autor critica a obra do fascismo sobre a civilização alemã e aqueles que a elogiam: “O intelectual deve registrar os acontecimentos, mas não é obrigado a aplaudi-los” (IGNOTUS, 1933, p. 6). Outro exemplo é a série de textos de Flammarion Serra, em que o autor que aborda o chamado “problema da cultura popular no Brasil” (SERRA, 1933a, p. 4; SERRA, 1933b; SERRA, 1933c). Para Serra, que procura aprofundar a questão através de um arcabouço teórico inspirado no materialismo histórico, cabia ao intelectual antifascista a missão de esclarecer as massas. Essas, no caso brasileiro, aparecem como dotadas de um vazio mental, que o fascismo podia facilmente ocupar com seu obscurantismo e com suas mistificações.

Segundo Vitor Hugo Bellard, em artigo reproduzido na edição de 9 de outubro de *HL*, o integralismo já estaria fazendo o ato de mistificar, pela via fascista, as massas facilmente manipuláveis do Brasil (BELLARD, 1933). O alerta do autor se dava em função da própria incompreensibilidade da doutrina integralista, o que tornava o povo incauto a ela exposta uma presa fácil: “O próprio ‘Estado Integralista’ [...] estava disfarçado com tal ‘engenho e arte’, que impossível seria à massa trabalhadora, à massa popular, deixada, muito a propósito, pela burguesia, na ignorância, trazê-lo à luz do raciocínio” (BELLARD, 1933, p. 4). A juventude, em particular, seria alvo privilegiado do fascismo, como busca demonstrar “J. do M.”, também em *HL* (J. DO M., 1933, p. 3):

Na Itália, na Alemanha, em toda a parte por onde o fascismo levanta o corpo informe, ajeitado em camisas furta-cor, os seus “líderes” procuram dirigir-se sempre à mocidade, aos jovens facilmente entusiasmáveis, evitando o quanto possível que eles se interessem pela leitura dos livros que ventilam a questão social e destinando àqueles que têm sede de leitura, outros livros, em que a questão social é apresentada sob forma irreal, apalhadamente alterada.

Portanto, o fascismo agiria para afastar a juventude do conhecimento dos reais problemas da sociedade, oferecendo-lhe em troca uma mistificação acerca da realidade. Os espetáculos pirotécnicos fascistas também agiam nesse sentido, atraindo os jovens com a “fascinação das paradas, dos gestos teatrais, das camisas coloridas e das aventuras sanguinárias” (J. DO M., 1933, p. 3). O autor encerra o artigo fazendo um apelo para que a juventude busque conhecimento, a única coisa capaz de libertá-la das garras do fascismo (J. DO M., 1933, p. 3):

[...] é a esses jovens que dirigimos, não para pedir-lhes pura e simplesmente que detestem o fascismo somente porque nos leem, mas para pedir-lhes, também pura e simplesmente, que leiam, que procurem conhecer a verdade onde quer que ela se encontre, mas leiam tudo quanto se refere à questão social, aqui, na Alemanha, na Itália, na França, em toda parte, mas façam um estudo sério, de quem deseja aprender, de quem tem intenções de se tornar um indivíduo apto à sua própria defesa, ajudando a defender a coletividade [...] Porque somente lendo, discutindo, aceitando para análise as razões de tudo quanto se lhe apresenta de sério, e não se fechando no exclusivismo das convicções de um homem ou de grupo, é que podemos discernir [...] quem tem razão [...]

A verdade e, portanto, o antifascismo, aparece então como algo que tende a ocorrer naturalmente entre as pessoas esclarecidas, daí a importância do incentivo à leitura sobre “a questão social” e do espírito crítico acerca da realidade (J. DO M., 1933, p. 3). Não seria à toa que os fascistas censuravam e queimavam livros: eles temem a verdade, por eles mistificada, que o conhecimento revela. Uma pequena passagem do texto demonstra um certo tom triunfalista a respeito do fascismo, ao pontuar que a verdade tende a se fazer conhecida a qualquer custo: “a verdade surge, fora dos livros, onde quer que se encontre e se há meios de escondê-la, não há meios de fazer durar esse esconderijo” (J. DO M., 1933, p. 3).

A questão do palavreado mistificador do fascismo retorna num artigo de *AM*, publicado em 17 de agosto de 1935, que busca compreender o integralismo como um movimento que tentava maquiavar sua pobreza intelectual através de elaborações rebuscadas e de difícil compreensão pelas massas, numa linguagem propositadamente “vaga e imprecisa” (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 2). Isso seria

explicado pela situação material da luta de classes no Brasil, o que suscita uma comparação com a Alemanha nazista. Lá, o discurso nazista, sedutor de camadas do proletariado, pôde ser muito radical até o momento em que Hitler agiu para conter o ímpeto anti-burguês das massas (O INTEGRALISMO..., 1935). Já no Brasil, as classes dominantes jamais permitiriam que o integralismo fosse tão longe assim no seu discurso, dada a fragilidade estrutural da nossa burguesia. Sendo assim, na impossibilidade de enganar o povo com um discurso “socialista” radical falso, o integralismo recorria à grandiloquência e à já referida bibliomania para dar uma impressão de profundidade intelectual ao seu movimento. Daí que a filosofia integralista precisava “inventar” problemas e inimigos para ter sentido: “Só poderá fazê-lo, no seu propósito de mistificação, o agente provocador que inventa o desejo de liquidação da pátria, da família e de Deus, atribuindo-os aos revolucionários, de todas as tendências” (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 2). Quando compelida a propor soluções para problemas reais, a filosofia integralista lançava palavras ao ar, ou “até a estratosfera” (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 2).

No entanto, os próprios integralistas não seriam completamente ignorantes a respeito do vazio programático da sua organização, o que *AM* busca demonstrar através da publicação de diversos manifestos de deserção (supostamente endereçados à direção da AIB) de militantes camisas-verdes que “[n]ão podiam mais suportar as mistificações do sr. Plínio Salgado” (ESFACELAM-SE..., 1935, p. 1; COMEÇAM..., 1935; A DEBANDADA..., 1935). Chama a atenção o fato de que a maioria desses textos traz o elemento da desilusão quanto à questão anti-imperialista, assinalada pelos seus signatários como o ponto que os fizera se juntar ao integralismo em primeiro lugar. Assim, o discurso nacionalista, anti-imperialista e contrário ao bancos que o integralismo propunha seria vazio de real conteúdo, o que seria comprovado pela sua ligação com os fascismos mundo afora e através das situações de submissão aos interesses internacionais que *AM* noticiou (TRAIDOR..., 1935; A LÓGICA..., 1935; COM AS..., 1935).

É possível encontrar ainda, retornando ao artigo mencionado anteriormente (O INTEGRALISMO..., 1935), uma crítica ao peso que os integralistas conferiam à hierarquia e à disciplina, que seria uma expressão do desejo de “submissão incondicional” que buscavam inculcar aos brasileiros (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 7, grifos no original):

Nas “Bases do Integralismo”, o sr. Plínio Salgado recomenda aos seus adeptos: - “Nunca deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, ainda quando a julguem errada, porque UMA ORDEM CERTA E DISCUTIDA VALE MENOS DO QUE UMA ORDEM ERRADA E CUMPRIDA, porque esta, pelo menos, [ilegível] princípio da autoridade e REVELA EM QUEM OBEDECE UM TRIUNFO MORAL”.

Por fim, o artigo procura estabelecer uma diferença entre uma “boa” disciplina e o princípio de “fé cega” que o integralismo tentava impor (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 7):

A disciplina da organização democrática visa o bem geral, pois as minorias e os indivíduos, no gozo dos direitos estatuídos, não podem contrariar os interesses da coletividade ou prejudicar os de outros grupos ou indivíduos. A disciplina da hierarquia, em que as ordens partem de cima para baixo, um ou poucos mandando sempre, outros obrigados a obedecer mesmo a “ordens erradas”, essa disciplina é a do cativo.

Para o editor de *AM*, Pedro Motta Lima (1935), o integralismo teria copiado do nazismo, que teria copiado do fascismo italiano, a rígida disciplina miliciana e a exigência da obediência servil aos chefes. Essa prática visava fazer os homens (LIMA, P., 1935, p. 3)

obedecer como cães. Obedecer como azêmolas. Porque o fascismo, pressupondo o absurdo, exigindo a iniquidade em lei das leis, garante-se de véspera, condicionando seu fastígio à passividade e à ignorância de suas vítimas.

O fascismo necessitava, portanto, da transformação dos homens em bestas de carga, passivas e ignorantes, para cumprir seus objetivos máximos. Uma prova do seu bem-sucedido trabalho em manter as massas na completa ignorância era a própria existência da guerra na Etiópia: “Como poderia o Duce sacrificar a mocidade italiana, se o crime da razia sobre a Abissínia se sujeitasse à crítica do povo?” (LIMA, P., 1935, p. 3).

4.5 Fascismo, antifascismo e a luta pela História

Uma série de artigos e charges, publicadas nos jornais *HL* e *AM*, foram analisados com a intenção de fornecer um panorama geral sobre como a imprensa das organizações antifascistas construíram uma conceituação de fascismo e, por consequência, de antifascismo. Os textos abordados são uma amostra, ainda distante da totalidade das publicações, mas que representam um todo coerente.

Essa busca por uma coerência se dá no sentido de que a amostra utilizada dialoga com o todo e não que tudo aquilo que fugisse à coerência fosse descartado. Serão apontadas, inicialmente, algumas das convergências que foram observadas entre as organizações; tão interessantes quanto estas, no entanto, são as divergências e as complexidades contidas nas próprias convergências, pois é aí que se verifica as diferenças entre os dois diferentes momentos do antifascismo no Brasil, diferenças que são tanto de cunho conjuntural, quanto de fundo político e teórico. As divergências não se encerram entre as organizações, mas se verificam dentro delas próprias, em medidas distintas e sobre questões diferentes. Ao fim do capítulo, espera-se chegar a uma síntese de como a imprensa antifascista caracterizou o fascismo, uma síntese não no sentido de encontrar um “denominador comum” a ambos os jornais (embora seja possível fazê-lo), mas sim de identificar as complexidades das formas como esse conceito foi construído.

Os dois jornais parecem convergir na identificação do fascismo como um regime de retrocesso civilizatório, que buscava num passado idealizado (principalmente o medieval, com o ideal corporativista) a inspiração para uma construção futura que significava nada além do retorno à uma temporalidade passada. O fascismo prometia um futuro distópico, que toma emprestado do passado os piores aspectos deste.¹⁴⁶ Esse movimento obscurantista do fascismo gerava uma perplexidade entre os antifascistas, que tratavam como inconcebível a noção de regredir no tempo e demonstravam uma crença no caráter inexorável do processo de “progresso” civilizacional, cultural, econômico, tecnológico, etc. Portanto, a luta antifascista contra o caráter “medieval” e “bárbaro” do fascismo seria um esforço pela continuidade do próprio processo evolutivo da humanidade, uma luta em nome da própria História.¹⁴⁷

Esse aspecto obscurantista regressivo do fascismo é demonstrado graficamente pelas charges publicadas nos jornais. Em alguns exemplos abordados

¹⁴⁶ Um artigo de *AM*, referido anteriormente (O INTEGRALISMO..., 1935, p. 7), traz um bom exemplo, num exercício imaginativo, de como seria essa distopia fascista (se referindo à possibilidade de uma ditadura integralista no Brasil): “[...] manter a ‘ordem’, com aqueles fuzilamentos de todos quantos fossem tidos como comunistas [...] com o fechamento de todos os jornais, ‘para que não noticiassem o que seria feito’, com o massacre do povo, as prisões regurgitando, os campos de concentração para o trabalho forçado de quem tentasse resistir às ordens erradas e absurdas.”

¹⁴⁷ Um ponto, que surge em *AM* e parece abalar essa crença, é o do já abordado questionamento do próprio conceito de civilização, que foi desnudado a partir do discurso civilizatório que os fascistas usavam para justificar a Segunda Guerra Ítalo-Etíope. Embora aparente ser uma fissura na edificação iluminista, a noção de civilização não deixa de estar no centro das reflexões mencionadas e a temática do fascismo como retrocesso continua aparecendo no jornal.

de *HL*, os nazistas são retratados se refestelando em festas dionisíacas em que todos estão nus, ou por vezes portando armas como porretes ou ainda vestindo capacetes que remontam aos povos germânicos da Antiguidade: é a barbárie do fascismo. Em *AM*, o elemento do retorno ao medieval e ao barbarismo não é presente nas charges, sendo estas mais voltadas à desmoralização do integralismo e à aproximação entre fascismo e a morte, com o advento da guerra na Etiópia. Em ambos os casos, no entanto, são notáveis as entrelinhas psicanalíticas: de um lado, o hedonismo e a satisfação de desejos primitivos e de outro, a pulsão de morte, o ímpeto sanguinário de exercer destruição sobre o mais fraco.¹⁴⁸ Foi bastante explorada em *HL* (tanto em charges, quanto em textos) a questão da satisfação de desejos inconscientes que o fascismo permitia aos seus adeptos, sendo inclusive um dos fatores que o aproximava do “medieval” e do “bárbaro” (e o afastava da civilização moderna): quanto mais promovia suas orgias obscurantistas, mais se tornava primitivo.¹⁴⁹ Embora sejam menos eloquentes nesse sentido, outros exemplos de *AM* também trazem a relação entre a brutalidade e a pobreza intelectual do fascismo e a vontade de satisfazer os desejos mais guturais de seus militantes.

Ainda que se concorde com Prado (2022, p. 327), quando este afirma que a crise da democracia liberal durante as décadas de 1920 e 1930 levou a um processo em que “a filosofia iluminista do progresso desmoronou como castelos de areia levados pelas ondas do mar”, a análise do que foi expresso na imprensa antifascista demonstra que isso não era óbvio para os militantes envolvidos naquela conjuntura. Por mais que se observe algumas instâncias de questionamento do ideal de progresso iluminista, ou, ao menos, uma matização dessa noção, a crença na marcha evolutiva da sociedade ainda se fazia muito presente no arcabouço

¹⁴⁸ As abordagens que cada jornal faz estão conectadas às especificidades de cada conjuntura em que estavam inseridos. Portanto, os retratos dos nazistas *HL* se explicam pela contemporaneidade com os episódios de queimas públicas de livros promovidas em 1933 e que não ocorreram em 1935. Da mesma forma, a guerra na Etiópia, que suscitou imagens apocalípticas em *AM*, se iniciou somente em 1935, o que explica sua ausência em *HL*.

¹⁴⁹ A charge, já abordada e que mostra a “marcha evolutiva” do fascismo (*A REVOLUÇÃO...*, 1933), é bastante ilustrativa dessa noção. De qualquer forma, essa interpretação remete à elaboração de Freud em *O mal-estar na civilização* (2011), que foi publicado originalmente em 1930. Resumidamente, o autor assinala a correlação entre o progresso civilizatório e a supressão de pulsões inconscientes, o que seria a principal fonte de sofrimento psíquico humano na modernidade e de rejeição do ideal de civilização naquela contemporaneidade (FREUD, 2011). O apontamento dessa aproximação não significa nada além de presumir como algo razoável que os antifascistas brasileiros na década de 1930 (especialmente aqueles que exerciam função intelectual) tivessem sido influenciados por Freud, em alguma medida.

intelectual dos antifascistas brasileiros de então. Fosse por uma visão mecanicista do materialismo histórico, que indicava a certeza da superação da sociedade burguesa e a tomada dos meios de produção, fosse pela crença na reforma pacífica e sucessiva do modo de produção capitalista, ou mesmo pela confiança na ação revolucionária nacional-libertadora, havia um horizonte de expectativas delineado pela ideia de progresso. No entanto, a afirmação de Prado (2022, p. 327), referindo-se à “crise do modelo liberal”, de que “esse processo [...] é mais o desvelamento do mundo burguês do que o seu esfacelamento” pode sim ser confirmado pela análise dos jornais da FUA e da ANL. A noção, recorrente tanto em *HL*, quanto em *AM*, de que o fascismo se constituía como uma ameaça à classe trabalhadora ou às “massas” brasileiras, decorria justamente da avaliação de que a burguesia estaria disposta a abrir mão de liberdades democráticas e mesmo de governar diretamente o Estado, caso fosse preciso fazer uso de métodos fascistas de repressão política para conter o ascenso das lutas populares.

A outra faceta do obscurantismo fascista cuja caracterização comporta convergências entre os dois jornais é a do anti-intelectualismo. Mesmo passados os episódios de queimas públicas de livros promovidos pelos nazistas, o obscurantismo fascista continuava impressionando os antifascistas, que comentavam a censura, a perseguição a artistas e intelectuais e mesmo a “destruição cultural” do fascismo com a incredulidade de quem admirava as expressões artísticas e filosóficas advindas da Itália e da Alemanha até então. Tendo destruído a cultura desses países (e ameaçando fazer o mesmo ao redor do mundo), o fascismo a substituiu com as suas próprias mistificações, destinadas a manter as massas em situação de ignorância e de fácil manipulação, conforme os interesses da burguesia.

Esse caráter mistificador da propaganda fascista ficava evidente na sua produção intelectual. Quando não desmoralizada pelo seu suposto vazio teórico, a ideologia do fascismo era questionada por fundamentar-se numa concepção corporativa de sociedade, que visava superar artificialmente, no plano metafísico, as contradições de classe. Essa era a ponte que conectava a intelectualidade fascista ao pensamento medieval e a colocava muitas vezes como a própria rejeição da razão e dos demais legados do iluminismo. Além disso, e os exemplos italiano e alemão seriam as provas, uma vez no poder, o fascismo mostraria a sua verdadeira face, a da política da burguesia, visando atender às demandas dos patrões, reprimindo organizações operárias, mobilizações e greves e forçando o arrocho

salarial. Portanto, era fundamental, para os antifascistas, que a “doutrina fascista” fosse desmistificada, trazida à luz, desnudada perante o povo brasileiro, que poderia finalmente ter conhecimento dos seus reais e ocultos objetivos e motivações. Nesse sentido, o intelectual antifascista encampava um dever histórico, político e moral em desvelar as sórdidas mistificações que os fascistas faziam, buscando seduzir a classe trabalhadora (especialmente nas suas camadas médias) com um palavreado chamativo e demagógico, mas, no fundo, desonesto e mentiroso.

Em razão da ameaça global que era identificada, os jornais não se furtaram de pontuar os perigos que o integralismo representava ao Brasil. Embora ambos tenham identificado o integralismo como a “versão nacional” do fascismo “internacionalizante”, existem diferenças acerca da avaliação sobre a sua capacidade em repetir no país o que seus congêneres italianos e alemães haviam feito. Essa divergência precisa ser compreendida a partir das expectativas acerca da luta e da própria autoconfiança expressa pelos antifascistas nos seus textos. No caso de *HL*, o trecho, citado anteriormente, do editorial que marcou a fundação da FUA, deixa evidente a crença de que o fascismo estava fadado ao fracasso, dado o caráter regressivo que a sua marcha impunha (FRENTE..., 1933). A inexorabilidade da evolução humana e a força insuperável do desenvolvimento das forças produtivas fazia com que qualquer projeto político que acenasse com um regresso a um modo de produção do passado estivesse condenado ao fracasso. Assim, a já mencionada tentativa de retorno ao modo de produção feudal que o fascismo buscava seria a principal contradição que garantia que ele não avançaria nos seus projetos internacionais.

No entanto, essa confiança passava longe de significar uma passividade perante os acontecimentos. Por óbvio, se o fascismo realmente fosse se desfazer por si só, não seria preciso nenhum esforço por parte de quaisquer setores da sociedade e o próprio antifascismo seria desnecessário. Do contrário, os mesmos que demonstraram esse otimismo foram os que lutaram contra o fascismo de maneira relativamente pioneira, principalmente se considerarmos a circunscrição do antifascismo, até 1933, à colônia italiana de São Paulo. Uma possível interpretação a respeito desse aparente descompasso entre teoria e prática pode ser na tentativa de manter um tom otimista para a luta, adotando o rebaixamento do adversário como uma estratégia de retórica. Ademais, é preciso se considerar a avaliação dos antifascistas da FUA a respeito do perigo concreto que o integralismo significava em

1933, período em que os “espetáculos cômicos” deste ainda permitiam algum grau de condescendência, realidade diferente da de 1935 (PIRAMA, 1933, p. 1).¹⁵⁰ É a partir dessa avaliação que é possível compreender essa aparente “tensão” entre o otimismo a respeito do fracasso do fascismo e a urgência em combatê-lo enquanto ele ainda era pequeno no Brasil.

Já no caso de *AM*, a confiança no fracasso do fascismo não foi um elemento presente. Por mais que também tenha expressado a perplexidade com o obscurantismo fascista e que também tenha destacado o seu anacronismo e descompasso com a modernidade, a avaliação aliancista sobre a conjuntura de 1935 inspirava outras abordagens. Mesmo o episódio, celebrado pelo conjunto dos antifascistas, da Praça da Sé em 7 de outubro de 1934, não havia sido suficiente para derrotar o integralismo.¹⁵¹ O fascismo avançava sob o país através de diversas frentes: os métodos fascistas de repressão a partir do Estado brasileiro, o crescimento do integralismo e, principalmente, o imperialismo, que poderia buscar implantar uma ditadura fascista no país, caso a crise pela qual o país passava não se resolvesse e os políticos da ordem se mostrassem incapazes de conter o ímpeto das massas. No entanto, também existe em *AM* um elemento de tensão entre constatação do perigo e desqualificação do adversário. São frequentes as notícias sobre desertores integralistas nos finais de maio e início de junho, muitas vezes dando a palavra aos próprios sujeitos que passavam a aderir à ANL. Junto com outras anedotas, como episódios em que os integralistas são rechaçados pela massas, esse expediente parece uma busca por desqualificar o integralismo como sendo um movimento pouco expressivo, apesar de suas pretensões de grandeza. Essa desmoralização do integralismo corre em paralelo à avaliação de que seu

¹⁵⁰ A ideia de “espetáculos cômicos” do integralismo já veio acompanhada de um alerta quanto à prontidão dos antifascistas, em artigo de 14 de agosto de 1933 (PIRAMA, 1933, p. 1): “Isto [o suposto atraso do fascismo brasileiro] não impede que as organizações da esquerda se abandonem à inércia perante os seus cambalachos, o que hoje é um espetáculo cômico poderia também custar lágrimas de sangue ao nosso povo.” Por fim, é preciso pontuar que o momento do antifascismo brasileiro que está sendo abordado foi também reflexo de um processo internacional de debates, entre as organizações comunistas, acerca do combate ao fascismo. Um dos pontos fundamentais para o rompimento definitivo dos trotskistas com a IC em 1933 (e, no caso brasileiro, com o PCB) foi a respeito da própria postura do organismo em relação ao fascismo. Portanto, desde antes da fundação da FUA, os trotskistas da LC debatiam a necessidade da luta antifascista. Os apontamentos feitos tornam pouco viável uma avaliação de que o perigo do fascismo tenha sido subestimado entre 1933 e 1934.

¹⁵¹ Apesar desse fato, é preciso ressaltar que, no balanço do próprio *AM*, a contramanifestação cumpriu um papel importante em impedir a ocupação das ruas de São Paulo pelo integralismo e teria marcado mesmo o seu declínio no estado paulista (HOMENAGEM..., 1935; SÃO PAULO..., 1935a; PUNHAL..., 1935).

perigo é cada vez mais crescente. A coerência entre esses dois discursos, no olhar aliancista, estaria no fato de que as massas não estariam aderindo ao integralismo (elas estariam na verdade o abandonando), mas sim os poderosos é que estariam se interessando em valer-se dele. Essa visão é corroborada pelas notícias, a partir da segunda semana de junho, de que os integralistas estavam acumulando armas, ao mesmo tempo em que o jornal denuncia uma tentativa de golpe de extrema-direita no país (AGENTES..., 1935; PREPARAM..., 1935; SÃO PAULO..., 1935c).

Ainda na questão das expectativas acerca da luta antifascista, é possível encontrar opiniões diferentes, dentro dos próprios jornais, a respeito do que era compreendido como a “consciência” das massas. José Pérez, diretor de *HL*, apresenta uma leitura pessimista acerca desse problema, lamentando o fato do povo alemão ter sido seduzido pela retórica antisemita do nazismo (1933, p. 2):

Desgraçadamente, forçoso é confessar que a massa, o povo, embrutecido por uma situação material fantásticamente retardatária, não atingiu ainda a esse grau de reflexão que impediria a charlatões como Hitler, enganá-lo com promessas de impossível realização. Falta-lhe a essa multidão descontrolada pelo desespero, a necessária consciência para ver a falácia: que, afinal, a única prejudicada será ela. Deixou-se seduzir, em sua angústia de morte, pelos acordes da flauta perra, julgando fosse ele a voz salvadora da sua negra miséria.

Os editoriais de *HL*, no entanto, apresentam uma visão diferente sobre a questão. A já referida leitura de que o Brasil não estava ameaçado por uma ditadura de “tipo fascista”, mas sim de “tipo comum”, se baseia justamente na percepção das massas do país como atrasadas em relação às europeias (REALIDADES..., 1933, p. 1). Assim, se foi o ascenso de lutas proletárias na Itália e na Alemanha que levou ao surgimento do fascismo como reação radical a esse processo, a situação brasileira seria muito diferente, com suas massas que não tem “nenhuma consciência de seus interesses” (REALIDADES..., 1933, p. 1). O próprio manifesto de fundação da FUA também ressalta esse caráter de “obscurantismo religioso” e de dependência econômica e cultural da classe trabalhadora no país (FRENTE..., 1933, p. 1).

Já em *AM*, existe um contraste ainda maior a respeito do estado de “consciência” da humanidade. A já referida Maria Lacerda de Moura demonstra uma profunda decepção a respeito da questão, ao examinar a submissão feminina às mistificações do fascismo (MOURA, 1935a), enquanto que, no geral, o jornal da ANL demonstrava uma grande confiança na vitória dos seus ideais anti-imperialistas e no

papel da organização no rápido desenvolvimento da consciência das massas que estaria ocorrendo no Brasil. Aparentemente, o grande e rápido crescimento da ANL levou ao fortalecimento de uma retórica verdadeiramente triunfalista e autoproclamatória.¹⁵² Outro exemplo que *AM* traz, o de Gilberto Freyre (*QUAL...*, 1935, p. 3), é mais cauteloso em relação ao grau de “consciência” das “massas trabalhadoras” no Brasil, mas mantém um olhar otimista acerca da tarefa.

Talvez um dos pontos que esclareçam essa diferença de expectativas no interior dos jornais antifascistas seja o próprio caráter de cada frente. Como já foi elaborado no capítulo anterior, FUA e ANL, embora constituam frentes que são antifascistas, apresentam entre si diversas diferenças organizativas, de correlação de forças internas e de fundo. O caráter pluriclassista da ANL é o que permite compreender melhor o seu apelo à noção de “massas”, e não de “classe trabalhadora” ou de qualquer outra classe social, em específico. O conceito de “massas” era propositalmente vago e influenciado pela política tenentista, que teve grande peso na conformação e atuação aliancista (VIANNA, M., 1992). No ideal salvacionista do “tenentismo de esquerda” (VIANNA, M., 1992, p. 30), o papel da pequena-burguesia militar era unir todas as classes que tivessem interesse e compromisso com a luta contra o imperialismo e pelos (também vagos) “interesses nacionais”, o que é correlato ao programa anti-imperialista da ANL, que vinculava essa luta ao antifascismo e ao combate ao latifúndio. Decorre desse raciocínio a possibilidade de que os aliancistas tenham se iludido em relação à disposição das “massas” em apoiá-los: a crença na correção das suas ideias e na boa recepção destas pelo seu público-alvo, infladas pela empolgação com o grande e rápido crescimento da organização, podem ter feito com que a situação concreta fosse superestimada (VIANNA, M., 1992, p. 303).

AM não deixa evidente essa “desilusão” com a ausência da mobilização popular quando do fechamento da ANL, mas também não passa incólume ao ocorrido. Desde a já mencionada tentativa em se desvincular do epíteto de “órgão oficial da ANL”, até a mudança editorial que ocorreu após a ilegalidade, *AM* passou por algumas transformações de conteúdo. Embora *AM* tenha passado a noticiar com

¹⁵² Em certa medida, isso pode ser visto já na carta-manifesto de Luís Carlos Prestes, publicada em 5 de julho de 1935, em que ele lança a palavra-de-ordem “todo poder à Aliança Nacional Libertadora!” (PRESTES, L., 1935, p. 2). Posteriormente, *AM* também expressou uma grande confiança no apoio popular à ANL quando a organização foi fechada pela repressão estatal, afirmando até mesmo que “as leis do determinismo histórico são inexoráveis” e que caminhavam a seu favor (CONSUMOU-SE..., 1935, p. 7).

maior frequência os movimentos de deputados da oposição ao governo (e passar a criticar Vargas e seus ministros mais frontalmente), o jornal nunca perdeu seu caráter antifascista e de denúncia do imperialismo e do latifúndio. Outros episódios, posteriores a abril de 1935, como a deflagração da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, deram verdadeiro fôlego ao jornal e seguiram servindo como pontos para a mobilização antifascista e anti-imperialista. Já a respeito do levante de novembro, *AM* ofereceu cobertura e apoio tácito ao movimento, mas foi fechado pela repressão poucos dias após a deflagração dos acontecimentos em Natal, no final do mês.

No caso da FUA, seu apelo era à classe trabalhadora, principalmente a partir das organizações que já atuavam e disputavam a hegemonia dentro do movimento operário. A tarefa militante da vanguarda antifascista seria então de conscientizar a classe trabalhadora a respeito do perigo do fascismo e, principalmente, dos métodos fascistas de repressão. A já referida descrença no perigo de uma repetição de golpe fascista nos moldes do que ocorreu na Itália ou na Alemanha tinha a ressalva de que o exemplo dessas experiências poderiam “inspirar” governos de países como o Brasil a adotarem meios para conter a autonomia e minar o desenvolvimento de uma consciência de classe trabalhadora ainda no seu estado latente.

Existe um consenso, entre os jornais das principais organizações antifascistas brasileiras da década de 1930, na avaliação do fascismo como um movimento retrógrado, anacrônico e em descompasso com o processo evolutivo humano. Esse é o ponto central, o que foi aludido anteriormente como o “denominador comum”, do antifascismo brasileiro do período de 1933-1935.¹⁵³ No entanto, buscou-se pontuar também as diferenças entre cada conceituação existente em cada jornal, que nem sempre foram coerentes no seu interior e que são um reflexo do próprio processo histórico que abrange a formação das frentes antifascistas. As incoerências encontradas, antes de serem um elemento a desqualificar os jornais como órgãos oficiais de cada organização, podem ser explicadas pela própria diversidade de sujeitos envolvidos nas frentes. De qualquer forma, essas instâncias de

¹⁵³ Esse ponto talvez ajude a compreender a adesão até de alguns trotskistas (individualmente) à ANL (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 162). A característica em comum entre esses dois capítulos da história do antifascismo no Brasil pode parecer óbvia: é o próprio antifascismo. No entanto, se a caracterização do fascismo, do seu caráter e do porquê de enfrentá-lo não era algo acabado e óbvio para os militantes envolvidos, tampouco seria o conceito de antifascismo. São escassas as fontes sobre o assunto, mas é provável que questões como diferenças regionais (principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro) e motivações pessoais, somadas à postura de diálogo que a LCI admitiu em relação à ANL, reivindicando que esta se transformasse numa frente única antifascista, tenham levado às adesões antes mencionadas (ALMEIDA, 2003).

contraditoriedade não são a norma do que foi encontrado nas páginas de cada publicação, sendo possível notar um enfoque nos pontos que eram unitários e que estavam na base das organizações antifascistas. Toda síntese acerca do conceito de fascismo desenvolvido nos jornais deve ser matizada pelo fato de que estes estavam sim ligados, organizacional e ideologicamente, às frentes.

O que mais moveu os antifascistas brasileiros no período de 1933-1935 foi o medo do fascismo e a esperança por dias melhores, elementos presentes em ambos os jornais, mas em medidas muito diferentes. Sendo assim, o medo da perda da autonomia do movimento operário, desde então justificado pela repressão e tentativa de controle dos sindicatos por parte do Estado brasileiro, foi o principal fio condutor do discurso mobilizado por *HL* e foi também presente em *AM*. O que diferencia cada jornal, nesse sentido, é o próprio entusiasmo que a ascensão da ANL causou na sua militância, fortalecendo o sentimento de expectativa no esmagamento do fascismo através do ideal anti-imperialista nacional-libertador. A esperança em torno da potência aliancista, que a permitiu refletir até mesmo sobre como seria o seu Governo Popular Nacional Revolucionário nas páginas de *AM*, superou o medo e foi o principal combustível do discurso que o jornal mobilizou. Ademais, o antifascismo (e anti-integralismo) de *AM* esteve sempre ligado ao seu anti-imperialismo e à sua luta contra o latifúndio, buscando sempre deixar clara a conexão entre integralismo, fascismo internacional (vide as ligações dos camisas-verdes com a Itália e a Alemanha), imperialismo (os integralistas diziam-se nacionalistas, mas planejavam vender o país) e burguesia agrária (aliada das potências estrangeiras e o principal entrave à industrialização do país). Já em *HL*, a expectativa em relação à vitória se dava mais a partir da confiança na caráter contraditório, anacrônico e descompassado do fascismo como garantidor da sua derrota. No entanto, essa “esperança” no caráter inexorável do processo histórico não foi suficiente para fazer com que os militantes da FUA cruzassem os braços e esperassem o fascismo cair por suas próprias pernas.

No decorrer do presente capítulo, buscou-se apresentar como a conceituação de fascismo e, conseqüentemente, de antifascismo desenvolvida nos jornais *HL* e *AM* foi um processo complexo, por vezes contraditório, mas coerente. Processo, porque não parte de um conceito pré-definido de fascismo; do contrário, o desenvolve em suas páginas, através de um constante diálogo entre militantes de diferentes extrações e também do estabelecimento de uma relação com um

público-leitor, que influencia e é influenciado, simultaneamente, pela maneira como o conceito é construído. Coerente, porque apresenta uma continuidade entre os dois períodos em questão, que pode ser sintetizada como o alerta para o caráter retrógrado do fascismo. A análise do que se encontrava cotidianamente na imprensa, mais do que apenas os textos basilares das organizações (como os manifestos) e dos próprios jornais (como os editoriais), permite enriquecer o conhecimento sobre o processo histórico desses dois capítulos do antifascismo brasileiro, representados pela FUA e pela ANL, no sentido de que o processo ativo de construção dos conceitos políticos e da linguagem que permite a sua compreensão são partes fundamentais para a escrita da história do movimento operário.

5 Conclusão

Ao estudar a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), logo se depara com muros: no caso da FUA, as profundas limitações políticas que sua falta de organicidade impôs; no caso da ANL, a ilusão que foi a sua tentativa de tomada do poder, nos levantes de novembro de 1935. Esta pesquisa não buscou trazer novas interpretações que pudessem revisar essas avaliações. O seu propósito fundamental foi o de observar, na subjetividade da construção dos conceitos de fascismo e antifascismo, como que as duas organizações ganham novos significados e se apresentam como partes do mesmo processo de identificação e combate àquele que era visto como um regime de regresso civilizatório. O apelo às instituições da democracia liberal, que eram ameaçadas pelo discurso fascista, nunca foi uma marca das esquerdas comunistas que cumpriram um papel fundamental nas lutas antifascistas, durante o período de 1933 a 1935. Tanto pecebistas, quanto trotskistas as enxergavam como dispositivos burgueses de dominação de classe, embora ainda buscassem se aproveitar ao máximo das liberdades democráticas que eram concedidas. No entanto, sua relação com a democracia burguesa era diferente, em cada caso. Para os trotskistas, a luta antifascista se dava pela própria existência das organizações do movimento operário ameaçadas pelo fascismo, apostando na unidade entre as diferentes tendências que atuavam no seio do proletariado como meio de fortalecê-lo. Por conseguinte, seu esforço pela unidade se deu em outras frentes, para além do antifascismo, buscando ocupar os limitados espaços da democracia burguesa para denunciá-la através dos seus próprios canais. Como foi visto, esse projeto não foi bem-sucedido. Em grande parte, a recusa do PCB em construir unidade no período entre 1933 e final de 1934 foi o que determinou esse insucesso. O partido, tanto em função de sua política vacilante em relação à unidade, até meados da contramanifestação de 7 de outubro de 1934, quanto do delineamento posterior de um projeto político distinto, somente aderiu decisivamente à luta antifascista quando esta ganhou os contornos específicos que a experiência da ANL acrescentou.

No interior da grande frente policlassista, os pecebistas puderam se encontrar com a perspectiva “revolucionária-reformista” da “ala-esquerda” do tenentismo, que traziam a sua concepção particular a respeito da democracia, nos termos definidos

por M. Vianna (1992, p. 28) como “democracia tutelada”. A democracia dos tenentes “de esquerda”, apesar de, tal qual nos cânones liberais, ser compreendida como uma série de valores vagos e universalizantes, trazia uma marca autoritária, baseada na condução moral das instituições por parte de uma elite esclarecida pequeno-burguesa, ou seja, os próprios tenentes. O projeto político tenentista, no entanto, tinha como eixo fundamental o pleno desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, tidas como impedidas de desabrochar pelas elites econômicas ligadas ao latifúndio e ao imperialismo. Ao lado dos dois últimos, o fascismo aparecia como parte de uma tríade que pretendia manter o país em sua situação de escravidão ao imperialismo.¹⁵⁴ O Brasil carecia, portanto, de uma liderança que pudesse unir a nação em torno de um projeto modernizante e de confronto ao capital financeiro estrangeiro. Essa era, em parte, a expectativa dos setores tenentistas que viriam a construir a ANL em relação ao movimento da Aliança Liberal em 1930. Isso explica, portanto, o apelo aliancista a todos aqueles que, inspirados nas revoltas tenentistas da década de 1920, haviam sido iludidos por 1930 e derrotados em 1932. De qualquer forma, essa perspectiva de desenvolvimento das forças produtivas nacionais colocava a ANL como aliada importante do PCB, num enlace que foi firmado a partir da figura de Luís Carlos Prestes, o “herói para revoluções” (PINHEIRO, 1991, p. 227). Ao situá-la num limiar, é possível compreender o caráter “híbrido” da ANL, entre a tática de insurreição armada do “terceiro período” e a tática das frentes populares policlassistas e de massas: sua dinâmica foi parte desse processo de “transição”, a nível internacional, das políticas do movimento comunista.

Se FUA e ANL carregaram grandes diferenças a respeito de tamanho, táticas, perspectivas revolucionárias, objetos de luta e formas de frente única, o estudo da sua imprensa permitiu perceber que a caracterização do fascismo das duas organizações as aproximou mais do que o contrário. Compreendendo a construção de conceitos como um processo dinâmico, que encontra na imprensa um local privilegiado para se estudar a relação entre um jornal, o seu projeto editorial e seu público leitor, a questão das definições a respeito do inimigo que é combatido se

¹⁵⁴ É nesse sentido que se afirmou que o antifascismo aliancista carregava elementos da luta antiguerreira do PCB de 1933-1934, pois o aspecto antifascista da ANL não deixa de estar subordinado à luta contra o imperialismo. Mesmo que os discursos aliancistas não combatam a guerra da mesma forma que o Comitê Antiguerreiro, a repercussão da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, com suas imagens apocalípticas, apontava para o retorno à cena internacional do medo a respeito de um novo conflito mundial.

desloca da existência de uma figura estática e pré-definida, para um universo complexo e que dialoga com uma série de outros conceitos, na elaboração do que seria o fascismo. Situada nos marcos da “modernidade”, embora demonstrando alguns (poucos) sinais de ruptura com esta, a conceituação do fascismo (e do antifascismo, a partir do seu caráter de oposição a ele) construída pelos jornais antifascistas o colocava como uma grande ameaça à marcha evolutiva da história do homem. Portanto, mais do que um breve “capítulo” regressivo na dialética da história e, menos ainda, que um regime progressista, o fascismo era a própria negação do futuro e da civilização moderna, cuja marcha incessante sempre apontava para a superação sucessiva das formas de organização social.

Esse discurso se destacava, principalmente, quando o olhar era lançado para o exterior e para o caráter internacionalizante do fascismo. No Brasil, particularmente na acepção construída pela FUA, o fascismo aparece como uma ameaça latente, em virtude do atraso no desenvolvimento econômico-social do país, mas que já nasce com um lastro internacional que o permite afrontar a classe trabalhadora e a se apresentar como um “cão-de-guarda” do capital financeiro, esperando suas ordens para agir contra o movimento operário. No caso da ANL, os vínculos internacionais também eram constantes e serviram para a própria articulação da sua luta anti-imperialista, como no caso da mobilização contra a Segunda Guerra Ítalo-Etíope. No entanto, a nível nacional, a própria autoconfiança e empolgação popular que a organização motivou levou a um olhar diferente a respeito do fascismo. Embora conserve, em relação à conceituação da FUA, o seu caráter obscurantista e mistificador das massas, o fascismo brasileiro, representado pelo integralismo, se vinculava intrinsecamente ao imperialismo e ao latifúndio e aparecia como possível de se derrotar mediante o estabelecimento do Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), cuja realização parecia possível aos aliancistas. Ao mesmo tempo, a ameaça integralista era também palpável, menos no sentido de uma ditadura fascista (embora essa possibilidade tenha sido contemplada pelos aliancistas em alguns momentos de crise, no decorrer de 1935) e mais no perigo do governo Vargas fazer uso das milícias para conter o movimento aliancista e as lutas da classe trabalhadora em geral. Havia uma tensão, no discurso aliancista, entre a desqualificação e desmoralização do integralismo, movimento que estaria se desmontando por conta própria, em virtude das suas contradições, e a

percepção do perigo de que a “camarilha” imperialista e latifundiária decidisse fazer uso dele nos seus projetos de submissão do país aos interesses estrangeiros.

As seguidas reiteraões a respeito da fraqueza organizativa da FUA podem levar ao válido questionamento a respeito da relevância de se estudar um grupo tão restrito, tanto em relação ao número de pessoas envolvidas com ele (principalmente a partir da régua das organizações de massas), quanto à sua intervenção na política da sua época. Apesar desses apontamentos, a FUA foi capaz de articular uma rede não-desprezível de pessoas em torno de uma bandeira comum, construindo um conceito de fascismo (e antifascismo) e contribuindo decisivamente para a viabilização de um evento mítico, como foi a “Batalha da Praça da Sé”. Essas construções seguiram sendo relevantes posteriormente, no momento em que a pauta antifascista se tornou mais ampla, com a ANL e mesmo até a atualidade, na medida em que as memórias dessas lutas quase centenárias ainda ecoam na conjuntura política global. O próprio fato de tematizar o fascismo e colocar o antifascismo no primeiro plano faz com que a FUA supere parte dos limites organizativos que teve na sua trajetória. A adesão a ela, ainda que de maneira individual e vacilante, por militantes do PCB, mostra que os objetos e as formas de luta priorizadas pelo partido na época não eram uma questão unânime entre a sua militância. Alguma coisa a respeito da FUA chamava a atenção dos militantes pecebistas de São Paulo, ainda que fosse de sua prática a deslegitimação constante dos trotskistas. Ou seja, juntamente com o fato de que o Comitê Antiguerrreiro pecebista disputou o mesmo espaço político da FUA, a morfologia e o alvo das lutas unitárias naquela conjuntura não estavam dadas *a priori*, mas sim estavam em pleno processo de construção. Olhar para a FUA é ver esse processo em andamento, da mesma forma que estudar como a sua imprensa caracterizou o fascismo é ver como essa conceituação se deu, na concretude. O quadro de tensão que resultava do embate entre uma frente única “pela base” e uma frente única “de cúpula” influenciou os desenvolvimentos posteriores da luta antifascista, inclusive no seio do PCB. Fosse pelo simples fato da existência da FUA assinalar uma alternativa no sentido organizativo, propondo unir as organizações de esquerda paulistas, fosse pelo sucesso da contramanifestação de 7 de outubro de 1934, que deve ser creditado como uma vitória (momentânea) da política de frente única operária, são nesses sentidos que a avaliação de Castro (1999), a respeito da emergência da

questão da unidade e da conformação de uma “cultura política” antifascista pode ser interpretada.

Ainda no sentido da influência que a FUA teve sobre a política de unidade do PCB de São Paulo, é interessante observar que, mesmo que a memorialística pecebista não reconheça a existência da organização e o seu papel como impulsionadora do 7 de outubro, ela busca reivindicar a iniciativa da contramanifestação para o partido e não para a frente única “pela base” que o partido construía. Esse “lapso” na memória de militantes envolvidos no antifascismo dos anos 1930 é mais um elemento que reforça o papel que as bandeiras que a FUA representava tinham na subjetividade de um grupo mais amplo do que ela pôde ser. As disputas pelo legado do antifascismo no Brasil se dão em torno, até a atualidade, do processo de lutas que foi abordado nesta pesquisa, depositando um grande peso na “Batalha da Praça da Sé”. Essa afirmação se verifica pela permanência de um discurso antifascista que busca atualizar o evento para o tempo presente, como na publicação da obra de memórias de Abramo em 2014. Ainda que remeta a um passado distante, o evento de 7 de outubro e aquilo que ele simboliza guardam significados que possuem alguma correspondência com a conjuntura do tempo presente.

Uma última observação é necessária, a respeito da produção intelectual militante antifascista. Aquilo que historiadores como Batalha (2007) e Moraes Filho (2007) apontam a respeito da apropriação de conceitos do marxismo que hoje seriam vistos como feitos de maneira incorreta, ou mesclando mananciais teóricos que não possuem coerência entre si ainda era recorrente no período entre 1933 e 1935. Mesmo a relativa ampliação do acesso às obras de autores como Marx, Engels, Lenin e Trotsky não parece ter alterado significativamente o quadro de “heterodoxia” no campo do marxismo brasileiro, embora seja necessário fazer ressalvas a respeito da presença de militantes como Mário Pedrosa e Lívio Xavier, que introduziram naquela época uma das primeiras elaborações marxistas a respeito da formação social brasileira, e figuras como o próprio Astrojildo Pereira, que, embora afastado do PCB, ainda trazia reflexões originais a respeito da conjuntura nacional, nas páginas de *A Manhã* e através do pseudônimo de Sá Pedreira.

Por fim, espera-se que o trabalho desenvolvido sirva de reflexão a respeito das questões da unidade, do fascismo e do antifascismo na atualidade. Ao se falar de fascismo e antifascismo numa perspectiva que supera os limites da

temporalidade em que esses conceitos foram historicamente circunscritos, é preciso muito cuidado com relação aos anacronismos e à banalização dos conceitos políticos. É possível criticar a identificação, comum tanto nos anos de 1933 a 1935, quanto na atualidade, do fascismo como sinônimo de autoritarismo, violência e obscurantismo, esvaziando o seu conteúdo específico, num procedimento realizado pelas esquerdas nas duas temporalidades assinaladas. No entanto, essa questão remete a duas problematizações. Primeiramente, é possível (e desejável) encontrar uma noção idealizada de fascismo, que se encontre isolado dos contextos históricos e do conjunto das relações sociais que o engendram, para então compará-lo às realidades concretas? Inversamente, circunscrevendo o fascismo ao período do final da Primeira Guerra ao final da Segunda Guerra, como se explica a persistência da sua oposição no presente, através da aparente atemporalidade do antifascismo?

No decorrer desta pesquisa, optou-se por não fazer um estudo sobre o fascismo a partir da ampla bibliografia existente sobre o tema. Isso se deu em função de que o objeto de interesse principal foi justamente a maneira como os militantes antifascistas brasileiros compreenderam o fenômeno fascista na sua conjuntura, partindo das suas próprias leituras e diálogos nacionais e internacionais. O resultado desse olhar processual para a construção do conceito de fascismo é, do ponto de vista acadêmico, inadequado, pois, como lembra Martins (2018), as preocupações de rigor metodológico da academia muitas vezes não correspondem às da imprensa. Apesar desse adendo, é possível fazer algumas considerações a respeito das perguntas apontadas acima, menos no sentido de apresentar uma definição do que é o fascismo e mais a respeito da urgência em combatê-lo, mesmo no presente.

O argumento historicista, que critica a banalização do conceito de fascismo na atualidade, tem de rigor acadêmico o que tem de imobilismo político. Se o passado em nada é capaz de ensinar sobre as lutas do presente, nem em relação às possibilidades de futuro, o fascismo realmente parece algo distante no tempo. No entanto, num presente em que novamente a contradição entre o capitalismo e a democracia parece se agudizar, o fascismo se apresenta como uma ameaça difusa, mas não inexistente. Ainda que se evite identificar a extrema direita, com seus matizes, diretamente ao fascismo na atualidade, a permanência e o crescimento de grupos abertamente fascistas é, cada vez menos, um perigo distante e mera expressão de grupos anacrônicos e deslocados do seu tempo, como o

consideravam os antifascistas dos anos 1933-1935. Como foi visto, o simples recurso a essa retórica foi insuficiente para impedir que ele se tornasse um movimento de massas. É preciso construir um novo projeto político, da classe trabalhadora, que dê conta das inúmeras contradições que o capitalismo apresenta, no atual ciclo de crises sistêmicas pelo qual passa, que atravessam questões como as identidades (raça, gênero, sexualidade), as emergências climáticas e os fluxos migratórios. Talvez a permanência de um medo a respeito da ameaça fascista e mesmo a sobrevivência e ressignificação de muitas das suas propostas políticas resultem mais da incapacidade coletiva humana em superar o capitalismo, do que da imprecisão teórica na definição do fascismo, num “lutar contra moinhos de vento”. Até lá, resta à classe trabalhadora a maior unidade possível no enfrentamento a todas as expressões políticas que ameaçam a sua liberdade organizativa.

Por outro lado, é necessário pontuar que o fascismo não se tornou uma força hegemônica na maioria dos países, durante o período em que existiu historicamente. Isso se deve a uma complexa teia de determinações, da qual não se pode subestimar o peso do antifascismo. Como foi visto, a bandeira antifascista permitiu a construção de unidade entre setores diversos do campo “progressista” e de esquerda de maneiras poucas vezes observadas historicamente. No caso brasileiro, a unidade antifascista, num momento em que os seus moldes ainda estavam em processo de se desenvolver, permitiu a realização da contramanifestação de 7 de outubro de 1934, que se conserva até a atualidade como um exemplo de força da classe trabalhadora na disputa simbólica pelas ruas. Mesmo que se faça ressalvas a respeito, no caso brasileiro, do antifascismo na ANL, que sempre apareceu subordinado à luta anti-imperialista, é inegável que um movimento de massas que se postulava contra o fascismo e que obteve tamanha capilaridade tenha sido importante para impedir a ascensão do integralismo.

As investigações realizadas no decorrer desta pesquisa permitem com que se pense em alguns novos problemas, como a questão da permanência do discurso antifascista até a atualidade, atravessando diferentes conjunturas políticas. Sendo assim, é possível, a partir das considerações teórico-metodológicas aqui apresentadas, escrever uma história do conceito de antifascismo no Brasil, abordando como o uso de uma linguagem política em torno das bandeiras antifascistas foi construído, apropriado e ressignificado com o passar dos anos. Os esforços nesse sentido podem ser de grande contribuição para a história política,

tanto do Brasil, quanto de outros países, a partir de perspectivas comparativas e que enfatizam as amplas e internacionais redes de relações entre militantes antifascistas.

Referências

Bibliografia

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada dos galinhas verdes**. São Paulo: Veneta, 2014.

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da História: Documentos do trotskismo brasileiro (1930 – 1940)**. São Paulo: Sundermann, 2014.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. **Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, PUC-SP, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 81-119, 2005. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2521/1931>. Acesso em: 22 fev. 2023.

AMARAL, Aracy. Mario Pedrosa: um homem sem preço. *In*: MARQUES NETO, José Castilho (org.). **Mario Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 51-56.

ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). **Cadernos AEL**, Campinas, n. 2, p. 12-33, 1995. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2427/1839>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo: São Paulo, 2018.

ARANTES, Vinícius dos Santos. **Comunistas e integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem (1934-1938)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) - PPGHS, USP, São Paulo, 2021.

BATALHA, Cláudio. Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. *In*: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Campinas: Unicamp, 2007. v. 2. p. 9-41.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador expert. *In*: BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 145-153.

BERTONHA, João Fábio. **O Antifascismo socialista italiano em São Paulo nos anos 20 e 30**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) - IFCH, Unicamp, Campinas, 1993.

BERTONHA, João Fábio. O antifascismo no mundo da diáspora italiana: elementos para uma análise comparativa a partir do caso brasileiro. **Altreitalie**: Rivista internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo, n. 17, jan./jun. 1998.

Disponível em:

https://www.altreitalie.it/pubblicazioni/rivista/numeri_arretrati/n_17/altreitalie_17_gennaiogiugno_1998.kl. Acesso em: 26 jan. 2022.

BERTONHA, João Fábio. **Sob o signo do Fascio**: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - IFCH, Unicamp, Campinas, 1998.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?

Perseu: Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, n. 8, p. 361-380, 2012. Disponível em:

<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/6>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira (coord.). Brasília: UNB, 1998. p. 605-611.

BLATT, Joel. Carlo Rosselli's Socialism. In: **Italian socialism**: between politics and history. DI SCALA, Spencer (org.). Amherst: University of Massachusetts, 1996. p. 80-99.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BROUÉ, Pierre. **União Soviética**: Da revolução ao colapso. Tradução de Robert Ponge. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1996.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**: ascensão e queda. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007. v. 1.

BUCCI, Eugênio. Fúlvio Abramo: 60 anos de luta pelo socialismo. **Teoria e Debate**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 1, dez. 1987. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1987/12/01/fulvio-abramo-60-anos-de-luta-pelo-socialismo/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

BURKE, Peter, **A Escola dos Annales**: 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “**Tempos de viver**”: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936). 1998. Tese (Livre-docência) - FHDSS, Unesp, Franca, 1998.

CARONE, Edgard. **Brasil: Anos de Crise 1930-1945**. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**: Revista de História, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, p. 123-152, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/topoi1/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **A Oposição de Esquerda brasileira (1928-1934): teoria e práxis**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFF, Niterói, 1993.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935**. 1999. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Os intelectuais trotskistas nos anos 30. *In*: REIS, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 137-152.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, dez. 2002. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/topoi5/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 61-76, 2005. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2520>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CASTRO, Ricardo F. O movimento trotskista brasileiro nos anos 30. *In*: JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor; URREGO, Miguel Ángel (org.). **Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina**. Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas, 2016. p. 129-136.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. União Feminina do Brasil. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. S./l.: S./d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-feminina-do-brasil>. Acesso em: 16 set. 2022.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. A oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/171>. Acesso em 21 jan. 2022.

DE LUCA, Tania. O jornal literário Dom Casmurro: nota de pesquisa. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 67-81, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/issue/view/348>. Acesso em 12 dez. 2021.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo. *In*: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (org.). **História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Unicamp, 2007. v. 5. p.11-72.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. 2012. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, 2012.

EVANS, Richard. **The coming of the Third Reich**. Nova Iorque: Penguin, 2003.

EVANS, Richard J. **The Third Reich in power: 1933-1939**. Nova Iorque: Penguin, 2005.

FISHBURN, Matthew. **Burning books**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

FONTES, Virgínia. Prefácio. *In*: SENA JÚNIOR, C. Z.; MELO, D. B.; CALIL, G. G. (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 7-15.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

GASPARIAN, Helena. A Manhã (1935). *In*: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. Tradução de Alvaro Bianchi e Daniela Mussi. São Paulo: Boitempo, 2020.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-31, mar./ago. 1985.

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Maria Helena Martins, Maria Cristina de Alencar Silva, Camila Rocha de Moraes, Bruna Beffart e Andréa Souza de Menezes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

INCISA, Ludovico. Corporativismo. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira (coord.). Brasília: UNB, 1998. p. 287-291.

JASMIN, Marcelo. Prefácio. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 9-12.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). *In*: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (org.). **História do marxismo no Brasil**: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Unicamp, 2007. v. 5. p. 109-165.

KHAN, Omar. Nietzsche: apollonian versus dionysian. **PUTAJ**: Humanities and Social Sciences, Peshawar, v. 15, p. 1-9, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/7391327/Dionysian_versus_Apollonian. Acesso em 16 set. 2022.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 140-147, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/138>. Acesso em 24 jul. 2021.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). 2004. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho), IFCH, Unicamp, Campinas, 2004.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos; KONRAD, Diorge Alceno. Rio Grande do Sul e Brasil na Historiografia do Trabalho (1930-1945). **Revista Mundos do Trabalho**,

Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 91-105, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p91>. Acesso em: 17 fev. 2022.

KONRAD, Diorge Alceno. Lutas políticas e projetos sociais distintos dos trabalhadores brasileiros na década de 1930: os casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 342-364, dez. 2015. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/61040>. Acesso em: 22 fev. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Tradução de Manoel Luis Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, jul./dez.1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Introdução. In: KOSELLECK, R. ; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de história**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LEAL, C.; MONTALVÃO, S. O Globo. In: ABREU, A. A. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEMINSKI, Paulo. **Caprichos e relaxos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LISBOA, Roberto Borges. **Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira dos anos 1930**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFSM, Santa Maria, 2014.

LÖWY, Michael. Introdução. In: LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 11-68.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, C.; BATIESTTELA, A.; ANGELI, D. (org.). **Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classe: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-55, 2007. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/issue/view/10/showToc>. Acesso em 14 ago. 2021.

MINART, Gérard. **Clémenceau journaliste**: 1841-1929, les combats d'un républicain pour la liberté et la justice. Paris: Harmattan, 2005.

MOMMSEN, Theodor Ernst. Petrarch on the "Dark Ages". *In: Medieval and Renaissance studies*. Ithaca: Cornell University, 1959.

MONTEIRO, Marcio Lauria. **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra**: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFF, Niterói, 2016.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. *In: MORAES, J. Q.; REIS, D. A.; (org.). História do Marxismo no Brasil*: O impacto das revoluções. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007. v. 1. p. 11-49.

MOTTA, Marcia. História, memória e tempo presente. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 20-35.

MURPHY, Kevin. A história da Revolução Russa de fevereiro de 1917. **Outubro**, n. 28, abr. 2017. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-historia-da-revolucao-russa-de-fevereiro-de-1917/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 2.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**: São Paulo, n. 178, p. 01-28, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/11018>. Acesso em 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. **Palavras como balas**: Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1930-1939). 2013. Tese (Doutorado em História Social) – PPGHS, USP, São Paulo, 2013.

PARVUS, Alexandre. **Prefacio a Antes del 9 de enero de L. Trotsky**. 1905. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/parvus/1905/enero/prefacio-antes-9-enero.pdf>. Acesso em 14 jul 2021.

PEDROSA, Mário. Prefácio. *In: TROTSKY, Leon. A luta contra o fascismo*: revolução e contrarrevolução. Tradução de Mário Pedrosa e Rafael Padial. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2019. p. 13-19.

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. *In*: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da História: Documentos do trotskismo brasileiro (1930 – 1940)**. São Paulo: Sundermann, 2014.

PETERSEN, Sílvia; LOVATO, Bárbara. **Introdução ao Estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. *In*: LIMA, H. F. **Caminhos percorridos: memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 7-12.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em 18 fev. 2022.

PRADO, Carlos Batista. A crítica trotskista à Aliança Nacional Libertadora. *In*: Colóquio Internacional Marx e o marxismo 2015: insurreições, passado e presente, 2015, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2015. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/anais-mm2015/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PRADO, Carlos Batista. **Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFF, Niterói, 2019.

PRADO, Carlos Batista. **História do Trotskismo no Brasil (1928-1936)**. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.

PRESTES, Anita Leocádia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Crítica Marxista**, n. 22, 2006. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=22&numero_revista=22. Acesso em: 1 fev. 2021.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RUSSELL, Bertrand. **Wisdom of the West: a historical survey of Western philosophy in its social and political setting**. Londres: Macdonald, 1959.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira (coord.). Brasília: UNB, 1998. p. 466-475.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o fundamento da moral**. Tradução de Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 39-72, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HKbF5dKxk6rHrWXX9HyKRkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992. p. 40-62.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017358>. Acesso em 3 nov. 2022.

STALIN, J. V. **Works**. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953. v. 6.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **O Jardim Imperfeito: o pensamento humanista na França**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: USP, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: Para além do choque das civilizações**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática. 1993.

TROTSKY, Leon. **Bonapartismo e fascismo**. 1934. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/07/15.htm>. Acesso em 10 fev. 2023.

TROTSKY, Leon. **Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo**. 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V203.htm>. Acesso em 10 fev. 2023.

TROTSKY, Leon. Tesis sobre el frente único. *In*: TROTSKY, Leon. **Los primeros cinco años de la Internacional Comunista**. Buenos Aires: Ediciones IPS-CEIP-Museo Casa León Trotsky, 2016. p. 413-429.

TROTSKY, Leon. **A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução**. Tradução de Mário Pedrosa e Rafael Padial. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2019.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**: Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 186-205, mai./ago. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/BkYCb6mfzF4kTGPzSzN9vYg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 fev. 2023.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o Velho, o Novo e o Global. Tradução de Renata Meirelles. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11>. Acesso em 17 fev. 2023.

VIANNA, Marly de Almeida. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou, a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. Tradução de Ricardo B. Iannuzzi. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 15-26, ago./dez. 2007. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/171>. Acesso em 21 jan. 2022.

ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929)**: Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

Bibliografia consultada

ABRAMO, Fúlvio. O 3 de outubro de 1934 - 50 anos. **Cadernos CEMAP**, São Paulo, n. 1, p. 3-65, out. 1984.

BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte, 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 1.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. v. 1.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRAZIL, Giovani Bertolazi. **Antecedentes e atuação da Oposição de Esquerda no Brasil (1930-1933)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História) - Curso de História, UFSM, Santa Maria, 2018.

CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CAÑEDO, Letícia Bicalho. **O sindicalismo bancário em São Paulo**: no período de 1923-1944, seu significado político. São Paulo: Símbolo, 1978.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas do meu tempo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

COUTO, André Luiz Faria. **ANL**: uma frente de esquerda nos anos 1930. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFF, Niterói, 1995.

CUBITT, Geoffrey. **The Jesuit myth**: conspiracy theory and politics in nineteenth-century France. Oxford: Clarendon, 1993.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DESGRANGES, Nina; RIBEIRO, Wickson. Narrativas em rede: O Breque dos Apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais. **Movimentação**, v. 8, n. 14, p. 189–208, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/15024/8213>. Acesso em 17 fev. 2022.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**: 1900-1935. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. **Revolução e Contra-Revolução na Alemanha**. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Progresso, 1982.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Valter de Almeida. **A Aliança Nacional Libertadora e seus equívocos**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS, UFRGS, Porto Alegre, 1995.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em 23 jul. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. **Tempo**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

HILTON, Stanley. **A Rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

KONRAD, Diorge Alceno. **1935**: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, PUC-RS, Porto Alegre, 1994.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – PPGHC, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MANN, Thomas. **Morte em Veneza**; Tonio Kröger. Tradução de Herbert Caro e Mário Luiz Frungillo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Érick Fiszuk de. **Revolução, guinadas e antifascismo**: a Comintern e o PCB rumo às "frentes populares" (1928-1935). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - IFCH, Unicamp, Campinas, 2017.

PEREIRA, Astrojildo. **A formação do PCB**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. **Tempos vermelhos**: A Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira 1934-1937. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFBA, Salvador, 2006.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In*: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

RODRIGUES, Leoncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Perigo vermelho e ilusão comunista**: configurações do anticomunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, PUC-RS, Porto Alegre, 1998.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Jornal O Homem Livre

[Sem título]. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 1.

[Sem título]. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 1.

[Sem título]. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 1.

254 JORNAIS estrangeiros proibidos de entrar em território alemão. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 set. 1933, p. 5.

A ECONOMIA na Alemanha Nazista. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 2.

A LEGENDA da "renascença" econômica da Itália sob o fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jun. 1933, p. 4.

A OBRA "renovadora" do fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 3.

A ORDEM na Itália fascista. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 2.

A REVOLUÇÃO nacional avança a passos de gigante. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 jul. 1933, p. 8.

A "SENSIBILIDADE cristã" do terceiro Reich. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 fev. 1934, p. 2.

A SITUAÇÃO real da economia alemã. **O Homem Livre**. São Paulo, 22 ago. 1933, p. 5.

A VERDADEIRA significação do fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 22 ago. 1933, p. 6.

AE. Cultura, intercâmbio e outras armadilhas. **O Homem Livre**. São Paulo, 23 set. 1933, p. 2.

ALBERTO JR, Carlos. Nós, os dignos êmulos fascistas do aventureiro Andaló. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jun. 1933, p. 1-3.

ALTONA. **O Homem Livre**. São Paulo, 5 nov. 1933, p. 2.

AOS NOSSOS amigos e leitores. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 set. 1933, p. 2.

BB. Queima de livros. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 2.

BELLARD, Vitor Hugo. "Os arreganhos do fascismo no Brasil". **O Homem Livre**. São Paulo, 9 out. 1933, p. 4.

CIVILIZAÇÃO. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jul. 1933, p. 2.

"COM O advento do nazismo, a cultura atingirá a graus até hoje desconhecidos". **O Homem Livre**. São Paulo, 14 ago. 1933, p. 1.

COMO no tempo da Idade Média. **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1.

CONTRA o fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1.

CONTRA a Guerra, ou contra o Fascismo? **O Homem Livre**. São Paulo, 5 nov. 1933, p. 1.

CORRESPONDÊNCIA de “O Homem Livre”. **O Homem Livre**. São Paulo, 23 set. 1933, p. 3.

FERRAZ, Geraldo. Entrevista com o viajante que ficou observando a ditadura em Portugal pelo lado de dentro. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 set. 1933, p. 4.

FOI iniciado por elementos da colônia alemã o boicote do “O Homem Livre”. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 1.

FRENTE Única. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 jul. 1933, p. 1.

FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA, A. Manifesto da Frente Única Antifascista ao Povo do Brasil. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jul. 1933, p. 6.

FROLA, Francisco. O Papa e o fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 2.

GROSZ, George. A Alemanha desperta. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jun. 1933, p. 1.

HH. Também Goethe... **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 4.

HOMENAGEM impensada. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 4.

IGNOTUS. Os intelectuais diante do fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 1 ago. 1933, p. 6.

J. DO M. A cobra fascista e a mocidade. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 3.

JOBIM, José. Pau neles! **O Homem Livre**. São Paulo, 14 dez. 1933, p. 2.

L. A arte e o fascismo. **O Homem Livre**. São Paulo, 5 nov. 1933, p. 4.

LIBERDADE de imprensa só para os fascistas. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 1.

LÚCIFER, Seu. O que se pode ver na Itália. **O Homem Livre**. São Paulo, 14 dez. 1933, p. 2-3.

MUSSOLINI e o engrossamento. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 set. 1933, p. 6.

NA ALEMANHA “despertada”. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 8.

NO III Reich. **O Homem Livre**. São Paulo, 3 jun. 1933, p. 1.

O ESPÍRITO de contradição e a morte do tio Fritz. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 jun. 1933, p. 5.

O “ESTADO” o “Homem Livre” e os judeus. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 1.

O FASCISMO vai se tornando coisa séria. **O Homem Livre**. São Paulo, 1 ago. 1933, p. 1.

O MACHADO nazista em ação. **O Homem Livre**. São Paulo, 14 dez. 1933, p. 4.

O PRESÍDIO político da Ilha dos Porcos. **O Homem Livre**. São Paulo, 3 jan. 1934, p. 3.

O RÓTULO. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 7.

OS ANTIFASCISTAS da Paraíba organizam-se. **O Homem Livre**. São Paulo, 14 dez. 1933, p. 3.

OS ESTUDANTES alemães na obrigação de delatar os seus colegas não racistas. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 4.

OS MAIORES escritores alemães excomungados pelo 3º Reich. **O Homem Livre**. São Paulo, 2 set. 1933, p. 3.

PÉREZ, José. As explorações antisemitas. **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1-2.

PIRAMA, Juca. Na barafunda do fascismo brasileiro. **O Homem Livre**. São Paulo, 14 ago. 1933, p. 1.

PROVOCAÇÃO por humildade. **O Homem Livre**. São Paulo, 8 jul. 1933, p. 1.

QUANDO o Estado “integral” começa a se desintegrar... **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 4.

RM. A internacional nacionalista. **O Homem Livre**. São Paulo, 3 jun. 1933, p. 1.

REALIDADES brasileiras. **O Homem Livre**. São Paulo, 3 jun. 1933, p. 1.

SE ISTO continua... **O Homem Livre**. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1.

SERRA, Flammarion. O problema da cultura popular no Brasil. **O Homem Livre**. São Paulo, 3 jun. 1933, p. 4.

SERRA, Flammarion. O problema da cultura popular no Brasil. **O Homem Livre**. São Paulo, 10 jun. 1933, p. 3.

SERRA, Flammarion. O problema da cultura popular no Brasil. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 4.

SILÊNCIO Fascista. **O Homem Livre**. São Paulo, 20 nov. 1933, p. 3.

SPECTATOR. Místicos de camisas. **O Homem Livre**. São Paulo, 5 nov. 1933, p. 2.

“UM EXILADO ITALIANO”. Enquanto se prepara o "raid" de Balbo. **O Homem Livre**. São Paulo, 17 jun. 1933, p. 2.

UM GRANDE inimigo do povo e da liberdade: o Padre. **O Homem Livre**. São Paulo, 24 jul. 1933, p. 6.

UM RECUO na luta pela emancipação da humanidade. **O Homem Livre**. São Paulo, 21 out. 1933, p. 2.

Jornal A Manhã

7 DE SETEMBRO e as lutas imperialistas. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 3 set. 1935, p. 7.

A ALIANÇA Nacional Libertadora realizou ontem, no Estádio Brasil, o seu maior comício popular. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 mai. 1935, p. 1.

A ANL e o 7 de setembro. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 7 set. 1935, p. 2.

A CÂMARA Municipal votou uma lei provocadora de ódios religiosos. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 23 mai. 1935, p. 3.

A DEBANDADA nas hostes da Ação Integralista. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 1 jun. 1935, p. 8.

A FRENTE popular contra a guerra e o fascismo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1935, p. 1.

A GUERRA fascista contra a Abissínia é uma ameaça à humanidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 7 set. 1935, p. 1.

A “LIBERDADE” na Itália. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 out. 1935, p. 3.

A LÓGICA do traidor. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 mai. 1935, p. 1.

A MENTIRA, alma da reação! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 jul. 1935, p. 1.

A ODIOSA política racista de Hitler. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 31 out. 1935, p. 2.

AS BASES fascistas-clericais no Plano Nacional de Educação. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1935, p. 1.

AS OBRAS-PRIMAS da arte italiana fascista. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 6 out. 1935, p. 12.

AS TRÊS desgraças... **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 out. 1935, p. 2.

ÁFRICA, terra dos mortos... **A Manhã**. Rio de Janeiro, 16 out. 1935, p. 2.

AGENTES imperialistas, altas patentes, políticos reacionários e chefes integralistas conspiram para o assalto ao poder! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 9 jun. 1935, p. 1.

“ASSIM trucidam nossos filhos, nossos irmãos, dentro das fronteiras do Brasil”. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 set. 1935, p. 1-7.

BRASIL, nova Manchúria! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 mai. 1935, p. 1.

CADA vez maior a infiltração nazista no Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro 20 jun. 1935, p. 2.

CASCARDO, Hercolino. Pela liberdade de pensamento! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 19 mai. 1935, p. 2.

CLUBE DE CULTURA MODERNA. Pela cultura e pela liberdade! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1935, p. 2.

COM AS garras no Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 19 jun. 1935, p. 1.

COMEÇAM a abrir os olhos os integralistas iludidos! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 mai. 1935, p. 8.

CONSUMOU-SE, tal como o denunciámos, o monstruoso atentado! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jul. 1935, p. 1-7.

CONTRA a prisão e o suplicio de Ernst Thälmann. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 8 jul. 1935, p. 1.

DEPOIS do 7 de outubro e do 16 de julho, o 27 de outubro. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 26 out. 1935, p. 1.

DESAGRAVANDO o pavilhão nacional e o nome de Prestes! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 26 mai. 1935, p. 7.

EDIÇÃO especial d’“A Manhã”. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 22 out. 1935, p. 8.

ESFACELAM-SE as hostes integralistas! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 26 mai. 1935, p. 1.

EXECUTANDO a sério o seu programa. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 16 jun. 1935, p. 2.

EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 6 ago. 1935, p. 3.

- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 9 ago. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 15 ago. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 set. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 set. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 8 out. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 29 out. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 30 out. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 31 out. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 9 nov. 1935, p. 3.
- EXPLICANDO ao povo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1935, p. 3.
- FERRERO, Guglielmo. Os últimos bárbaros. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 out. 1935, p. 3.
- FOME, guerra e peste. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 19 set. 1935, p. 1.
- GERSON, Brasil. “Deus”, drama integralista. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 13 mai. 1935, p. 3.
- HOMENAGEM a um herói popular. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 out. 1935, p. 3.
- JÁ INSEGURO, Mussolini desencadeia nova onda de terror! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 jun. 1935, p. 2.
- JOE Louis venceu Carnera. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1935, p. 7.
- LACERDA, Carlos. Exame de escritores. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1935, p. 9.
- LIMA, Adão. Imperialismo e fascismo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jul. 1935, p. 3.
- LIMA, Hermes. Marxismo e clericalismo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 jul. 1935, p. 3.
- LIMA, Hermes. O cinismo fascista. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 out. 1935, p. 3.
- LIMA, Hermes. Que significam liberdades democráticas? **A Manhã**. Rio de Janeiro, 18 out. 1935, p. 3.
- LIMA, Hermes. A teoria do materialismo histórico. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 out. 1935, p. 3.

- LIMA, Hermes. A posição dos intelectuais. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 1 nov. 1935, p. 3.
- LIMA, Pedro Motta. Isto é o fascismo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 29 out. 1935, p. 3.
- LUIZ Carlos Prestes desfralda a bandeira da luta contra a guerra fratricida do Chaco! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 24 mai. 1935, p. 1.
- LYRA, Roberto. Liberdade de Cátedra. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 mai. 1935, p. 3.
- MANGABEIRA, Francisco. A Bahia repelirá a afronta integralista, **A Manhã**. Rio de Janeiro, 2 out. 1935, p. 2.
- MARCONI ou a ciência desvirilizada. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 24 set. 1935, p. 1.
- MARCONI desrespeitou a Constituição Brasileira. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 out. 1935, p. 3.
- MOREYRA, Álvaro. Itália! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 6 jun. 1935, p. 3.
- MOURA, Maria Lacerda de. Hitler, o Racismo Alemão e a procriação à distância... **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 jun. 1935, p. 3.
- MOURA, Maria Lacerda de. A superpopulação e a guerra. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 18 jun. 1935, p. 3.
- NUM VERGONHOSO “toma lá, dá cá”, Plínio Salgado negocia com a vida de seus milicianos! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 jul. 1935, p. 1-3.
- O “CHEFE nacional” apavorado! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 23 jun. 1935, p. 3.
- O FASCISTA Renato Vianna. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 3 out. 1935, p. 8.
- “O INIMIGO do povo italiano não está em Addis-Abeba nem em Genebra – está em Roma!” **A Manhã**. Rio de Janeiro, 16 out. 1935, p. 2.
- O INTEGRALISMO, “teoria” da subserviência e da escravidão. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 ago. 1935, p. 2-7.
- O MILICIANO foi para a Assistência. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 7 jun. 1935, p. 2.
- O NAZISMO, perseguidor dos católicos. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1935, p. 3.
- OS CATÓLICOS de Munster na Alemanha repelem as perseguições nazistas. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 ago. 1935, p. 1-7.
- PATRONATI ITALIANI DELLE VITIME DEL FASCISMO. Il popolo italiano odia la guerra! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 out. 1935, p. 1-7.

PEDREIRA, Sá [Astrojildo Pereira]. Bibliografia, Bibliomania, Bibliofilia. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1935, p. 3.

PEDREIRA, Sá [Astrojildo Pereira]. A realidade contra a demagogia. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 11 set. 1935, p. 3.

PEDREIRA, Sá [Astrojildo Pereira]. Depois da farsa, o dramalhão. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 22 out. 1935, p. 3.

PEDRINI, José. Agli Italiani. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 out. 1935, p. 2.

PREPARAM em São Paulo um “domingo de sangue”! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 13 jun. 1935, p. 1.

PRESO por ter falado mal de Hitler num café! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 1 jun. 1935, p. 3.

PRESTES, Luís Carlos. Luís Carlos Prestes a todo o povo do Brasil! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 5 jul. 1935, p. 1-2.

PUNHAL assassino! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 24 out. 1935, p. 7.

QUAL a posição dos intelectuais em face do fascismo? **A Manhã**. Rio de Janeiro, 30 out. 1935, p. 3.

ROBIN, Christopher. A saudação nazista. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 6 out. 1935, p. 2.

ROBIN, Christopher. “Não pronunciará o nome do teu senhor em vão!”. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 set. 1935, p. 2.

SÃO PAULO proíbe o Congresso sigmóide! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 23 out. 1935, p. 8.

SÃO PAULO sob o mais hediondo terror! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 24 jul. 1935, p. 8.

SÃO PAULO vive horas de sombria expectativa! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jun. 1935, p. 1.

SISSON, Roberto. Há 25 anos estourou a revolução de João Cândido. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 22 nov. 1935, p. 1-7.

SILVA, P. Ferreira. Três ditaduras. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 19 out. 1935, p. 3.

TEREMOS a instrução de nossos jovens e a catequese de nossos índios nas mãos de aventureiros alienígenas. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 9 jul. 1935, p. 2.

TRAIADOR de sua pátria, vendido ao estrangeiro! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 22 mai. 1935, p. 1.

TOMEMOS a instrução de nossos jovens e a catequese de nossos índios das mãos de aventureiros alienígenas. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1935, p. 2.

UM ESCÁRNIO atirado à face dos brasileiros! **A Manhã**. Rio de Janeiro, 19 mai. 1935, p. 1.

UM MANIFESTO da CSUB sobre o 15 de novembro. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1935, p. 1.

VIANNA, Sodré. À margem de um artigo. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 20 jun. 1935, p. 3.

Outras publicações

LULA em Paris: Brasil trocou soberania por 'obscurantismo' e está isolado no mundo. **Rede Brasil Atual**. 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/11/lula-em-paris-brasil-trocou-soberania-por-obscurantismo-e-esta-isolado-no-mundo/>. Acesso em 18 set. 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ZIROLDO, Ângela. Um dia de luta e união. **Revista Isto É**. São Paulo, n. 146, 10 out. 1979.

UM GRANDE conflito, em São Paulo, entre integralistas e comunistas. **A Razão**. Santa Maria, 9 out. 1934.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Giovani Bertolazi Brazil, matricula nº 21100547 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado Capítulos do antifascismo brasileiro: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora (1933-1935), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 28 de abril de 2023.

Giovani B

ASSINATURA